MARCOS FERREIRA GUEDES DA COSTA

EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NAS AÇÕES DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

LATINO-AMERICANAS:

UMA ANÁLISE COMPARADA DAS POLÍCIAS DAS REPÚBLICAS DA ARGENTINA E DO BRASIL

São Paulo
2011

MARCOS FERREIRA GUEDES DA COSTA

***Evolução dos Direitos Humanos nas Ações das Forças de Segurança
Latino-americanas:***

Uma Análise Comparada das Polícias das Repúblicas da Argentina e do Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de concentração

Sociedade, Economia e Estado

Orientador:

Prof. Dr. Osvaldo Luís Angel Coggiola

São Paulo

2011

Autorizo a publicação e divulgação total ou parcial desta tese no sistema www.teses.usp.br, para fins de estudo e pesquisa, obrigatória a citação da fonte.

DADOS PARA CATALOGAÇÃO

Costa, Marcos Ferreira Guedes da
Evolução dos Direitos Humanos nas Ações das Forças de Segurança Latino-americanas:
Uma Análise Comparada das Polícias das Repúblicas da Argentina e do Brasil / Marcos
Ferreira Guedes da Costa; orientador: Osvaldo Luís Angel Coggiola – São Paulo, 2011.
383p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina.
Área de concentração; Sociedade, Economia e Estado) – Universidade de São Paulo.

1.Argentina 2.Brasil 3.Democracia 4.Direitos Humanos 5.Forças Armadas
6.Forças de Segurança 7.Polícias

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Nome: COSTA, Marcos Ferreira Guedes da

Título: ***Evolução dos Direitos Humanos nas Ações das Forças de Segurança Latino-americanas: Uma Análise Comparada das Polícias das Repúblicas da Argentina e do Brasil***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Data: ____/____/____

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Assinatura: _____ Julgamento: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Assinatura: _____ Julgamento: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Assinatura: _____ Julgamento: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Assinatura: _____ Julgamento: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Assinatura: _____ Julgamento: _____

DEDICATÓRIAS

Dedico este meu trabalho:

*A Jesus Cristo, meu Senhor, meu Mestre, amoroso Pastor!
Obrigado pela vida, pela Elza e por pacientemente me guiar no
Caminho rumo ao Pai Celestial.*

*A meus saudosos pais, José Mario Bentes Guedes da Costa e
Vera Ferreira Guedes da Costa, pelo recíproco encantamento
permissor ao nascimento de minha primeira família.*

*A meus irmãos Fábio, Marcelo e às suas famílias, sempre
próximos em minhas preces, apesar das distâncias impostas
pela vida.*

*Aos meus tios e padrinhos Nelson e Valquíria cujas presenças
me fazem lembrar constantemente dos familiares que, na Luz
da eternidade, habitam a Morada amantíssima do Pai.*

*A meus saudosos avós Dindinho, Dindinha, João e Emília, cujo
amor ensinou-me seguir a vida com meus próprios pés.*

A Elza, por ser linda Chama a iluminar minha vida!

Aos acolhedores irmãos argentinos

Cónsul General Roberto Raimondo, Cónsul General Adjunto Luis Maria Villafañe y Cónsul Adjunto Mariano Vergara, del Consulado General de la República Argentina en San Pablo;

Carlos Bunge, oficial de la Cancilleria Argentina en Buenos Aires;

Héctor Manuel Sánchez, asesor de la Deputada La Ruffa, de la Comisión de Seguridad de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires;

Profesor Roberto César Rosset, Comisario General Director Policía y Criminalística de la Policía Federal Argentina;

Juez Federal Sergio Gabriel Torres y sus Secretarios Diegos Slupski y Diego Alejo Iglesias del Juzgado Nacional en lo Criminal y Correccional Federal n° 12 del Poder Judicial de La Nación Argentina;

Subsecretario de Promoción de Derechos Humanos do Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos, dr. Martin Gras;

Profesores Norberto A. Sanchez , Carlos Daniel Musso y comisaria Liliana Beatriz Velázquez del Instituto Universitario de la Policía Federal Argentina;

Cláudio Schiavoni, comisario principal de la Comisaria del Pilar, Ciudad Autonoma de Buenos Aires;

Profesoras Sofía Tiscornia y Lucina Pol, del Centro de Estudos Legales y Sociales;

Profesor Alberto Guilis de la Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo.

AGRADECIMENTOS

Professor Osvaldo Luís Angel Coggiola.

Obrigado pela oportunidade ao desenvolvimento deste estudo sobre as forças policiais. Obrigado também pela acolhida e pelo interesse despertado por meu projeto de pesquisa. Ao senhor, meus respeitos por sua trajetória acadêmica e, principalmente, por sua história de vida.

A meu querido professor Rui Geraldo Camargo Viana, apresento-lhe minha tese de doutoramento. Ofereço-a ao senhor, como gratidão por guiar meus primeiros passos rumo ao magistério.

A meus sinceros amigos e colegas policiais, delegados de polícia dr. João Otávio Ribeiro de Melo, dr. Álvaro Laerte Pinto Pimentel, dr. Wanderley Mange de Oliveira e dr. Angel Gomes Martinez; perito criminal prof. Carlos Alberto Michelucci; escrivães de polícia Ricardo José Siqueira Cruz e Julio Ricardo Zeferino; investigador de polícia Rogério Whertys Aparecido de Oliveira e agente policial Marcelo Rodrigues. Saibam que os gestos de carinho e respeito brotados de cada um de vocês foram fundamentais à conclusão deste trabalho.

Ao procurador do município de Santos/SP, dr. Luiz Soares de Lima e ao procurador federal do ConTer/DF, dr. Rodolfo Hazelman Cunha, cujas amizades nascidas dos jovens meios acadêmicos transformaram-se em amadurecidos frutos de amor e fraternidade.

Aos queridos professores do Centro de Direitos Humanos e Segurança Pública “Celso Vilhena Vieira”, da Academia de Polícia de São Paulo: Renato Pupo, Marcos Roberto, Ronaldo Fordelone, Maria Clementina, Tabajara Novazzi, Wagner Pereira, Clóves Rodrigues, Renato Rossi, Roberto Murai, Carlos Abrantes, André Rovegno, Carlos Afonso, Elizabeth Lins, Renato Rossi, Sidney Cardassi, Luiz Fernando, Augusto Pupin, Levi D’Oliveira, Rodolfo Tavares, Celso Henrique, João Francisco, Simone Tiozzi, Denis Castro, Rui Baracat, Anna Ciampone, José Maria e André Dahmer, pelos anos de convivência e amizade.

Ao Padre Francisco José Greco, meu amigo e Bom Pastor, pelas palavras que, afastando as dúvidas, fortalecem a Fé de seu rebanho.

Ao professor e delegado de polícia, dr. Paulo Fernando Fortunato, ex-diretor do DIRD, por me apresentar às autoridades diplomáticas argentinas, abrindo o caminho para a pesquisa na Nação amiga.

*A doutora Cecília Fabiani de Oliveira e Nascimento, acolhedora
amiga, admirável pessoa. Obrigado por tudo o que representa não somente para
mim mas a todos aqueles que têm o privilégio de encontrá-la em suas vidas.
Desejo-lhe, do fundo do meu coração, toda a felicidade do mundo!*

*A meu grande amor, exemplo de humildade e de dedicação ao próximo,
carinhosa esposa, amiga e colega de profissão, perita criminal doutora Elza
Fernandes Marlet. Obrigado pela alegria do convívio que me faz feliz a cada dia.*

Às Instituições de Ensino

Universidade de São Paulo, em especial à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e ao Programa de Integração da América Latina (PROLAM);

Centro de Altos Estudos de Segurança “Coronel Nelson Freire Terra” da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CAES- Cel. PM Terra);

Academia de Polícia Civil do Estado de São Paulo “Doutor Coriolano Nogueira Cobra” (ACADEPOL);

Academia de Polícia Militar do Barro Branco (APMBB);

Centro de Formação de Soldados do 6º Comando de Policiamento do Interior da Polícia Militar do Estado de São Paulo (CFSd);

Núcleo de Ensino Policial Civil do Litoral- DEINTER/6;

Universidade Católica de Santos (UNISANTOS).

O servo do centurião

Quando Jesus entrou em Cafarnaum, um centurião aproximou-se dele, suplicando: “Senhor, meu criado está de cama, lá em casa, paralisado e sofrendo demais”. Ele respondeu: “Vou curá-lo”. O centurião disse: “Senhor, eu não sou digno de que entres em minha casa. Dize uma só palavra e o meu criado ficará curado. Pois eu, mesmo sendo subalterno, tenho soldados sob minhas ordens; e se ordeno a um: vai, ele vai, e a outro: vem!, ele vem; e se digo ao meu escravo: faze isto!, ele faz.

Ao ouvir isso, Jesus ficou admirado e disse aos que o estavam seguindo: “Em verdade vos digo: não encontrei em todo Israel uma fé mais forte nem mais verdadeira.”

Evangelho segundo Mateus, cap.8, vs.5-10

RESUMO

COSTA, M.F.G. **Evolução dos Direitos Humanos nas Ações das Forças de Segurança Latino-americanas: uma Análise Comparada das Polícias das Repúblicas da Argentina e do Brasil.** [Evolución de los Derechos Humanos en las Acciones de las Fuerzas de Seguridad en Latinoamericas. Análisis Comparada de las Policías de las Republicas de Argentina y Brazil.] 2011. 383p. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, 2011.

As Forças de Segurança dos Estados nacionais sempre representaram um papel decisivo para sua própria existência. Ao garantir, pelo uso legítimo da força, a defesa da soberania de seus países, suas mobilizações estiveram sempre ligadas a modelos ideológicos regentes das decisões emanadas dos poderes políticos em exercício em dado momento histórico. As décadas de sessenta, na república do Brasil e de setenta, na república da Argentina, inauguraram um período no qual as Forças Armadas, provocadas por modelos ideológicos de esquerda vigentes à época, uniram-se aos setores conservadores, decidindo apear do poder os segmentos civis para implantar, em franco prejuízo à democracia, modelos econômicos e políticos destinados à estabilização de ambas as Nações. Pelo lado brasileiro, o *Milagre Econômico* sustentou, por um bom tempo, o governo militar. Do mesmo modo, na Argentina, o *Plano de Reorganização Nacional*. O descontentamento de alguns setores sociais destes países não se limitou a contestações públicas, sufocadas por meio da repressão policial. Forçados a mergulhar na clandestinidade, organizaram-se em dezenas de grupamentos armados. Jovens corações detentores de uma equivocada porém inquebrantável crença: a de que reconquistariam a liberdade através de ensandecidas estratégias violentas de uma guerra revolucionária, nos mesmos moldes da vitoriosa Revolução Cubana de Fidel Castro e Ernesto Che Guevara. Pelo lado oposto, Forças Armadas e policiais argentinas se articularam para combater os opositores em meio àquilo que denominaram *guerra suja*. No Brasil, de igual maneira, polícias

e Forças Armadas, uniram-se com o propósito de aniquilar eficazmente os inimigos internos forjadores da *guerra revolucionária*. Crises políticas e econômicas, acompanhadas de guerras contra Nações soberanas, como no caso argentino, apressaram o fim das ditaduras militares. Entretanto, o gradativo caminho rumo à democracia e a uma nova ordem constitucional não poderia colocar fim às Instituições de Segurança internas e externas destes países. Foi preciso que seus papéis fossem repensados. Ao apartar-se as Forças Armadas da vida política, mesmo a contragosto dos setores mais radicais, foi preciso redefinir constitucionalmente suas missões, o mesmo ocorrendo com as forças policiais responsáveis pela segurança pública interna. A reconquista das democracias nestes dois importantes países da América Latina, acompanhadas por reformas e processos constituintes calcados no respeito incondicional aos direitos humanos foram fundamentais para a mudança de visões e de comportamentos. No decorrer deste processo, importantes inovações legislativas e educacionais contribuíram para o amadurecimento destas Instituições. Conhecidas atualmente pelas mesmas denominações outrora estabelecidas, algumas delas ao contrário, recém criadas, todas elas (re)nascem sob a égide de um novo tempo: o das Forças de Segurança constitucionais.

Palavras-chave: *Argentina. Brasil. Democracia. Direitos Humanos. Forças de Armadas. Forças de Segurança. Polícias.*

RESUMEN

COSTA, M.F.G. **Evolución de los Derechos Humanos en las Acciones de las Fuerzas de Seguridad Latinoamericanas: Análisis Comparada de las Policías de las Repúblicas de Argentina y Brasil.** [Evolução dos Direitos Humanos nas Ações das Forças de Segurança Latino-americanas: Uma Análise Comparada das Polícias das Repúblicas da Argentina e do Brasil.] 2011. 383p. Tesis (Doctorado en Ciencias) – Programa para la Integración de América Latina, Universidad de San Pablo, 2011.

Las Fuerzas de Seguridad de los Estados nacionales siempre han representado un papel decisivo de su propia existencia. Al asegurarse de que, por el uso legítimo de la fuerza, la defensa de la soberanía de sus países, sus protestas siempre han estado vinculadas a los regentes modelos ideológicos de las decisiones adoptadas por el poder político de turno bajo un determinado momento histórico. Los años sesenta, en la República de Brasil y los años setenta, en la República de Argentina, inauguraron un período en el que las Fuerzas Armadas, causada por modelos ideológicos de izquierda vigente en el tiempo, se unió a los sectores conservadores, diciendo apearse del poder los segmentos civiles para implementar, en franco daño a la democracia, modelos económicos y políticos destinados a la regularización de ambas naciones. En el lado brasileño, el *Milagro Económico* ha sostenido, durante mucho tiempo, el gobierno militar. Del mismo modo, en Argentina, el *Plan de Reorganización Nacional*. El descontento de algunos sectores sociales de estos países no se ha limitado a disputas públicas, asfixiadas por la represión policial. Obligados a pasar a la clandestinidad, se han organizado en decenas de grupos armados. Corazones jóvenes titulares de una mala pero irrompible creencia: la de recuperar su libertad por escandalosas estrategias violentas de una guerra revolucionaria, del mismo modo que el triunfo de la revolución cubana de Fidel Castro y Ernesto Che Guevara. En el lado opuesto, las Fuerzas Armadas y la policía argentina se unieron para combatir a los opositores a través de lo que llaman *guerra sucia*. En Brasil, igualmente, Policía y las Fuerzas

Armadas, se unieron con el fin de matar con eficacia los enemigos internos forjadores de la *guerra revolucionaria*. Crisis políticas y económicas, acompañada por las guerras contra naciones soberanas, como en el caso de Argentina, apresuraron el fin de las dictaduras militares. Sin embargo, el camino gradual a la democracia y un nuevo orden constitucional no podía poner fin a las Instituciones de Seguridad de dentro y de afuera de estos países. Era necesario que sus funciones fueran replanteadas. Al separar a los militares de la vida política, aunque a regañadientes de los sectores más radicales, fue necesario redefinir constitucionalmente sus misiones. Lo mismo ocurre con las fuerzas policiales responsables por la seguridad pública interna. La reconquista de las democracias en estos dos países importantes de América Latina, acompañado de reformas y procesos constituyentes puestos en el respeto irrestricto a los derechos humanos fueron clave para el cambio de puntos de vista y comportamientos. A lo largo de este proceso, importantes novedades legislativas y educativas han contribuido a la maduración de estas Instituciones. Conocidas en la actualidad por las mismas denominaciones una vez establecidas, a diferencia de algunas, de nueva creación, todas ellas (re)nacen bajo los auspicios de un nuevo tiempo: el de las Fuerzas de Seguridad constitucionales.

Palabras-clave: *Argentina. Brazil. Democracia. Derechos Humanos. Fuerzas Armadas. Fuerzas de Seguridad. Policía.*

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPÍTULO I

AUNAR – Asociacion Unidad Argentina

CELS – Centro de Estudios Legales y Sociales

CGPs – Centros de Gestión y Participación

CONADEP – Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas

CP – Comisaria de Policía

DGI – Dirección General Impositiva

ESMA – Escuela de Mecánica de la Armada

FAA – Fuerza Aerea Argentina

FFAA – Fuerzas Armadas

FAP – Fuerzas Armadas Peronistas

FAR – Fuerzas Armadas Revolucionarias

FP – Fuerzas Policiales

FS – Fuerzas de Seguridad

GNA – Gendarmería Nacional Argentina

GTs – Grupo de Tareas

ISSA – Instituto Superior de Seguridad Aeroportuaria

IUGNA – Instituto Universitario Gendarmería Nacional Argentina

IUPFA – Instituto Universitario de la Policía Federal Argentina

IUSM – Instituto Universitario de Seguridad Maritima

MJSDH – Ministerio de la Justicia, Seguridad y Derechos Humanos

OEA – Organización de los Estados Americanos

ONU – Organización de las Naciones Unidas

ONCCA – Oficina Nacional de Control Comercial Agropecuario

PAN – Policía Aeronautica Nacional

PAS – Policía Aeroportuaria de Seguridad

PB17 – Peronismo de Base 17 de Octubre

PFA – Policía Federal Argentina

PNA – Prefectura Naval Argentina

PPBA – Policía de la Provincia de Buenos Aires

PSP – Policía de Seguridad Provincial

PROSEF – Programa de Seguridad en Espectáculos Futbolísticos

PRONASERAR – Programa Nacional de Seguridad Rural y Ambiente Rural

PRT- ERP – Partido Revolucionario de los Trabajadores-Ejercito Revolucionario del Pueblo

SENASA – Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentario

SERPAJ- AL – Servicio Paz y Justicia en America Latina

SIDE – Secretaria de Inteligencia del Estado

SIN – Servicio de Inteligencia Naval

SPF – Servicio Penitenciario Federal

SURC – Sistema Unificado de Registros Criminales

Triplo A – Alianza Anticomunista Argentina

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPÍTULO II

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ACISO – Ação Cívico-Social

ACADEPOL – Academia de Polícia

AGU – Advocacia Geral da União

AI – Ato Institucional

ALN – Ação Libertadora Nacional

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

ANP – Academia Nacional de Polícia

APBB – Academia de Polícia do Barro Branco

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BCS – Bases Comunitárias de Segurança

BEPE – Batalhão Escola de Pronto Emprego

CAES – Centro de Altos Estudos de Segurança

CAN – Correio Aéreo Nacional

CBAs – Comitês Brasileiros de Anistia

CBPMESP – Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo

CDHSP – Centro de Direitos Humanos e Segurança Pública

CER – Comissão de Estradas de Rodagem

CESPC – Centro de Estudos Superiores da Polícia Civil do Estado de São Paulo

CFSd – Centro de Formação de Soldados

CFSU – Centro de Formação em Segurança Urbana

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança

COTER – Comandante de Operações Terrestres

CP – Código Penal

CPM – Código Penal Militar

CPP – Código de Processo Penal

CPPM – Código de Processo Penal Militar

CSP – Curso Superior de Polícia

CSPI – Curso Superior de Polícia Integrado

CTs – Centros de Treinamento

CTMSP – Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo

DFSP – Departamento Federal de Segurança Pública

DGP – Delegacia Geral de Polícia

Div Mis Paz – Divisão de Missões de Paz

*DOI-CODI – Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações
de Defesa Interna*

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DPF – Departamento de Polícia Federal

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

DRPB – Departamento Regional de Polícia de Brasília

EEF – Escola de Educação Física

EB – Exército Brasileiro

EM – Estatuto dos Militares

ESB – Escola Superior de Bombeiros

ESSgt – Escola Superior de Sargentos

FAB – Força Aérea Brasileira

FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

FFAA – Forças Armadas

FNSP – Força Nacional de Segurança Pública

FS – Forças de Segurança

GCM – Guarda Civil Metropolitana

GEB – Guarda Civil Especial de Brasília

GGI – Gabinete de Gestão Integrada

GOE – Grupo de Operações Especiais

GptOpFuzNav – Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais

GTAs – Grupos Táticos Armados

IC – Instituto de Criminalística

IML – Instituto Médico-Legal

MB – Marinha do Brasil

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti

MJ – Ministério da Justiça

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MRT – Movimento Revolucionário dos Trabalhadores

NECRIM – Núcleo Especial Criminal

NOVACAP – Companhia Urbanizadora Nova Capital do Brasil

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OBAN – Operação Bandeirantes

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCC – Primeiro Comando da Capital

PC – Polícia Civil

PCESP – Polícia Civil do Estado de São Paulo

PDS – Partido Democrático Social

PFL – Partido da Frente Liberal

PFF – Polícia Ferroviária Federal

PM – Polícia Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMESP – Polícia Militar do Estado de São Paulo

PRF – Polícia Rodoviária Federal

PROERD – Programa de resistência às Drogas e à Violência

QG – Quartel General

RENAESP – Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança

RONE – Rondas Noturnas Especiais

*RUDI – Rondas Unificadas do Departamento de Estadual de Investigações
Criminais*

RUPA – Rondas Unificadas da Primeira Auxiliar

SE-EB – Sistema de Excelência no Exército Brasileiro

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SPTC – Superintendência de Polícia Técnico-Científica

STF – Supremo Tribunal Federal

SUSP – Sistema Único de Segurança Pública

URUBRA I – Missão Uruguai-Brasil I

SUMÁRIO

Introdução.....	43
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

O ESTADO CONSTITUCIONAL ARGENTINO

1 Breves considerações sobre o processo constituinte argentino	49
2 O novo papel das Forças Armadas argentinas	51
2.1 Atribuições constitucionais das Forças Armadas argentinas	54
2.2 Submissão do poder militar ao poder civil	59
2.3 Controle constitucional das Forças Armadas	61
3 Lutas pelo restabelecimento dos direitos humanos.....	65
3.1 Respostas ao terrorismo de Estado	67
3.2 Julgamentos realizados pelos tribunais.....	68
3.2.1 Os réus e suas sentenças.....	70
3.3 Vítimas da repressão	71
3.4 Os centros de detenção clandestina	72
3.4.1 Club Atlético	74
3.4.2 Centro de Detenção Olimpo	75
3.4.3 Centro Virrey Cevallos	77

3.4.4 Automotores Orletti	78
3.4.5 Garaje Azopardo	80
3.4.6 Escuela de Mecánica de la Armada.....	81
4 Constitución da Nação e garantias individuais dos cidadãos argentinos ...	99
4.1 Princípio do juiz natural	101
4.2 Princípio da não incriminação e inafastabilidade da jurisdição	103
4.3 Princípio da inviolabilidade da defesa e direitos do imputado	104
4.4 Princípio da inviolabilidade do domicílio e de correspondência	106
4.5 Abolição da pena de morte por causas políticas e das torturas.....	116
4.6 A humanização das penas de prisão	126
5 Instituições de segurança pública argentinas	133
5.1 O Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos	134
5.1.1 Prefectura Naval Argentina	143
5.1.1.1 Atividades de policiamento ambiental.....	145
5.1.1.2 Polícia judiciária e auxiliar da justiça	146
5.1.1.3 Combate ao tráfico de estupefacientes.....	147
5.1.1.4 Ajuda humanitária e de defesa civil	147
5.1.1.5 A defesa da Soberania do território	148
5.1.1.6 Instituto Universitario de Seguridad Maritima	150
5.1.1.6.1 Escuela Superior de la Prefectura Naval Argentina	152
5.1.2 Gendarmería Nacional Argentina.....	155
5.1.2.1 Missões internacionais	156

5.1.2.2 Missões policiais internas.....	157
5.1.2.3 Direção de Polícia Científica	158
5.1.2.4 Gendarmeria Nacional Argentina e a Guerra das Malvinas	160
5.1.2.5 Institutos de Formação Educacional	161
5.1.2.5.1 Escuela General “D. Martín Miguel Güermes”	161
5.1.2.5.2 Escuela Cabo “Raúl Remberto Cuello”	163
5.1.2.5.3 Escuela Superior de <i>Gendarmería Nacional Argentina</i>	166
5.1.3 Policía de Seguridad Aeroportuaria.....	169
5.1.3.1 Gestão da segurança aeroportuária.....	171
5.1.3.2 Características da segurança aeroportuária	173
5.1.3.3 Segurança policial aeroportuária.....	174
5.1.3.3.1 Segurança aeroportuária preventiva	175
5.1.3.3.2 Segurança aeroportuária complexa	176
5.1.3.4 Desmilitarização institucional da <i>PSA</i>	178
5.1.3.5 Despolitização institucional da <i>PSA</i>	179
5.1.3.6 Institutos de Formação da <i>PSA</i>	180
5.1.3.6.1 Instituto Superior de Seguridad Aeroportuaria	181
5.1.3.6.2 Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais da <i>PSA</i>	182
5.1.4 Servicio Penitenciario Federal.....	185
5.1.4.1 Investigações disciplinares internas	186
5.1.4.2 Complexo penitenciário federal	189
5.1.4.2.1 Província de Buenos Aires	189

5.1.4.2.2 Cidade Autônoma de Buenos Aires	190
5.1.4.2.3 Província de Missões	192
5.1.4.2.4 Província de Formosa	192
5.1.4.2.5 Província do Chaco	193
5.1.4.2.6 Província de Jujuy	194
5.1.4.2.7 Província de Mendoza	194
5.1.4.2.8 Província do Pampa	195
5.1.4.2.9 Província de Neuquen	196
5.1.4.2.10 Província do Rio Negro	196
5.1.4.2.11 Província de Chubut	197
5.1.4.3 Institutos de Formação do <i>SPF</i>	198
5.1.4.3.1 Escuela Penitenciaria de la Nación “ <i>Dr. Juan José O’Connor</i> ”	199
5.1.4.3.2 Escuela de Suboficiales “ <i>Coronel Romulo Paez</i> ”	200
5.1.4.3.3 Academia Superior Penitenciaria “ <i>Roberto Pettinato</i> ”	201
5.1.5 <i>Policía Federal Argentina</i>	203
5.1.5.1 Procedimentos nas detenções em flagrante	205
5.1.5.2 Procedimentos nos sumários de investigação	206
5.1.5.3 Detenção para fins de identificação criminal	207
5.1.5.4 Funções e faculdades como polícia de segurança	208
5.1.5.5. Institutos de formação da <i>PFA</i>	210
5.1.5.5.1 Escola de Cadetes da <i>PFA</i>	211
5.1.5.5.1.1 Formações de escalões especializados	212

5.1.5.5.2 Escuela “Comisario General Alberto Villar”	213
5.1.5.5.3 Instituto Universitario da PFA.....	214
5.1.6 Policía de la Provincia de Buenos Aires.....	217
5.1.6.1 Estrutura orgânica da PPBA.....	221
5.1.6.1.1 Policía de Seguridad	222
5.1.6.1.2 Policía de Investigaciones en Función Judicial	224
5.1.6.1.3 Policía de Investigaciones de Delitos Complejos y Crimen Organizado ..	226
5.1.6.1.4 Policía de Investigaciones del Tráfico de Drogas Ilícitas.....	226
5.1.6.1.5 Policía Científica.....	227
5.1.6.1.6 Policía de Información.....	227
5.1.6.1.7 Policía de Comunicaciones	228
5.1.6.2 Institutos de Formação	228
5.1.6.2.1 Escuela de Policía “Juan Vucetich”	229
6 Considerações sobre o primeiro capítulo.....	231

Capítulo II

O ESTADO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

7 O Brasil e a campanha pela anistia.....	235
7.1 Anistia ampla, geral e irrestrita	237
7.2 A Lei de Anistia.....	240
7.3 Resistências à abertura política.....	243
8 Rumo ao poder constituinte e à Constituição Democrática de 1988	247
8.1 A Assembleia Nacional Constituinte	248
8.2 A Constituição da República Federativa do Brasil	250
9 Constituição da República Federativa do Brasil e as Forças Armadas.....	255
9.1 Hierarquia e Disciplina	257
9.2 Missões das Forças Armadas no Estado Democrático de Direito	260
9.3 Missões de Paz	262
9.3.1 Missões do Exército Brasileiro	263
9.3.2 Missões da Marinha do Brasil.....	264
9.3.2.1 Programa Nuclear da Marinha do Brasil	265
9.3.3 Missões da Força Aérea Brasileira	266
9.3.3.1 Missões de Paz no Haiti	267
9.3.3.2 Missão URUBRA I	267

10 Constituição da Nação e garantias individuais dos cidadãos brasileiros 269

10.1 Vedação da tortura e dos tratamentos cruéis ou degradantes.....	272
10.2 Assistência religiosa a pessoas sob a custódia do Estado	274
10.3 Resguardo da honra e da imagem de pessoas sob investigação	275
10.4 Inviolabilidade do domicílio	278
10.5 Inviolabilidade das comunicações interpessoais.....	281
10.6 Proibição de investigação de condutas não criminais.....	283
10.7 Respeito à integridade física e moral do preso	285
10.8 Inadmissibilidade das provas ilícitas	287
10.9 Presunção de inocência	288
10.10 Prévia identificação civil	290
10.11 Prisão em flagrante delito.....	292
10.12 Judicialização da prisão em flagrante delito	294
10.13 Direito ao silêncio, à defesa técnica e à assistência familiar.....	296
10.14 Direito à identificação dos autores da prisão e da autoridade responsável por seu interrogatório policial	297
10.15 Obrigatoriedade de concessão de fiança	299
11 Instituições de segurança pública brasileiras	301
11.1 Força Nacional de Segurança Pública	305
11.1.1 Ações de preservação da ordem pública	306
11.1.2 Batalhão Escola de Pronto Emprego	306
11.1.3 Atuações em investigações criminais.....	307
11.1.4 Missões da FNSP.....	308

11.2 Departamento de Polícia Federal	309
11.2.1 Polícia judiciária da União.....	311
11.2.2 Repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes	312
11.2.3 Controle de armas e campanha do desarmamento	313
11.2.4 Registro nacional de estrangeiro e emissão de passaportes.....	313
11.2.5 Autorização e fiscalização de empresas de segurança privada	314
11.2.6 Prevenção e combate ao tráfico de seres humanos.....	315
11.2.7 Academia Nacional de Polícia	316
11.3 Polícia Rodoviária Federal	319
11.3.1 Atribuições de policiamento rodoviário ostensivo	320
11.3.2 Repressão às atividades criminosas.....	321
11.3.3 Serviços de socorro	322
11.3.4 Centros de Treinamento da PRF	322
11.4 Polícia Ferroviária Federal	325
11.5 Polícia Militar do Estado de São Paulo.....	327
11.5.1 A Força Pública do Estado de São Paulo	328
11.5.2 Fim da Força Pública e nascimento da Polícia Militar.....	330
11.5.3 Polícia Militar constitucional.....	331
11.5.4 Atividades de policiamento comunitário	332
11.5.5 Programa Educativo sobre Resistência às Drogas.....	332
11.5.6 Corpo de Bombeiros da PMESP.....	335
11.5.7 Sistema de Ensino da PMESP.....	336

11.5.7.1 Centro de Formação de Soldados “Coronel Eduardo Assumpção”.....	337
11.5.7.2 Escola Superior de Sargentos.....	338
11.5.7.3 Academia de Polícia Militar do Barro Branco	338
11.5.7.4 Escola Superior de Bombeiros “Coronel Paulo Marques Pereira”.....	339
11.5.7.5 Escola de Educação Física da PMESP.....	339
11.5.7.6 Centro de Altos Estudos de Segurança “Coronel Nelson Freire Terra”.....	340
11.6 Polícia Civil do Estado de São Paulo	343
11.6.1 Atividades de polícia judiciária	346
11.6.2 Policiamento preventivo especializado.....	348
11.6.3 Atuações na pacificação de conflitos interindividuais.....	348
11.6.4 Superintendência da Polícia Técnico-Científica	351
11.6.4.1 Instituto de Criminalística	352
11.6.4.2 Instituto Médico-Legal	354
11.6.5 Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra”	356
11.6.5.1 Centro de Direitos Humanos e Segurança Pública	357
11.6.5.2 Centro de Estudos Superiores da Polícia Civil	358
11.6.5.3 Curso Superior de Polícia	359
11.6.5.4 Curso Superior de Polícia Integrado	359
11.7 Guarda Civil Metropolitana	361
11.7.1 Atividades voltadas à Segurança Urbana	362
11.7.2 Ações especializadas de Segurança Urbana.....	362
11.7.3 Centro de Formação em Segurança Urbana	364

12 Considerações sobre o segundo capítulo.....	367
13 Conclusão final	369
14 Referências.....	371

Introdução

Quase vinte anos na carreira policial. A rigor, dezenove anos e seis meses até a concretização deste trabalho. Inúmeras foram as passagens vividas. Observamos claramente as transformações legislativas e comportamentais dos representantes do Estado encarregados do cumprimento da lei.

O nascimento de uma sociedade livre, saída das entranhas de um Estado autoritário não poderia, por razões óbvias, nos oferecer uma democracia consolidada. Coube e ainda cabe a nós, latino-americanos, desenhar o destino de nossas Nações. Devemos escolher qual caminho percorreremos, jamais caindo nas armadilhas do imediatismo com vistas a solucionar os problemas da violência que grassa atualmente por todo o continente.

Crises sempre farão parte de nossa história. Serão elas sempre necessárias para o diagnóstico de algo que não se encontra em perfeita saúde. Entretanto, para que a intervenção não seja prejudicial ao corpo como um todo, é preciso agir pacientemente e com ponderação. A incompreensão do paciente não pode ferir o equilíbrio daquele que tem por obrigação prover o seu tratamento. Remédios adequados serão gradativamente ministrados, prudentemente, para que o doente não sucumba.

A sociedade, paciente merecedora das atenções médicas do Estado, com ele participará ativamente de todo este processo, objetivando sua gradativa recuperação. Assim, ao retomar a pequenos passos melhorias que lhe devolvam parte de sua autonomia percorrerá, suavemente, seus caminhos. Aprimorará, cada vez mais, a esperada recuperação. É preciso que ambos atores assumam estas responsabilidades, sem as quais nenhuma terapia alcançará os objetivos maiores desta beneficência: a higidez de todo o corpo.

A Democracia expressa fielmente a condução daqueles que têm por propósito a construção da liberdade. Esta, por sua vez, somente se mantém sólida quando erigida sobre verdadeiros alicerces de justiça. Uma vez fixados estes pilares, a paz virá como última etapa, cobrindo toda a estrutura edificada com a cooperação de milhões de ações humanas que se propuseram a criar algo melhor para todos.

Sociedade e Estado não são meras abstrações. Existem concretamente nos milhões de indivíduos componentes da comunidade latino-americana. Os percalços passados serviram para reconhecermos nossos erros, avançando na medida em que os corrigimos, práticas estas imprescindíveis à elaboração de uma nova ordenação política. Pertencentes ou não à composição do Estado, interagindo nas mais diversas relações sociais, nos mobilizamos para exigirmos dos poderes outrora constituídos, propostas que nos conduzissem a um ambiente no qual fosse possível retomarmos as combalidas liberdades públicas.

Uma geração de jovens foi às ruas. Pacificamente e em festa tivemos a sorte de cumprirmos o papel que nos fora dado no momento, uma vez arrefecida a repressão do Estado. Por meio de manifestações criamos um ambiente propício à realização de eleições, ainda que timidamente. Infelizmente, a geração que nos antecedeu não recebeu o mesmo destino. Mergulhada na escuridão, impedida de buscar um feixe de luz que lhe apontasse uma saída harmoniosa, incorreu no erro do imediatismo, comportamento próprio daqueles que viveram intensamente a “lira dos vinte anos”. Em consequência, somaram significativo saldo de mortos e desaparecidos entre brasileiros e platinos. De nosso lado, mais de trezentos. Quanto à Nação argentina, de um modo infinitamente mais trágico, mais de trinta mil!

Brasileiros e argentinos. Quantas lutas! Quantas vidas sacrificadas! Infelizmente, a liberdade, condição indispensável para alcançarmos a paz não pôde

prescindir dos sangrentos embates ocorridos entre as Forças de Segurança do Estado, muitas vezes aliadas a grupos paramilitares de direita, oferecendo uma configuração monstruosa ao poder vigente: o terrorismo de Estado. Por outro lado, as organizações guerrilheiras. Fragmentadas em dezenas de grupos, muitos deles formados por meio de uma rígida hierarquia, muitas delas organizadas em moldes paramilitares, inspiraram-se em pensamentos políticos sediciosos. Insurgindo-se contra um Estado cuja estrutura era apenas aparentemente constitucional, premeditavam muitas ações hediondas, materializadas por desapropriações (roubos a bancos), sequestros (tomada de reféns simpáticos ao regime) e retomadas (roubos de armamentos destinados a ações violentas). As respostas reativas do Estado vieram com força incomparavelmente maior. Ausente a democracia, silenciaram-se os outros poderes. O Poder Executivo, inversamente, agigantou-se. Com ele, os poderes armados representados pelas Forças Armadas comandando suas ações com o auxílio das Forças de Segurança internas. A anarquia surgida pelo desrespeito ao conteúdo das constituições desencadeou uma onda de violência sem precedentes. Sem a preocupação de operar uma repressão nos moldes permitidos pela lei, as ações do Estado fugiram ao controle. O resultado não poderia ser outro. Morticínios, dores, desesperos, abandonos, impotências. Lágrimas de sangue escorreram nas casas de ambos os países. Mães desesperadas elouqueceram caminhando em círculos em praças diante de uma Casa Rosada, perguntando sobre o paradeiro de filhos com fotos estampadas em cartazes. Incessantes idas a centros de detenção clandestinos ou oficiais fizeram parte do cotidiano de pais, irmãos, amigos. Contatos estabelecidos com altos escalões do poder ditatorial, na esperança de obter alguma informação sobre o paradeiro de pessoas queridas foram expedientes utilizados tanto por argentinos como por brasileiros. Nestes difíceis tempos, até mesmo advogados tiveram seu destino marcado pelo terror infligido a eles e a seus familiares. Centenas deles desapareceriam por conta dos *Grupos de Tareas*, encarregados de operar, sob o

aval do Estado terrorista, as ações clandestinas da repressão. Ao descermos na estação metropolitana *Tribunales*, o testemunho nos é dado por meio de uma discreta placa diante do Tribunal de Justiça da Província de Buenos Aires na qual figuram os nomes de muitos destes profissionais.

Números menores porém não menos expressivos foram contabilizados no Brasil. Também choramos nossos mortos. Figuras políticas, detentoras de mandatos parlamentares, desapareceram. Seus corpos, jamais localizados, nos mostram às escâncaras a ausência dos limites operados por ditaduras despudoradas, ciosas em eliminar qualquer espécie de opositores, estivessem ou não armados. Rubens Paiva e Davi Capistrano são apenas dois nomes a servirem como referências. Na mesma esteira, o jornalista Wladimir Herzog. A despeito de não possuir nenhuma ligação com as estruturas do Poder Legislativo, a relação guardada com os citados deputados fora a de não recorrer à força para se insurgir contra o regime. O uso da pena lhe bastou para que tivesse o mesmo destino. Neste caso, restou ao menos aos familiares a consolação de receberem seu corpo para sepultamento.

Eis alguns dos mortos em períodos tão tristes de nossa história. Milhares de famílias, brasileiras e argentinas, conhecidas ou anônimas, lamentam até hoje a perda de seus entes queridos. De ambos os lados contamos suas lágrimas. Oriundas das mesmas dores, não nos cabe aqui analisarmos quais as mais sentidas, por possuírem o mesmo sabor salgado nos lábios de quem as derrama. Agentes das Forças de Segurança também tombaram, sendo igualmente pranteados por seus familiares. A maioria deles, por não participarem e até mesmo desconhecerem quais os grupos clandestinos do terrorismo de Estado, morreram no cumprimento do dever, vitimados pelas atividades dos grupos armados de esquerda. Mario Kozel Filho, José Aleixo Nunes e Alberto Mendes Junior nos oferecem uma pequena amostra dos soldados anônimos mortos durante este

período, cujos paradeiros se tornaram conhecidos pela história após serem tristemente gravados em suas lápides.

Este estudo não tem por escopo revolver o tenebroso passado experimentado pelos cidadãos das repúblicas argentina e brasileira. Projetamo-lo para outros horizontes. Partimos da redemocratização destes países objetivando, por meio desta investigação, mais e mais sua consolidação. No eixo central de nossa pesquisa, algumas Instituições policiais destas duas Nações, os diplomas legislativos surgidos durante o período da redemocratização, além das novas formas de educação, formação e treinamento dos agentes da Segurança Pública dos Estados. Apesar de constatarmos que há muito ainda por fazer, avanços significativos foram observados durante os quase vinte anos à frente de atividades policiais voltadas à execução do mister da segurança da sociedade e ao preparo de expressivos contingentes policiais formados durante a nova história constitucional dos dois países. Uma nova ordem implicou, necessariamente, uma transformação das ações policiais do Estado.

Por vezes não foi possível deixarmos de analisar alguns fatos históricos que nos remontam ao período de exceção. Advertimos que serão utilizados somente à guisa de comparação ao momento histórico presente, a fim de observarmos quais os avanços e, principalmente, quais os entraves ocorridos durante este processo. Desse modo, reconheceremos quais erros ainda persistem para que, na medida em que formos operando as correções, possamos caminhar em direção àquilo que firmamos como nosso grande compromisso: o de construir forças policiais cujos agentes se reconheçam como participantes ativos de imprescindíveis mudanças. Ações que mudem o eixo de atuação das forças policiais, nos quais sejam concretizados os propósitos para a segurança do cidadão e da sociedade. Não nos cabe mais termos por objetivo a segurança do Estado. Estado de direito e democracia não existem substancialmente sem que

seus agentes restrinjam suas condutas estritamente ao que for constitucionalmente permitido. Neste embate entre a lei e o arbítrio, a intensa fiscalização das Forças de Segurança, indispensável ao incremento de um Estado democrático, jamais se substituirá às consciências dos próprios agentes encarregados do cumprimento das normas vigentes. É preciso também gerar novas consciências, por meio de outras concepções. Ideias que estejam intimamente ligadas a um novo sistema de garantias. Proteger a sociedade sem ferir os direitos fundamentais da pessoa humana pelos quais tanto lutamos para seu restabelecimento e por sua continuidade e aprimoramento.

Esperamos, assim, oferecer um pouco mais de nossos esforços para a construção de uma sociedade calcada nos princípios da paz, da convivência tolerante entre seus membros em meio a tantas diversidades. Desejamos uma polícia que não traga para si a total responsabilidade na solução dos conflitos. Propomos formar policiais que se reconheçam como agentes históricos para colaborarem, sensivelmente, quando do cumprimento de seus deveres, à plena realização dos direitos humanos fundamentais naquilo que lhes compete desempenhar.

Esta modesta reflexão dirige-se a argentinos e brasileiros, inspirados pela boa-fé de seus corações, pertencentes ou não aos quadros das carreiras das Instituições policiais, para que nunca apaguem do peito a chama das boas intenções.

Aos que se interessarem pelo estudo, desejamos uma relaxante leitura

Capítulo I

O Estado Constitucional Argentino

1 Breves considerações sobre o processo constituinte argentino

A eleição, instalação e funcionamento do processo constituinte argentino teve início no dia dez de abril de mil novecentos e noventa e quatro. Os dois partidos do Pacto de Olivos¹ obtiveram cinquenta e oito por cento dos votos. Entretanto, um elevado número de abstenções e votos em branco, cerca de quarenta por cento, fizeram parte deste padrão eleitoral. Trezentos e três foram os deputados constituintes. Cento e trinta e seis pelo Partido Justicialista; setenta e cinco pela União Cívica Radical; trinta e dois deputados pela Frente Grande; vinte pelo Modín. O restante foi composto pelos demais partidos.

A Assembleia Constituinte iniciou suas sessões no dia vinte e cinco de maio de mil novecentos e noventa e quatro, concluindo o processo em vinte e dois de agosto do mesmo ano. Elegeu-se como presidente para coordenar os trabalhos, o presidente interino do senado, senador Eduardo Menen. Salvo as reuniões iniciais e as poucas reuniões fechadas, a Assembleia estabeleceu-se em Santa Fé. O texto definitivo, publicado no boletim oficial de vinte e três de agosto foi jurado no dia seguinte em sessão realizada no *Palacio San José*, em *Concepción Del Uruguay*, província de *Entre Ríos*. O Congresso sancionou a Lei 24.430, ordenando a publicação do texto oficial da *Constitución de la Nación Argentina*. O atual texto constitucional argentino mantém uma estrutura representativa, republicana e federativa, sobre a base de um regime presidencialista, muito semelhante à estrutura constitucional brasileira. Observamos, porém, que embora disponha

¹ O Pacto de Olivos foi um acordo celebrado em quatorze de novembro de mil novecentos e noventa e três. Carlos Saúl Menen e Raúl Ricardo Alfonsín o subscreveram por meio de mútuas concessões. Por um lado, se admitia a reeleição presidencial; por outro, para reduzir poderes do chefe de Estado, concebia-se a figura de um ministro coordenador. (Sagüés 1999:19)

sobre vários temas específicos tais como povos indígenas, educação, cultura, comércio exterior, serviço de correios dentre outros, é omissa no que tange às questões da Segurança Pública não prevendo quais são as Instituições policiais responsáveis por este mister.

2 O novo papel das Forças Armadas argentinas

Diferentemente da Constituição da República Federativa do Brasil a qual prevê, como veremos oportunamente, a missão das Forças Armadas e suas respectivas composições, a Constituição da Nação Argentina não menciona sequer as especificidades de mencionadas Forças: se terrestres, navais ou aéreas. Preferiu a denominação genérica de Forças Armadas, estabelecendo sobre seus comandos um rígido controle por parte dos três poderes, representados pelo Presidente da Nação, pelo Congresso e pela Corte Suprema de Justiça.

Precedentes históricos recentes foram determinantes para que o novo ordenamento constitucional excluísse qualquer possibilidade das Forças Armadas participarem dos desígnios da política interna da Nação argentina, limitando sua atuação à defesa do território e à garantia da Soberania argentina. Um golpe de Estado protagonizado pelos militares das três armas ofereceu ao povo argentino uma dura lição: as crises institucionais do país não poderiam jamais ser resolvidas por meio de uma intervenção militar, em detrimento do poder civil.

A ação militar tem início na noite de vinte e três de março de mil novecentos e setenta e seis. María Estela Martínez de Perón, a presidente Isabelita, foi detida por ordens militares, sendo confinada em uma residência no sul do país. No dia seguinte, os comandantes das três armas comunicam aos cidadãos argentinos que haviam tomado o poder, ditando-lhes uma série de documentos que constituiriam as normas fundamentais do regime militar denominado *Proceso de Reorganización Nacional (PRN)*. Dentre vários propósitos, destacavam-se três objetivos concretos: a aniquilação da subversão e de suas causas; a reestruturação da economia; a posterior instauração de uma democracia republicana, representativa e federal, com a consequente renovação da direção política existente. Ao poder ascenderam os três comandantes gerais: pelo Exército, o Tenente General Jorge Rafael Videla; pela Marinha, o Almirante Emilio Eduardo Massera; pela Força Aérea, o Brigadeiro General Orlando Ramón. Componentes de uma Junta Militar, proclamaram a ata de objetivos básicos, a ata da reorganização e as bases para a intervenção das Forças Armadas. As

constituições da Nação e as das províncias mantinham sua vigência naquilo que não se opusessem aos enunciados do Estatuto que deu origem ao Processo de Reorganização Nacional.

A Junta Militar, declarando-se órgão supremo da Nação, encarregou-se de velar pelo “normal funcionamento dos demais poderes do Estado e pelos objetivos básicos a serem alcançados”. Ao designar o presidente da república, a cargo do Poder Executivo, tinha poderes para removê-lo quando “por razões de Estado considerasse conveniente”. As três Forças assumiram a plenitude do poder, declarando vagos os cargos de presidente e de governadores das províncias. Dissolveram o Congresso Nacional, as legislaturas provinciais e os conselhos municipais. Não bastando à centralização total do poder, determinaram a remoção dos membros da Corte Suprema de Justiça e dos tribunais superiores das províncias, designando para todos os organismos estatais membros em atividade nas Forças Armadas. Somente os intendentess da maior parte dos municípios das províncias, eleitos no período anterior, continuaram no desempenho de suas funções políticas.

O processo teve a duração de sete anos e nove meses, havendo trocas periódicas entre os integrantes da Junta Militar, com quatro presidentes efetivos. A gestão mais extensa foi a de Jorge Rafael Videla, em dois períodos situados de vinte e nove de março de mil novecentos e setenta e seis a vinte e nove de março de mil novecentos e oitenta e um. Sucedido pelo General Roberto Viola, em onze de dezembro do mesmo ano, por determinação da Junta Militar, teve findo seu mandato. Em seu lugar foi designado para completar o período presidencial que venceria em vinte e nove de março de mil novecentos e oitenta e quatro, o General Leopoldo Fortunato Galtieri. Entretanto, em vista da derrota argentina na Guerra das Malvinas, viu-se obrigado a renunciar em dezoito de junho de mil novecentos e oitenta e dois. O último presidente deste ciclo militar foi o General Reynaldo Benito Bignone. Ao assumir a presidência em primeiro de julho do mesmo ano, teve por missão específica liquidar o Plano de Reorganização Nacional, convocando eleições sem estabelecer quaisquer condições para sua realização, sob o compromisso de passar o poder aos que vencessem o processo político, cumprindo o prometido no dia dez de dezembro de mil novecentos e oitenta e três.

Apesar das dissidências internas, especialmente no que tange ao plano econômico e às propostas políticas, a luta contra a subversão contou com a união das três armas para sua erradicação. O combate às forças guerrilheiras de oposição ao golpe contou com o tácito assentimento da sociedade e o prudente silêncio dos partidos políticos. As ações da repressão já haviam sido experimentadas quando, em setembro de mil novecentos e setenta e cinco, governantes constitucionais aprovaram um mandato legal às Forças Armadas com vistas a aniquilar os grupos opositores armados. O governo militar acentuou esta luta com virulência, surpreendendo os militantes guerrilheiros, operando sua total desarticulação por meio de uma campanha concluída em meados de mil novecentos e setenta e oito.

“Cuando el 24 de marzo de 1976 las Fuerzas Armadas dieran el golpe de Estado muy pocos se sorprendieron. Incluso es probable que una proporción nada desdeñable de la población haya sentido cierto alivio: suponían que los militares estabilizarían la economía e pondrían fin a la violencia (...) Al igual en otras oportunidades, las garantías constitucionales fueron inmediatamente suspendidas, se impulsó el toque de queda, se disolvieron el Congreso Nacional y las legislaturas provinciales y municipales. Fueron removidos los miembros de la Corte Suprema de Justicia y se prohibió toda la actividad política y gremial. Para la sociedad argentina éstas no eran medidas novedosas. Podía tratar-se, simplemente, de ‘una dictadura más’. Sin embargo, no lo fue”. (Schujman et al 2007:186).

O triunfo militar sofreu sérios questionamentos com relação aos procedimentos empregados. Prisões ilegais, sequestros, torturas, execuções clandestinas e desaparecimento de pessoas compuseram um cenário de terror, assombrando de um modo sem precedentes toda a Nação argentina. Foi o período histórico conhecido por *guerra suja ou brutal repressão*. Referidas denominações cederam lugar a memórias históricas contrapostas e irreconciliáveis. O terrorismo de Estado fez com que o governo militar perdesse o consenso da sociedade. Na medida em que a repressão sofria com a intensidade dos protestos, movimentos reivindicatórios por uma revisão das atuações dos militares contra a subversão aceleraram a derrocada da ditadura militar argentina.

O cronograma eleitoral determinou que a partir de trinta de outubro de mil novecentos e oitenta e três, haveria comícios por todo o país para eleger as

autoridades constitucionais da Nação, desde o presidente da república até os conselhos municipais. Eleições gerais e não escalonadas foram exigências inarredáveis para a concretização do processo. Os partidos políticos não estabeleceram qualquer ligação com o governo militar. Finalizadas as campanhas, a vitória coube à União Cívica Radical, de Raúl Alfonsín e Vítor Martínez com quase cinquenta e dois por cento dos votos. Pondo fim à mais violenta ditadura experimentada pela Argentina nasce, em seu lugar, com grandes expectativas e esperanças, um novo período democrático.

2.1 Atribuições constitucionais das Forças Armadas argentinas

O novo período constitucional argentino, inaugurado pela Carta Constitucional de mil novecentos e noventa e quatro, nos mostra claramente um rígido controle sobre as Forças Armadas da Nação, vedando qualquer forma de intervenção por parte de seus comandos nos desígnios da política interna do país. Embora não haja nos artigos enunciados na Constituição, a exemplo do que faz a Constituição brasileira, menção explícita à Marinha, ao Exército ou à Aeronáutica, a denominação genérica *Forças Armadas* faz referência a estes três seguimentos. Com relação aos seus contingentes, a Carta argentina, ao dispor sobre a defesa da Pátria e da Constituição estabelece o recrutamento obrigatório dos cidadãos argentinos na condição de conscritos, quais sejam, os componentes não detentores de postos de comando, oriundos de todos os seguimentos da sociedade. Dispondo que todo cidadão argentino está obrigado a se armar para defender a Pátria e a Constituição, submete tal obrigação em estrita conformidade com as leis emanadas do Congresso e aos decretos expedidos pelo Poder Executivo da Nação.² Desse modo, proíbe a existência de qualquer grupo armado que não esteja rigidamente sob o controle e fiscalização por parte dos poderes políticos previstos pela ordem constitucional, para que não adotem comportamentos tendentes ao desvio do cumprimento das normas preestabelecidas.

² Artículo 21. [Defensa de La Patria y De La Constitución] – Todo ciudadano argentino está obligado a armarse en defensa de la Patria y de esta Constitución, conforme a las leyes a los decretos del Ejecutivo nacional.

Observamos também dispositivos constitucionais controladores de outros seguimentos armados, cuja existência está prevista somente em leis infraconstitucionais. Com efeito, as Forças de Segurança internas, representadas pelos corpos das Instituições policiais argentinas não estão previstas em seu bojo. De um modo diverso, porém com o imprescindível controle constitucional afeto às Forças Armadas de Soberania, as Forças policiais federais e provinciais são criadas, estruturadas e disciplinadas conforme disposições legais decorrentes dos princípios estabelecidos pela lei maior. É o caso, por exemplo, das leis³ que estabelecem as bases jurídicas e institucionais a respeito das corporações garantidoras da Segurança Pública da Nação argentina. O sistema argentino veda ao povo qualquer forma de deliberação ou governo que não seja exercido por meio dos representantes legítimos eleitos pela população. As funções de governo, competindo exclusivamente a estas autoridades, não podem ser usurpadas por quaisquer cidadãos, mesmo àqueles investidos em funções tipicamente administrativas. É o caso das atribuições exercidas por todos os comandantes e dirigentes das Forças de Segurança, tanto das Forças Armadas como das Forças de Segurança Pública. Junto a esta proibição está consignado um delito grave contra a ordem constitucional vigente: a sedição. Toda força armada ou reunião de pessoas cujos membros atribuam a si direitos próprios do povo e, sob qualquer pretexto peticionem em nome deste, cometem crime de sedição.⁴

Este mandamento se estende a todas autoridades responsáveis pelos governos provinciais. Suas decisões estarão permanentemente submetidas ao que preconiza a Constituição e as leis da Nação decorrentes do processo legislativo cuja missão cabe ao Congresso. Há também a obrigatoriedade de obedecerem aos princípios adotados por força de tratados internacionais firmados com Nações estrangeiras, consideradas também leis supremas da Nação. Assim, qualquer disposição contrária contida nas leis ou nas Constituições provinciais deverão se

³ É o caso da *Ley Orgánica de la Policía Federal*, prevista pelo Decreto-Ley nº333/58, convalidado pela *Ley 1446/2002*, criadora da Polícia Federal Argentina e da *Ley 12154/98*, com as modificações introduzidas pelas *Leyes 12987/03 e 12310/06*, que disciplinam a criação e atuação da *Policía de La Provincia de Buenos Aires*.

⁴ *Artículo 22. [Sistema representativo. Sedición]- El pueblo no delibera ni gobierna, sino por medio de sus representantes y autoridades creadas por esta Constitución. Toda fuerza armada o reunión de personas que se atribuya los derechos del pueblo y peticione a nombre de éste, comete delito de sedición.*

conformar à ordem constitucional da Nação⁵. Cabe aqui enfatizar a incondicional obediência aos tratados internacionais incorporados ao ordenamento jurídico interno. A Nação argentina, ao receber importantes declarações protetoras dos direitos fundamentais da pessoa humana, reforçou a defesa dos direitos humanos, largamente violados durante a última ditadura de Estado.

Dentre as várias convenções internacionais firmadas pelo governo, cabe aqui mencionarmos algumas integrantes do sistema regional interamericano e do sistema global as quais, pela experiência histórica recente, foram importantes documentos ratificados pelo Estado argentino. A Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas⁶ enfatizou a preocupação com o subsistente desaparecimento de pessoas, odiosa prática operada pelo terrorismo de Estado. Por afrontar a consciência democrática restabelecida no hemisfério sul, ao incorporar este diploma internacional, a Nação reconhece a grave ofensa aos múltiplos direitos essenciais da pessoa humana consagrados em outras convenções também ratificadas pelo governo argentino – Convenção Americana de Direitos Humanos; Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem; Declaração Universal dos Direitos Humanos – ao considerar o desaparecimento forçado um crime de lesa humanidade. A república argentina, comprometendo-se em não permitir, não praticar e não tolerar o desaparecimento forçado de pessoas sob a égide de qualquer regime político que a realize, decide também tomar todas as medidas de caráter legislativo, administrativo e judicial para evitar e punir os responsáveis, cúmplices e inclusive qualquer pessoa que acoberte o hediondo comportamento. Observamos que este crime, em hipótese alguma pode ser considerado como delito político com o propósito de impedir a extradição dos agentes responsáveis pela conduta. Considera como regra a imprescritibilidade da ação penal e das penas aplicadas, excepcionando casos nos quais a lei fundamental do país não permite esta prescrição, o que não se aplica ao

⁵ *Artículo 31. [Supremacia da La Constitución, Leyes Nacionales y Tratados]- Esta Constitución, las leyes de la Nación que en su consecuencia se dicten por el Congreso y los Tratados con las potencias extranjeras son la ley suprema de la Nación; y las autoridades de cada provincia están obligadas a conformarse a ellas, no obstante cualquiera disposición en contrario que contengan las leyes o constituciones provinciales.*

⁶ Adotada durante a 24ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, realizada em 9 de junho de 1994, na cidade de Belém do Pará, no Brasil. Foi aprovada pela República Argentina segundo a Lei 24556, sancionada em 13 de setembro de 1995, promulgada em 11 de outubro de 1995, publicada no BO de 18 de outubro de 1995.

ordenamento constitucional argentino. Rechaça a teoria da obediência devida, amplamente utilizada como argumento das teses de defesa por parte dos advogados encarregados em provar a inocência dos militares responsáveis pelo desaparecimento de cidadãos argentinos. A Declaração cria um dispositivo postulando pela inadmissibilidade deste argumento ao afirmar que nenhuma ordem, instrução ou autorização superior que autorizem ou alentem o desaparecimento forçado poderão ser invocados como justificativa por parte de quem recebeu e cumpriu as determinações. No que tange especificamente aos militares das Forças Armadas, estabelece que não se pode invocar o exercício de suas funções para se eximir da responsabilidade pelo cometimento do delito, cujo julgamento cabe às jurisdições da justiça comum, excepcionando delitos militares próprios, de competência da justiça especial militar.

A Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis Desumanos e Degradantes⁷, pelas mesmas razões apontadas em relação à Declaração acima comentada, se apresenta como um importante documento internacional incorporado ao ordenamento jurídico interno da Nação. Reprisando o já contido na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, os quais proclamam que ninguém será submetido a torturas ou a tratamentos ou penas cruéis, inumanos ou degradantes, propõe medidas eficazes para prevenir e punir ditas ações. Os dispositivos contidos neste diploma nos oferecem uma definição precisa daquilo que deve ser considerado como condutas típicas de tortura, além de defini-la como um crime próprio. Tortura será, portanto, toda ação humana praticada intencionalmente contra alguém, infligindo à pessoa submetida, dores ou graves sofrimentos, sejam físicos ou mentais, com o fim de obter por ela ou por terceiro que tenha conhecimento dos tormentos sofridos por esta pessoa, uma confissão ou uma informação. Para caracterizar as penas desumanas e os tratamentos cruéis, também considera tortura o castigo aplicado por algum ato cometido ou suspeito, ou para intimidar ou coagir a própria pessoa ou terceiros. Ao enfatizar que as dores e sofrimentos devem ser aplicados por um funcionário público ou por outro sujeito em exercício

⁷ Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1984; firmada pelo Governo da República Argentina em 4 de fevereiro de 1985, segundo a Lei 23338, sancionada em 30 de julho de 1986; promulgada em 18 de agosto de 1986; publicada no BO de 26 de fevereiro de 1987.

de funções públicas, ou bastando sua instigação ou consentimento, torna-se claro o direcionamento de suas disposições a uma categoria determinada de agentes públicos: os encarregados pela aplicação e pelo cumprimento da lei.

Membros das Forças Armadas e das Forças de Segurança internas argentinas, muitas vezes em concurso com grupos paramilitares, participaram de ações repressivas à margem da lei, características claras do terrorismo de Estado. Mais uma vez a história recente do país fez com que o início da redemocratização incorporasse com urgência esta Convenção. Ao convocar a Nação, uma vez que ratificou o presente documento sem qualquer reserva, determinou a tomada de medidas administrativas, legislativas e judiciais para prevenir e impedir qualquer ato de tortura sob sua jurisdição. Previu que nenhuma circunstância excepcional, seja a instabilidade política do país, o Estado de guerra ou até mesmo sua ameaça podem ser invocadas como pretexto para prática da leitura. O argumento justificador da obediência hierárquica mais uma vez é refutado, posto não poder ser alegado pelo agente público o cumprimento de ordens por parte de uma autoridade ou funcionário superior. Merecedor também de atenção é o dispositivo da Convenção que permite a extradição compulsória, independente de prévio acordo de extradição entre os Estados, dos responsáveis pelos delitos de tortura, seja na condição de cúmplices, participantes ou mandantes.

Ao analisarmos os dispositivos constitucionais controladores das ações das Forças Armadas e ao comentarmos parte de dois importantes tratados internacionais de proteção aos direitos humanos, notamos algumas disposições evidentemente direcionadas aos membros das Forças de Segurança, buscando evitar e punir severamente qualquer conduta desviante da missão que lhes cabe. Estas inovações, criadas a partir de uma reforma constitucional, nos mostram o desejo de toda sociedade argentina em reconstituir a união nacional, afiançando princípios basilares de justiça para a consolidação da paz interior, tão duramente golpeada pelo próprio Estado durante os anos de terror.

2.2 Submissão do poder militar ao poder civil

A Democracia não pode ser vista como um fato consolidado, mesmo que significativos avanços sejam conquistados pela sociedade durante todo seu processo de maturação e fortalecimento das Instituições do Estado encarregadas em aprimorá-la. Os inúmeros princípios nos quais se alicerça, dentre os quais o da independência nacional, autodeterminação dos povos e prevalência dos direitos humanos fundamentais, são gradativamente restabelecidos durante este período de redemocratização. Com a Nação argentina não foi diferente. A Constituição de mil novecentos e noventa e quatro estabeleceu um marco divisor entre o regime autoritário e o regime democrático. Apesar da importante reforma constitucional concluída com a promulgação da Constituição nacional, apanágio dos regimes verdadeiramente independentes e soberanos, foi preciso reconstruir uma série de valores abandonados durante o governo de exceção. A supremacia do poder civil precisava ser resgatada. Com ela, a retomada do controle das forças militares. Devolvendo o poder aos civis por meio de eleições livres, a sociedade pôde se organizar novamente em partidos. Ao debandarem do cenário político, os militares retornaram aos quartéis, permanecendo na guarda de todo o poderio armado da Nação. Tornara-se imperioso criarem-se mecanismos institucionais a fim de evitar insurgências militares, as famigeradas *cuarteladas*. As FFAA, extremamente combatidas pelas desastrosas participações na condução da vida política do país, amalharam para si infortúnios de consequências imprevisíveis. Seu desgaste evidenciou-se durante os dez anos de extensas experiências militares de governo, ocorridas entre os anos de mil novecentos e setenta e três a oitenta e três, ocasião em que entregaram o poder às autoridades escolhidas nas urnas, sem que tivessem alcançado os resultados anunciados quando ascenderam ao poder por meio de um golpe militar.

As Forças Armadas argentinas se submeteram à nova ordem. Passaram a desenvolver tarefas vinculadas ao desenvolvimento da indústria em função da defesa nacional, do aprimoramento dos transportes e exploração de petróleo, incremento da marinha mercante e da indústria aeronáutica. No decorrer da década abrangida entre mil novecentos e setenta e três e oitenta e três, as Forças Armadas tornaram-se as mais bem equipadas da Iberoamérica, inovando não

somente em seu material bélico como em seu desenvolvimento orgânico e de capacidade de combate. A Força Aérea Argentina (FAA) destacou-se pela renovação da frota de aviões de combate e a incorporação de unidades de transporte e treinamento. A *Fabrica Militar de Aviones*, situada em Córdoba, no início dos anos oitenta empenhou-se em desenvolver o projeto de fabricação do míssil *Condor II*. Seu batismo de fogo ocorreu durante a Guerra das Malvinas. A luta contra os grupos guerrilheiros e a hipótese de um conflito armado contra o Chile pela posse do canal de Beagle também foram fatores que impulsionaram a renovação bélica argentina.

Em mil novecentos e setenta e três as Forças Armadas contavam com um efetivo de cento e quarenta mil homens, distribuídos da seguinte forma: noventa mil nas fileiras do Exército, trinta mil na Marinha enquanto que vinte mil compunham a Força Aérea. Dez anos após houve um aumento de dez por cento da tropa entre oficiais, suboficiais e soldados conscritos engajados no serviço militar obrigatório. Findo o governo militar, havia no Exército cerca de seis mil oficiais, vinte e cinco mil suboficiais e sessenta e três mil soldados conscritos. Os gastos com manutenção das Forças Armadas oscilaram em torno de dez por cento do PIB, alcançando um máximo de dezenove por cento, no ano de mil novecentos e oitenta e dois, por ocasião da Guerra das Malvinas. Em mil novecentos e oitenta e três, já sob um processo político de desmilitarização, as despesas reduziram-se a um dígito até a atual cifra de um por cento.

Este poderio militar existente nos arsenais e nos quartéis não poderia ser custodiado por quem não possuísse aptidões técnicas e estratégicas para fazê-lo. Por mais odiosa que tivesse sido a atuação dos militares argentinos na política interna do país, não caberia outra saída senão entregar a eles a administração dos paíes da Nação. A contenção das tropas, da mesma maneira, não poderia ser transferida a quem não possuísse historicamente uma peculiar formação de caserna para manter sob rígida disciplina a hierarquia militar. Este um dos grandes desafios iniciais para o restabelecimento do regime democrático. Para assegurar a autosustentabilidade do regime recém instaurado, as Forças Armadas deveriam submeter-se a um sistema no qual os valores e interesses do país estivessem conforme o preconizado por Instituições verdadeiramente democráticas. Os

militares estariam obrigados a consentir com os resultados do novo processo político. Neste ponto, a transição dera-se com relativa tranquilidade, mesmo sob ameaças constantes por parte dos setores sediciosos das armas, conhecidos por carapintadas⁸.

Desse modo, a democracia autossustentável se confirmava na medida em que se realizavam eleições por meio de partidos políticos independentes das ingerências militares, possibilitando a existência da regra fundamental da alternância do poder. A resolução das questões de cunho econômico a cargo das instituições formadas ao longo de todo o processo foi também um fator decisivo. A consolidação de um sistema representativo, competitivo, construído a partir de uma estrutura institucional de contestação mostrou-se também de fundamental importância e, finalmente, com vistas a assegurar a viabilidade do jogo democrático, o efetivo controle do poder civil com relação ao poder militar.

2.3 Controle constitucional das Forças Armadas

A Constituição da Nação Argentina, diferentemente da Constituição da República do Brasil, não dedicou um capítulo específico destinado a estabelecer analiticamente quais as funções Institucionais de suas Forças Armadas. Entretanto, em sua segunda parte, ao dispor sobre as autoridades da Nação, previu em seções que atribuem competências aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, quais os controles exercidos sobre as forças garantidoras de sua Soberania.

Por serem as Forças Armadas fundamentais à organização coercitiva para a consecução do direito e da paz social, permaneceram na condição de garantidores materiais da estabilidade das Instituições democráticas do país. Ao

⁸ Carapintadas foi a denominação dada a diferentes grupos de ativistas militares nacionalistas argentinos que tentaram, por meio de levantes urdidos nas casernas entre mil novecentos e oitenta e sete e mil novecentos e noventa, desestabilizar os governos constitucionais de Raúl Alfonsín e de Carlos Menem. Os insurretos receberam este nome por pintarem seus rostos com um creme facial mimético, comumente utilizado em situações de campanhas militares. Ao tomarem várias bases militares, bateram-se contra as forças leais ao governo constitucional em procura da finalização dos processos levantados contra os protagonistas da *Guerra Suja*. Alguns líderes carapintadas foram presos, julgados e condenados à prisão. Entretanto, a maioria dos participantes não recebeu castigo, tendo alguns cabeças recebido indulto assinado pelo então presidente Carlos Menem.

protagonizarem aquilo que foi considerado como a ditadura militar mais sangrenta da história argentina, a atual Constituição, inspirada nas recentes experiências históricas, repartiu seu controle político entre os três poderes do Estado. Coube assim, ao Poder Executivo, representado pelo *Presidente de la Nación Argentina*, a posição de Comandante Supremo de todas as Forças Armadas da Nação⁹. Por via de consequência, caberá ao presidente prover os cargos militares da Nação, com a concordância do Senado, quanto à concessão dos cargos e respectivas graduações dos oficiais superiores das Forças Armadas, fazendo-se somente pelo presidente na ocasião em que estiverem em missão em campo de batalha¹⁰. Por se tratar de Comandante em Chefe das Forças Armadas, será ele quem disporá a respeito de sua organização e distribuição, sempre em conformidade com as necessidades da Nação¹¹.

Ainda que a Constituição argentina disponha explicitamente quais poderes possuem as prerrogativas conjuntas de declarar a guerra, ao tratar sobre a celebração de paz, o faz nas atribuições do Congresso quando este autoriza o Poder Executivo a declarar a guerra ou fazer a paz¹², estabelecendo a movimentações das Forças Armadas em tempo de paz e guerra, ditando as normas de sua organização e governo¹³. Tomando também por base o preâmbulo constitucional, observamos claramente a tradição pacífica da Nação. A paz interior, a defesa e bem-estar de todos, as garantias das liberdades para os argentinos e para os homens do mundo nos mostram quais seus principais objetivos. Além do mais, o reconhecimento dos tratados internacionais como instrumentos integrantes da lei suprema do país, uma vez que incorporados ao ordenamento jurídico interno, obrigam as autoridades da Nação a obedecê-los incondicionalmente por também

⁹ Artículo 99 [Enumeración]- El presidente de La Nación tiene las siguientes atribuciones: ... 12.[Poderes militares] Es comandante en jefe de todas las fuerzas armadas de la Nación.

¹⁰ Artículo 99: ... 13. [Designación de oficiales de las fuerzas armadas] Provee los empleos militares de La Nación: con acuerdo del Senado, en la concesión de los empleos o grados de oficiales superiores de las fuerzas armadas; y por sí solo en el campo de batalla.

¹¹ Artículo 99: ... 14. [Disposición y organización de las fuerzas armadas] Dispone de las fuerzas armadas, y corre con su organización y distribución según las necesidades de la Nación

¹² Artículo 75 [Enumeración] – Corresponde al Congreso: ...25. [Guerra y paz; declaración] Autorizar al Poder Ejecutivo para declarar la guerra o hacer la paz.

¹³ Artículo 75: ... 27. [Fuerzas Armadas] Fijar las fuerzas armadas en tiempo de paz y guerra, y dictar las normas para su organización y gobierno.

representarem os anseios da população. Com efeito, ao analisarmos o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos¹⁴ verificamos já em seus considerandos o reconhecimento da dignidade inerente a *todos os membros da família humana*, de seus direitos inalienáveis com fundamentos da *liberdade, da justiça e da paz no mundo*. Acresça-se a este considerando o versado no artigo primeiro deste Pacto, ao reconhecer a todos os povos o *direito à autodeterminação*.

Portanto, a Nação, ao enfatizar seus compromissos com a defesa da paz no plano do direito interno e internacional, não poderia conferir somente à autoridade do Poder Executivo, faculdades exclusivas para declarar guerra. Ao dividir esta responsabilidade com os representantes de seus diversos segmentos políticos, condiciona a movimentação das tropas à aprovação pelo Congresso¹⁵. Como vemos, nenhuma decisão política cabe aos comandos integrantes das Forças Armadas, reafirmando a submissão dos poderes armados ao poder político, posto ser este quem expressa a legítima vontade política do povo, positivada pelo ordenamento constitucional.

Por fim, a participação do Poder Judiciário se atém ao controle repressivo das Forças Armadas. Observe-se que não se especifica o desvirtuamento do uso somente das Forças de Soberania para outros fins que não sejam os previstos pelas leis da Nação, mas qualquer ação armada contra os poderes constituídos. A Constituição prevê como delito de traição à pátria a tomada de armas contra ela ou a união com os inimigos, prestando-lhes ajuda ou socorro, não excetuando as sedições operadas pelos próprios comandantes das armas nacionais. O dispositivo prevê uma atuação condicionada ao Congresso, uma vez que cabe ao Poder Legislativo fixar, por meio de lei especial, quais condutas e respectivas penas cominadas aos crimes de traição, limitando sua aplicação ao autor ou grupo de autores, cujas punições em hipótese alguma atingirão parentes de qualquer grau¹⁶.

¹⁴ Adotado pela resolução 2200 (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966, foi aprovado pela República Argentina segundo a Lei 23313, sancionada em 17 de abril de 1986; promulgada em 6 de maio de 1986; publicada no BO de 13 de maio de 1986.

¹⁵ *Artículo 99: ... 15. [Poderes de guerra] Declara la guerra y ordena represálias com autorización y aprobación del Congreso.*

¹⁶ *Artículo 119. [Traición a La Patria] – La traición contra la Nación consistirá únicamente en tomar las armas contra ella, o en unirse a sus enemigos prestándoles ayuda y socorro. El congreso fijará por una ley especial la pena de este delito; pero ella no pasará de la persona del delincuente, ni la infamia del reo se transmitirá a sus parientes de cualquier grado.*

3 Lutas pelo restabelecimento dos direitos humanos

Movimentos em favor dos direitos humanos exerceram uma importante resistência contra o terrorismo de Estado durante os anos do governo de exceção. Ao intensificarem-se os sequestros e o desaparecimento de pessoas, tornando insuportável a vida de milhares de famílias argentinas, ações de solidariedade fizeram com que o medo cedesse lugar a manifestações públicas por parte daqueles que empreendiam incessantes buscas de pessoas detidas, cujos paradeiros passaram a ser-lhes desconhecidos. Havia um reconhecimento recíproco de seus dramas, dando conta de que muitos compartilhavam das mesmas angústias. Na medida em que se encontravam aleatoriamente em comissarias de polícia, em regimentos militares, ministérios, centros de detenção, em reuniões de igrejas, aos poucos iam se organizando, criando vários grupos em defesa de direitos humanos, todos eles girando em torno da procura por parentes desaparecidos ou mortos pelo regime. Era uma forma de agir francamente contra as ações repressivas ilegais. Como estratégias para agir contra a ditadura, instrumentalizada pela ação clandestina por parte de membros das Forças de Segurança em concurso com grupos paramilitares de direita, apresentaram habeas corpus perante tribunais, denúncias aos órgãos responsáveis pelas detenções, publicações encaminhadas a jornais, inclusive cartas endereçadas ao próprio presidente Jorge Rafael Videla.¹⁷ No âmbito externo, solicitaram providências por parte de diversas organizações internacionais em defesa dos direitos humanos.

¹⁷ Carta endereçada ao presidente Jorge Rafael Videla, subscrita por mais de oitenta mães, publicada por vários periódicos de Buenos Aires. Eis o seu teor:

- 1) *Individualmente, presentación de recursos de Habeas Corpus en forma reiterada, sin ningún resultado positivo. Recorridas de diversos cuarteles. Visitas a párrocos y obispos que demuestran buena voluntad pero se encuentran sin recursos para actuar. Presentaciones reiteradas ante el Ministerio del Interior donde no se nos suministra ninguna noticia de nuestros hijos aduciendo falta de información. Salvo en el caso de Monseñor Gracelli que en la Vicaría Castrense se ocupa de convencer a las madres que sus hijos han pasado a la clandestinidad o están muertos.*
- 2) *El día 6 de junio del corriente (el año de 1977) le fue enviada al Papa Paulo IV una carta firmada por nosotras relatándole nuestro padecer y pidiéndole su ayuda, la misma fue remitida desde Roma al nuncio Apostólico Mons. Pío Laghi pidiéndole su intervención en este asunto. Mons. Laghi no dijo nada de todo esto hasta el día 5 de setiembre, día en el cual nos fue concedida una entrevista que*

Refugiados vivendo no exílio criaram organizações em solidariedade aos afetados diretamente pelo terrorismo de Estado. Denunciavam nos periódicos estrangeiros os crimes cometidos pelo Estado argentino fazendo com que a opinião pública internacional voltasse suas atenções às violações dos direitos humanos, provocando pressões internacionais. Finalmente, em setembro de mil novecentos e setenta e nove, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos realizou uma visita à Argentina objetivando inspecionar *in loco* uma série de casos chegados ao seu conhecimento. No ano seguinte, a Comissão publicou um informe detalhando o desrespeito com questões relativas aos direitos humanos realizados em nome da segurança do Estado no combate à famigerada *subversão*. Neste ano, Adolfo Pérez Esquivel¹⁸, membro do Serviço Paz e Justiça, foi laureado com o Prêmio

solicitamos con anterioridad. Entonces nos recibió, confesándonos razones de temor que lo inhiben de actuar a favor de los desaparecidos.

- 3) *Entrevista con el Ministro del Interior el día 11 de julio. Negó conocer el paradero de nuestros hijos. Reconoció saber que una cantidad de jóvenes estaban siendo interrogados por las Fuerzas Armadas. En qué condiciones? Hasta cuando?*
- 4) *Mientras tanto se gestionaron audiencias con el Señor Presidente y con el Almirante Massera. La del Presidente fue denegada. Del Almirante Massera atendió el Secretario Sr. Zaratiegui, quien se mostró admirado ante la cantidad de casos que se le presentaron. Quedó en servir de intermediario ante el Almirante Massera. No hemos tenido novedades hasta el presente.*
- 5) *Solicitamos audiencia del Arzobispo de Buenos Aires Carnal. Primado Mons. Aramburu. Fuimos atendidas por el vicario General Obispo Auxiliar de Buenos Aires, Monseñor Bózzoli quien declaró efectuar una mediación diplomática ante el Gobierno, pero evidentemente sin resultados a la vista.*

Por último, consignava um novo pedido de entrevista a Videla, acompanhando a solicitação uma carta aberta que dizia:

SEÑOR PRESIDENTE: LAS MADRES ARGENTINAS QUE SUCRIBEN, AGOTADAS TODAS LAS INSTANCIAS QUE NOS BRINDA LA LEY Y LLEGANDO YA AL LIMITE DE NUESTRAS FUERZAS, RECURRIENDO AO PADRE CRISTIANO QUE HAY EN UD., PARA QUE HACIENDO USO DE SU ALTA INVESTIDURA Y CON EL RESPALDO DE SU HOMBRÍA DE BIEN, NOS AYUDE EN ESTE DIFÍCIL TRANCE NACIONAL. NECESITAMOS SABER QUE HA SIDO DE NUESTROS HIJOS, DONDE ESTAN Y DE QUE SON ACUSADOS. PARA TODOS SON DESAPARECIDOS PERO NUESTROS DOLORIDOS CORAZONES NOS DICEN QUE EN ALGUN LADO ESTAN. POR FAVOR, SEÑOR PRESIDENTE, AYUDENOS A ENCONTRALOS, SU CONDICION DE JEFE DE ESTADO Y JEFE DE LAS FUERZAS ARMADAS LE DAN LAS POSIBILIDADES PARA HACERLO. DIOS Y LA PATRIA SE LO AGRADECERAN, TAMBIEN LAS MADRES DEL MUNDO ENTERO (Gorini, 2006:94).

¹⁸ Adolfo Pérez Esquivel, arquiteto argentino, natural de Buenos Aires, nascido em 26 de novembro de 1931. Em mil novecentos e setenta e quatro, na cidade de Medellín, Colômbia, coordenou a fundação do Servicio Paz y Justicia en America Latina (SERPAJ-AL), composto por religiosos, autoridades eclesiais, teólogos, lideranças comunitárias, sindicalistas e militantes defensores dos direitos humanos. Membros do SERPAJ-AL dedicaram-se à luta em prol dos direitos humanos na América Latina, difundindo a ideia da não violência para erradicar, por meio deste enfrentamento, os crimes de tortura e desaparecimento forçado de opositores políticos aos regimes ditatoriais latinoamericanos apoiados pelos Estados Unidos da América.

Nobel da Paz. Em vista destes acontecimentos, a condenação internacional da política repressiva da ditadura militar foi inevitável.

Gradativamente instaurou-se um clima favorável às demandas dos movimentos de direitos humanos. Os militares não gozavam mais do apoio que os levou a efetivar o golpe de Estado. Não obtendo as necessárias adesões, o regime esfacelava-se. O descontentamento da sociedade argentina foi acrescido de um espírito de coragem, ensejando o crescimento de manifestações exigindo a deposição dos comandantes gerais do poder. A derrota na Guerra das Malvinas contribuiu sobremaneira para a aceleração do processo de debandada. Assim como ocorreu nas ilhas, foram obrigados também a, da Casa Rosada, *bater em retirada*. A redemocratização do país tornara-se um imperativo. Cidadãos exigiam o fim da combalida ditadura. Seus protestos ecoavam cada vez mais pela comunidade internacional. Finalmente, em trinta de outubro de mil novecentos e oitenta e três, os argentinos experimentaram as urnas. As principais demandas estavam vinculadas ao que sucedera com os milhares de presos desaparecidos bem como ao julgamento e o castigo dos culpados pelos crimes de lesa humanidade, uma das tarefas mais urgentes cobradas do novo governo constitucional.

3.1 Respostas ao terrorismo de Estado

Dentre as inúmeras organizações internas criadas em defesa dos direitos humanos, as Mães da Praça de Maio, a Liga Argentina pelos Direitos do Homem, Familiares de Desaparecidos e Detidos por Razões Políticas, o Centro de Estudos Legais e Sociais, o Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos etc. mereceram destaque na luta pelo restabelecimento dos direitos humanos na Argentina. Reivindicando posições claras do governo recém empossado de Raúl Alfonsín, eleito pela União Cívica Radical, exigiam a regularização da situação jurídica das pessoas que se encontravam no exílio; dos presos políticos libertados; dos filhos nascidos durante o período em que os pais estiveram na clandestinidade; da regularização de pessoas com problemas de documentação, patrimônio e causas penais pendentes dentre outros. Entretanto, o mais duro desafio enfrentado pelo governo civil foi dar início aos processos contra os membros das forças de

repressão, com base nos depoimentos-denúncia dos sobreviventes de vários centros clandestinos de detenção. No plano internacional, o Estado argentino incorporou uma série de tratados multilaterais em defesa dos direitos humanos.¹⁹

Com relação às questões atinentes ao direito interno, arquitetou uma série de planos para enfrentar o terrorismo de Estado, propondo respostas razoáveis contra as violações sistemáticas de direitos humanos sofridas pelos cidadãos argentinos. Em vista do grande número de desaparecidos foi criada *Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas (CONADEP)*. Aos seus membros coube o recebimento de denúncias e a investigação dos casos envolvendo o desaparecimento de pessoas. Posteriormente entregaram vários fatos apurados aos tribunais para que julgassem os mandantes dos crimes de lesa humanidade. Estas investigações viabilizaram os históricos julgamentos dos comandantes das três primeiras Juntas Militares.

3.2 Julgamentos realizados pelos tribunais

O processo pelos crimes praticados pelos membros das três primeiras Juntas Militares foram conhecidos em primeira instância pela justiça castrense. Por força de uma reforma aprovada pelo Congresso, as decisões proferidas pela justiça militar seriam julgadas em grau de recurso pela Câmara Federal de Apelações, cuja competência seria determinada pelo lugar da ocorrência dos fatos. Assim fora possível o julgamento destes crimes pela esfera civil. O Conselho Supremo das Forças Armadas, em setembro de mil novecentos e oitenta e quatro, não reconhecendo a existência da prática de delitos pelos militares durante o comando político da Nação, decidiu não julgá-los. Por este motivo, aliado ao respaldo dado pela lei do Congresso, a Câmara Criminal e Correccional da Capital Federal avocou para si, por força de sua competência, o julgamento da causa.

¹⁹ Dentre os documentos internacionais de proteção aos direitos humanos incorporados ao ordenamento, figuram o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos Sociais e Culturais, ambos aprovados pela Lei 23313 de 17 de abril de 1986; a Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica, aprovada pela Lei 23054 de 1º de março de 1984; a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, aprovada pela Lei 23179 de 8 de maio de 1985; a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, aprovada pela Lei 23338 de 30 de julho de 1986.

Condenados pelos crimes de homicídio, sequestro, privação ilegítima da liberdade, torturas, falsificação de documentos e roubos, algumas dificuldades tornaram-se evidentes durante os julgamentos no que tange às questões probatórias e de tipificações das condutas criminosas. O delito de desaparecimento de pessoas não encontrava previsão legal no ordenamento. Por outro lado, inexistiam muitas vezes vestígios dos delitos. A prática adotada pela repressão, de esconder ou eliminar os corpos das vítimas, dificultava a atuação da acusação, pois era preciso se comprovar a existência de um corpo para respaldar uma eventual condenação pelo tribunal.

O julgamento dos membros das Juntas Militares foi inusitado em todo o sistema judiciário latinoamericano. As audiências tiveram início em vinte e dois de abril de mil novecentos e oitenta e cinco. O promotor encarregado de promover as acusações foi Julio César Strassera.²⁰ Sustentou perante os juízes da Câmara Criminal e Correccional da Capital Federal, concorrendo com sua atuação o assistente de acusação de Luis Moreno Ocampo,²¹ as provas que determinaram a condenação de boa parte dos responsáveis pelo terrorismo de Estado argentino, alguns deles sujeitos à pena de prisão perpétua. O objetivo principal do Ministério Público foi comprovar a existência de um plano sistemático de execução dos opositores das Forças Armadas, no qual os comandantes eram seus autores mediatos. Durante a instrução do processo foram reveladas inúmeras atrocidades cometidas, das práticas das torturas às mais desumanas condições de carcerização dos detidos e desaparecidos nos centros clandestinos de detenção. O veredito do processo foi proferido no dia nove de dezembro de mil novecentos e oitenta e cinco, pelo juiz León Carlos Arslanian.²² A sentença confirmou o plano

²⁰ Advogado argentino. Exerceu as funções de fiscal acusador no processo movido contra os membros das três Juntas Militares que governaram a Argentina de mil novecentos e setenta e seis a mil novecentos e oitenta e dois. Atuou no primeiro processo movido contra ex-comandantes militares acusados pelo assassinato de milhares de opositores ao regime, o primeiro do mundo realizado perante um tribunal civil.

²¹ Fiscal adjunto que auxiliou Strassera na condução do processo contra os membros das Juntas Militares.

²² Juiz da Câmara Nacional de Apelações Criminal e Correccional da Capital Federal, entre mil novecentos e oitenta e quatro e mil novecentos e oitenta e seis, ocasião em que participou do histórico processo de julgamento dos membros das Juntas Militares. Presidiu o tribunal no momento da leitura da sentença final.

sistemático urdido para a eliminação dos opositores, confirmado pela força probatória dos depoimentos prestados pelas testemunhas trazidas para depor no processo.

3.2.1 Os réus e suas sentenças

Jorge Rafael Videla, Comandante em Chefe do Exército entre mil novecentos e setenta e seis e mil novecentos e setenta e oito, culpado pela autoria de sessenta e seis homicídios qualificados, noventa e sete torturas, quatro delas seguidas de morte, trezentas e seis privações de liberdade e por vinte e seis ações de roubo, recebeu como pena a prisão perpétua e inabilitação absoluta da patente militar. Emilio Eduardo Massera, Comandante em Chefe da Armada entre mil novecentos e setenta e seis e mil novecentos e setenta e oito, foi considerado culpado por três homicídios qualificados, doze práticas de torturas, sessenta e nove privações de liberdade e seis ações de roubo. Por tais condutas também foi condenado à prisão perpétua e inabilitação absoluta da patente. Orlando Agosti, Comandante em Chefe da Força Aérea entre mil novecentos e setenta e seis e mil novecentos e setenta e nove, responsabilizado por nove práticas de tortura e três ações de roubo, foi condenado à pena de quatro anos e seis meses de prisão, e inabilitado absolutamente para a patente militar. Roberto Viola, Comandante em Chefe do Exército de agosto de mil novecentos e setenta e oito a dezembro de mil novecentos e setenta e nove, acusado por oito práticas de tortura, oitenta e seis privações de liberdade e três ações de roubo foi considerado culpado e condenado à pena de dezessete anos de reclusão, e inabilitação absoluta da patente militar. Armando Lambruschini, Comandante em Chefe da Armada entre mil novecentos e setenta e oito e mil novecentos e oitenta e um, considerado responsável por trinta e cinco privações de liberdade e dez práticas de tortura, foi condenado à pena de oito anos de prisão e inabilitação absoluta da patente militar. Omar Graffigna, Comandante em Chefe da Força Aérea de janeiro de mil novecentos e setenta e nove a dezembro de mil novecentos e oitenta e um, recebeu a absolvição. O mesmo diga-se com relação ao General Leopoldo Galtieri, Comandante em Chefe do Exército de dezembro de mil novecentos e setenta e nove a junho de mil novecentos e oitenta e dois, Jorge Anaya, Comandante em Chefe da Armada de

setembro de mil novecentos e oitenta e um a outubro de mil novecentos e oitenta e dois e, finalmente, Basilio Lami Dozo, Comandante em Chefe da Força Aérea de dezembro de mil novecentos e oitenta e um a agosto de mil novecentos e oitenta e dois. Todos foram declarados inocentes das acusações pelo tribunal civil.

A Câmara determinou, também, que as responsabilidades dos oficiais superiores fossem apuradas em vista de terem cumprido ordens dos ex-comandantes. Sustentou que a sentença deveria ser comunicada ao Conselho Supremo das Forças Armadas para que procedesse futuras e urgentes investigações. Abriam-se, assim, possibilidades para o julgamento da maioria dos responsáveis pelas violações aos direitos humanos cometidas durante o famigerado período do Plano de Reorganização Nacional.

3.3 Vítimas da repressão

A Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas recebeu milhares de denúncias, identificando centenas de centros clandestinos de detenção espalhados por todo o território nacional. O primeiro informe, em setembro de mil novecentos e oitenta e quatro, foi apresentado ao Congresso da Nação, estimando que oito mil novecentos e sessenta pessoas permaneciam desaparecidas. Neste relatório foram contabilizados e identificados por volta de trezentos e sessenta centros clandestinos de detenção e o nome de cerca de mil e quinhentos civis e militares envolvidos nas ações ilegais de repressão, cujas identidades não se tornaram públicas. Mesmo findo o período de exceção, muitas pessoas, dentre elas familiares de desaparecidos, sobreviventes dos centros clandestinos de detenção e até mesmo testemunhas das ações nada declaravam. O medo ainda imperava e ditava as normas de conduta da sociedade. O governo não encontrou facilidades para dismantelar o aparato repressivo que havia atuado durante os anos de terrorismo de Estado. Além disso, contínuos movimentos por parte de setores das Forças Armadas, insurgiram-se contra as ordens do governo constitucional em mil novecentos e oitenta e sete demonstrando, mesmo após o memorável julgamento dos Comandantes das Juntas Militares que havia razões mais do que fundadas para que a população permanecesse atemorizada.

Desde sua criação até os dias atuais, os arquivos do CONADEP continuam sendo alimentados, o que faz com que os números de desaparecidos seja ampliado consideravelmente. Mais de doze mil casos de pessoas desaparecidas figuram nos seus bancos de dados, número este contestado por outros organismos em defesa dos direitos humanos, os quais estimam em torno de trinta mil o número de mortos e desaparecidos e em mais de quinhentos o número de centros de detenção clandestina. Outro dado revelado pelos arquivos foi o grande número de jovens vítimas da repressão clandestina. Os percentuais obtidos por idade nos mostram esta afirmação.²³

3.4 Os centros de detenção clandestina

Ao descrevermos os principais centros de detenção clandestina argentinos necessitamos primeiramente considerar em que condições determinados espaços físicos merecem esta qualificação. Porque o que determina a clandestinidade não é o cárcere e sim os procedimentos que levam à captura e detenção daqueles que se encontram encarcerados. Mesmo que se trate de um estabelecimento oficial de custódia, qualquer pessoa a ele encaminhada por meio de procedimentos que contrariem total ou parcialmente o determinado pela lei, terá sua condição de preso considerada ilegal. A prisão clandestina, porém, vai muito além da custódia irregular. Constitui-se crime previsto em lei. O atual Código Penal da República Argentina²⁴, ao elencar várias condutas de custódias irregulares e clandestinas, as tipifica nos crimes contra a liberdade individual. Muitas destas condutas criminosas foram praticadas durante o regime de exceção. Ao mencionarmos a atual lei codificada, não significa que tipos penais iguais ou semelhantes não existissem à época em que as prisões clandestinas eram largamente realizadas. Entretanto, os operadores destes crimes, os famigerados *Grupos de Tareas*²⁵, atuando sempre à

²³ Fonte: Informe do CONADEP a respeito dos desaparecidos distribuídos por idade (Schujman 2007:194)

De 21 a 25 anos	32,62%
De 26 a 30 anos	25,90%
De 31 a 35 anos	12,26%

²⁴ Lei 11179. Texto ordenado segundo o Decreto 3922/1984, publicado no BO de 21/12/1984.

²⁵ Os *Grupos de Tareas*, conhecidos pela sigla GT eram integrados por membros da Marinha, Exército, Força Aérea e por membros das diversas Forças de Segurança argentinas. Suas “tarefas”, daí seu nome, se

margem da lei e seguros da impunidade, conduziram suas vítimas aos mais diversos centros, buscando combater, com maior eficiência, a subversão.

Os centros de detenção clandestina foram o suporte material necessário para acondicionar grande parte daqueles que se opunham aos propósitos ditados pelo Plano de Reorganização Nacional. Alguns centros foram construídos especialmente para os fins propostos. Outros, por sua vez, improvisados nos mesmos lugares em que funcionavam repartições das Forças de Segurança, quartéis, carceragens, comissarias de polícia, chácaras e até mesmo casas particulares. Consta inclusive o uso de hospitais e de barcos para este fim. Por estas razões é que foram contabilizados mais de trezentos deles espalhados por todo o território argentino. Muitas pessoas foram conduzidas a estes espaços clandestinos para serem torturadas, vexadas, privadas de sua liberdade por meses ou anos, permanecendo presas em condições inumanas. Muitas delas foram assassinadas ou morreram durante sessões de interrogatórios. Outras, simplesmente “desapareceram” por diferentes métodos, dentre os quais os *vuelos de la muerte*.²⁶ A repressão ficava a cargo também de grupos paramilitares e parapoliciais de direita centralizados na Triple A²⁷ cujas atividades intensificaram-se a partir do golpe de mil novecentos e setenta e seis.

destinavam a capturar opositores políticos, guerrilheiros, dirigentes sindicais, religiosos, líderes de entidades gremiais enfim, qualquer pessoa que se opusesse de maneira a ameaçar as diretrizes do Plano de Reorganização Nacional. Cabia também a estes grupos a gestão dos centros de detenção clandestina para onde eram levadas as pessoas capturadas. O que caracterizava sua formação era a alta rotatividade operada entre seus integrantes para que não centralizassem suas atuações em um único grupo. Faziam parte de sua composição, porém em menor número, os “colaboradores”, em geral civis simpatizantes ao regime. Os GT estavam subordinados às forças que operavam das sedes de onde partiam para as suas ações. Seus integrantes, além de possuírem licença para o cometimento sequestros, prisões e tortura de suas vítimas, tinham prerrogativas de se apropriarem de seus bens, fossem móveis ou imóveis como recompensa pelas atuações bem sucedidas. Uma espécie de apropriação dos “despojos da guerra”.

²⁶ Consta que estas vítimas seriam “trasladadas” a outros centros de detenção, situados em locais distantes da Capital Buenos Aires. Muitas delas partiram da Escola de Mecânica da Armada, maior centro de detenção clandestino da Argentina. Levados inicialmente ao sótão, acompanhadas de guardas e um enfermeiro encarregado de anestesiá-las, eram posteriormente encaminhadas ao Aeroparque Metropolitano, embarcando em aviões da Força Aérea e da Armada com direção às zonas do sul do mar argentino e aí, “desembarcavam”.

²⁷ Após assumir a Presidência da República pela terceira vez, Juan Domingos Perón falece naturalmente em 1º de julho de 1974. Sua esposa, Maria Estela Martínez Perón, Isabelita, ficou à frente do governo. Isto implicou um rápido avanço da chamada “ultradireita” em vários espaços institucionais. Neste contexto, José López Rega, ministro do Bem-estar social, homem de confiança da presidente fundou, em fins de 1973, a

A existência e o funcionamento dos cárceres clandestinos dirigia-se tanto às militâncias opositoras ao regime como ao conjunto da sociedade, objetivando abortar qualquer possibilidade de resistência. Era o método da *expansão do medo* usado para provocar o terror e o amortecimento de todos. Os anos de chumbo argentinos refletem até os dias atuais comportamentos adotados por milhares de pessoas, as quais negam comentar qualquer fato passado, alegando tratar-se de um “segredo de família”. Por este motivo, nada se fala sobre o assunto. São os dolorosos desaparecimentos de pessoas ainda a assombrar a memória de familiares, muitos deles adotando o silêncio como a melhor forma para cicatrizar as feridas provocadas pela ausência de seus entes queridos.

Somente na cidade de Buenos Aires existiram mais de quarenta e cinco centros clandestinos de detenção. Mais da metade instalados em comissarias²⁸ de polícia. Por se tratar da Capital federal do país, estavam distribuídas entre as várias circunscrições deste território. Atualmente existem cinquenta e três comissárias, nenhuma delas podendo abrigar, ainda que provisoriamente, qualquer pessoa capturada. Descreveremos aqui apenas seis destes centros por serem os que maior número de detidos identificados até o momento, abrigou. Ao mais importante deles, a *Escuela de Mecánica de la Armada*, nos deteremos com maior atenção.

3.4.1 *Club Atletico*

Entre fevereiro e dezembro de mil novecentos e setenta e sete, no *Servicio de Aproveccionamiento y Talleres de La División Administrativa de La Policia Federal*, situado na avenida *Paseo Colón*, entre *Cochabamba* y *San Juan*, bairro de *San Telmo*, funcionou um destes centros. Possuía três andares e um sótão. Este prédio não mais existe pois foi demolido para a construção da autopista Vinte e Cinco de Maio, ainda durante o governo militar. Em dezenove de março de dois mil

Alianza Anticomunista Argentina, a Triple A ou Três A. Tratava-se de uma organização paraestatal dedicada a perseguir, amedrontar e assassinar dirigentes opositores à burocracia sindical, advogados defensores de presos políticos, militantes de distintas organizações de esquerda inclusive do próprio peronismo, jornalistas com ativa participação nas questões políticas da Nação, artistas e sacerdotes terceiromundistas. Entre os anos de mil novecentos e setenta e quatro e setenta e cinco a Triple A assassinou centenas de pessoas, fazendo com que outras centenas deixassem o país em decorrência das ameaças infligidas.

²⁸ Denominação utilizada na república argentina para identificar repartições policiais, conhecidas na república brasileira por Delegacias de Polícia.

e três, por um decreto expedido pelo Prefeito da Cidade de Buenos Aires²⁹, iniciaram-se os trabalhos de escavações sob a autopista uma vez que foi declarado, por força de lei³⁰, um sítio histórico vinculado ao Programa de Recuperação da Memória do centro clandestino de detenção *Club Atletico*.

Ingressando ao *Atletico* em veículos particulares, de olhos vendados, os capturados logo eram levados ao sótão no qual havia um corredor ladeado por diversas salas, entre as quais havia espaços para interrogatórios, banheiros, uma enfermaria, corpo de guarda e celas. Estima-se que neste sótão podiam ser encarceradas aproximadamente duzentas pessoas, podendo ter passado por este centro cerca de mil e quinhentos detidos, muitos deles ainda desaparecidos. Consta que uma ou duas vezes ao mês ocorriam os *traslados*³¹. Neste lugar operava de forma permanente a Polícia Federal Argentina, porém outros presos estavam a cargo de outras Forças de Segurança como o Exército e a Armada. Este centro formou parte do circuito repressivo conhecido como *Atletico - Banco - Olimpo*, estando em contato com a *Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA)*, *Campo de Mayo* y *El Vesubio*. Nos trabalhos de demolição deste prédio, peças de sua composição, a exemplo das portas das celas, serviram na construção do centro Olimpo. Enquanto se ultimavam as instalações deste novo espaço de custódia dos opositores ao regime, vários presos foram encaminhados provisoriamente ao centro *El Banco*, localizado no *Camino de Cyntura y autopista Ricchieri*, na província de Buenos Aires. Daí o triplo nome dado a este complexo de recolhimento de presos clandestinos.

3.4.2 Centro de Detenção Olimpo

O Centro de Detenção Olimpo funcionou na rua *Ramón Falcón*, entre *Lezama*, *Olivera* y *Lacarra*, bairro de *Floresta*. Suas atividades iniciaram-se em agosto de mil novecentos e setenta e oito, cessando em janeiro de mil novecentos e setenta e nove. O próprio pertencia à *División de Automotores de la Policía Federal*. O primeiro grupo de presos que deu entrada no Olimpo provinha do centro

²⁹ Decreto 219 da Cidade Autônoma de Buenos Aires.

³⁰ Lei 1794/05 da Cidade autônoma de Buenos Aires.

³¹ Eufemismo utilizado para designar a execução de presos.

de detenção *El Banco*. Os *Grupos de Tareas operantes* provinham da *Polícia Federal*, da *Polícia de la Provincia de Buenos Aires*, *Exército*, *Servicio Penitenciario Federal* e *Gendarmería*. Dependiam do *Batallón de Inteligencia 601*³², compondo o circuito *Atletico-Banco-Olimpo*. Realizavam tarefas também em conjunto com os membros dos grupos da *Escuela de Mecánica de la Armada*.

Conduzidos em veículos particulares ou por caminhões do Exército, não tinham noção do lugar para onde eram levados pois as vendas nos olhos faziam parte dos procedimentos de movimentação dos presos. Ainda algemados, durante a triagem recebiam uma identificação por números e uma letra, sendo mantidas as mesmas codificações aos que provinham de outros centros clandestinos. Quando era interessante aos *Grupos de Tareas* obter informações de algum deles, submetiam-se a interrogatórios vexatórios e supliciantes. Era um centro clandestino construído sobre uma grande praça de estacionamento de veículos. Possuía duas sessões de celas, dispostas frente à frente, margeadas por um pequeno corredor. Uma das sessões contava com quatro filas de dez celas cada, separadas entre si também por corredores. Em um dos corredores encontravam-se as duchas e os lavabos. Não havia nem banheiro nem água nas celas. No setor de incomunicados havia seis celas e uma sala de interrogatório, pejorativamente denominada *quirófano*³³. As janelas eram tapadas com tijolos. Outros setores abrigavam cozinha, sala de internação, enfermaria, refeitório, laboratório de fotografia e de coleta de impressões digitais, oficina de eletrônica, sala de meios e de inteligência e as salas dos integrantes dos grupos de tarefas. Em seu exterior havia uma construção utilizada como alojamento para oficiais. Tratava-se da única construção nova do complexo. O Olimpo possuía capacidade para conter aproximadamente

³² O *Batallón de Inteligencia 601*, serviço de inteligência militar atuante na repressão às guerrilhas argentinas durante o período da Guerra Suja, participou também da Operação Condor, desencadeada por países do Cone Sul, inclusive o Brasil para combater, pela via do terrorismo de Estado, as guerrilhas rurais e urbanas que pululavam na América Latina. Subordinava-se ao Exército argentino, sob as ordens de Guillermo Suárez Mason. Em última instância, reportava-se à Junta Militar, neste período sob o comando do General Leopoldo Fortunato Galtieri.

³³ Na denominação própria, trata-se de uma sala de operações cirúrgicas, com lugar para assistência, separado por tabiques envidraçados. Daí deprendermos que nas “salas de interrogatório” havia lugar para os que “operavam” e para os que “assistiam” às sessões.

cento e cinquenta encarcerados. Consta terem passado por este prédio cerca de quinhentos presos, a maioria dos quais ainda em situação de desaparecidos.

Em novembro de dois mil e três foi declarado por lei³⁴ sítio histórico. Em outubro de dois mil e quatro, por convênio celebrado entre o Presidente Nestor Kirchner e o chefe do Governo da Cidade Aníbal Ibarra, transferiu-se o domínio onde funcionou o Olimpo à cidade de Buenos Aires para tivesse a destinação de um centro de memória contra os crimes cometidos pelo terrorismo de Estado e de promoção dos direitos humanos e valores democráticos. Finalmente, em junho de dois mil e cinco a Polícia Federal Argentina entregou o prédio oferecendo condições efetivas para a retomada dos trabalhos de investigação, possibilitando a identificação de oitenta detidos-desaparecidos, de sobreviventes e também de alguns responsáveis pelas prisões-desaparições.

3.4.3 Centro *Virrey Cevallos*

Edifício operativo da Força Aérea argentina, localizado no bairro de *Montserrat, Virrey Cevallos, 628*. Suas atividades deram-se durante os anos de mil novecentos e setenta e seis a mil novecentos e setenta e sete. O local foi apontado pelas vítimas quando ouvidas em processos judiciais e pelas comissões interdisciplinares do CONADEP, a partir dos anos oitenta. O prédio está construído em um pequeno terreno de nove metros de frente por vinte metros de fundos, dotado de três pavimentos com sacadas nos dois andares superiores. No térreo havia uma garagem por onde ingressavam os *Grupos de Tareas* com as pessoas sequestradas. À esquerda havia uma sala de interrogatório e um banheiro. Uma pequena escada dava acesso escritórios localizados nas plantas superiores. Estes compartimentos, verdadeiros cubículos, distribuídos entre corredores, funcionavam à guisa de celas, com trancas colocadas transversalmente às portas. De acordo com testemunhos de sobreviventes, em *Virrey Cevallos* atuaram, além dos membros da Força Aérea, integrantes da Polícia Federal e do Exército.

³⁴ Lei 1197/03 da Cidade Autônoma de Buenos Aires.

Uma lei de desapropriação³⁵, aprovada em setembro de dois mil e quatro pela Assembleia da Cidade Autônoma de Buenos Aires e uma declaração de utilidade pública³⁶, catalogando o prédio como sítio histórico foi conquistada graças à mobilização de familiares, vizinhos e pessoas outrora detidas neste centro. A partir daí, organismos de direitos humanos e vizinhos que lutam pela preservação deste patrimônio iniciaram os trabalhos para recuperação e conservação do edifício, objetivando convertê-lo em um centro de documentação destinado a obter, analisar e difundir informações relativas à promoção e defesa dos direitos humanos.

3.4.4 Automotores Orletti

Entre maio e novembro de mil novecentos e setenta e seis, em uma oficina localizada no bairro *Floresta*, na rua *Venancio Flores 3519/21*, funcionou na Argentina a principal base de operações do *Plano Condor*, marco da Doutrina de Segurança Nacional. Sob a supervisão dos Estados Unidos da América, a *Operação Condor*³⁷ esteve sob o comando do *Primer Cuerpo Del Ejército* e integrantes da *Secretaria de Inteligencia Del Estado (SIDE)*³⁸. Neste centro

³⁵ Lei 1454/04 da Cidade Autônoma de Buenos Aires.

³⁶ Lei 1505/04 da Cidade autônoma de Buenos Aires.

³⁷ A Operação Condor foi um sistema integrado de combate ao comunismo, surgida em fins de mil novecentos e setenta e cinco, de um encontro no Chile entre autoridades governamentais e de inteligência da América do Sul. Este plano envolveu seis países sul americanos: Argentina, Uruguai, Bolívia, Chile, Paraguai e Brasil. Por ele, os Estados cooperavam entre si visando a captura, tortura e desaparecimento de milhares de opositores aos regimes ditatoriais instaurados nos países do Cone Sul.

³⁸ A *Secretaria de Inteligencia de Estado (SIDE)* foi o maior serviço de inteligência da república argentina durante os anos de chumbo. Ao produzir um ciclo completo de inteligência para o governo, tanto no âmbito interno como no exterior, integrava as informações de caráter sigiloso junto aos centros de inteligência dos países participantes do Plano Condor, objetivando um combate eficaz à subversão existente em vários países da América do Sul. Atualmente o sistema possui a denominação *Sistema de Inteligencia de la Nación*, regido pela Lei 25520/01 subordinando-se a leis e decretos de natureza constitucional. Em virtude das ações constitucionais de que devem se revestir os organismos de inteligência, a mencionada lei proíbe a realização de tarefas repressivas, impedindo o seu corpo técnico de cumprir funções de natureza policial ou de investigações criminais, salvo mediante requerimento específico com previsão legal, dirigido às autoridades judiciais competentes para apreciação e eventual deferimento. Observe-se que esta lei proíbe qualquer forma de obtenção de informações para produção de inteligência ou armazenamento de dados sobre pessoas por motivos de raça, fé religiosa, ações privadas, opiniões políticas ou pertencimento a organizações partidárias, sociais, sindicais, comunitárias, cooperativas, assistenciais, culturais ou laborais, bem como pela natureza das atividades lícitas que desenvolvam em qualquer esfera de ação. Não cabe aos órgãos de inteligência influir de qualquer maneira na situação institucional, política, militar, policial, social e econômica do país, na vida interna dos partidos políticos legalmente constituídos, na opinião pública, sobre as pessoas e os meios de comunicação ou em associações ou agrupamentos legais de qualquer natureza. A Secretaria de

operaram militares argentinos e uruguaios, membros da Aliança Anticomunista Argentina além dos próprios agentes da SIDE. Sua responsabilidade cabia ao Brigadeiro General Otto Carlos Paladino, titular da SIDE entre mil novecentos e setenta e seis e mil novecentos e setenta e sete. Seu chefe de operações era Aníbal Gordon³⁹ enquanto seus encarregados orgânicos eram Eduardo Ruffo⁴⁰ e Juan Rodríguez. Por este centro de detenção clandestina, também conhecido por *El Jardín*, teriam passado cerca de duzentos presos, de várias nacionalidades: argentinos, uruguaios, bolivianos, chilenos, paraguaios, brasileiros e cubanos. O prédio estava localizado em frente à antiga estação ferroviária *Sarmiento* que ligava a zona oeste da província de Buenos Aires com a capital portenha. Uma grande porta metálica dava acesso a um salão de oito metros de frente por trinta metros de fundo. Neste salão havia um grande tanque d'água, ladeado por peças de desmonte de carros e veículos usados para as operações de sequestro. Ao fundo, uma pequena escada conduzia os presos às salas de interrogatório.

Atualmente o imóvel foi declarado de utilidade pública, por força de lei⁴¹ para incorporá-lo à memória histórica da cidade de Buenos Aires. Em virtude da revogação das leis de obediência devida e do ponto final, dezenas de agentes colaboradores da repressão que atuaram nos Automotores Orletti, entre militares

Inteligência está sob o comando de um secretário, com status de Ministro de Estado, designado pelo Presidente da Nação mediante prévia consulta à Comissão Bicameral de Fiscalização dos organismos e atividades de Inteligência do Congresso da Nação.

³⁹ Aníbal Gordon foi um argentino suspeito de ser um dos líderes da Triple A e membro da Secretaria de Inteligência do Estado entre mil novecentos e sessenta e oito e mil novecentos e sessenta e quatro. Condenado em outubro de mil novecentos e oitenta e seis a dezesseis anos de prisão pela prática de sequestros e assassinatos, dentre eles, o sequestro de Guillermo Patricio Kelly, jornalista argentino proprietário da revista Quorum, o qual denunciou ao Almirante Emilio Massera perante a Câmara Criminal e Correccional da Cidade de Buenos Aires, no processo contra os Comandantes das Juntas Militares. Morreu negando ter sido membro da Triple A embora tenha admitido ter trabalhado no centro de detenção clandestino Automotores Orletti.

⁴⁰ Eduardo Ruffo, também conhecido por *Zapato*, foi capturado em outubro de dois mil e seis por força de um mandado de prisão expedido em dois mil e três pelo juiz federal Daniel Rafecas. As acusações davam conta de sua ativa participação nos delitos de sequestro, privação de liberdade e torturas em ações como membro da SIDE no centro de detenção clandestina Automotores Orletti. Contra ele também pesava uma condenação por falsificação de identidade da menina Carla Rutilo Artés, de quem se apropriara. A menina era filha sanguínea do uruaio Enrique Lucas López e da argentina Gabriela Lúcio Artés, ambos desaparecidos.

⁴¹ Lei 2112/07 da Cidade Autônoma de Buenos Aires.

argentinos e uruguaios, ex-agentes da SIDE bem como membros da Triple A foram condenados, embora muitos não tenham sido presos por já terem falecido.

3.4.5 Garaje Azopardo

Situado em um edifício da Polícia Federal Argentina onde à época funcionava o *Servicio de mantenimiento de Automotores de la Superintendencia de Seguridad Federal*. O prédio destina-se, nos dias de hoje, à emissão de cédulas e passaportes, a cargo da Polícia Federal Argentina. Localizado nas ruas *Ingeniero Huergo, Chile, Azopardo e México*, bairro de *San Telmo*, operou como centro de detenção de outubro de mil novecentos e setenta e seis a fevereiro de mil novecentos e setenta e sete. O primeiro piso da garagem policial, na rua *Azopardo* foi modificado para servir como centro de detenção. Mantinha, no piso, sinalizações próprias de estacionamento de veículos para manter a aparência de garagem. Salas de interrogatórios existiam à direita do salão de detenção. Havia também banheiros, resumidos em quatro pequenos espaços de pouco mais de três metros quadrados. Em pequenos pedestais se algemavam os detidos. O salão abria a cada dois dias para que se desse de comer aos presos, sendo novamente fechado. Esporadicamente era aberto, somente nas ocasiões em que chegavam novos capturados. A *Garaje Azopardo* foi a primeira etapa do denominado circuito *Atletico – Banco – Olimpo*.

Os *Grupos de Tareas* eram formados, em geral, por dez indivíduos, em trajes civis, os quais operavam nos famigerados veículos verdes modelos *Ford Falcon*⁴². No regresso à base com os capturados, apunham nas fichas catalográficas seus dados pessoais, meios de atuação e a que militâncias políticas pertenciam. Eram identificados por um código alfa-numérico. Os agentes repressores pertenciam à *Policía Federal Argentina*, sob o comando do *Primero Cuerpo Del Ejército*. Não há ainda nenhuma lei que o tenha declarado de utilidade pública para servir como sítio histórico da cidade de Buenos Aires embora sobreviventes, familiares de desaparecidos e membros pertencentes aos organismos de direitos humanos tenham se esforçado para que o prédio seja

⁴² Veículo utilizado nas operações de sequestro e captura, tornou-se um dos símbolos dos *Grupos de Tareas* do período ditatorial argentino.

incorporado ao conjunto do circuito repressivo do terrorismo de Estado ocorrido na cidade de Buenos Aires.

3.4.6 *Escuela de Mecánica de la Armada*

A Escola de Mecânica da Armada, situada na zona norte da cidade de Buenos Aires, na avenida Libertador, próxima à margem do Rio da Prata, foi o maior centro de detenção clandestina da Argentina. Estima-se que cerca de cinco mil pessoas estiveram presas em suas dependências. A maioria delas permanece desaparecida até hoje. Suas instalações foram utilizadas fundamentalmente pelo *Grupo de Tareas (GT) 3.3.2*⁴³ subordinado à Armada Argentina. Na base da *ESMA* também operavam forças repressivas do *Comando de la Aeronáutica*, *Prefectura Naval Argentina*, *Servicio de Inteligencia Naval* além de outros setores policiais e militares que ali centralizavam as operações levando para este centro as pessoas por eles sequestradas. Embora todo o complexo tenha sido utilizado pelo aparato do terrorismo de Estado, suas funções principais centralizaram-se no *Casino de Oficiales*. Outras dependências também serviram como locais de detenção, a exemplo da enfermaria, da gráfica, da oficina mecânica e do pavilhão *Coy*⁴⁴. No cassino dos oficiais funcionou uma maternidade clandestina na qual muitas presas deram à luz seus filhos. Recebendo assistência de médicos e enfermeiros durante os trabalhos de parto, em casos de complicações eram levadas para o *Hospital Naval*. Após o nascimento, os bebês eram separados de suas mães. Grande parte deles, adotados (apropriados) por marinos ou por membros de outras forças repressivas. Da *ESMA* partiram grande parte dos desaparecidos para os terríveis *traslados* operados pelos *vuelos de la muerte* realizados semanal ou quinzenalmente.

⁴³ Grupo encarregado de realizar missões contra a subversão nas zonas norte da Grande Buenos Aires e da Capital Federal. Subordinava-se ao Comando da Armada Argentina. Sua instância maior estava sob as ordens do Almirante Eduardo Massera, o Negro, durante os anos de mil novecentos e setenta e seis a mil novecentos e setenta e oito. Ao participar pessoalmente das primeiras operações clandestinas do grupo, sete meses após o golpe comandava diretamente as operações das equipes.

⁴⁴ Conhecido também como *Pabellón Charlie*. Nele alojavam-se os aspirantes e suboficiais da Armada além de centralizar as operações dos *Grupos de Tareas* durante os anos de mil novecentos e oitenta e um a setembro de mil novecentos e oitenta e dois. Atuações logísticas, operacionais, guarda de armamentos e triagem fotográfica e de documentação de prisioneiros foram realizadas no período.

Dos cinco mil detidos na *ESMA*, a maioria – mais de quatro mil e quinhentos- foram assassinados. Normalmente as execuções eram precedidas de informações dadas às próprias vítimas de que seriam *trasladadas* a outros centros. Conduzidas a salas situadas no sótão, invariavelmente eram sedadas por meio de injeções. Algumas delas eram fuziladas tendo seus corpos incinerados em um campo de esportes localizado na própria escola. Outras, em estado de letargia, eram encaminhadas até aviões da Força Aérea e da Armada para serem lançadas no Rio da Prata.

Os fatos ocorridos na Escola de Mecânica da Armada durante o Plano de Reorganização Nacional foram objeto de investigação a partir de quinze de dezembro de mil novecentos e oitenta e três, por força do decreto presidencial número 158. Dados coletados em entrevista⁴⁵, nos deram conta dos parâmetros sobre os quais versariam as investigações, quais os sujeitos que a elas seriam submetidos e quais as condutas passíveis de apuração. Investigaram-se delitos de homicídio, privação ilegal de liberdade e aplicação de torturas a presos, sem prejuízo de outras figuras penais que resultassem na responsabilização de autores imediatos ou mediatos, instigadores ou cúmplices envolvidos em todas as malhas hierárquicas.

Tomando como ponto de partida o decreto nº 158 do Poder Executivo Nacional, pelo Ministro da Defesa ditaram-se, em vinte e quatro de abril de mil novecentos e oitenta e seis as *Instrucciones al Fiscal General del Consejo Supremo de las Fuerzas Armadas* determinando que se responsabilizassem os subordinados que operaram as ordens ditadas pelo alto comando das Forças Armadas. Referidos atos sustentaram a investigação de número 14217/03⁴⁶, cuja causa antecedente é a de número 761, processada ante a *Cámara Federal de Apelaciones en lo Criminal y Correccional Federal*, avocada da Justiça Militar. Suspensa por mais de quinze anos por força da Lei 23492/86 (*punto final*) e pela Lei 23521/87 (*obediencia*

⁴⁵ Entrevista feita com o *Juez federal Sergio Gabriel Torres, del Poder Judicial de La Nación*, quando da coleta de dados para a pesquisa, realizada em seu gabinete no dia 12 de junho de 2008.

⁴⁶ *Juzgado Nacional en lo Criminal y Correccional Federal nº 12*, no qual se apura o desaparecimento de quinhentas e quatro vítimas mortas-desaparecidas que estiveram na *ESMA*.

debida)⁴⁷, as causas foram retomadas pela Lei nº 25778/03⁴⁸ e Lei nº 25779/03⁴⁹. Com isso, as investigações retroagiriam ao momento da paralisação do processo de modo que os indultados pelo decreto nº 1002/89⁵⁰ do Poder Executivo Nacional tornaram à situação anterior às leis que os beneficiavam.

Em vista da revogação das leis de impunidade e dos decretos de indulto, reabriram-se os processos, intimando-se novamente a comparecer aos tribunais

⁴⁷ Conhecidas popularmente como *leyes de impunidad*, foram consideradas vitórias institucionais dos violadores dos direitos humanos. Referidos diplomas limitaram, após o julgamento e condenação dos membros das Juntas Militares, as possibilidades de esclarecimentos de milhares de crimes ocorridos durante o Plano de Reorganização Nacional, bem como a punição de centenas de responsáveis pelas ações. A *ley do punto final* estabelecia um limite temporal de sessenta dias a partir de sua promulgação em 29 de dezembro de 1986 para a apresentação de denúncias de pessoas envolvidas nas violações de direitos humanos. No mesmo bojo, toda conduta praticada por pessoas, cuja motivação vinculava-se às formas violentas de ações políticas, estavam prescritas. Isto significou a impunidade de todos os civis que atuavam sob ordens militares. Esta lei não alcançava os casos de crime de subtração sistemática, ocultação e mudança de nome e estado de filiação de menores incapazes e não impediu que mais de trezentos militares de alta graduação fossem presos e processados em decorrência das denúncias recebidas durante este curto espaço de tempo. As características claras de impunidade desta lei não afastou o descontentamento de diversos setores das Forças Armadas, provocando levantamentos nos quartéis por parte dos *carapintadas*. O major Ernesto Barreiro, membro do *Grupo de Tareas* em operação em *La Perla*, província de *Córdoba*, ao não se apresentar perante a Câmara Federal de *Córdoba*, recebeu apoio incondicional do tenente coronel Aldo Rico. Amotinando-se com um grupo de rebeldes na *Escuela de Infantería del Ejército*, no campo de *Mayo* reclamou, dentre outras coisas, a anistia. Apesar de protestos contrários e para frustração de diversos setores da sociedade, o presidente Raúl Alfonsín, cedendo às pressões dos *carapintadas*, enviou projeto de lei aprovado em 4 de julho de 1987 pelo *Congreso*. Esta segunda lei de impunidade foi conhecida por *ley de obediencia debida*. Em seu texto estava consignado não se admitir prova em contrário com relação àqueles que, na data do cometimento dos fatos denunciados, encontravam-se na posição de oficiais chefes, oficiais subalternos, suboficiais ou pessoal pertencente às tropas das Forças Armadas ou Forças de Segurança. O fundamento da não punição se alicerçava em um princípio fundamental da hierarquia militar: a obediência devida. Mais uma vez, a vitória institucional pela impunidade se manifestava. Ações tomadas em decorrência do cumprimento de ordens superiores impediam a punição dos responsáveis imediatos de crimes praticados contra os direitos humanos.

⁴⁸ Outorga hierarquia constitucional à *Convención sobre la Imprescritibilidad de los Crímenes de Guerra y de Lesa Humanidad*, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, de 26 de novembro de 1968, incorporado ao ordenamento constitucional da Nação argentina pela Lei 24584.

⁴⁹ Declara expressamente a inconstitucionalidade das leis do ponto final e da obediência devida.

⁵⁰ As concessões oferecidas pelas *leyes de impunidad* não arrefeceram os ânimos de segmentos sediciosos das Forças Armadas. Seguros de que suas ações rebeldes operadas dentro dos quartéis pressionariam setores políticos tendentes a ceder novos favores institucionais, promoveram novas quarteladas. As sublevações de *Vila Martinelli*, em 1988 e de *Monte Caseros*, em 1989 davam claros sinais do que pretendiam as Forças Armadas. Com a eleição de *Carlos Saúl Menem*, do partido justicialista, em maio de 1989, suas ações orientaram-se para o que ele mesmo denominou *la pacificación nacional* ou *la reconciliación de los argentinos*. Apesar dos protestos de amplos setores da sociedade e dos movimentos em prol dos direitos humanos, nada impediu que decretos expedidos pelo Poder executivo indultassem mais de duzentos militares e civis, inclusive Ramon Camps e Suárez Mason.

todos os implicados nos casos de violações dos direitos humanos. Aqueles que se recusavam ao cumprimento das determinações dos tribunais passaram à condição de procurados. As Forças de Segurança da Nação foram acionadas, assim como a Direção Nacional de Imigrações e a Interpol, encarregadas de cumprir as ordens de prisão no âmbito internacional. Novas denúncias foram recebidas, todas elas alusivas aos processos reabertos, solicitando esclarecimentos sobre o desaparecimento de vítimas e familiares. Foi preciso realizar os exames de vários processos até então arquivados na *Cámara de Apelaciones en lo Criminal y Correccional Federal* ao qual cabia à época a investigação da causa. Cópias de mais de trezentos processos foram extraídas para que a *Cámara Federal* examinasse os relatórios elaborados pelos chamados *Juicios por la Verdad*.⁵¹

Novamente retornaram aos tribunais numerosas pessoas relatando detalhadamente os fatos sofridos, nominando as pessoas responsáveis pelo ocorrido. Desencadearam-se novamente as tarefas judiciais para a incriminação dos imputados desdobrando-se, também, as responsabilidades patrimoniais atinentes. Situações concretas foram tomadas com relação aos imputados em situação de rebeldia. Estas denúncias, introduzidas pelas partes interessadas, geraram mais de cinquenta pronunciamentos por parte do tribunal destinados a obter uma decisão que fundamentasse as questões, identificando definitivamente quais as vítimas e quais os imputados responsáveis pelos fatos. Os pronunciamentos dos tribunais satisfazendo as pretensões das investigações foram confirmados pela *Sala 2ª de la Cámara de Apelaciones en lo Criminal y Correccional Federal*.

Manifestações da defesa pugnaram pela exceção da coisa julgada utilizada como argumento para impedir um duplo julgamento sobre os mesmos fatos. Procuraram também obter uma declaração de extinção da ação penal pela

⁵¹ Os movimentos pelos direitos humanos elaboraram estratégias institucionais, abrindo possibilidades para o resgate da memória recente da Nação. Dentre elas merecem destaque os *Juicios por La Verdad*, formados nas cidades de *La Plata* e *Bahía Blanca* entre outras. Ainda que não pudessem ser considerados provas inequívocas para condenações, reuniram preciosas informações para a condução das novas causas e aquelas reabertas com base em fatos apurados nos anos oitenta. Na mesma direção, merece destaque o trabalho das Equipes Argentinas de Antropologia Forense. Os trabalhos realizados na mesma época foram fundamentais para esclarecer o destino final de muitos desaparecidos, mediante aplicação de técnicas científicas para a identificação das ossadas e outros restos humanos. Por estes trabalhos, alguns familiares puderam recuperar os restos de seus entes queridos para posterior sepultamento.

prescrição devido ao decurso do tempo havido entre os fatos ocorridos entre mil novecentos e setenta e seis a oitenta e três até o ano de promulgação das leis revocatórias de dois mil e três. Defenderam-se também por meio da exceção de incompetência da Câmara tanto em favor dos tribunais judiciais como em favor dos tribunais militares. Estes pedidos, ainda que existam pronunciamentos contrários por parte de um Tribunal de Alçada, ainda persistem.

Entretanto, decisões pela procedência das investigações provocaram a expedição de novas ordens de prisão aos beneficiados pelas leis de impunidade e pelos decretos de indultos. Puderam também ser tomadas medidas cautelares de cunho econômico em desfavor dos imputados para fins de responsabilizações patrimoniais decorrentes das condenações nos processos. Foram liberadas ordens internacionais de captura para os que se encontravam em situação de rebeldia e cotejadas as certidões de óbito dos falecidos entre os anos mil novecentos e oitenta e oito e dois mil e três, tornando subsistentes apenas as ordens de prisão aos imputados vivos. Modificações foram impostas aos procedimentos em vigor em vista das novas regras processuais adotadas, diferentes das que estavam previstas em mil novecentos e oitenta e oito. Com isso, atualizaram-se as garantias ao devido processo legal e a defesa em juízo dos imputados. Especificaram-se com exatidão e de forma individual cada um dos fatos que pesavam sobre os réus para diferenciá-los daqueles sobre os quais não se podia afirmar o mesmo.

Superadas estas questões, as investigações foram divididas com o propósito de se imprimir celeridade aos julgamentos em trâmite para que não se permitisse uma demora injustificada ao andamento dos feitos, principalmente com relação àqueles que se encontravam em fases mais adiantadas. Além do mais, a situação de prisão de muitos dos imputados não permitiria morosidade aos processos. Estas razões referiram-se a uma melhoria na distribuição e na administração da justiça. A individualização dos procedimentos recebeu a denominação: *Testimonios A*. De uma forma progressiva ordenaram-se as situações particulares de cada um dos presos processados pela causa antecedente

nº 761, cujas prisões preventivas haviam já sido ditadas em fevereiro de mil novecentos e oitenta e sete.⁵²

Em fins de dois mil e três a investigação foi novamente dividida, originando as causas 18918/03⁵³ e 18967/03⁵⁴. Ao *Tribunal Oral en lo Criminal Federal nº 5* também foram remetidos os *Testimonios A*, envolvendo nove acusados, nele estando compreendidos mais de sessenta fatos. Foram também ordenadas as prisões de dezenas de oficiais e suboficiais pertencentes à Armada⁵⁵ e Exército argentinos, agentes da *Prefectura Naval Argentina*, *Servicio Penitenciario Federal* e *Policia Federal Argentina*. Nem todos os processados foram integrantes das Forças Armadas ou de Segurança. Civis que de algum modo colaboraram ou participaram

⁵² A investigação desta causa ensejou, entre os anos de dois mil e três e dois mil e quatro, prisões preventivas de vários oficiais envolvidos na tortura e desaparecimento de pessoas. Figuram nos decretos de prisão, por exemplo, o Capitão de Corveta Jorge Eduardo Acosta, chefe de inteligência do *Grupo de Tareas 3.3.2*, responsável dentre outros crimes, pelo desaparecimento de um grupo de freiras francesas, lançadas no delta do rio Tigre e pelo desaparecimento de um grupo de dez pessoas que integravam um grupo de familiares de desaparecidos que se reuniam na Igreja de Santa Cruz. Segundo testemunhas, seria ele o responsável pela vida ou morte dos presos, cabendo-lhe decidir quais seriam embarcados nos aviões da Marinha para serem lançados ao mar. Também Hector Febres, ex-chefe da *Prefectura Naval*, acusado de ser um dos responsáveis pela custódia de prisioneiras grávidas e pelo sequestro de seus bebês, preso preventivamente desde o dia três de dois mil e três, foi encontrado morto na cela da dependência *Delta* da *Prefectura Naval*, após sua condenação por crimes de tortura, sequestro e subtração de incapazes, em dezembro de dois mil e sete. Até hoje pairam dúvidas se a *causa mortis* por envenenamento foi de natureza homicida ou suicida.

⁵³ Por este processo, em vinte e cinco de outubro de dois mil e cinco custodiaram-se preventivamente mais dez responsáveis pelos crimes cometidos nas dependências da ESMA. Às representações por prisões preventivas cumularam-se pedidos de extradição, a exemplo do encaminhado às autoridades espanholas com relação a Juan Carlos Fotea Dimieri, o Lobo. Ex- integrante da Polícia Federal Argentina, responsável por um dos *Grupos de Tareas* baseados na ESMA, foi apontado com um dos responsáveis pelo sequestro e assassinato do jornalista Rodolfo Walsh, ocorrido em vinte e cinco de março de mil novecentos e setenta e sete. Também figura no pedido de extradição, do ex-Capitão de Corveta Ricardo Miguel Cavallo, o Sêrpico. Atuando como empresário no México, foi capturado pela Interpol em virtude de um mandado internacional de prisão expedido. Amealhando fortuna por meio de apropriações dos bens de vítimas capturadas por seu *Grupo de Tareas*, ao final dos anos oitenta refugiou-se no México, escondendo seu passado na figura de um empresário do ramo de veículos. Após batalhas judiciais travadas nos tribunais, sua extradição para julgamento frente aos tribunais argentinos dera-se em meados de dois mil e oito.

⁵⁴ As acusações sobre o desaparecimento das freiras francesas e dos familiares da Igreja de Santa Cruz foram levadas ao *Tribunal Oral en lo Criminal nº 5*, respectivamente em outubro de 2007 e maio de 2008.

⁵⁵ Dentre os acusados figura Alfredo Ignacio Astiz, o “anjo ruivo” ou “anjo da morte”. Capitão de Fragata da Armada, entre as tarefas de inteligência a ele cometidas, cumpriu a missão de infiltrar-se em grupos de direitos humanos para identificar os principais ativistas. Atuava frente ao *Grupo de Tareas 3.3.2* da ESMA. Dentre os delitos de lesa humanidade dos quais foi acusado estão o sequestro, desaparecimento e morte das freiras francesas Alice Domon e Léonie Duquet, cuja condenação a pena de prisão perpétua foi decretada, em dois mil e oito, pela *Corte d'Assise d'Appello de Roma*, sentença confirmada em dois mil e nove pela *Suprema Corte di Cassazione Italiana*.

das atividades de repressão também foram incluídos entre os acusados⁵⁶. Nem todos os imputados foram identificados porquanto muitos deles foram apontados somente pelos apelidos utilizados. Outros, por sua vez, apesar de identificados não foram encontrados nem foi possível determinar os endereços de suas novas residências. Alguns dos processados cumprem prisões domiciliares nos termos da Lei 24660/96⁵⁷. Como condição para que não houvesse revogação do benefício, controles periódicos efetuados em prazos não inferiores de quinze dias foram realizados, em diferentes horários e dias, sem aviso prévio. As fiscalizações ficaram e ainda estão sob responsabilidade dos agentes de polícia da circunscrição. Informes posteriores são entregues em juízo para fins de comprovação e acatamento das medidas. Devido às avançadas idades dos imputados e, em muitos casos, suas delicadas condições de saúde, petições são encaminhadas à apreciação dos tribunais para que sejam concedidas autorizações individuais de prisões domiciliares embasadas em relatórios médicos de todas as espécies, desde os odontológicos até os oncológicos.

Os demais processados encontram-se cumprindo prisões preventivas em dependências do *Servicio Penitenciario Federal*. A maioria delas, pessoas com mais de sessenta anos de idade. Na maioria dos casos, com a saúde afetada, justificando acompanhamentos médicos fora das dependências do sistema. Sem prejuízo dos atendimentos médicos externos, especialistas do *Cuerpo Médico Forense para la Justicia Nacional* estão encarregados de cuidar dos reclusos. Tendo em conta as disposições da Lei 25430/01⁵⁸, serão resolvidas nas

⁵⁶ Entre os civis condenados estão Enrique Eduardo Massera, filho do ex-Comandante da Armada, os contadores Esther Venditto de Florentino e Domingo Limardo, síndicos e diretores da sociedade *Misa Chico*, criada pelo Almirante Massera em fins de mil novecentos e oitenta e um, objetivando lavar riquezas amealhadas pela expropriação de bens de pessoas detidas e desaparecidas.

⁵⁷ Modificado pela Ley 26472/09 dispõe atualmente o “*artículo 33 : El condenado mayor de setenta años o el que padezca un enfermedad incurable en período terminal, podrá cumplir la pena impuesta en detención domiciliaria, por resolución del juez de ejecución o juez competente, cuando mediar pedido de un familiar, persona o institución responsable que asuma su cuidado, previo informes médico, psicológico y social que fundadamente lo justifique*”.

⁵⁸ *Artículo 1º - La prisión preventiva no podrá ser superior a dos años, sin que se haya dictado sentencia. No obstante, cuando la cantidad de los delitos atribuidos al procesado o la evidente complejidad de la causa hayan impedido el dictado de la misma en el plazo indicado, éste podrá prorrogarse por un año más, por*

oportunidades processuais correspondentes as prorrogações das prisões preventivas de cada um dos imputados, para validar os decretos de prisão cujos prazos superaram os dois anos.

Como medida adicional às prisões, determinou-se o embargo preventivo dos bens de todos os processados para efetivar eventuais responsabilidades de caráter indenizatório. Ofícios foram enviados aos vinte e quatro cartórios de registros imobiliários do país; ao registro de propriedades de veículos automotores; ao Banco Central da República Argentina; a todos os bancos e instituições financeiras que administrem contas correntes dos imputados. Dados relacionados com possíveis questões pecuniárias contra o Estado ou particulares também foram coletados. Assim, impediu-se a liberação de qualquer crédito pago em nome dos imputados. Os tribunais, ao tomarem conhecimento das determinações dadas pelo juízo da causa, receberam ordens para não permitir nestes processos qualquer forma de pagamento.

Muitos dos imputados cujas detenções foram determinadas na causa não foram localizados. Por tais motivos, expediram-se ordens internacionais de capturas, comunicando-se a condição de foragidos aos organismos internacionais que pudessem fornecer informações úteis que levassem aos paradeiros dos procurados. Por acreditar-se que muitos deles se encontravam na Espanha, trâmites diplomáticos foram necessários para promover a extradição de alguns deles. Foram os casos de Juan Carlos Fotea e Ricardo Miguel Cavallo entregues, respectivamente, em dezessete de julho de dois mil e trinta e um de março de dois mil e oito. Em relação aos demais declarados foragidos pela justiça, utilizaram-se diversos expedientes para tentar suas localizações. Interceptações telefônicas, rastreamento de correios eletrônicos e monitoramento de suas residências foram alguns dos meios utilizados pela polícia.

As investigações não compreenderam somente as causas 14217/03 e seus *Testimonios A*, além das causas 18918/03 e 18967/03. Investigações conexas a estas, uma das quais tivera início antes da reabertura da causa 14217/03 foi a de número 7694/99 na qual houve denúncia da apropriação dos bens pessoais de

Conrado Higinio Gómez y los de la sociedad Cerro Largo S.A. Por esta causa descobriu-se a existência de uma associação ilícita cujos integrantes, dentre os quais, pertencentes à Armada Argentina, que operava na *ESMA*. Esta organização criminosa apropriava-se sistematicamente dos bens dos detidos clandestinamente no centro, entre mil novecentos e setenta e seis e mil novecentos e oitenta e três. A investigação cuja natureza foi a proteção da propriedade não cessou por força das leis do *punto final* e da *obediencia debida*. Outras causas conexas também foram incluídas, a exemplo da causa 3227/02, sobre os *vuelos de la muerte*; causa 19303/03 relativa a um enfermeiro que havia participado das aplicações do pentotal – pejorativamente denominado *Pentonaval*- injetado previamente ao embarque nos aviões; causa 18407/02, sobre apropriação dos bens de Vitor M. Besterra; causa 1376/04 versando sobre a apropriação de bens de mais de vinte pessoas ilegalmente presas na *ESMA*, alguns dos quais ainda desaparecidos.

Para que fosse possível a obtenção de provas no âmbito de todas as causas ajuizadas, foram necessárias autorizações por parte das autoridades judiciárias para a formação de uma comissão representando a Argentina na Espanha e na França objetivando colher depoimentos de várias pessoas que foram vítimas nos fatos investigados nos distintos processos, as quais deliberadamente exilaram-se durante os anos oitenta. A comissão, integrada pelo magistrado e por seus secretários judiciais permaneceu por duas semanas na Europa para a coleta das provas subjetivas. Previamente à viagem, houve ampla divulgação pelos meios de comunicação para estimular a presença espontânea de todos aqueles que quisessem prestar seu testemunho ao esclarecimento da verdade. Paralelamente, na República Argentina, durante o mesmo período, procurou-se obter testemunhos de vários sobreviventes. Devido ao prazo transcorrido entre o momento em que se deram os fatos e o tempo de sua apuração em juízo, supunha-se que as vítimas não mais conservavam o mesmo endereço além da possibilidade da ocorrência de alguns falecimentos. Tendo em conta tais hipóteses, solicitou-se à *Cámara Nacional Electoral* informações sobre os domicílios de vários interessados na causa. Ao mesmo tempo, uma lista de mais de seiscentas vítimas foi enviada ao *Registro Nacional de las Personas* e ao *Registro del Estado Civil y Capacidad de las Personas* a fim de prestarem informações sobre falecimentos, divórcios e

matrimônios posteriores ao ano de mil novecentos e oitenta e três. Possibilitou-se, assim, o conhecimento daqueles que haviam falecido e os novos endereços onde os interessados poderiam ser citados.

Foi preciso também reunir todas as atuações judiciais dirigidas a esclarecer os desaparecimentos de pessoas bem como os ajuizamentos de pedidos de *Habeas Corpus* em benefício das vítimas. Realizaram-se, então, solicitações a cada um dos quarenta e nove juízes dos *Juzgados Nacionales en lo Criminal de Instrucción*, quatorze juízes nacionais no *Correcional* e onze juízes federais. Todos colaboraram no rastreamento das denúncias oferecidas em seus juízos de todos os que reclamavam reparações. Somaram-se mais de trezentos e cinquenta requerentes entre sobreviventes e desaparecidos representados por seus familiares. De igual modo, informações coletadas no exterior foram feitas pela via diplomática, solicitando as buscas a juízes da França, México, Estados Unidos da América e Espanha com o intuito de obter dados de pessoas vinculados à investigação.

Com igual importância, as informações sobre os fatos publicadas em jornais nacionais foram analisadas. Ainda que fosse uma informação indiciária, serviram para examinar o relatado, permitindo um aprofundamento da pesquisa em certos aspectos, tais como as circunstâncias de tempo, modo e lugar da prática das condutas, identidades das vítimas e responsabilização dos autores. Estes importantes dados, colhidos tanto dos jornais atuais como daqueles impressos à data das ocorrências, constituíram-se em preciosas fontes de informação. Alguns exemplos podem ser citados:

- 1- *Norma Arrostito fue secuestrada en diciembre de 1976 y desde ese momento se tenía conocimiento de su desaparición. Los sobrevivientes pudieran relatar que pese a que en esa fecha se había publicado en un matutino que Norma Arrostito había sido abatida durante una refriega entre las fuerzas de seguridad y extremistas, la víctima fue vista con vida en el interior de la Escuela de Mecánica de la Armada durante a mayor parte del año de 1977, engrillada a una bala de cañon de 25 Kilogramos;*
- 2- *Con motivo del aniversario de la desaparición de Rodolfo J. Walsh, en 25 de marzo de 1977, fue publicado en el diario un relato muy minucioso tanto de los momentos previos a su secuestro como de lo que ocurría en el instante mismo en que la víctima estaba sendo secuestrada. Esas versiones tan detalladas se dieron a conocer sólo en*

el periódico puesto que las versiones obrantes en las actuaciones no incluían – hasta ese momento – un relato que llegara tan cerca del momento crucial del encuentro entre la víctima y el Grupo de Tareas 3.3 perteneciente a la Escuela de Mecánica de la Armada. El texto del artículo fue el punto de partida para ordenar la producción de otras pruebas adicionales en la causa;

- 3- *Con motivo del desapoderamiento de los bienes de la sociedad Cerro Largo S.A., los miembros de la Armada Argentina fabricaron una sociedad anónima con identidades falsas dedicada a vender las tierras de las que aquella sociedad era titular. Esa compañía comercial fraguada se denominaba “Will-Ri”. En la causa se cuenta con publicidad aparecida en los diarios mendocinos de la época del emprendimiento inmobiliario de la sociedad “Will-Ri” en la localidad de Luján de Cuyo. Se agregaran a la investigación los artículos periodísticos que relataran la relación entre Emilio E. Massera y una jueza que intervino en la conformación de la sociedad “Will-Ri”.*

De suma utilidade também foram algumas publicações de livros editados, juntadas aos autos por inteiro ou parcialmente, em vista de algum capítulo ter sido de interesse para a causa. Os livros: *Culpables para la sociedad – Impunes para la Ley* (publicação do *Centro de Estudios Legales y Sociales*); *La delgada línea blanca*, de *Rodrigo de Castro y Juan Gasparini*; *El silencio*, de *Horacio Verbitsky*; *Ese infierno*, de *Miriam Lewin*, *Liliana Gardella*, *Cristina Aldini*, *Nilda Actis Goretti* y *Elisa Tokar*.

Na causa de nº 18967/03⁵⁹, a equipe de antropologia forense logrou identificar ossadas enterradas em um cemitério de General Lavalle na província de Buenos Aires. Posteriormente, enviou os restos ao *Cuerpo Médico Forense* para, se possível, determinar a *causa mortis* das vítimas. fornecidas

Quanto à possibilidade de resgate do dinheiro ilicitamente acumulado por Jorge Eduardo Acosta, recolheram-se informações pelo governo da Confederação Suíça em vista do acusado possuir uma conta bancária sigilosa naquele país. Na mesma esteira, ordenou-se a exibição de protocolos notariais nos quais havia vários atos jurídicos (declarações, contratos, doações etc.) que deram forma a manobras de transferência de bens, muitos deles com a cumplicidade dos próprios tabeliães. Exames documentoscópicos de natureza grafotécnica foram realizados

⁵⁹ Investiga os desaparecimentos de Angela Auad, Maria Esther Ballestrino de Careaga, Remos Carlos Berardo, Raquel Bulit, Eduardo Gabriel Horane, José Luis Fondevilla, Patricia Cristina Oviedo, María Eugenia Ponce de Bianco, Alicia Ana María Juana Domon, Horacio Aníbal Elbert, René Duquet, Azucena Villafior.

nas anotações cartoriais, supostamente de autoria de Juan Hector Rios, mas que de fato foram apostas por Jorge Carlos Radice⁶⁰. Processos de partilha de bens decorrentes de herança tendo como beneficiários presos que estiveram recolhidos legalmente a unidades carcerárias também foram analisados. As informações neles procuradas poderiam ser de interesse à causa, motivo pelo qual por volta de quinhentos deles foram inteiramente digitalizados para que fosse possível acessá-los de forma rápida e completa.

O juiz do *Juzgado de Instrucción nº 5 de la Real Audiencia de España*, Baltazar Garzón Real, a requerimento do tribunal remeteu cópias de todo o sumário 19/97, no qual constam denúncias e testemunhos de vítimas dos fatos relativos ao terrorismo de Estado, desaparecimentos forçados e genocídio ocorridos durante a vigência do golpe militar. Referido processo serviu com prova em mais de duzentos casos investigados. Informes do pessoal da *Armada*, suas atividades, assentamentos de livros, artigos, prontuários pessoais de oficiais e suboficiais que cumpriam suas funções no período, bem como os relativos às pessoas que pertenceram à *Policia Federal Argentina*, *Servicio Penitenciario Federal*, *Ejército Argentino* e *Prefectura Naval Argentina* foram juntados para servirem como prova das ações.

No que tange aos reconhecimentos, examinaram-se fotografias dos imputados; realizaram-se acareações; mostraram-se os rostos das pessoas retratadas na *ESMA*. Muitas vezes os procedimentos foram realizados com a máxima cautela haja vista muitas vítimas ainda sofrerem temores, apesar do tempo decorrido, algumas pedindo pela preservação de suas identidades; outras, por sua vez, negando-se terminantemente a relatar seus sofrimentos. Os dados pessoais dos depoentes que pediram sigilo sobre suas identidades encontram-se devidamente guardados em cofres.

Como medida de preservação e conservação das provas carreadas na causa, proibiu-se qualquer alteração dos prédios onde funcionaram centros clandestinos de detenção ou qualquer atividade relacionada com os fatos. Assim, medidas foram tomadas no sentido de impedir qualquer alteração ou demolição do

⁶⁰ Ex-Tenente da Armada, responsável pela administração de vários bens havidos ilicitamente.

prédio da *Escuela de Mecánica de la Armada* e seu campo de esportes⁶¹. Tal restrição estendeu-se também ao prédio conhecido como *Casa del S.I.N.*⁶², localizada nas imediações das ruas *Thames y Panamericana*, província de Buenos Aires. Na mesma direção impediu-se a remoção de terra, escavação, construção ou modificação do terreno onde está situado o prédio *Hipólito Bouchard*, sito em Vicente Lopez, também província de Buenos Aires. Consta ter sido um prédio utilizado pela *Armada* às margens do Rio da Prata, próximo à *ESMA*. Informes em jornais dão conta de que no ano de mil novecentos e oitenta e cinco, ossadas foram localizadas, não se podendo descartar a hipótese de que poderiam pertencer a pessoas desaparecidas durante a ditadura militar. Desse modo, realizaram-se no terreno e em suas imediações prospecções por meio de *georadar* para estabelecer a existência de sepultamentos clandestinos. A mesma medida foi tomada, utilizando-se de um aparelho denominado *utility scan*, pertencente ao *Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos*, no campo de esportes da *ESMA*, objetivando detectar algum vestígio ósseo.

Mais de trinta queixosos acompanharam uma equipe de membros do tribunal para inspecionar *in loco* os prédios do *Casino de Oficiales, Cuatro Columns y enfermería* da *ESMA*. Nesta oportunidade requisitaram-se serviços dos agentes da *Policía Federal Argentina* para fotografar os espaços e filmar todas as diligências realizadas. As vítimas que estiveram detidas nestas dependências forneceram dados para identificar os locais denominados por *capucha, capuchita, pecera, cuatro, cuarto de las embarazadas*⁶³. Todas estas filmagens serviram como prova em juízo.

Devido ao volume e complexidade dos processos atinentes às investigações destes fatos, tudo foi digitalizado. Esta tarefa ficou a cargo da *Secretaria de Derechos Humanos*, vinculada ao *Ministerio de Seguridad, Justicia y Derechos Humanos* como meio para agilizar as tarefas judiciais e preservar as

⁶¹ Lei 392/00 da Cidade Autônoma de Buenos Aires.

⁶² *Servicio de Inteligencia Naval*.

⁶³ Respectivamente, quartos escuros de grandes ou pequenas dimensões; espaços para triagem de presos; local onde os presos eram colocados agachados e enfermaria das presas grávidas.

provas produzidas. Por sua natureza, o processo demanda muito tempo, porém sua finalização será de fundamental importância ao êxito de toda a investigação. Isto se deve não somente ao número de fatos e à quantidade de processados. A quantidade de autores, até então interessados na causa chega a noventa e três. Acresçam-se dezesseis advogados particulares e a quase totalidade de defensores públicos da *Defensoria General de la Nación* envolvidos. Como estes não são em número suficiente, defensores oficiais de outros foros penais estão presentes para garantir os direitos dos imputados.

Embora as causas tenham sido divididas em várias outras, todas elas referem-se aos fatos cometidos pelo pessoal dos *Grupo de Tareas 3.3* e sua base de operações na *Escuela de Mecánica de la Armada*. Abaixo estão relacionados os principais processos em investigação perante o *Juzgado Nacional en lo Criminal y Correccional Federal nº 12 , del Poder Judicial de la Nación*.

14217/03 – “Escuela de Mecánica de la Armada s/ delito de acción pública”. Este expediente cuenta con ciento y ochenta y cinco cuerpos de actuaciones principales, treientos y quatro incidentes, cuarenta y siete personas detenidas y un que se encuentra en libertad. Además tiene más de doscientos anexos de prueba producida en el extranjero y cento cincuenta legajos de provas. Son seiscientas treinta las víctimas señaladas en el requerimiento de instrucción y los procesamientos dictados ascienden – en algunos casos- a más de cuatrocientos cincuenta hechos;

18918/03 – “Acosta, Jorge Eduardo y otros s/ privación ilegal de la libertad”. En esta causa se lleva adelante la investigación relacionada con la privación legal de la libertad y el robo de los bienes de Rodolfo Jorge Walsh. El expediente cuenta con noventa cuerpos de actuación, sesenta y tres incidentes y diez cuerpos de anexos de prueba. Se ha detenido doce personas;

18967/03 – “Acosta, Jorge Eduardo s/ privación ilegal de la libertad”. Donde se investiga la privación ilegal de la libertad de las dos religiosas de nacionalidad francesa y diez personas que integraban un grupo de familiares de personas desaparecidas que se reunían en la Iglesia de Santa Cruz. El expediente cuenta con sesenta e tres cuerpos de actuación, sesenta e tres incidentes y ocho cuerpos de anexos documentales. Se ha ordenado la detención de catorce personas;

7694/99 – “ Astiz, Alfredo Ignacio y otros s/ delito de acción pública”, donde se investiga la privación ilegal de la libertad y la apropiación de los bienes de Conrado H. Gómez y de la

sociedad Cerro Largo S.A.. El legajo tiene cincuenta y dos cuerpos de actuaciones y sesenta y cuatro incidentes. Se ha ordenado el procesamiento de diez personas;

1376/04 – “Acosta, Jorge Eduardo y otros s/ apropiación de bienes”, cuyo objeto procesal consiste en las maniobras de los integrantes del G.T. 3.3 con base operativa en la Escuela de Mecánica de la Armada para apoderarse de manera organizada y sistemática, de los bienes que pertenecían a los prisioneros alojados en esa dependencia naval. El legajo cuenta con veinte y cuatro cuerpos de actuaciones y en ellas se ha dispuesto la detención de tres personas;

6383/00 – “Acosta, Jorge E. s/ enriquecimiento ilícito”. Es el legajo donde se trabaja la denuncia que indica la existencia de una cuenta numérica en Suiza donde Jorge Eduardo Acosta estaría ocultando el producto de sus actividades ilícitas;

3227/02 – “N.N. s/ delito de acción pública” donde se lleva adelante la investigación relacionada con los ‘vuelos de la muerte’. El legajo cuenta con diezocho cuerpos en actuación;

18407/02 – “Azic, Juan Antonio y otros s/ extorsión” donde se investiga la apropiación de la casa de Víctor Melchor Basterra. Este legajo cuenta con siete cuerpos de actuaciones y se ha detenido a dos personas;

19303/03 – “Barrionuevo, Juan Lorenzo s/ su denuncia” donde se investiga a un enfermo que desempeñó sus tareas en la ESMA entre los años 1979-1980 cuyo apodo era ‘Jeringa’ en referencia a su actividad dirigida a inyectar con pentotal a los prisioneros que serían subidos narcotizados a un avión para posteriormente ser arrojados al mar. La investigación cuenta con nueve cuerpos de actuación y se detuvo al imputado Barrionuevo.

Ao analisarmos brevemente estes importantes centros de detenção clandestinos, detivemo-nos com maior atenção neste último posto ter sido o que guardou o maior número de mortos e desaparecidos. Tivemos também a oportunidade de examinar neste item as causas relativas aos julgamentos dos acusados pelos crimes de lesa humanidade. Por esta amostragem, percebemos que diversas questões foram reabertas em inúmeros tribunais argentinos, jurisdição possível somente após o Congresso revogar expressamente leis anteriores que impediram os julgamentos. Mais uma parte do percurso foi percorrido rumo ao processo de redemocratização da sociedade argentina. Observamos, entretanto, que as Instituições incumbidas de cumprir as determinações do Poder Judiciário da Nação foram as mesmas que estiveram submetidas à época aos poderes das

Forças Armadas, a exemplo da própria Polícia Federal Argentina. Com efeito, foi possível excluir totalmente os membros das Forças Armadas de participarem de qualquer atividade de polícia judiciária, na execução das determinações judiciais. A eles também foi vedada a prática de quaisquer procedimentos de vigilância, cumprimento de mandados de prisão, capturas de foragidos e monitoramento de domicílios, atividades estas típicas das organizações policiais ostensivas e de investigação, ambas previstas em lei como responsáveis pela segurança interna do país.

As quarteladas promovidas pelos militares insurretos mostraram-nos com clareza as dificuldades dos poderes políticos para conter os quadros sediciosos das Forças Armadas. Não esqueçamos, porém, que tais rebeliões foram contidas pelos segmentos destas mesmas Forças, em especial o Exército, dispostas a garantir as determinações políticas no novo período de redemocratização. O poder civil, por sua vez, ao se estabelecer pela via democrática, não poderia jamais conter a indisciplina dos quartéis com mão de ferro. Por este motivo, as leis do ponto final e da obediência devida foram os caminhos institucionais menos traumáticos, propostos pelo Poder Executivo. Era preciso terminar uma guerra suja sem dar início a outra, de proporções imprevisíveis. Ao Congresso argentino coube confirmá-los por meio de um legítimo processo legislativo, operado pelos representantes da Nação. Foi, naquele momento, a saída menos espinhosa encontrada para superar a crise, apesar dos descontentamentos de vários setores da sociedade, principalmente aqueles ligados às lutas pelo restabelecimento dos direitos humanos na Argentina. O mesmo podemos dizer com relação aos decretos presidenciais de indulto assinados pelo presidente Carlos Saúl Menen, sucessor de Raúl Ricardo Alfonsín. Tudo fez parte de um processo político. Inclusive a promulgação das novas leis durante o governo de Nestor Kirchner⁶⁴ permitindo o julgamento das causas arquivadas.

⁶⁴ Presidente da Nação Argentina de dois mil e três a dois mil e sete, autor dos projetos que culminaram na promulgação das Leis 25778/03 e 25779/03, esta última revogando expressamente as *leys do punto final e da obediência debida*. Sua esposa, Cristina Kirchner, sucedeu-lhe no mandato presidencial. Nestor Kirchner faleceu prematuramente de ataque cardíaco, em 27 de outubro de 2010, aos sessenta anos de idade, em franca atividade política, provavelmente rumo às próximas eleições presidenciais de 2011.

Quanto às polícias argentinas, diversamente das Forças Armadas, nenhuma sedição promoveram. Com efeito, não podemos negar que seus membros, por tantos anos combatendo a subversão, estivessem ainda com seus pensamentos voltados aos ditames de uma doutrina que priorizava a segurança do Estado em detrimento da segurança do cidadão. Do mesmo modo em que houve dificuldades de desmobilização e contenção das Forças Armadas,- os *carapintadas* que o digam- impedindo-as de intervir nos assuntos da segurança interna do Estado, com relação às polícias houve grandes desafios, ainda enfrentados, para adaptar suas ações de acordo com o preconizado pelo nascente regime democrático. Certamente a paralisação por quinze anos dos processos contra os executores dos planos das Juntas Militares, em que pesem discordâncias de muitos, tenha sido um tempo suficiente para se processar senão totalmente, ao menos em parte, a devida depuração. Não se constróem novos ideais para os membros das Instituições policiais apartando-os do elemento mais importante para esta transformação: o tempo, o senhor de toda a razão. Por este motivo, passados mais de quinze anos do fim do regime militar, não houve maiores dificuldades por parte das Forças policiais para cumprirem a missão de auxiliarem as Instituições judiciárias envolvidas na investigação dos crimes praticados no período de exceção pelos *Grupos de Tareas* que atuaram na *ESMA* e nos outros mais de trezentos centros de detenção clandestinos.

4 Constituição da Nação e as garantias individuais dos cidadãos argentinos

Constituição em sentido etimológico significa o modo de ser das coisas, definindo sua essência e qualidades distintivas. Ao acrescentarmos ao vocábulo um o adjetivo que a qualifica como *Constituição política*, entendemos tratar-se de um importante documento construído por todo o corpo social objetivando, principalmente, a limitação do exercício do poder. Assim, a *Constituição política*, também nominada *Constituição do Estado* se caracteriza por um conjunto de normas supremas que prevêem com clareza como devem ser organizados os poderes, quais competências a eles cometidas, de que maneira deve se dar o exercício da autoridade, qual será forma de governo e quais direitos fundamentais devem ser assegurados à pessoa humana na sua esfera individual e social. Uma Nação pautada por estes princípios submete-se a um governo de leis, não admitindo que determinado grupo de homens subtraia arbitrariamente suas liberdades. Nações latinoamericanas, inspiradas pelo constitucionalismo norteamericano, enfatizaram o respeito ao império das leis nas relações sociais por meio de suas constituições escritas, estabelecendo neste suporte de papel o conjunto de regras pelas quais se exerce e se transmite o poder político estatal.

Com a *Constitución de la Nación Argentina* não foi diferente. Legitimamente elaborada pelo povo argentino por meio de seus representantes, foi um grande passo para dar continuidade à consolidação da democracia no país. Os argentinos já possuíam exemplos históricos mais do que suficientes para reconhecer a abissal diferença entre governos constitucionais e governos de fato. Era preciso existir, além da Constituição, um governo que a ela se submetesse. Muitas feridas e covas foram abertas nos corações e no solo argentinos. Sacrifícios de milhares de vidas fizeram com que a Nação amadurecesse com tantos sofrimentos. Não desejavam mais a guerra. O sangue dos compatriotas encarregou-se de lavar toda a sujeira gerada nos anos difíceis. Processos judiciais repousados nas estantes dos tribunais aguardavam momentos políticos oportunos para ressurgirem ou serem definitivamente esquecidos. Tudo dependeria da vontade do povo. A Nação estabeleceu uma trégua para os litígios forenses,

transferindo seus conflitos para serem discutidos em uma dimensão maior. Neste momento, os trabalhos ficaram por conta dos parlamentares argentinos. Um precioso pacto social foi necessário para a superação de vários entraves que impediam a caminhada. Pedras de tropeço foram removidas. Diferenças insuperáveis entre segmentos sociais inconciliáveis puderam ser contornadas, ao menos temporariamente. O *Pacto de Olivos*, complementado pelo *acuerdo de la Rosada*, celebrado entre os partidos políticos *Justicialista* e a *Unión Cívica Radical*, ambos com maioria no *Congreso*, foram acordos imprescindíveis ao sucesso da reforma constitucional.

No que tange à segurança jurídica cometidas aos cidadãos pelo Estado e às garantias individuais, a Carta reprisou formalmente o preconizado pela primeira reforma constitucional, ocorrida em mil oitocentos e sessenta. Com efeito, se não houve qualquer mudança na literalidade do texto articulado, materialmente ocorreu o inverso. A verdadeira transformação observada dera-se por meio do compromisso de todos, sem exceção, e em especial, dos mandatários do poder, em respeitá-las substancialmente. Ao cidadão não bastava ver sua segurança pessoal identificada como um bem supremo garantido apenas formalmente. Era preciso experimentar esta sensação para que o medo, tão constante no passado recente, deixasse de existir. Este novo período muito contribuiu para extirpar os espectros que insistiam permanecer entre os argentinos. Para que deles se libertassem, necessário foi viverem plenamente suas liberdades. Ao participarem livremente de reuniões, de manifestações, ao se expressarem sem temores e, o que é principal, sem o perigo de serem sequestrados nas ruas ou em suas casas, reconheceram que as liberdades concretizavam-se nos espaços públicos, tornando remoto o recrudescimento do processo.

O artigo dezoito da *Constitución de la Nación Argentina*⁶⁵ ao descrever um rol de garantias individuais, o fez de forma contínua em um único texto. Estes

⁶⁵ Artículo 18. [Seguridad y garantías individuales] – Ningún habitante de la Nación puede ser apenado sin juicio previo fundado en ley anterior al hecho del proceso, ni juzgado por comisiones especiales, o sacado de los jueces designados por la ley antes del hecho de la causa. Nadie puede ser obligado a declarar contra sí mismo; ni arrestado sino en virtud de orden escrita de autoridad competente. Es inviolable la defensa en juicio de la persona y de los derechos. El domicilio es inviolable, como también la correspondencia epistolar y los papeles privados; y una ley determinará en qué casos y con qué justificativos podrá procederse a su allanamiento y ocupación. Quedan abolidos para siempre la pena de muerte por causas políticas, toda

direitos fundamentais explicitados protegem os cidadãos argentinos em algumas de suas importantes dimensões que serão aqui analisadas. Uma vez respeitados pelo Estado, reforçarão todo o sistema constitucional no seu principal alicerce: os direitos da pessoa humana. Não podemos conceber a existência de um regime verdadeiramente democrático sem que haja uma fiel garantia à realização dos direitos fundamentais do homem. Enquanto nos parece ser sua mera positivação insuficiente para assegurá-los, neste fato reside, certamente, um ótimo início para sua efetivação. Estes os motivos pelos quais a defesa incondicional dos direitos individuais se torna também de curial importância para legitimar as democracias nascentes, sucessoras históricas do Estado ditatorial.

O Estado não pode ser considerado uma abstração. Sua existência fática será reconhecida nas ações exercidas por todos aqueles que o representam, corporificando sua personalidade. Embora os detentores dos mandatos políticos da Nação sejam importantes personagens desta cena, não serão eles os únicos a atuar. Atores diversos, investidos em funções públicas relevantes, desempenham ativamente seus papéis. A virtude será concedida a todos os que seguirem incondicionalmente as recomendações prescritas pelas leis. Caso contrário, além de apontados como péssimos atores, serão inapelavelmente responsabilizados por violarem todo o concerto constitucional. Passemos, então, a destrinchar as garantias insertas neste artigo com o fim de identificarmos cada um dos atores responsáveis por seu cumprimento.

4.1 Princípio do juiz natural

a) Ningún habitante de la Nación puede ser apenado sin juicio previo fundamentado en ley anterior al hecho del proceso, ni juzgado por comisiones especiales, o sacado de los jueces designados por la ley antes del hecho de la causa...;

Esta primeira parte realça um princípio voltado ao órgão da jurisdição, corporificado pelo magistrado. Imprescindível ao exercício saudável da atividade

especie de tormento y los azotes. Las cárceles de la Nación serán sanas y limpias, para seguridad y non para castigo de los reos detenidos en ellas, y toda medida que a pretexto de precaución conduzca a mortificarlos más allá de lo que aquélla exija, hará responsable al juez que la autorize.

judicante, o princípio do juiz natural será a garantia de uma atuação jurisdicional isenta, imparcial. Por este princípio, veda-se terminantemente a instituição de juízos previamente estabelecidos para a satisfação de contingências particulares: os famigerados *tribunais de exceção*. Nesta esteira, o princípio do juiz natural apresenta duplo significado: no primeiro deles, consagra constitucionalmente que somente o magistrado é órgão investido de jurisdição. Secundariamente, dirige ao órgão legislativo um mandamento constitucional negativo. Proíbe às legislaturas, corporificadas pelos parlamentares da Nação, qualquer forma de julgamento por meio de ações legislativas que imponham sanções penais sem processo prévio. Outro ponto considerado é o da proibição de se subtrair o juiz competente para o julgamento da causa, desdobrando-se esta garantia de modo que os órgãos jurisdicionais serão somente os previstos pela Constituição, cujas competências preestabelecidas excluem possibilidades discricionárias de qualquer pessoa, vedando-se o julgamento por um órgão jurisdicional constituído após a ocorrência do fato.

O *Código Procesal Penal de la Nación*, repete tais princípios logo ao abrir seu primeiro livro, proclamando as garantias fundamentais, acrescidas dos princípios da presunção de inocência e do *non bis in idem*⁶⁶:

Artículo 1º – Nadie podrá ser juzgado por otros jueces que los designados de acuerdo con la Constitución y competentes según sus leyes reglamentarias, ni penado sin juicio previo fundado en ley anterior al hecho del proceso y sustanciado conforme a las disposiciones de esta ley, ni considerado culpable mientras una sentencia firme no desvirtúe la presunción de inocencia de que todo imputado goza, ni perseguido penalmente más de una vez por el mismo hecho.

⁶⁶ A Constituição argentina não previu expressamente esta garantia. Entretanto, por força do *artículo 33. [Derechos y garantías implícitos] – Las declaraciones, derechos y garantías que enumera la Constitución, non serán entendidos como negación de otros derechos y garantías no enumerados; pero que nacen del principio de la soberanía del pueblo y de la forma republicana de gobierno (Sagüés, 1999:64)*, está ela prevista em um tratado internacional incorporado ao ordenamento interno: a Convenção Americana dos Direitos Humanos a qual no inciso 4 de seu artigo 8 enuncia: o acusado absolvido por sentença transitada em julgado não poderá ser submetido a novo processo pelos mesmos fatos. O mesmo diga-se com relação ao princípio da presunção de inocência, previsto no inciso 2 do mesmo artigo.

4.2 Princípio da não incriminação e inafastabilidade da jurisdição

b) Nadie puede ser declarado contra sí mismo; ni arrestado sino en virtud de orden escrita de autoridad competente...;

Estes princípios vertem-se também aos órgãos da jurisdição. Nenhum indivíduo está obrigado a produzir provas contra si mesmo e, muito menos, o magistrado pode induzi-lo a esta prática. Embora caiba ao juiz buscar a verdade real, não pode fazê-lo por meio da autoincriminação do réu. Uma vez respeitado este mandamento constitucional, a liberdade daquele que está sendo acusado perante um tribunal será resguardada. Conhecido pelo brocardo latino *nemo tenetur se detegere*, desdobra-se por meio de diversas não atuações do imputado, tais como o direito ao silêncio quando interrogado; direito de não confessar o delito; não submeter-se a reconhecimento; não oferecer seu corpo para a produção de qualquer prova etc.

O *Código Procesal Penal de la Nación*, ao dispor sobre a *indagatoria*⁶⁷ del imputado pormenoriza o direito à não inculpação previsto constitucionalmente:

Artículo 296. – El imputado podrá abstenerse de declarar. En ningún caso se le requerirá juramento o promesa de decir verdad ni se ejercerá contra él coacción o amenaza ni medio alguno para obligarlo, inducirlo o determinarlo a declarar su voluntad ni se le harán cargos o reconvenciones tendientes a obtener su confesión. La inobservancia de este precepto hará nulo el acto, sin perjuicio de la responsabilidad penal o disciplinaria que corresponda.

A garantia de não ser preso senão por ordem escrita de autoridade foi uma das maiores constatações da constitucionalidade do novo regime. Um passado no qual grande parte das prisões foram clandestinas, ao submetê-las ao crivo de um juiz, garantiu o *status libertatis* do cidadão. Assim, a prisão de qualquer suspeito pelo cometimento de um crime deverá ser comunicada em um prazo não superior a dez horas, sendo permitida sua prorrogação somente por determinação judicial. Portanto, a garantia preconizada serve também como ordem às Forças de Segurança, corporificadas por seus agentes, detentores das funções de polícia de investigação e judiciária. É o que podemos depreender ao analisarmos o conteúdo

⁶⁷ O mesmo que interrogatório no direito processual penal brasileiro.

das atribuições, dos deveres e das limitações dos atos de polícia, previstos também no *Código Procesal Penal de la Nación* :

Artículo 184. – Los funcionarios de la policía o de las fuerzas de seguridad tendrán las siguientes atribuciones:

...

8. Aprender a los presuntos culpables en los casos y formas que este Código autoriza y disponer su incomunicación cuando concurren los requisitos del artículo 205, por un término máximo de diez (10) horas, que no podrá prolongarse por ningún motivo sin orden judicial. En tales supuestos deberá practicarse un informe médico a efectos de verificar el Estado psicofísico de la persona al momento de su aprehensión.

Eis o inteiro teor do artigo 205:

Artículo 205. – El juez podrá decretar la incomunicación del detenido por un término no mayor de cuarenta e ocho (48) horas, prorrogable por otras veinticuatro (24) mediante auto fundado, cuando existan motivos para temer que se pondrá de acuerdo con terceros u obstaculizará de otro modo la investigación.

Cuando la autoridad policial haya ejercitado la facultad que le confiere el inc. 8 del art. 184, el juez sólo podrá prolongar la incomunicación hasta completar un máximo de setenta y dos (72) horas.

En ningún caso la incomunicación del detenido impedirá que éste se comuniquen con su defensor inmediatamente antes de comenzar su declaración o antes de cualquier acto que requiera su intervención personal.

Se permitirá al incomunicado el uso de libros u otros objetos que solicite, siempre que no puedan servir para eludir la incomunicación o atentar contra su vida o la ajena.

Asimismo se le autorizará a realizar actos civiles impostergables, que no disminuyan su solvencia ni perjudiquen los fines de la instrucción.

4.3 Princípio da inviolabilidade da defesa e direitos do imputado

c) Es inviolable la defensa en juicio de la persona y de los derechos...;

A condição primeira para se considerar uma sentença justa é a certeza do equilíbrio de forças na relação processual travada entre a acusação e a defesa. Com efeito, para que estes adversários atuem em juízo, imprescindível será a existência de um imputado processado perante o Estado. Assim, todo cidadão que

esteja figurando como réu perante um tribunal da Nação será destinatário desta garantia constitucional, materializada pela presença contínua de um defensor. Ao identificarmos quais os atores principais do processo apontaremos, a partir dos órgãos aos quais pertencem, os três personagens que os corporificam: o *Poder Judicial*, na figura do *Juez*; o *Ministerio Público Fiscal*, na figura do *Fiscal*⁶⁸ e o *Defensor Público*, na qualidade de representante do *Ministerio Público de la Defensa*. Cabendo a eles zelar para que haja a distribuição sadia da justiça, se constituem também como destinatários destes comandos constitucionais, na condição de representantes garantes destes direitos, cada um no desempenho das atribuições inerentes aos seus respectivos cargos. A lei processual penal da Nação argentina, esmiuçando este princípio, diz textualmente:

Artículo 73. – La persona a quien se le imputare la comisión de un delito por el que se está instruyendo causa tiene derecho, aun cuando no hubiere sido indagada, a presentarse al Tribunal, personalmente con su abogado defensor, aclarando los hechos e indicando las pruebas que, a su juicio, puedan ser útiles.

Consigna a imprescindibilidade da presença do defensor em juízo como um direito indisponível do imputado. Sem a presença de um advogado, o processo penal não se movimenta. Portanto, não representa uma faculdade a ser exercida pelo réu. Obriga-o a estar acompanhado de um defensor não importando se por ele escolhido ou se nomeado pelo Estado. Vejamos:

Artículo 104. El imputado tendrá derecho a hacerse defender por abogado de la matrícula de su confianza o por el defensor oficial; podrá también defenderse personalmente siempre que ello no perjudique la eficacia de la defensa y no obste la normal sustanciación del proceso. En este caso el Tribunal le ordenará que elija defensor dentro del término de tres (3) días, bajo apercibimiento de designarle de oficio el defensor oficial.

En ningún caso el imputado podrá ser representado por apoderado. La designación del defensor hecha por el imputado importará, salvo manifestación expresa en contrario, el otorgamiento de mandato para representarlo en la acción civil.

Este mandato subsistirá mientras no fuere revocado.

El imputado podrá designar defensor aun estando incomunicado y por cualquier medio.

⁶⁸ Representante do órgão acusador, titular da ação penal, segundo o *artículo 65*. – *El Ministerio Fiscal promoverá y ejercerá la acción penal en la forma establecida por la ley. Código Procesal Penal de la Nación.*

Artículo 106. – El cargo de defensor del imputado, una vez aceptado, es obligatorio. La aceptación será obligatoria para el abogado de la matrícula cuando se lo nombrare en sustitución del defensor oficial. En ambos supuestos, podrán exceptuarse de ella por una razón atendible.

El defensor tendrá derecho a examinar los autos antes de aceptar el cargo, salvo en caso de secreto del sumario. Tendrá (3) tres días para hacerlo, bajo apercibimiento de tener el nombramiento por no efectuado.

Artículo 107. – Sin perjuicio de lo dispuesto en el artículo 104 y en la primera oportunidad, y en todo caso antes de la indagatoria, el juez invitará al imputado a designar defensor entre los abogados de la matrícula.

Si el imputado no lo hiciere hasta el momento de recibírsele declaración indagatoria, el juez designará de oficio al defensor oficial, salvo que autorice al imputado a defenderse personalmente.

4.4 Princípio da inviolabilidade do domicílio e de correspondência

d) El domicilio es inviolable, como también la correspondencia epistolar y los papeles privados; y una ley determinará en qué casos y con qué justificativos podrá procederse a su allanamiento y ocupación...;

Iniciemos pela garantia da inviolabilidade do domicílio. Aqui, o conceito de domicílio deve ser interpretado como o espaço no qual o cidadão estabelece a sua moradia. Nela, além de abrigar-se sozinho ou com sua família, desempenha atividades fundamentais à sua dignidade tais como cozinhar alimentos, repousar, higienizar-se, relacionar-se, estudar ou simplesmente manter-se ocioso. Portanto, em sua casa, resguardará seus direitos à privacidade e à intimidade, sem qualquer interferência. A todos cabe, indistintamente, o respeito a esta garantia constitucional. Basta observarmos que no direito penal argentino o delito de violação de domicílio pelo particular encontra previsão no *Código Penal de la República Argentina*, no capítulo reservado aos crimes contra a liberdade individual⁶⁹. Entretanto, aqui nos interessa identificarmos outros atores a quem se dirige esta proteção. Falamos principalmente dos cidadãos investidos em cargos de autoridade, principalmente aqueles que interagem, por meio de ações inerentes a

⁶⁹ *Violación de domicilio: artículo 150 – Será reprimido con prisión de seis meses a dos años, si no resultare otro delito más severamente penado, el que entrare en morada o casa de negocio ajena, en sus dependencias o en el recinto habitado por otro, contra la voluntad expresa o presunta de quien tenga derecho de excluirlo.*

um dever de ofício, nas bases da sociedade, valer dizer, integrantes das polícias e das Forças de Segurança interna do Estado. Durante o período no qual o Estado tinha por fim a segurança nacional em detrimento do cidadão, qualquer pretexto justificava violações de quaisquer domicílios. A prova disso está contida nos inúmeros processos nos quais figuram vários imputados pertencentes às Instituições de Segurança Pública do Estado. Agentes acusados por crimes de sequestro, privação de liberdade, desaparecimento e morte de pessoas, também tiveram suas condutas capituladas no delito de violação de domicílio, agravadas por se tratarem daqueles cujas responsabilidades pelo cumprimento da lei deveriam ser, em tese, redobradas.

Com efeito, no país constitucional argentino, Instituições policiais e de Segurança Pública, corporificadas por seus membros, deverão respeitar incondicionalmente não somente estas garantias como também todos os seus desdobramentos contidos na lei processual penal. Cabe aqui observarmos uma peculiaridade da legislação processual penal argentina, que não ocorre na legislação brasileira. Diferente da república federativa do Brasil, a qual conta com um único código de processo penal para todo o país, a república argentina possui vinte e três códigos processuais penais provinciais e um código de processo penal nacional. Por serem províncias autônomas, possuem suas próprias legislaturas, jurisdições e administrações. Esta última, a cargo do *Poder Ejecutivo de la Provincia* compreende, dentre inúmeras atribuições, criar e organizar suas polícias, semelhante ao que ocorre nos Estados federados brasileiros a quem cabe, precipuamente, responsabilidades sobre os problemas da Segurança Pública. Portanto, citaremos aqui disposições processuais penais nacionais e provinciais dirigidas aos agentes encarregados pelo cumprimento da lei, sejam eles pertencentes às *Fuerzas de Seguridad de la Nación* ou às *Fuerzas Policiales* propriamente ditas. Iniciemos pelo *Código Procesal Penal de la Nación*:

Registro

Artículo 224. – Registro. Si hubiere motivo para presumir que en determinado lugar existen cosas vinculadas a la investigación del delito, o que allí puede efectuarse la detención del imputado o de alguna persona evadida o sospechada de criminalidad, el juez ordenará por auto fundado el registro de ese lugar.

*El juez podrá proceder personalmente o delegar la diligencia en el fiscal o en los **funcionarios de la policía o de las fuerzas de seguridad**. En caso de delegación, expedirá una orden de allanamiento escrita, que contendrá: la identificación de causa en la que se libra; la indicación concreta del lugar o lugares que habrán de ser registrados; la finalidad con que se practicará el registro **y la autoridad que lo llevará a cabo**. El funcionario actuante labrará un acta conforme lo normado por los artículos 138⁷⁰ y 139 de este Código. (grifos nossos)*

En caso de urgencia, cuando medie delegación de la diligencia, la comunicación de la orden a quien se le encomiende el allanamiento podrá realizarse por medios electrónicos. El destinatario de la orden comunicará inmediatamente su recepción al juez emisor y corroborará que los datos de la orden, referidos en el párrafo anterior, sean correctos. Podrá usarse la firma digital. La CORTE SUPREMA DE JUSTICIA DE LA NACION o el órgano en que ésta delegue dicha facultad, reglamentará los recaudos que deban adoptarse para asegurar la seriedad, certidumbre y autenticidad del procedimiento.

Cuando por existir evidente riesgo para la seguridad de los testigos del procedimiento, fuese necesario que la autoridad preventora ingrese al lugar primeramente, se dejará constancia explicativa de ello en el acta, bajo pena de nulidad.

Si en estricto cumplimiento de la orden de allanamiento, se encontrare objetos que evidencien la comisión de un delito distinto al que motivó la orden, se procederá a su secuestro y se le comunicará al juez o fiscal interviniente.

Ao especificar o allanamiento de morada⁷¹, com ordem judicial, a lei argentina determina o cumprimento da ordem durante a luz do dia, conforme textualmente diz o artigo 225:

Allanamiento de morada

*Artículo 225. – Cuando el registro deba efectuarse en un lugar habitado o en sus dependencias cerradas, la diligencia sólo podrá realizarse desde que **salga hasta que se ponga el sol**. (grifos nossos)*

Sin embargo, se podrá proceder a cualquier hora cuando el interesado o su representante lo consienta, o en los casos sumamente graves y urgentes, o cuando peligre el orden público.

⁷⁰ Artículo 138. – Cuando el funcionario público que intervenga en el proceso deba dar fe de los actos realizados por él o cumplidos en su presencia, labrará un acta en la forma prescripta por las disposiciones de este capítulo. A tal efecto, el juez y el fiscal serán asistidos por un secretario, **y los funcionarios de policía o fuerzas de seguridad por dos testigos que en ningún caso podrán pertenecer a la repartición cuando se trate de las actas que acrediten los actos irreproducibles y definitivos, tales como el secuestro, inspecciones oculares, requisa personal**. (grifos nossos)

⁷¹ O mesmo que busca domiciliar no direito brasileiro.

Com relação às buscas domiciliares que prescindam de autorização judicial, o próprio *Código Procesal Penal de la Nación* prevê, em números *clausus* e sob uma interpretação restrita dos dispositivos, quais situações peculiares permitem aos *funcionarios de la policía* procederem ao *allanamiento de morada*. É o preconizado pelo artigo 227 e respectivos incisos, ao prever em quais excepcionais circunstâncias esta atribuição será realizada independente da concessão de mandado judicial.

Allanamiento sin orden

Artículo 227. – No obstante lo dispuesto en los artículos anteriores, la policía podrá proceder al allanamiento de morada sin previa orden judicial cuando: (grifos nossos)

1. *Por incendio, explosión, inundación u otro estrago se hallare amenazada la vida de los habitantes o la propiedad.*
2. *Se denunciare que personas extrañas han sido vistas mientras se introducían en casa o local, con indicios manifiestos de ir a cometer un delito.*
3. *Se introduzca en una casa o local algún imputado de delito a quien se persigue para su aprehensión.*
4. *Voces provenientes de una casa o local anunciaren que allí se está cometiendo un delito o pidan socorro.*
5. *Se tenga sospechas fundadas de que en una casa o local se encuentra la víctima de una privación ilegal de la libertad y corra peligro inminente su vida o integridad física⁷². El representante del Ministerio Público Fiscal deberá autorizar la diligencia y será necesaria su presencia en el lugar.*

Aqui constam as disposições infraconstitucionais garantidoras da inviolabilidade do domicílio previstas pelo *Código Procesal de la Nación*. Estes artigos, destinados ao controle das atuações das Forças de Segurança ou policiais nacionais, são ordens dirigidas a todos os membros destas Instituições, principais destinatários destes comandos. Por sua vez, as Instituições nacionais que representam, na esfera federal a segurança interna da Nação são cinco: duas

⁷² *Código Penal de la República Argentina: artículo 34 – No son punibles: ... 7.El que obrare en defensa de la persona o derechos de otro, siempre que concurren las circunstancias de agresión ilegítima; necesidad racional del medio empleado para impedirla o repelerla y caso de haber precedido provocación suficiente por parte del agredido, la de que no haya participado en ella el tercero defensor.*

Forças de Segurança , duas policiais e uma penitenciária, respectivamente, a *Prefectura Naval Argentina*⁷³, a *Gendarmeria Nacional Argentina*⁷⁴, a *Policía Federal Argentina*⁷⁵, a *Policía de Seguridad Aeroportuaria*⁷⁶ e o *Servicio Penitenciario Federal*⁷⁷. No momento oportuno analisaremos pormenorizadamente cada uma delas.

Com relação aos códigos provinciais, tomamos como referência aquele que disciplina as leis processuais da maior província argentina: a de *Buenos Aires*. Denominado *Código Procesal Penal de la Provincia de Buenos Aires*, transcreveremos o que dispõe no artigo 219, ao referir-se ao *registro domiciliário*. Embora haja poucas diferenças redacionais, seu conteúdo será o mesmo do disposto no *Código Procesal de la Nación*.

⁷³ Uma das Forças de Segurança militarizadas da Nação, a *Prefectura Naval Argentina* possui, dentre várias atribuições, a prevenção e repressão de crimes e contravenções afetos à jurisdição federal. Entretanto, sua intervenção em delitos comuns de competência da justiça provincial não está descartada quando trata-se de reprimir ou prevenir delitos cujas consumações ocorram no âmbito de suas circunscrições territoriais (regiões dos rios, deltas e marítimas da Nação) visando, inclusive, impedir a fuga dos criminosos. Exerce, portanto, as funções de policiamento preventivo e judiciário, coletando provas e detendo suspeitos do cometimento de infrações penais, encaminhando os detidos e as respectivas provas dos fatos às autoridades judiciárias competentes.

⁷⁴ A *Gendarmeria Nacional Argentina* é mais uma das Forças de Segurança da Nação. Possui em suas raízes uma natureza militar, cumprindo suas missões nacionais por meio de atividades de Segurança Pública interna, defesa nacional e apoio à política exterior. É considerada uma Força intermediária de Segurança, ou seja, organizada militarmente para dissuadir e responder às ameaças contra a Soberania da Nação e para resolver crises, contingências e incidentes no âmbito da segurança interna. Quanto à defesa nacional, atua em operações de apoio às relações exteriores do país.

⁷⁵ A *Policia Federal Argentina* é uma Força de Segurança Pública de natureza exclusivamente policial. A ela cabe cumprir funções de polícia de segurança e judiciária, no âmbito das circunscrições territoriais federais, inclusive aquelas situadas nas províncias e em toda a Capital do país.

⁷⁶ A *Policía de Seguridad Aeroportuaria (PSA)*, também se caracteriza como Força de Segurança exclusivamente policial. Instituição de caráter profissional, civil, armada, embasada nos princípios da hierarquia e disciplina, tem como atribuições a proteção das instalações aeroportuárias argentinas, cabendo-lhe também realizar as investigações dos delitos praticados nos seus limites territoriais. Constitui-se na mais nova força policial argentina, criada em 2005 por um decreto presidencial de Nestor Kirchner. A ela foram incorporados os antigos integrantes da *Policía Aeronautica Nacional (PAN)*, Instituição militarizada submetida à *Fuerza Aérea Argentina*, através do *Comando de Regiones Aereas*.

⁷⁷ O *Servicio Penitenciario Federal* é mais uma das Forças de Segurança da Nação, com atribuições específicas destinadas à custódia e guarda dos processados e à execução das sanções penais privativas de liberdade. Cabe a ela intervir em todos os casos de delituosos ocorridos no âmbito do Serviço Penitenciário Federal, facultando-lhe o exercício de todos os direitos e deveres outorgados à *Policía Federal Argentina* pelo *Código de Procedimiento en lo Criminal de la Capital Federal*.

219. – Registro. Si hubieren motivos para presumir que en determinado lugar existen personas o cosas relacionadas con el delito, a requerimiento del agente fiscal, el juez ordenará, por auto fundado, el registro de ese lugar.

*El fiscal podrá disponer de la **fuerza pública** y proceder personalmente o delegar la diligencia en **funcionarios de la policía**. La orden será escrita y contendrá el lugar y el día en que la medida deberá efectuarse, y en sus casos, la habilitación horaria que corresponda y la descripción de las cosas a secuestrar o personas a detener. Asimismo consignará el nombre del comisionado, quién labrará acta conforme a lo dispuesto en los artículos 117 y 118. Esta misma formalidad se observará en su caso y, oportunamente, en los supuestos de las demás diligencias previstas en este Capítulo.(grifos nossos).*

Determinações prescritas por este código relativas ao *allanamiento de morada con orden del juez* e *allanamiento sin orden del juez*, assim como o artigo citado possuem o mesmo conteúdo visando proteger o domicílio de ingerências de estranhos. O importante é frisarmos que, por ser uma lei elaborada pela legislatura autônoma, as autoridades a quem primeiramente se destinam as normas serão o juiz e o fiscal da província, além autoridades policiais e respectivos funcionários da polícia provincial. Com efeito, as Forças de Segurança nacionais, ao atuarem excepcionalmente fora de suas circunscrições territoriais, submetem-se também a estes comandos legais. Vejamos o que atestam, literalmente, seus conteúdos:

220. *Allanamiento de morada. Cuando el registro deba efectuarse en un lugar habitado o en sus dependencias cerradas, la diligencia sólo podrá realizarse desde que salga hasta se ponga el sol.*

*Sin embargo, se podrá proceder a cualquier hora cuando el morador o su representante lo consientan o en los casos sumamente graves y urgentes o cuando peligre el orden público, **sin perjuicio de su ratificación posterior por el juez.** (grifos nossos)*

222.- *Allanamiento sin orden. No obstante lo dispuesto en los artículos anteriores **la policía podrá proceder al allanamiento de morada sin previa orden judicial cuando:***

1º) *Se denunciare que alguna persona ha sido vista mientras se introducía en una casa o local, con indicios manifiestos de cometer un delito.*

2º) *Se introduzca en una casa o local algún imputado de delito a quien se persigue para su aprehensión.*

3º) *Voces provenientes de una casa o local advirtieren que allí se está cometiendo un delito o pidieren socorro. (grifos nossos)*

Apanágio do Estado constitucional, o respeito às garantias fundamentais por parte dos agentes das Forças de Segurança não se dá somente com atuações restritas ao que diz a lei. Precedendo a elas, acompanhando ou apreciando a *posteriori* os atos da polícia judiciária, presente está o rígido controle por parte dos órgãos da jurisdição. Agindo como colaboradoras e auxiliares da justiça, as Forças de Segurança, representadas pelas ações de seus agentes, devem submeter-se ao crivo contínuo dos juízes para que sejam admitidas nos tribunais somente as provas produzidas por meios idôneos. Assim, a inviolabilidade do domicílio excepciona-se somente por meio de uma análise judicial criteriosa para cada caso apresentado. Esta a forma encontrada para que a intimidade de todos os cidadãos seja resguardada: com a participação do legislador, ao prever quais as situações em que se pode autorizá-la; aos agentes das Forças de Segurança e das polícias, respeitando por si mesmos e em obediência à lei os limites de suas atuações e, finalmente, ao poder judiciário, fiscalizando e controlando as atividades policiais.

Como punições decorrentes pelo desrespeito à proteção do domicílio, o *Código Penal de la República Argentina* estabeleceu um tipo penal próprio inerente à condição especial do sujeito investido em cargo público. Embora não especifique a natureza da função pública exercida, claro está no texto deste artigo a previsão de imposição de pena, principalmente, aos agentes da Segurança Pública encarregados pela aplicação da lei.

Violación de domicilio

*Artículo 151 – Se impondrá la misma pena de inhabilitación especial de seis meses a dos años, **al funcionario público o agente de la autoridad que allanare un domicilio sin las formalidades prescriptas por la ley** o fuera dos casos que ella determina. (grifos nossos)*

Desdobrando-se ainda mais o direito à intimidade, o legislador constitucional argentino previu a segurança dos registros contidos nas correspondências epistolares. Não nos esqueçamos, porém, que a última vez que o artigo dezoito passou por uma reforma foi nos idos de mil oitocentos e sessenta. Não havia sequer telefone e os telégrafos, apesar de existentes, ainda não haviam

sido implantados. Com o incremento das comunicações, obviamente que esta garantia se estendeu a outros meios que possam propiciar esta espécie de intercâmbio pessoal. A legislação processual nacional, cuja atualização última data do ano de dois mil e oito, acrescentou ao dever do sigilo postal e telegráfico, as comunicações telefônicas ou qualquer outro meio utilizado para este fim. Tais garantias são protegidas por representarem estes contatos entre indivíduos, expressões recíprocas de seus pensamentos, manifestadas intimamente. Ao declarar a inviolabilidade das correspondências, assegurando o sigilo de seu conteúdo, veda a abertura de qualquer forma de mensagem escrita ou a interrupção de seu curso do remetente ao destinatário. Contudo, a lei processual penal argentina permite, excepcionalmente, devassar os conteúdos epistolares mediante ordem judicial, obrigando-se a autoridade judiciária a velar pela custódia das correspondências interceptadas para posterior exame. A exceção ao princípio da inviolabilidade das comunicações interpessoais, com procedimentos judiciais pormenorizados pela lei adjetiva, reflexamente enfatiza o dever de todos, inclusive dos agentes do Estado, em preservar este direito fundamental do cidadão. Examinemos o determinado no *Código Procesal Penal de la Nación*:

Interceptación de correspondencia

*Artículo 234. – Siempre que lo considere útil para la comprobación del **delito el juez podrá ordenar, mediante auto fundado, la interceptación y el secuestro de la correspondencia postal o telegráfica o de otro efecto remitido por el imputado o destinado a éste, aunque sea bajo nombre supuesto. (grifos nossos)***

Apertura y examen de correspondencia. Secuestro.

*Artículo 235. – Recibida la correspondencia o los efectos interceptados, **el juez procederá a su apertura en presencia del secretario, haciéndolo constar en acta. Examinará los objetos y leerá, por sí, el contenido de la correspondencia. (grifos nossos)***

Si tuvieren relación con el proceso, ordenará el secuestro; en caso contrario, mantendrá en reserva su contenido y dispondrá la entrega al destinatario, a sus representantes o parientes próximos, bajo constancia.

Quanto às interceptações telefônicas, por guardarem o mesmo conteúdo sigiloso afeto às correspondências, seus interlocutores também estarão protegidos pelas garantias da inviolabilidade. As conversas telefônicas diferem dos contatos

epistolares, posto haver falas interpersonais imediatas entre os interlocutores. Por não serem escritas, sua preservação se dá somente por meio de uma gravação realizada por terceiros. É o que conhecemos na linguagem legal e policial por interceptação telefônica. Sua particularidade reside no fato do registro não ser conhecido por nenhum dos intercomunicadores. Portanto, por tratar-se de uma comunicação peculiar, encontra-se disciplinada no seguinte dispositivo processual:

Intervención de comunicaciones telefónicas

Artículo 236.- El juez podrá ordenar, mediante auto fundado, la intervención de comunicaciones telefónicas o cualquier otro medio de comunicación del imputado, para impedir las o conocerlas. (grifos nossos)

Bajo las mismas condiciones, el juez podrá ordenar también la obtención de los registros que hubiere de las comunicaciones del imputado o de quienes se comunicaran con él.

En las causas en que se investigue alguno de los delitos previstos en los artículos 142 bis⁷⁸ y 170⁷⁹ del Código Penal de la Nación, o que tramiten en forma conexas con aquéllas, cuando existiese peligro en la demora debidamente justificado, dichas facultades podrán ser ejercidas por el representante del Ministerio Público Fiscal, mediante auto fundado, con inmediata comunicación al juez, quien deberá convalidarla en el término improrrogable

⁷⁸ Observamos, neste artigo, uma qualificadora inserta pela *Ley 25742/03*, majorando consideravelmente a pena na hipótese de tratar-se o agente de funcionário ou empregado público, pertencente ou que haja pertencido a alguma Força de Segurança ou organismo de Inteligência do Estado. Eis o previsto pelo *Código Penal de la República Argentina*, no capítulo dos *Delitos contra la libertad individual*, especificamente no item 5 do *artigo 142 bis*:

Artículo 142 bis – Se impondrá prisión o reclusión de cinco (5) a quince (15) años, al que sustrajere, retuviere u ocultare a una persona con el fin de obligar a la víctima o a un tercero, a hacer, no hacer, o tolerar algo contra su voluntad. Si el autor lograre su propósito, el mínimo de la pena se elevará a ocho (8) años.

La pena será de diez (10) a veinticinco (25) años de prisión o reclusión:

...

5. Cuando el agente sea funcionario o empleado público; o pertenezca o haya pertenecido a alguna fuerza de seguridad u organismo de inteligencia del Estado. (grifos nossos)

⁷⁹ Idem com relação ao artigo 170 do mesmo diploma:

Artículo 170 – Se impondrá reclusión o prisión de cinco (5) a quince años, al que sustrajere, retuviere, u ocultare a una persona para sacar rescate. Si el autor lograre su propósito, el mínimo de la pena se elevará a ocho (8) años.

La pena será de diez (10) a veinticinco (25) años de prisión o reclusión:

...

5. Cuando el agente sea funcionario o empleado público; o pertenezca o haya pertenecido a alguna fuerza de seguridad o organismo de inteligencia del Estado. (grifos nossos)

de veinticuatro horas, bajo pena de nulidad del acto y consecuente ineficacia de la prueba introducida a partir de él.

Acompanhando as mesmas prescrições oferecidas pela legislação nacional, o *Código Procesal Penal de la Provincia de Buenos Aires* prevê, com igual excepcionalidade, em quais situações serão permitidas a abertura de correspondências e interceptações telefônicas, para fins comprobatórios da existência e imputação do delito àquele que está sujeito à suspensão destas garantias. Portanto, tanto na esfera nacional como na esfera provincial, a autorização judicial somente poderá ser concedida, tal qual como se prevê no ordenamento jurídico brasileiro: para fins de obtenção de prova que instrua o processo criminal. Verifiquemos os dispositivos assemelhados, extraídos da legislação adjetiva da província de Buenos Aires:

Medios de prueba

228. – Interceptación de correspondencia. Examen. Secuestro.- Siempre que se considere útil para la comprobación del delito, el juez, a requerimiento del agente fiscal, podrá ordenar, mediante auto fundado, la interceptación y el secuestro de la correspondencia postal y telegráfica; o de otro efecto remitido por el imputado o que se le destinare, aunque sea bajo nombre supuesto. (grifos nossos)

Recibida la correspondencia o los efectos interceptados, el juez procederá a su apertura, en presencia del secretario, haciéndolo constar en acta. Examinará los objetos y leerá por sí la correspondencia. Si el contenido tuviere relación con el proceso, ordenará el secuestro; en caso contrario, lo mantendrá en reserva y dispondrá la entrega al destinatario, bajo constancia.

229. – Intervención de comunicaciones telefónicas.- El juez podrá ordenar a pedido del agente fiscal y cuando existan motivos que lo justifiquen y mediante auto fundado, la intervención de comunicaciones telefónicas del imputado y las que realizare por cualquier otro medio, para impedir las o conocerlas. (grifos nossos)

Cumprir incondicionalmente estas prescrições significa consolidar cada vez mais as liberdades humanas, próprias de um regime assumidamente constitucional e democrático. Experiências decorrentes do regime de exceção vivido na Argentina, no qual a segurança do Estado se sobrepunha ao império da lei, fizeram com que as legislaturas modificassem tipos penais, inclusive majorando sanções quando aplicadas aos funcionários responsáveis por cumprir e garantir a lei. O

Estado autoritário, acostumado à violação de direitos para procurar, capturar e desarticular seus opositores, desarticulou-se. Em seu lugar surge, com nova roupagem, um Estado submetido à Constituição. Com ele, uma nova geração acompanhada de maiores responsabilidades por parte dos policiais e dos membros das Forças de Segurança interna da Nação.

4.5 Abolição da pena de morte por causas políticas e das torturas

e) Quedan abolidos para siempre la pena de muerte por causas políticas, toda especie de tormento y los azotes...;

Quando se pretende reerguer um sistema democrático sobre firmes alicerces, não se pode permitir a imposição da pena de morte sob qualquer argumento, pois desta forma não haveria qualquer possibilidade de se iniciar a edificação das garantias fundamentais. O solo movediço não sustentaria sequer a primeira fileira de tijolos. Por isso, ao assegurar incondicionalmente o direito à vida, a Constituição argentina permite que se irradie um leque cada vez mais expansivo de direitos fundamentais, sem os quais não haveria a possibilidade do renascimento de um novo regime, pleno de liberdades. Além do que, asseveramos, a convivência pluralista implica em uma tolerância positiva entre os cidadãos, estejam ou não concordes entre si no que tange aos seus posicionamentos políticos. Daí porque, desde a reforma de mil oitocentos e sessenta até os dias atuais, nada foi modificado a respeito desta vedação. No entanto,— e aí é que reside a diametral oposição entre um governo de fato e um governo constitucional — no passado recente este direito não foi garantido àqueles que se opuseram politicamente ao regime, apontando ou não armas contra ele. Por outro lado, a onda de violência sobre a sociedade argentina fez com que centenas de membros das Forças de Segurança do Estado também tombassem⁸⁰, vitimados

⁸⁰ Tomamos aqui como exemplo o seguinte episódio:

No dia dois de julho de 1976, uma bomba composta por nove quilos de TNT explodiu durante o horário do almoço no interior do refeitório da sede da Polícia Federal Argentina, sita na *calle Moreno, 1417*. O artefato foi colocado de forma oculta, sob uma cadeira. Por volta das 13h20min, vinte minutos após o agente de comunicações da PFA, José Maria Salgado, infiltrado na Instituição pela organização *Montoneros*, sair do refeitório, acionou o detonador, causando a violenta explosão. Morreram instantaneamente vinte pessoas, dezenove policiais e um civil. No dia seguinte, por não resistirem aos ferimentos, mais três agentes faleceram. Além de mortos, mais de sessenta pessoas feriram-se gravemente no atentado. O comando da ação ficou a cargo do jornalista Rodolfo Walsh, mentor intelectual da operação bem sucedida. No mesmo dia,

por inúmeros atentados protagonizados pelas organizações guerrilheiras. Neste jogo, alimentado por sucessivas vendetas⁸¹, inimigos destilavam seus ódios recíprocos, contabilizando cadáveres de ambos os lados. Atentados mortíferos e execuções sumárias mergulharam a Argentina em uma anarquia sem precedentes, fazendo com que o respeito incondicional à vida não fosse minimamente acolhido. A proibição da pena de morte por motivações políticas tornara-se um mero preceito formal, completamente fora de uso.

Os inúmeros mortos havidos durante o período da *Guerra Sucia* ensejou inclusive a criação de uma teoria, largamente difundida durante a transição democrática. Pretendendo uma conciliação – impossível àquela época – entre os

os *Montoneros* assumiram a autoria do massacre, distribuindo a seguinte nota para o conhecimento de todos:

Buenos Aires, 2 de Julio de 1976

A nuestro pueblo: En la mañana del día de la fecha, el pelotón de combate "Sergio Puiggrós" del Ejército Montonero, aprovechando una falla en el dispositivo de vigilancia y control de la Superintendencia de Seguridad Federal (ex Coordinación Federal), colocó en su sede central un artefacto explosivo. Cumplida su misión, los compañeros se retiraron sin novedades y, posteriormente, tal como estaba planificado, el artefacto detonó a las 13.20 en el comedor de esa dependencia. Los medios de información del Ejército Montonero estiman en 85 el número de bajas causadas al enemigo, de los cuales 25 son muertos. No se descarta el que esta cifra pueda llegar a ser superior. Los daños causados al edificio son importantes, estimándose que la capacidad operativa de este centro represivo quedó seriamente afectada por un lapso de tres meses. Este hecho de guerra demuestra - como lo demostraron en su momento, las ejecuciones de los torturadores Villar y Cardozo - que no puede haber lugar seguro para los que responden a la resistencia de los trabajadores con el secuestro, el asesinato y la tortura. Viva la patria. Hasta la victoria final. MONTONERO.

⁸¹ A resposta violenta por parte do Estado não tardou a vir. Dispensando qualquer comunicado à sociedade, deixando os fatos falarem por si mesmos, a madrugada do dia 20 de agosto de 1976 veio para anunciar como se dariam as respostas do terrorismo de Estado contra as ações violentas perpetradas pelos grupos guerrilheiros argentinos. O episódio ficou conhecido por *Masacre de Fátima*. Eis como se deram as execuções:

Entre a noite de dezenove de agosto e a madrugada de vinte de agosto de 1976, trinta pessoas foram mortas em uma área do distrito de Fátima na periferia de Buenos Aires. Todas elas, por meio de um *genickschuss*, um tiro na nuca, no ponto em que a medula espinhal entra no crânio. Algumas tiveram seus corpos destroçados pela ação de dinamites. O ruído provocado pelas explosões acordou moradores das proximidades por volta das 4h30min da madrugada. Um grupo de operários que saía para o trabalho encontrou, distante uns dois quilômetros da estação ferroviária Urquiza, trinta corpos, alguns deles mutilados, dispersos em um círculo de cerca de vinte metros de diâmetro. Policiais da *Comisaria del Pilar*, a cargo do comissário César José Peña, quando do levantamento do local de crime, contabilizaram vinte cadáveres do sexo masculino e dez cadáveres do sexo feminino. Todos se encontravam com as mãos atadas e os olhos vendados, dois deles, completamente destroçados pelo impacto das bombas. Os mortos pertenciam ao grupo *Montoneros*, escolhidos entre os presos recolhidos nos centros de detenção clandestina, alguns deles retirados da própria carceragem da PFA, no mesmo prédio onde ocorrera o atentado nas dependências do refeitório. As execuções se deram em represália a este episódio.

extremos lados envolvidos, o ministro do Interior do governo de Raúl Alfonsín, Antonio Tróccoli expôs a primeira versão pública da *Teoría de los dos demonios*. Por ela, as ações terroristas do Estado se explicavam pela violenta luta travada entre aquilo que foi por ele denominado “os dois demônios”. A extrema direita, representada pelas Forças Armadas, pelas Forças de Segurança interna, pelas polícias e pelos grupos repressivos de natureza paramilitar que a elas se associavam, incorporavam o primeiro demônio. O segundo demônio, identificado pelos grupos representantes da extrema esquerda, seria responsabilizado da mesma forma por causar toda a sorte de violências ocorridas durante o mesmo período. Neste bojo estavam inseridas as organizações guerrilheiras⁸² que atuaram na Argentina durante os anos de chumbo.

Tão logo foi divulgada, a teoria dos dois demônios causou sérios descontentamentos em ambos os lados envolvidos na Guerra Suja. Os integrantes das Forças Armadas, das Forças de Segurança e policiais, refutavam qualquer comparação das forças legais com aquilo que chamavam de “bandos subversivos”. Consideravam-na uma teoria cômoda, cínica e hipócrita. Por ela, diversos setores da sociedade argentina poderiam simplesmente se eximir de quaisquer responsabilidades. As críticas endereçavam-se principalmente àqueles que ardilosamente recrutaram jovens para a guerrilha, nos quais se incluíam os professores, intelectuais e demais ideólogos das esquerdas. Acusando-os de promoverem a sustentação mental e anímica para as ações violentas, não permitiriam que se utilizassem deste expediente pois, ao lavarem tranquilamente suas mãos, ficariam imunes à contaminação pelos germes que eles mesmos criaram para a disseminação do ódio por todo o tecido social.

⁸² Uma das vertentes, pertencente à esquerda peronista, era composta pelos seguintes grupos: *los descamisados*, cujos membros, em mil novecentos e setenta e um incorporaram-se aos *Montoneros*; as *Fuerzas Armadas Peronistas (FAP)*, cujas fileiras se incorporaram ao *PRT-ERP*, em vinte e cinco de outubro de mil novecentos e setenta e quatro; o *Peronismo de Base 17 de Octubre*, o *PB17*, integrado aos *Montoneros* em vinte e sete de outubro de mil novecentos e setenta e três; as *Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR)*, também fundida aos *Montoneros*, em doze de outubro de mil novecentos e setenta e três; os *Montoneros* propriamente ditos. À segunda vertente, independente do peronismo posto considerarem-no um movimento meramente reformista, se integravam: *El Partido Revolucionario de los Trabajadores* e seu braço armado *El Ejército Revolucionario del Pueblo (PRT-ERP)*; a *Organización Comunista Poder Obrero*; *El Ejército Revolucionario del Pueblo 22 de Agosto*; o *PRT Fracción Roja*, organizado por uma parte do Secretariado da Liga Comunista Francesa, membro oficial da IV Internacional.

Do mesmo modo, a teoria foi fortemente impugnada pelos integrantes dos movimentos em prol dos direitos humanos. Segundo eles, não se poderiam igualar os membros participantes dos grupos políticos e guerrilheiros das esquerdas àqueles que atuaram no terrorismo de Estado. Afirmavam que suas responsabilizações não se davam da mesma maneira como o exigido contra os componentes do aparato repressivo ilegal do Estado. A justificativa embasava-se no reconhecimento legítimo das ações da guerrilha, haja vista terem recorrido às ações beligerantes para retomar o poder usurpado pelos militares, apoiados que foram pelos demais segmentos reacionários promoventes do golpe de Estado. Outro argumento foi utilizado: ao considerar a existência de vítimas inocentes – estranhas às organizações guerrilheiras e aos grupos políticos que apoiaram as ações – qualificava os participantes das guerrilhas como “não inocentes”, igualando-os, portanto, a todos os que promoveram sequestros, torturas, desaparecimentos e mortes em nome do regime. Finalmente, acompanhando a mesma lógica construída pelos adversários, não admitiam que uma maioria supostamente alheia, representada por setores sociais – empresariado, banqueiros e financistas e, até mesmo a Igreja Católica – que prestaram apoio ao golpe, ficassem avessos a quaisquer responsabilidades.

A *teoria de los dos demonios* foi definitivamente sepultada pela revogação das leis de impunidade, o que permitiu, como vimos, a reabertura de centenas de processos criminais para a punição dos responsáveis. O que aqui nos interessa é observarmos que atualmente a garantia da abolição da pena de morte por causas políticas está reforçada pela incorporação de alguns tratados internacionais ratificados pela Argentina com as demais potências estrangeiras signatárias. Seus conteúdos expressam literalmente a proibição do restabelecimento da pena de morte, não importando a gravidade dos delitos cometidos, vedando terminantemente aplicá-la a delitos políticos ou comuns com eles conexos. Por ser um documento supranacional e, portanto, não dirigido exclusivamente à Nação argentina, prevê em que casos excepcionais a pena de morte poderá ser imposta. Tais dispositivos, embora inseridos nestas Convenções, pelas razões expostas não balizam ações do Estado argentino. Analisemos os artigos positivados em dois importantes acordos multilaterais subscritos entre vários Estados-partes, dentre os

quais figuram a república argentina e a república federativa do Brasil. Iniciemos pela Convenção pertencente ao sistema global de proteção dos direitos humanos, no caso, o *Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos*:

Artículo 6º - 1. El derecho a la vida es inherente a la persona humana. Este derecho estará protegido por la ley. Nadie podrá ser privado de la vida arbitrariamente.

2. En los países que no hayan abolido la pena capital sólo podrá imponerse la pena de muerte por los más graves delitos y de conformidad con leyes que estén en vigor en el momento de cometerse el delito y que no sean contrarias a las disposiciones del presente Pacto ni a la Convención para la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio. Esta pena sólo podrá imponerse en cumplimiento de sentencia definitiva de un tribunal competente.

3. Cuando la privación de la vida constituye delito de genocidio se tendrá entendido que nada de lo dispuesto en este artículo excusará en momento alguno a los Estados partes del cumplimiento de ninguna de las obligaciones asumidas en virtud de las disposiciones de la Convención para la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio.

4. Toda persona condenada a muerte tendrá derecho a solicitar el indulto o la conmutación de la pena. La amnistía, el indulto o la conmutación de la pena capital podrán ser concedidos en todos los casos.

5. No se impondrá la pena de muerte por delitos cometidos por personas de menos de dieciocho años de edad, ni se aplicará a las mujeres en Estado de gravidez.

6. Ninguna disposición de este artículo podrá ser invocada por un Estado parte en el presente Pacto para demorar o impedir la abolición de la pena capital.

A *Convención Americana sobre Derechos Humanos*⁸³, reconhecendo o princípio da irreversibilidade dos direitos humanos, acrescenta no capítulo dos deveres civis e políticos a impossibilidade do restabelecimento da pena de morte aos países que não mais permitem sua aplicação. Prestemos atenção principalmente ao que preceitua o item três do artigo 4º, da presente convenção:

Artículo 4º [Derecho a la vida] – 1. Toda persona tiene derecho a que se respete su vida. Este derecho estará protegido por ley y, en general, a partir del momento de la concepción. Nadie puede ser privado de la vida arbitrariamente.

⁸³ Conhecida também por *Pacto de San Jose da Costa Rica*, firmada na cidade de mesmo nome, em 22 de novembro de 1969, foi aprovada pela república argentina segundo a *Ley 23.054/84*, promulgada em 19 de março de 1984, conforme publicação no *BO* de 27 de março de 1984.

2. *En los países que no han abolido la pena de muerte ésta sólo podrá imponerse por los delitos más graves, en cumplimiento de sentencia ejecutoriada de tribunal competente y de conformidad con una ley que establezca tal pena, dictada con anterioridad a la comisión del delito. **Tampoco se extenderá su aplicación a delitos a los cuales no se aplique actualmente. (grifos nossos)***

3. ***No se restablecerá la pena de muerte en los Estados que la han abolido. (grifos nossos)***

4. ***En ningún caso se puede aplicar la pena de muerte por delitos políticos ni comunes conexos con los políticos. (grifos nossos)***

5. *No se impondrá la pena de muerte a personas que, en el momento de la comisión del delito, tuvieren menos de dieciocho años de edad o más de setenta, ni se le aplicará a las mujeres en Estado de gravidez.*

6. *Toda persona condenada a muerte tiene derecho a solicitar la amnistía, el indulto o la conmutación de la pena, los cuales podrán ser concedidos en todos los casos. No se puede aplicar la pena de muerte mientras la solicitud esté pendiente de decisión ante autoridad competente.*

Ao vedar os *tormentos y azotes*, a Carta argentina deixa claro que o advento do regime republicano adotado desde sua libertação do domínio espanhol extirpou qualquer forma de castigo corporal ao condenado. Chibatadas, grilhões ou qualquer outra forma de imposição de suplícios físicos, largamente aplicados contra os presos nas masmorras coloniais foram proibidos de ser, em tese, aplicados. Porém, se durante a última ditadura militar impuseram-se, a despeito das garantias do direito à vida, execuções sumárias aos opositores do regime, inúmeras foram também violações às integridades físicas das pessoas sujeitas a toda sorte de torturas e cruelíssimos castigos corporais. Assim, durante o período de redemocratização nacional, importantes documentos internacionais foram incorporados ao ordenamento jurídico interno. Uma vez aprovados pela república argentina, além de reforçarem o disposto na Constituição, inauguraram compromissos da Nação para com toda a comunidade internacional, representada principalmente pelos Estados estrangeiros signatários das mesmas convenções. Constatamos que estas vedações são reprisadas tanto no sistema global como no sistema interamericano regional em defesa dos direitos humanos. Entretanto,

algumas delas, aprovadas logo após o período do pós-guerra mundial, do mesmo modo como a Constituição, tornaram-se letra morta durante o regime de exceção.

É o observado, de início, na *Declaración Americana de los Derechos y Deberes Del Hombre*⁸⁴, na qual consta a proteção integral à integridade da pessoa humana logo em seu artigo primeiro:

Artículo 1. [Derechos a la vida, a la libertad, a la seguridad e integridad de la persona] – Todo ser humano tiene derechos a la vida, a la libertad y a la integridad de su persona.

Do mesmo modo, a *Declaración Universal de Derechos Humanos*⁸⁵ fazendo menção explícita à proibição da tortura ou qualquer forma de penas e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes:

Artículo 5º - Nadie será sometido a torturas ni a penas o tratos crueles, inhumanos o degradantes.

A *Convención para la Prevención y la Sanción del Delito de Genocidio*⁸⁶, por sua vez, ainda que não faça menção ao vocábulo tortura, prevê como um ato de genocídio qualquer conduta destinada a este fim quando aplicada para fins de aniquilamento total ou parcial de grupos sujeitos à vulnerabilidade por várias razões:

Artículo II. – En la presente Convención, se entiende por genocidio cualquiera de los actos mencionados a continuación, perpetrados con la intención de destruir, total o parcialmente, a un grupo nacional, étnico, racial o religioso, como tal:

...

b) Lesión grave a la integridad física o mental de los miembros del grupo.

...

As demais Convenções, embora igualmente destinadas a prover a proteção das integridades físicas e psíquicas dos indivíduos, diferem das acima

⁸⁴ Aprovada pela IX Conferência Internacional Americana, na cidade de Bogotá – Colômbia, em 1948.

⁸⁵ Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações, em dez de dezembro de 1948.

⁸⁶ Aprovada pela III Assembleia Geral das Nações Unidas em nove de abril de 1948. Ratificada pela república argentina segundo o decreto-lei 6286/56, publicado no BO de vinte e cinco de abril de 1956.

mencionadas quanto ao momento de suas ratificações pela república argentina. É o caso, por exemplo, do *Pacto Internacional de Derechos Civis e Políticos*, o qual acrescenta em seu artigo sétimo a utilização do corpo sem o consentimento da vítima para fins de experiências médicas ou científicas.

Artículo 7º - Nadie será sometido a torturas ni a penas o tratos crueles, inhumanos o degradantes. En particular, nadie será sometido sin su libre consentimiento a experimentos médicos o científicos.

A *Convención contra la Tortura y otros Tratos o Penas Cruels, Inhumanos o Degradantes*⁸⁷, ao mencionar em seus considerandos as disposições contidas no artigo 5º da Declaração Universal de Direitos Humanos e o artigo 7º do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, tem por escopo tornar mais eficaz a luta contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, uma vez que reconhece que tais práticas estão difundidas por todo o mundo. Em consonância, a *Convención Interamericana para Prevenir y Sancionar la Tortura* estabelece outras particularidades sobre a tortura, dirigindo várias de suas recomendações especialmente a agentes de polícia e outros funcionários públicos responsáveis pelas investigações criminais, interrogatórios, prisões e custódia de pessoas em situação de privação de liberdade sob suas responsabilidades. Reprisamos aqui as respectivas disposições constantes deste documento elaborado pela OEA – Organização dos Estados Americanos.

*Artículo 2. Para los efectos de la presente Convención, se entenderá por tortura todo acto realizado intencionalmente por el cual se inflijan a una persona penas o **sufrimientos físicos o mentales con fines de investigación criminal**, como medio intimidatorio, como castigo personal, como medida preventiva, como pena o con otro fin. Se entenderá también como tortura la aplicación sobre una persona de métodos tendientes a anular la personalidad de la víctima o a disminuir su capacidad física o mental, aunque no causen dolor físico o angustia psíquica... (grifos nossos)*

Artículo 3. Serán responsables del delito de tortura:

a) Los empleados o funcionarios públicos que actuando en ese carácter ordenen, instiguen, induzcan a su comisión, lo cometan directamente o que, pudiendo impedirlo, no lo hagan.

⁸⁷ Incorporada ao ordenamento interno da república argentina pela Ley 23338/86.

b) Las personas que a instigación de los funcionarios o empleados públicos a que se refiere el inciso a) ordenen, instiguen o induzcan a su comisión, lo cometan directamente o sean cómplices. (grifos nossos)

Artículo 4. El hecho de haber actuado bajo órdenes superiores no eximirá de la responsabilidad penal correspondiente

...

A legislação penal argentina inovou ao tipificar o delito de tortura, obedeciendo ao preconizado no artigo 6º da Convenção. Nele, recomenda-se literalmente que **los Estados partes se asegurarán de que todos los actos de tortura y los intentos de cometer tales actos constituyan delitos conforme a su derecho penal**, estableciendo para castigarlos sanciones severas que tengan en cuenta su gravedad. Igualmente, los Estados partes tomarán medidas efectivas para prevenir y sancionar, además, otros tratos o penas crueles, inhumanos o degradantes en el ámbito de su jurisdicción. Assim, ao prevê-la entre os delitos contra a liberdade individual, aponta como sujeito ativo das condutas o particular ou funcionário público responsável pela custódia da vítima.

Código Penal de la República Argentina

Artículo 144 ter –1. Será reprimido con prisión o reclusión de ocho a veinticinco años e inhabilitación absoluta y perpetua el funcionario público que impusiere a personas, legítima o ilegítimamente privadas de su libertad, cualquier clase de tortura. Es indiferente que la víctima se encuentre jurídicamente a cargo del funcionario, bastando que éste tenga sobre aquélla poder de hecho. Igual pena se impondrá a particulares que ejecutarem los hechos descriptos.

2. Si con motivo u ocasión de la tortura resultare la muerte de la víctima, la pena privativa de libertad será de reclusión o prisión perpétua. Si se causare alguna de las lesiones previstas en el artículo 91⁸⁸, la pena privativa de libertad será de reclusión o prisión de diez a veinticinco años.

3. Por tortura se entenderá no solamente los tormentos físicos, sino también la imposición de sufrimientos psíquicos, cuando éstos tengan gravedad suficiente. (grifos nossos)

⁸⁸ Artículo 91 – Se impondrá reclusión o prisión de tres a diez años, si la lesión produjere una enfermedad mental o corporal, cierta o probablemente incurable, la inutilidad permanente para el trabajo, la pérdida de un sentido, de un órgano o miembro, de la palabra o de la capacidad de engendrar o concebir.

Nas imposições das penas criminais no direito pátrio argentino, diversamente do previsto na Constituição brasileira⁸⁹, observamos ser possível a condenação de prisão de caráter perpétuo. Apesar de citarmos esta espécie de pena nos comentários sobre as condenações aos oficiais militares protagonistas dos governos das Juntas, aqui mencionamos, pormenorizadamente, sua previsão nos delitos de tortura cumulados com o evento morte da vítima. Este artigo, modificado pela *Ley 23097/84*, estabelece o que outrora não foi previsto pela mesma legislação penal⁹⁰. Certamente, por se tratar de uma prática recorrente no regime anterior, os parlamentares argentinos responderam, por meio da aprovação do novo texto, estabelecer ao menos uma prevenção de caráter geral mais severa contra autores dos crimes de tortura a ser aplicada, em especial, aos agentes encarregados pela guarda das pessoas a eles sujeitas.

4.6 A humanização das penas de prisão

f) Las cárceles de la Nación serán sanas y limpias, para seguridad e no para castigo de los reos detenidos en ellas, y toda medida que a pretexto de precaución conduzca a mortificarlos más allá de que aquella exija, hará responsable al juez que la autorice.

A Constituição nacional e os tratados internacionais de direitos humanos a ela incorporados após a reforma constitucional de mil novecentos e noventa e quatro estabeleceram normas e princípios sob os quais o Estado assegurará à pessoa condenada uma privação legítima de sua liberdade. Apesar disso, ainda persistem flagrantes violações aos direitos mínimos dos presos, impedindo o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pela república argentina. Dentre os vários problemas existentes, casos de violência e superpopulação

⁸⁹ Artigo 5º, XLVII – não haverá penas: ... b) de caráter perpétuo;

⁹⁰ No texto anterior, datado de dezessete de janeiro de 1958, assim se dispunha a respeito do delito de tortura com evento morte:

Será reprimido con reclusión o prisión de 3 a 10 años e inhabilitación absoluta y perpetua el funcionario público que impusiere, a los presos que guarde, cualquier especie de tormento. El máximo de la pena privativa de la libertad se elevará hasta 15 años si la víctima fuese un perseguido político.
Si resultare la muerte de la persona torturada, la pena privativa de libertad será de reclusión o prisión de 10 a 25 años. (grifos nossos)

carcerária apresentam-se como os mais graves, necessitando de medidas urgentes para possíveis soluções. O *Servicio Penitenciario Federal* e o *Servicio Penitenciario Bonaerense*, com suas respectivas unidades localizadas no âmbito do território da província de Buenos Aires são os mais problemáticos em vista da maior concentração do contingente de presos da Nação.

As violências aqui consideradas originam-se das más condições de isolamento celular nas instituições penitenciárias do Estado argentino, fenômeno evidenciado na maioria dos cárceres da América latina, inclusive o brasileiro. Ao afetar diretamente a vida e a integridade física das pessoas sujeitas à privação da liberdade, as violências físicas infligidas pelos próprios agentes penitenciários não são as únicas a serem consideradas. As violações decorrentes das agressões recíprocas entre os internos ou, até mesmo, as provocadas por autolesões, de igual modo. Ao Estado caberá, então, criar mecanismos eficazes para combatê-las. Signatário da *Convención Interamericana de Derechos Humanos*, o sistema penitenciário zelarà pela dignidade do condenado, assumindo responsabilidades negativas e positivas com relação a todos aqueles que estiverem por ele custodiados. Assim dispõe a convenção:

Artículo 5º [Derecho a la Integridad personal] – 1. Toda persona tiene derecho a que se respete su integridad física, psíquica y moral.

...

*2. Nadie debe ser sometido a torturas ni a penas o tratos crueles, inhumanos o degradantes. **Toda persona privada de libertad será tratada con el respeto debido a la dignidad inherente al ser humano. (grifos nossos)***

O cumprimento de outras exigências internacionais tem colaborado para se evitar condutas violentas no interior dos estabelecimentos penitenciários. Por exemplo, a separação dos infratores menores de idade dos adultos⁹¹; entre presos condenados e provisórios⁹² e a criação da figura de juízes de execução penal especializados no controle das atividades e dos problemas carcerários, se não

⁹¹ *Artículo 5º... 5. Cuando los menores puedan ser procesados, deben ser separados de los adultos y llevados ante tribunales especializados, con la mayor celeridad posible, para su tratamiento.*

⁹² *Artículo 5º... 4. Los procesados deben estar separados de los condenados salvo em circunstancias excepcionales y serán sometidos a un tratamiento adecuado a su condición de personas no condenadas.*

puderam evitar totalmente, ao menos arrefeceram problemas agudos de violências. Segundo a professora Sofia Tiscornia, do *Centro de Estudios Legales y Sociales – CELS*⁹³, não obstante os marcos legais que colocam o Estado na posição de garantidor da segurança das pessoas encarceradas, algumas estatísticas levantadas sobre violências ocorridas nas prisões argentinas revelam dados ainda muito preocupantes. Apresentamos aqui números relativos às ações resultantes em morte de presos ocorridas nos serviços penitenciários federal e bonaerense.

Iniciemos pelos dados fornecidos pela *Dirección General del Régimen Correccional del Servicio Penitenciario Federal*:

Dependência detentos	Quantidade	Taxa por 1000
Centro Penitenciario Federal I	04	2,34
Centro Penitenciario Federal II	01	0,69
Unidade nº 7	01	2,24
Unidade nº 2	07	3,38
Unidade nº 15	01	12,20
Total	14	1,50

Observação: As mortes violentas compreendem as registradas pelo SPF decorrem de homicídios, lesões provocadas por armas brancas, suicídios e queimaduras. Não se registraram mortes violentas nas unidades restantes (36 unidades, totalizando 9.908 presos, excedendo em 6,6% o número oferecido das 9.295 vagas disponíveis no sistema). Dados coletados até o dia 25 de fevereiro do ano de 2005.

Na província de Buenos Aires as cifras, além de maiores, tendem ao crescimento. No decorrer do ano de dois mil e quatro, 63 (sessenta e três) detentos morreram de forma violenta nas unidades do *Sistema Penitenciario Bonaerense*. Nos dois primeiros meses de dois mil e cinco, o número de mortes chegou a 29 (vinte e nove)⁹⁴. Lembremos que o sistema conta com um contingente de 24.087 (vinte e quatro mil e oitenta e sete) presos, de um total de 22.479 (vinte e duas mil, quatrocentas e setenta e nove) vagas, excedendo em 7,2% o número disponível⁹⁵.

⁹³ Entrevista concedida na sede do CELS, na cidade de Buenos Aires, em 14 de junho de 2008.

⁹⁴ As *causas mortis* foram: asfixias e queimaduras, 9 (nove); enforcamento, 3 (três); mortes provocadas por lesões de arma brancas, 17 (dezessete).

Unidades	Quantidades	Porcentagem	Detentos	Taxa por mil detentos
Unidade nº 1	05	7,9	2.800	1,8
Unidade nº 2	01	1,6	1.661	0,6
Unidade nº 3	03	4,8	525	5,7
Unidade nº 5	03	4,8	1.031	2,9
Unidade nº 7	01	1,6	297	3,4
Unidade nº 9	02	3,2	1.399	1,4
Unidade nº 10	02	3,2	362	5,5
Unidade nº 13	02	3,2	813	2,5
Unidade nº 15	07	11,1	1.376	5,1
Unidade nº 21	03	4,8	1.002	3,0
Unidade nº 23	05	7,9	813	6,2
Unidade nº 24	05	7,9	903	5,5
Unidade nº 28	10	15,9	1.043	9,6
Unidade nº 29	03	4,8	132	22,7
Unidade nº 30	03	4,8	1.659	1,8
Unidade nº 31	01	1,6	530	1,9
Unidade nº 34	06	9,5	387	15,5
Unidade nº 35	01	1,6	931	1,1
Outras	00	0,0	6.331	0,0
Total	63	100,0	23.955	2,6

Objetivando evitar mortes e maus tratos ocorridos nos lugares de detenção, o *Protocolo Facultativo de la Convención contra la Tortura y Otros Tratos o Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes*⁹⁶ prevê um sistema de visitas regulares aos locais, sob a responsabilidade de órgãos independentes de caráter interno ou internacional. Criado para fortalecer a proteção de grupos vulneráveis sujeitos a penas privativas de liberdade pretende, por meios não exclusivamente judiciais,

⁹⁵ Base de dados do *Ministerio de Justicia de la Provincia de Buenos Aires*, de 2004 a fevereiro de 2005.

⁹⁶ Adotada e aberta à ratificação pela Assembleia Geral das Nações Unidas, conforme resolução 77/99, de 18 de dezembro de 2002, com entrada em vigor em junho de 2006.

realizar ações preventivas consubstanciadas em visitas periódicas aos estabelecimentos prisionais do Estado. Para os efeitos deste Protocolo, entende-se por privação de liberdade a detenção ou a custódia de uma pessoa por ordem de qualquer autoridade, seja de natureza judicial ou administrativa. O Protocolo permite que se façam visitas a quaisquer locais, públicos ou privados, nos quais se encontrem pessoas detidas. A república argentina, signatária deste diploma, reconhece as comissões previamente formadas para este mister, não exigindo avisos prévios de inspeção dirigidos às autoridades responsáveis pelos estabelecimentos. Experiências demonstraram que as visitas aleatórias têm surtido efeitos dissuasivos eficazes para prevenir os maus tratos e melhorar as condições de detenção. Ao não especificar quais as composições dos grupos de monitoramento, conclama a sociedade civil para cumprir esta função fazendo-a participar ativamente no controle e na prevenção das violências ocorridas nos cárceres da Nação.

Algumas linhas de ações da sociedade civil tendentes a superar os problemas de violência nos centros de detenção estão sendo tomadas. Neste sentido, o CELS tem efetuado diversas representações frente a organismos internacionais de direitos humanos. Em vinte e quatro de outubro de dois mil e um informações foram enviadas à *Oficina del Alto Comisionado para los Derechos Humanos de las Naciones Unidas*, dirigidas ao relator especial contra a tortura, objetivando denunciar as sistemáticas violações da *Convención Contra la Tortura y Otros Tratos y Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes* por parte do Estado argentino, ocorridas entre os anos de dois mil e dois mil e um. A representação foi atualizada e novamente encaminhada em julho de dois mil e dois. Outra representação foi feita, desta vez em fevereiro de dois mil e três, cujo destinatário foi o secretário executivo da *Comisión Interamericana de Derechos Humanos*. Colocando-o a par da situação dos maus tratos nos cárceres argentinos, especialmente na província de Buenos Aires, foi-lhe solicitado determinar recomendações urgentes ao Estado para erradicar a prática destes atos em todo o país. Finalmente, em novembro de dois mil e quatro, o CELS apresentou ante o *Comité Contra la Tortura de las Naciones Unidas*, um informe alternativo ao *Cuarto Informe Periódico de la República Argentina en virtud del artículo 19 de la*

Convención Internacional contra la Tortura y Otros Tratos o Penas Crueles Inhumanos o Degradantes.

Outras organizações também participam do monitoramento das condições do cumprimento de penas privativas de liberdade na Argentina. Por exemplo, em julho de dois mil e quatro, advogados do *Movimiento Ecuménico por los Derechos Humanos* apresentaram uma solicitação de medidas cautelares à *Comisión Interamericana de Derechos Humanos* para se proteger a vida e a integridade das pessoas reclusas na *Penitenciaría Provincial de Mendoza* e na *Unidad Gustavo Andre*, situada na mesma província. Os peticionários denunciaram um alto número de mortes entre os internos, além das condições desumanas de detenção. Pouco depois do envio do pedido, novos fatos de violência e morte foram registrados. Isto levou a *Comisión Interamericana* a acionar a *Corte Interamericana de Derechos Humanos* a qual decidiu pela realização de uma visita *in loco*⁹⁷ nos cárceres de *Mendoza*. Em vinte e dois de novembro de dois mil e quatro a Corte aprovou os cuidados solicitados, requerendo ao Estado argentino adotar medidas eficazes de proteção para a garantia da vida das pessoas detidas nos estabelecimentos, investigação e responsabilização dos autores e imposição das respectivas sanções. Infelizmente, as graves situações denunciadas não se modificaram. Para se ter uma ideia, no transcorrer do ano de dois mil e quatro ocorreram mais dezessete mortes violentas de internos. Em junho de dois mil e cinco, uma audiência pública convocada pela Corte, em Assunção, no Paraguai, contou com a participação dos advogados do movimento e uma representação do Estado argentino. Levando em conta a não implementação de medidas anteriormente recomendadas, em dezoito de junho de dois mil e cinco a Corte reiterou as recomendações, exigindo informes periódicos do Estado argentino para monitorar o seu cumprimento.

A utilização de mecanismos de acesso à justiça internacional foi apenas uma das ações utilizadas por parte das organizações da sociedade civil. Por outro lado, as organizações não governamentais estabelecem um importante liame com

⁹⁷ O artigo 40 do regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos estabelece a faculdade deste órgão de visitar os países quando entenda necessário determinar com maior precisão e objetividade a situação geral dos direitos humanos no país inspecionado ou para investigar com maior apuro algum caso específico. A Comissão Interamericana realizou uma visita *in loco* na Argentina em 14 de dezembro de 2004.

o restante da sociedade civil, para que esta tome conhecimento os problemas da violência vividos nos estabelecimentos penitenciários da Nação. O *Programa Violencia Institucional y Seguridad Ciudadana del CELS* tem incrementado a capacidade da sociedade civil para monitorar o cumprimento das leis por parte das Instituições de Segurança. Com isso, construíram-se indicadores para o cumprimento da lei, fazendo com que o uso da força esteja adequado às perspectivas preconizadas pelo direito internacional dos direitos humanos. Os dados obtidos são difundidos por meio de publicações próprias e reproduzidos por agências públicas e não governamentais, proporcionando à sociedade civil eficiente ferramenta para avaliar a legalidade das ações dos membros das Instituições de Segurança Pública, alimentando os debates para posterior tomada de decisões relativas às políticas públicas nestas matérias.

Conclui-se, então, que a participação da sociedade civil é crucial para acelerar a tomada de medidas que garantam às Instituições do Estado cumprir minimamente o exigido pela Constituição nacional para privar uma pessoa de sua liberdade. A gravidade da situação carcerária argentina demanda uma reestruturação sustentável, que inclua ações imediatas para reduzir os níveis de violência e superpopulação atuais. O processo de construção de cárceres iniciado na esfera federal e da província de Buenos Aires não tem sido acompanhado de uma adequada reforma legislativa em matéria processual e penitenciária, oferecendo uma solução transitória ao problema. Entretanto, quando os novos estabelecimentos prisionais puderem redistribuir os apenados, haverá melhores condições de garantir a eles um tratamento mais humano. Assim, ao prosseguirem tais linhas de ação, haverá uma gradativa melhoria das condições de encarceramento vividas em todos os estabelecimentos da Nação. O objetivo é fazer com que todos se sintam responsáveis para a solução de problemas até então invisíveis aos olhos da sociedade.

5 Instituições de Segurança Pública Argentinas

Por Instituições de Segurança Pública devemos compreender todas aquelas cuja missão seja velar pelas questões da segurança interna da Nação e dos cidadãos argentinos. Embora as referidas Instituições, diferentemente do caso brasileiro, não estejam previstas na *Constitución de la Nación Argentina*, legislações infraconstitucionais prevêm sua criação, suas respectivas atribuições e quais os seus limites territoriais de atuação. As Forças de Segurança argentinas dividem-se em dois grandes grupos: o das Forças federais e o das Forças provinciais. As primeiras, submetidas à autoridade suprema do presidente da república, vinculam-se ao *Ministerio de la Justicia, Seguridad y Derechos Humanos*. As segundas, submetidas aos governadores das províncias, vinculam-se ao *Ministerio de la Seguridad*. Com exceção de duas das Forças federais de Segurança, quais sejam, a *Gendarmería Nacional Argentina* e a *Prefectura Naval Argentina*, as demais são Instituições civis, constituídas profissionalmente como forças armadas e hierarquizadas.

A Nação argentina é composta por seis regiões geográficas, totalizando vinte e três províncias além do distrito federal⁹⁸. Cada província possui autonomia para criar, gerir e administrar suas polícias. Portanto, o país possui vinte e três polícias provinciais – *Policías de Seguridad Provinciales* –, duas polícias federais – *Policía Federal Argentina* e *Policía de Seguridad Aeroportuaria* – e três Forças de Segurança federais – *Servicio Penitenciario Federal*, *Gendarmería Nacional Argentina* e *Prefectura Naval Argentina*. Estas últimas, dentre várias atribuições enfeixadas, exercem algumas atividades tipicamente policiais. Por tais motivos, preferimos oferecer a denominação genérica *Forças de Segurança* para diferencarmos as *Fuerzas Policiales*, de natureza civil, das *Fuerzas de Seguridad*, uma de natureza civil e duas de natureza militar. Ao analisarmos

⁹⁸ Buenos Aires, (distrito federal); Buenos Aires (província); Catamarca; Chaco; Chubut; Córdoba; Corrientes; Entre Rios; Formosa; Jujuy; La Pampa; La Rioja; Mendoza; Misiones; Neuquén; Rio Negro; Salta; San Juan; San Luis; Santa Cruz; Santa Fé; Santiago del Estero; Terra del Fuego; Antártica e Ilhas Del atlântico Sul; Tucumán.

pormenorizadamente estas últimas, compostas sob uma rígida hierarquia de natureza militar, perceberemos que suas atribuições não estão voltadas somente à segurança interna do território argentino. Muitas vezes, tendo como prioridade defender a Soberania da Nação, suas atuações deixaram de ser exclusivamente policiais. Exercendo papéis constitucionalmente destinados às Forças Armadas, a exemplo da heróica participação dos integrantes da *Prefectura Naval Argentina*, ao atuarem em campanhas pela retomada das Ilhas Malvinas no passado recente, realizaram missões típicas de defesa externa do país. À época, os *Prefectos* subordinavam-se ao Comando da *Armada Argentina*. Atualmente, a *Prefectura Naval Argentina* está subordinada ao *Ministerio de la Justicia, Seguridad y Derechos Humanos*. Seus membros continuam a vigiar e a guardar os limites territoriais da Nação nas fronteiras lacustres, fluviais e marítimas buscando, em tempos de paz, dissuadir qualquer plano de agressão por parte de eventuais inimigos.

5.1 O Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos

O *Ministerio de la Justicia, Seguridad y Derechos Humanos de la Nación Argentina*, um dos mais importantes do país, é a pasta vinculada ao Poder Executivo destinada a assessorar o presidente da república nas mais variadas questões. Assuntos afetos à defesa dos direitos humanos, à segurança externa e interior da Nação, às relações travadas com o Poder Judiciário da Nação, aos Ministérios Públicos Fiscal e da Defesa, à Defensoria do Povo, aos Conselhos da Magistratura e da Nação e às organizações não governamentais são apenas algumas de suas áreas de atuação. Dele também dependem diretamente importantes Instituições da Nação, dentre as quais as de Segurança Pública e Penitenciárias, a quem cabe garantir a fiscalização dos recursos e a eficácia de suas ações.

Em entrevista com Martin Tomás Gras⁹⁹ sobre os objetivos do Ministério frente às questões da Segurança Pública, iniciou dizendo que as Forças Armadas

⁹⁹ Ex integrante do grupo de dirigentes *Montoneros*, quando concedeu a entrevista, em 16 de junho de 2008, ocupava o cargo de Subsecretário de Promoção dos Direitos Humanos na Secretaria de Direitos humanos do Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos. Martin Tomás Gras esteve preso na *Escuela de Mecánica de la Armada*, desde 14 de janeiro de 1977, ocasião em que foi capturado pelo *Grupo de Tareas* 3.3.2. Durante todo o período de prisão era conhecido pelo número 808. Sua vida foi poupada por

da Argentina estão proibidas, em face da nova lei de inteligência, de estar à frente de qualquer assunto relativo à segurança interna do país, tarefa esta cabível atualmente às Forças de Segurança federais e provinciais. A segurança interior está dirigida para a preservação da liberdade, da vida e do patrimônio dos cidadãos argentinos devendo o Estado, ao realizar a tarefa de reduzir efetivamente os índices de criminalidade, não se utilizar deste pretexto para amesquinhar os direitos e garantias constitucionais restabelecidos. A plenitude do respeito aos direitos humanos por parte das Instituições do sistema democrático torna-se o maior compromisso assumido pelo Ministério. A organização e o rígido controle do exercício do poder de polícia de segurança interna federal e provincial, a subordinação das Forças de Segurança nacionais – *Policía Federal Argentina; Policía de Seguridad Aeroportuaria; Prefectura Naval Argentina; Gendarmería Nacional; Servicio Penitenciario Federal* – ao Ministério e o desenvolvimento de um modelo de gestão das Forças de Segurança embasado em princípios de moralidade e eficiência de suas ações são os eixos fundamentais de orientação dos trabalhos voltados à prevenção e repressão criminais, cortando pela raiz qualquer vínculo ou convivência entre membros das Forças de Segurança com integrantes de grupos criminosos. Quanto ao controle relativo à corrupção nas Instituições do Estado, citou as oficinas anticorrupção. Integrando um dos organismos do Ministério, dentre as várias atribuições a ela cometidas, impõe a todos os servidores da Nação, inclusive aos membros das Forças de Segurança, que entreguem anualmente informes sobre rendas e patrimônios adquiridos. Embora estes mecanismos diminuam sensivelmente os índices de corrupção, ainda há muitos problemas com relação às Forças policiais, tais como tolerância a determinadas condutas aceitas pela sociedade – a exemplo da exploração da prostituição e dos jogos de azar – em troca de uma maior eficiência no combate a

desempenhar trabalhos intelectuais na ESMA tais como traduções e análises de textos de jornais estrangeiros, teses das Escolas de Guerra e inclusive informes políticos a respeito das tensões oriundas pela disputa do Canal de Beagle entre Argentina e Chile. Apesar de supliciado fisicamente durante os primeiros dias de sua captura, em virtude da utilidade de suas aptidões intelectuais, passou a sofrer torturas psicológicas. Um regime aleatório de alimentação e constantes ameaças de ser embarcado nos *vuelos de la muerte* foram alguns dos expedientes utilizados pelos oficiais responsáveis pelos serviços de inteligência. Libertado em La Paz, Bolívia, em meados de 1978, por meio de documentações falsas fornecidas pela Marinha, retornou à Argentina após a redemocratização do país. Atualmente ocupa o cargo de Secretario Ejecutivo de Derechos Humanos. Em agosto de 2010 foi convocado para testemunhar perante o Tribunal Federal da Nação, assegurando ter visto a Rodolfo Walsh, Alice Domon, Dagmar Hagelin e Norma Arrostito, nas dependências da ESMA, durante os quase dois anos que lá esteve detido.

crimes graves tais como homicídios, latrocínios, roubos e extorsões mediante sequestro. Objetivando criar um corpo de polícia idôneo, capacitado, honesto e próximo ao cidadão, a Secretaria de Promoção dos Direitos Humanos coordena um programa específico de formação, educação e capacitação na matéria de sua competência em conjunto com autoridades das Forças Armadas, das Forças de Segurança e Policiais e do Sistema Penitenciário. Fortalecer e respaldar as redes de segurança comunitárias foi uma forma de aproximar a população das polícias. Com a efetiva participação da comunidade está sendo possível à população estabelecer um diálogo direto com as autoridades responsáveis pela repressão à criminalidade, tendo suas ações dirigidas de acordo com as demandas geradas pelas próprias comunidades dentre as quais, talvez a principal delas, a de não criminalizar os movimentos sociais.

Propostas de modificação às legislações que afetam diretamente as questões da Segurança Pública foram aprovadas pelo Congresso da Nação. A lei que outorga maiores atribuições ao Ministério Público Fiscal, permitindo-lhe realizar buscas domiciliares e ordenar escutas telefônicas foi uma delas. O aumento de penas para os crimes de extorsão mediante sequestro ao mínimo de oito anos e condenação perpétua aos criminosos que causarem a morte da vítima foram as respostas dadas pelo direito penal. A legislação processual permitiu aos juízes e fiscais que atuem em áreas fora de suas jurisdições territoriais. Isto porque, o respeito aos limites das competências dos poderes auxiliaram muitas vezes os criminosos, os quais por muitas vezes asseguraram para si relativa impunidade no intervalo ocorrido entre o fim da atuação de um organismo e o acionamento de outros. Por ser a extorsão mediante sequestro um crime gravíssimo, criou-se a figura do *arrepentido*, reduzindo a pena a todo aquele que delatar os demais participantes ou indicar o imóvel onde a vítima esteja escondida. Quanto ao agravamento das penas, aumentou-se em um terço todos os delitos cometidos por membros das Forças de Segurança e para os maiores que agirem em concurso com menores de idade.

Implementando ainda mais a ideia de segurança comunitária, criou-se a *Mesa de Seguridad Ciudadana del Dialogo Argentino*, participando delas organizações da sociedade civil, autoridades políticas, setor empresarial, sindical e

acadêmico para que juntos construam políticas públicas para a solução dos problemas da Segurança Pública. Dentre as políticas adotadas, aumentou-se o policiamento de rua na cidade de Buenos Aires em mil e quinhentos homens para a realização de operações surpresa na cidade e na periferia bonaerense. Demonstraram-se os gastos das comissarias de polícia, aplicando os recursos de acordo com as sugestões oferecidas pela população nas mesas de diálogo. Cada seccional policial expõe, em planilhas para consulta dos cidadãos, um balanço de ativos e passivos, nomes das pessoas que compõem os efetivos e as respectivas remunerações de cada um deles. Iniciou-se um plano piloto em oito comissarias de polícia para certificação de gestão de qualidade.

Houve um decréscimo nos índices de criminalidade com relação aos delitos de homicídios dolosos nos últimos cinco anos. De dois mil oitocentos e setenta e seis fatos ocorridos em dois mil e três, para dois mil trezentos e cinco em dois mil e oito. Infelizmente o mesmo não se pode dizer quanto às demais espécies de crimes contra a pessoa, apresentando um aumento de duzentos e dezenove mil quatrocentos e dezessete casos para duzentos e noventa e sete mil oitocentos e vinte e cinco no mesmo período. Quanto aos delitos contra o patrimônio, de oitocentos e cinquenta e seis mil setecentos e dez casos registrados em dois mil e três, houve uma sensível redução, já que em dois mil e oito registraram-se em todo o país, setecentos e sessenta e nove mil duzentos e vinte e sete casos. Políticas públicas foram engendradas para aproximar Forças de Segurança e comunidade, com vistas à redução da criminalidade, principalmente na Grande Buenos Aires. Assim, criou-se a direção geral de polícia comunitária através de um convênio entre o Ministério da Justiça e o Governo da Cidade de Buenos Aires a fim de coordenar e instrumentalizar programas de segurança cidadã em temas contravencionais, de trânsito, segurança em parques e praças e quaisquer outras ações que resultem do plano de prevenção ao delito. A nova direção geral de polícia comunitária vincula-se à superintendência de segurança metropolitana, contando com quinhentos novos agentes de polícia devidamente capacitados para este mister.

Concomitantemente à direção geral de polícia comunitária, criou-se o Comitê de Crises para a Área Metropolitana, integrado por Forças de Segurança nacionais – *Policía Federal, Gendarmería Nacional e Prefectura Naval* argentinas–

pela *Policía de la Provincia de Buenos Aires e Secretaria de Inteligencia*. Mais de dois mil *Gendarmes e Prefectos* foram enviados a postos fixos e móveis para realizarem patrulhamento e ações de surpresa, aumentando a prevenção e repressão a modalidades delitivas graves, tais como extorsões mediante sequestro e roubos de veículos. Bairros com populações em situação de maior vulnerabilidade, situados nas periferias de Buenos Aires, a exemplo dos *Barrios de Carlos Gardel em Morón, Ejército de Los Andes, en 3 de Febrero, La Cava, en San Isidro* tiveram a segurança intensificada com a participação de agentes da *Gendarmería Nacional, Prefectura Naval e da Policía de la Provincia de Buenos Aires*, obtendo-se resultados positivos com relação à redução da criminalidade e à aprovação da população. Nestas mesmas localidades foi implementada uma política de prevenção à criminalidade conhecida por *cultura para la paz*. Pretendendo baixar os níveis de violência nas comunidades vulneráveis, criaram-se clínicas musicais, oficinas de pintura, teatro e recreação, desenvolvidos na *Villa 31 e Ciudad Oculta de la ciudad de Buenos Aires*. As clínicas musicais foram implementadas também em várias unidades carcerárias do *Servicio Penitenciario Federal*, favorecendo assim a reinserção social dos detentos.

Outro plano de prevenção ao delito com a participação do cidadão foi instituído. Através de um trabalho conjunto com o governo da Cidade de Buenos Aires e vizinhos participantes das atividades dos *Centros de Gestión y Participación (CGPs)* e *Consortios Ciudadanos de Seguridad*, demandas, denúncias e informações fornecidas pelos cidadãos são incorporadas aos mapeamentos de delitos, retroalimentando os planos de ações policiais. Criou-se, assim, a *Red Nacional de Seguridad Comunitaria*, reunindo as atuações dos vários organismos sociais, sob a coordenação da *Secretaria de Seguridad* em cooperação com a associação *Vecinos Solidarios del Plan Alerta*. No que diz respeito à segurança nas áreas rurais, o *Programa Nacional de Seguridad Rural y Ambiente Rural – PRONASERAR* – teve por objetivo auditar e coordenar a atuação provincial e o esforço nacional de polícia em todo o país. Funcionando em conjunto com as entidades representativas da agricultura, ativou-se uma linha gratuita (0800-888-6228) de comunicação ininterrupta para receber denúncias e assessorar os produtores rurais das distintas províncias do país. Estabeleceu-se um canal de

ação conjunto entre a *Comisión Bicameral Permanente Asesora de la Federación Argentina de Municipios* e a *Coordinación Operativa con la Oficina Nacional de Control Comercial Agropecuario (ONCCA)*; *Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentario (SENASA)*, a *Dirección General Impositiva (DGI)* e as *Fuerzas Federales e Policiales*. Tudo isso para estabelecer o controle de frigoríficos e locais de abates clandestinos, objetivando a realização de atividades preventivas.

Para incentivar o turismo internacional, mais um programa de segurança foi lançado para coordenar as políticas de segurança turística com o esforço nacional de polícia. Trata-se do *Programa Nacional de Seguridad Turística*, visando capacitar o pessoal em exercício na *Comisaria del Turista de la Ciudad de Buenos Aires*. Um centro de chamadas de alerta aciona as forças federais e provinciais correspondentes para acudir ao turista em qualquer ponto do país.

Consultas ao mapeamento criminal permitem diagnosticar atual e permanentemente as ocorrências geradas nos bairros da cidade de Buenos Aires e demais províncias, permitindo um eficiente aproveitamento de recursos humanos e materiais policiais disponíveis nas respectivas regiões, adequando e dinamizando as ações das forças policiais. Ao criar o *Sistema Unificado de Registros Criminales – SURC* – conectando as bases de dados criminais das forças policiais e de segurança e Ministérios Fiscais Federais e Provinciais, um banco de dados unificado sobre crimes registrados no país já conecta as cinquenta e três comissarias da Capital Federal com o Ministério Público Fiscal. Progressivamente, integram-se ao sistema as demais províncias.

Como estratégia para reduzir a criminalidade, foi posto em prática um plano nacional de controle das armas, visando recolher e prevenir o tráfico e o uso ilegal das armas de fogo. Organizações civis também foram chamadas para participar do programa, tendo sido apreendidas mais de quatro mil e quinhentas armas das mãos dos delinquentes, os quais foram também devidamente processados

Estabeleceu-se um marco consensual em termos de segurança cidadã quando foi realizado um colóquio internacional sobre segurança nos quais participaram, além de especialistas nacionais e estrangeiros, representantes das mesas de diálogo em segurança, membros responsáveis pelas questões de

segurança de várias províncias, além dos chefes das Forças de Segurança da república. Temas vinculados à justiça, modelos de polícia comunitária orientados à pacificação dos conflitos, novas exigências para a capacitação dos membros das Forças de Segurança, transparência e garantia de realização de um trabalho voltado à população foram alguns dos assuntos colocados em discussão.

Pôs-se em prática uma série de encontros entre familiares de vítimas de violência policial e os agentes da Polícia federal Argentina. O projeto foi denominado *Madres del Amor*. Por ele, depoimentos foram dados por cada uma das famílias, relatando suas dores para os agentes, objetivando sensibilizá-los por meio da escuta dos sofrimentos das mães para que não se repliquem atos de violência por parte do Estado. A primeira de um conjunto de reuniões ocorreu em várias salas das escolas de polícia e comissarias, envolvendo suboficiais e agentes no bairro de Agronomia, além de quinhentos cadetes que integraram posteriormente a Polícia Comunitária da cidade de Buenos Aires, como parte do plano nacional de capacitação para forças policiais. Outros seis cursos de formação específica foram realizados, tendo como público alvo cerca de mil agentes de corpos policiais de distintas províncias do país, iniciando um projeto de criação de uma Escola Nacional de Governo para a Segurança Pública.

Objetivando diminuir a violência nos estádios e incentivar as pessoas a assistirem com segurança aos espetáculos futebolísticos, criou-se uma *Subsecretaría de Seguridad en los Espectáculos Futbolísticos* para supervisionar as operações de segurança para as realizações das partidas de futebol. Desde então não houve nenhum incidente grave durante as disputas ocorridas nos estádios da cidade de Buenos Aires, âmbito de competência do *Programa de Seguridad en Espectáculos Futbolísticos (PROSEF)*. Implementou-se um sistema eletrônico de identificação digital a partir do qual se produziram detenções de delinquentes com mandados de prisão expedidos pela justiça. O programa conta com uma *Unidad Especial Fiscal Móvil*, criada pela resolução 81/03 da *Procuración General de la Nación*. Isto permite aos fiscais se deslocarem aos estádios de futebol para atuarem imediatamente nos locais de produção de distúrbios e ações violentas. A iniciativa do PROSEF fez com que a *Asociación del Fútbol Argentino* modificasse seu regulamento disciplinar, obrigando-se a realizar inspeções técnicas em todos

os estádios da cidade de Buenos Aires, a fim de adequarem suas instalações conforme o preconizado nas disposições vigentes em matéria de segurança para o público. Com isso, produziram-se importantes modificações na infraestrutura de importantes estádios, a exemplo do River Plate, Boca Juniors, Ferro Carril Oeste e Vélez Sársfield.

Outra inovação do Ministério foi a implementação de um observatório de direitos humanos. Concebido para trabalhar sobre a problemática dos direitos humanos em seus diversos aspectos, sempre em conjunto com a sociedade civil e organismos governamentais dedicados a este mister, dentre as várias conquistas, uma das mais importantes foi o controle civil das Forças de Segurança, submetendo-se todas as Forças Federais ao *Ministro de la Justicia, Seguridad y Derechos Humanos*. Um alto funcionário possui a incumbência de monitorar as finanças da *Policía Federal, Gendarmeria Nacional, Prefectura Naval, Policía de Seguridad Aeroportuaria e do Servicio Penitenciario Federal*. O controle dos processos de compra e contratações, a promoção da transparência e eficácia na utilização dos recursos buscam instrumentalizar reformas estruturais visando favorecer o trabalho de agentes comprometidos com o bem comum, reduzindo as possibilidades de ingerências fraudulentas.

Serviços em tempo real estão à disposição dos cidadãos por meio de um portal instalado na página virtual do Ministério. É o caso do *Plan Anti Impunidad*, no qual os cidadãos enviam denúncias sobre corrupção, notícias sobre pessoas desaparecidas e encontradas; fatos delituosos e focos de criminalidades nos bairros; abusos por parte dos membros das Forças de Segurança federais; irregularidades administrativas. Os interessados também podem remeter seus comentários com sugestões pertinentes a assuntos penitenciários ou ao programa de administração civil das Forças de Segurança e policiais.

Observamos, no decorrer da entrevista, que apesar das várias competências enfeixadas pelo Ministério, uma de suas maiores preocupações reside na construção de políticas públicas e programas de governo que restabeleçam a confiança da população nas Forças de Segurança do Estado. Entre elas, a participação dos membros das Forças de Segurança em diversos

programas de educação para capacitá-los às novas realidades do país, mormente no que tange ao compromisso com os direitos fundamentais da pessoa humana¹⁰⁰. Ao estabelecer contato direto com policiais de algumas Instituições argentinas, notamos muitas semelhanças entre as realidades argentina e brasileira. Por exemplo, o desconhecimento por parte da população a respeito das Instituições de Segurança e de seus integrantes, criando preconceitos de extrema inferiorização de caráter, ao tomarem a corrupção e a violência como parâmetros de conduta para a totalidade dos componentes das Forças.

¹⁰⁰ Surpreendentemente, durante minha permanência no país, após entrevistar o juiz Sergio Gabriel Torres, fui convidado a participar de um dos cursos do *Plan Nacional de Capacitación Especializada para la Lucha contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes, Sustancias Psicotrópicas y sus delitos Conexos, según lo establecido en los Decretos de PEN nº 623/96 y 1256/07 destinado a Instituciones Policiales, Organismos Nacionales y Provinciales, desarrollados desde el 14 al 25 de julio de 2008, promovido por la Secretaria de Programación para la Prevención de la Drogadicción y la Lucha contra el Narcotráfico y Ministerio de Educación, Ciencia y tecnología de la Universidad Tecnológica Nacional*. A surpresa residiu no fato de ter sido convidado na condição de dissertante, a fim de tecer alguns comentários sobre ocorrências de tráfico de entorpecentes ocorridas no Brasil.

5.1.1 Prefectura Naval Argentina

A *Prefectura Naval Argentina (PNA)* constitui-se na mais antiga Força de Segurança da Nação. Além de caracterizar-se como uma Força de Soberania, também exerce funções policiais prestando, assim, serviços de polícia preventiva, judiciária e de fiscalização da navegação nos mares, rios, lagos, canais e portos submetidos à jurisdição nacional. Originalmente, a partir do século XVIII, a organização da polícia marítima estava a cargo das capitancias dos portos. Somente em mil oitocentos e oitenta e dois recebeu a denominação *Prefectura Marítima*; a partir de mil novecentos e cinquenta, *Prefectura Nacional Marítima* para finalmente chegar à sua atual denominação *Prefectura Naval Argentina*. Até o fim do Plano de Reorganização Nacional esteve subordinada ao Comandante em Chefe da Armada e sob a direção da autoridade máxima do *Prefecto Naval*. Atualmente, apesar de manter sua tradicional estrutura militar, a Instituição subordina-se ao *Ministerio de la Justicia, Seguridad y Derechos Humanos*.

Como uma das polícias da Nação, a *Prefectura Naval Argentina* exerce, nos limites de sua circunscrição, seus poderes de polícia de segurança. Dentre eles, a polícia de segurança de navegação, a polícia preventiva e a polícia de investigação criminal, a polícia judiciária, de fiscalização e preservação do meio ambiente marinho e de seus recursos naturais. Complementariamente, desempenha a função de polícia auxiliar aduaneira, migratória e sanitária. Para a realização das diversas tarefas, possui dependências e organismos especializados, pessoal e material apropriados.

A polícia de segurança das águas portuárias e de navegação é exercida para a fiscalização e cumprimento das normas aplicáveis ao trânsito marítimo, por meio de leis e regulamentos específicos, alguns deles ditados pela própria Instituição, a exemplo das Ordenanças Marítimas e Policiais. A transferência de domínio, administração e exploração de espaços portuários em favor das províncias, municipalidades ou particulares não subtrai o exercício de sua jurisdição, de natureza federal.

A prevenção e a repressão aos delitos e contravenções que ponham em perigo direta ou indiretamente a segurança da navegação e das atividades portuárias confere a esta Instituição o caráter de polícia ostensiva e de repressão criminal. Esta última atribuição está diretamente ligada a uma polícia de auxílio à justiça, toda vez que as coletas de provas dos delitos investigados estejam vinculadas a um juiz federal respectivo. Assim, cada dependência da *Prefectura Naval Argentina* possui um cartório de sumários a cargo de pessoas especializadas nesta matéria. Quanto às investigações de delitos que à primeira vista não sejam de competência da justiça federal, atua em circunstâncias urgentes, reunindo provas criminais contra os autores, encaminhando imediatamente o apurado às autoridades locais competentes.

Quando incidentes ocorridos na navegação, a exemplo dos acidentes navais, por suas características peculiares, locais de ocorrência e demais fatores confluentes merecerem considerações especiais para seu esclarecimento, caberá à *PNA* manifestar-se sobre os fatos, a fim de que o conjunto de informações oriente as ações da justiça. Estas investigações constituem-se em uma importante e singular atividade da Instituição, não somente para determinar as responsabilidades do pessoal da marinha mercante como também para aprimorar a segurança da navegação e seu aperfeiçoamento. A instrução de sumários em casos de naufrágios, colisões, ou acidentes navais de outras espécies ocorre em suas dependências jurisdicionais, supervisionada pela direção de polícia de segurança e judicial, encaminhando à organização marítima internacional as informações sobre diversos tipos de acontecimentos, entre eles, as conclusões sobre os fatos investigados de maior relevância. Neste assunto, a *PNA* atua conforme a jurisdição administrativa de navegação, ocorrendo a intervenção de

autoridades judiciárias competentes em casos que correspondam as suas competências, sem prejuízo da resolução das faltas contravencionais relativas à segurança da navegação.

5.1.1.1 Atividades de policiamento ambiental

As atividades de fiscalização e prevenção contra as agressões ao meio ambiente marinho, tarefas cometidas à *Prefectura Naval Argentina* motivaram a redação da *Carta de Compromiso con el Ciudadano*¹⁰¹. Nela constam compromissos que se vinculam com a segurança do tráfego marítimo, controle e fiscalização de navios em águas e portos argentinos, o monitoramento da qualidade das águas e atividades náuticas, acompanhados da participação de cidadãos e empresas. Por meio deste instrumento a Instituição procura dar uma melhor resposta às necessidades e expectativas dos argentinos na prestação de seus serviços.

As principais atuações residem na prevenção e combate à contaminação das águas por hidrocarburetos e quaisquer outras substâncias nocivas ou perigosas provenientes de navios que trafeguem em águas e portos sob sua jurisdição. A intervenção visa, senão conter absolutamente a poluição do meio ambiente, diminuir ao máximo o impacto de substâncias contaminantes em águas fluviais, lacustres e marítimas. Possui atribuições para apurar, por meio de sumários, as infrações ambientais, podendo impor sanções de caráter administrativo aos responsáveis por vulnerar as disposições vigentes, inclusive no que diz respeito aos convênios internacionais firmados entre os Estados.

¹⁰¹ Subscrita pelo *Prefecto Nacional Naval*, Oscar Adolfo Arce, reafirma os vários compromissos da Instituição, dentre os quais, a preservação do meio ambiente, concretizando os princípios consignados no *artículo 41 de la Constitución de la Nación Argentina*:

Art. 41 [Preservación del medio ambiente] – Todos los habitantes gozan del derecho a un ambiente sano, equilibrado, apto para el desarrollo humano y para que las actividades productivas satisfagan las necesidades presentes sin comprometer las de las generaciones futuras; y tienen el deber de preservarlo. El daño ambiental generará prioritariamente la obligación de recomponer, según lo establezca la ley.

Las autoridades proveerán a la protección de este derecho, a la utilización racional de los recursos naturales, a la preservación del patrimonio natural y cultural y de la diversidad biológica, y a la información y educación ambientales.

Corresponde a la Nación dictar las normas que contengan los presupuestos mínimos de protección, y a las provincias, las necesarias para complementarlas, sin que aquéllas alteren las jurisdicciones locales.

Si prohíbe el ingreso al territorio nacional de residuos actual o potencialmente peligrosos, y los radiactivos.

Preventivamente, analisa e aprova os planejamentos de emergência de navios e empresas, bem como a utilização apropriada de embalagens de fabricação nacional para o transporte e acondicionamento de mercadorias e resíduos perigosos. Outorga certificados habilitando e autorizando o transporte para navios de matrícula nacional que transportem produtos nocivos ao meio ambiente.

Estes serviços prestados constituem um dos maiores compromissos assumidos. O comitê responsável pela qualidade dos serviços desenvolveu um sistema de gestão para satisfazer as necessidades do usuário, não somente o armador, obrigado a certificar seus navios de acordo com as regulamentações, como também o tripulante ao desempenhar suas tarefas a bordo. A *PNA* supervisiona as condições de segurança a fim de eliminar os riscos ambientais, protegendo em geral a sociedade de eventuais prejuízos causados por acidentes ambientais marítimos, otimizando paulatinamente as suas ações em defesa do meio ambiente.

5.1.1.2 Polícia judiciária e auxiliar da justiça

No âmbito de sua jurisdição, a *PNA* exerce funções de polícia judiciária , executando mandados judiciais referentes à interdição e saída de navios, evitando que deixem os portos enquanto perdurar a ordem de sequestro. Na maior parte dos casos, as interdições relacionam-se a conflitos de ordem civil, comercial e trabalhista que armadores, capitães ou representantes legais mantêm em diversas instâncias judiciais. Tais medidas se concretizam na medida em que os navios chegam aos portos argentinos ou em qualquer localização das águas jurisdicionais em que se encontrem quando assim dispuserem as decisões dos magistrados. Como auxiliar da justiça, intervém toda vez em que houver necessidade de se investigar fatos de natureza criminal ocorridos em seu espaço de atuação ou que sejam matéria de competência federal. Nestes casos, suas atribuições se dão conforme o preconizado pelo código de processo da Nação, por meio de um sumário instaurado com o prévio conhecimento de um juiz interveniente, no qual se aglutinam elementos de prova carreadas durante as investigações. Uma vez concluídas, são enviadas ao respectivo magistrado. A *Prefectura Naval Argentina* atua não somente nos processos penais como também em fatos de natureza civil,

comercial e trabalhista, especialmente aqueles nos quais estejam envolvidos o pessoal da marinha mercante.

Observamos inclusive atividades voltadas à coleta de provas técnico-periciais, com a utilização de uma maleta de levantamento de vestígios em locais de crime, iguais às utilizadas pelos peritos da polícia técnico-científica de São Paulo. Lâminas e apetrechos para a realização de perícia balística em armas e projéteis; reagentes para a detecção de substâncias entorpecentes; sistema de identificação datiloscópico. Balanças de precisão, microscópios comparadores e máquinas fotográficas mostram a familiaridade dos *Prefectos* com a coleta das provas objetivas.

5.1.1.3 Combate ao tráfico de estupefacientes

O tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, alimentado pelo consumo desenfreado de drogas, implica na degradação física e psíquica não somente dos indivíduos e das comunidades em que vivem. Na América Latina, infelizmente, tal fenômeno não está restrito somente ao território argentino. Ao corromper todos os setores da sociedade, o tráfico põe em risco a própria segurança dos Estados latinoamericanos. Por trás dos consumidores e drogadictos, se escondem delinquentes que movem uma complexa rede, formadora de imensos impérios financeiros, facilitando a corrupção de autoridades coniventes com as ações das organizações criminosas. Para assegurar a não penetração do narcotráfico no território argentino, a *PNA* permanece vigilante nas fronteiras da Nação procurando, ao menos, minimizar a ação das quadrilhas de narcotraficantes. Infelizmente, apesar dos esforços empenhados, o tráfico de entorpecentes cresce em números alarmantes, certamente por ser um *negócio* altamente lucrativo no qual participam pessoas dos mais diversos setores sociais, inclusive grupos de criminosos já isolados no sistema penitenciário argentino. Como polícia guardiã das fronteiras aquáticas, a *Prefectura* tem significativa participação na repressão a esta modalidade criminosa.

5.1.1.4 Ajuda humanitária e de defesa civil

Uma das contingências que mais exigem a intervenção dos *Prefectos* são as calamidades causadas por inundações que periodicamente afetam as

populações costeiras do território argentino. Serviços preventivos de auxílio e salvamento das pessoas e de seus bens permitem respostas rápidas e exitosas em situações emergenciais. Evacuação, alojamento e assistência médica às populações afetadas, coordenação de organismos nacionais, provinciais, municipais e sociedade civil são atividades diretamente afetadas à Instituição. Suas atuações ampliam-se na medida em que o serviço de segurança e vigilância visa evitar saques e depredações, além de garantir a navegabilidade removendo destroços e obstáculos que prejudiquem o tráfego naval, atividades dependentes de seus recursos técnicos e pessoal capacitado.

Os planos de auxílio em casos de inundações prevêm uma etapa de alerta, durante a qual se procura estudar divulgar a proximidade dos fenômenos naturais, incrementando-se as patrulhas terrestres e fluviais para prevenir a população costeira e ilhéu, verificando-se também as condições de segurança das instalações portuárias. Concomitantemente a estes fatos, mantém outros organismos em alerta para facilitar as prioridades nos casos da ocorrência de catástrofes. A participação dos *Prefectos* no auxílio às comunidades em toda a sorte de emergências constituem uma das principais características de sua silenciosa ação humanitária, por meio de milhares de marinos anônimos.

5.1.1.5 A defesa da Soberania do território

A última missão de guerra em defesa da Soberania do território argentino iniciou-se em dois de abril de mil novecentos e oitenta e dois, por ocasião da retomada das Ilhas Malvinas. A *Prefectura Naval Argentina* enviou contingentes expressivos de oficiais, suboficiais, praças e pessoal civil, por meios terrestres, aéreos e marítimos para exercer sua missão fundamental de polícia de segurança de navegação, portos e salvaguarda de vidas e bens transportados nos navios da Nação. Os navios Guarda Costeiros GC- 82 "*Islas Malvinas*" e GC- 83 "*Rio Iguazú*" zarparam do porto de Buenos Aires com destino ao arquipélago, no dia seis de abril. Após cruzarem o tempestuoso mar austral, chegaram às ilhas no dia treze de abril, ultrapassando o bloqueio militar da armada inglesa, na qual havia inclusive um submarino nuclear. Os *Prefectos* garantiram a navegação de navios de bandeira argentina por zonas marítimas minadas até o acesso ao *Puerto Argentino*. Realizaram patrulhas permanentes de reconhecimento nas baías de *Puerto*

Argentino e *Puerto Groussac*. Cumpriram tarefas de busca e resgate de pilotos que se ejetavam de seus aviões, ficando à deriva no mar gelado.

O navio guarda costeiro *Islas Malvinas* foi o primeiro a entrar em combate no dia primeiro de maio de mil novecentos e oitenta e dois. Fundeado na baía de *Anunciación*, ao ser atacado por fogo de metralhadora disparado do helicóptero *Sea King*, deu início ao primeiro combate aeronaval da história contemporânea argentina. Respondendo ao fogo com armamento policial, repeliu a contento a aeronave inimiga, causando-lhe avarias. O primeiro ferido na guerra foi o cabo maquinista Antonio Grigolatto. Durante o combate, a nave sofreu sérias avarias em sua estrutura, limitando sua capacidade propulsora a mais da metade, o que não impediu sua tripulação de cumprir a totalidade das missões que lhes foram cometidas, até ser apresado pelas forças inimigas invasoras. Em vinte dois de maio foi a vez do navio guarda costeiro *Rio Iguazú* sofrer seu batismo de fogo. Transportando armamento e pessoal do *Ejército Argentino* em direção a *Puerto Darwin*, foi atacado por dois aviões ingleses *Sea Harrier* conseguindo baixar um deles ao contra-atacar com metralhadoras antiaéreas. Apesar do sucesso na investida, seu casco sofreu grave avaria, sendo abandonado em uma ilha situada treze milhas a leste de *Puerto Darwin* para que a tripulação não sucumbisse a novos ataques.

O grupamento terrestre da *Prefectura Naval Argentina* foi de fundamental importância para a ocupação militar das ilhas. Em dezesseis de abril de mil novecentos e oitenta e dois, um avião da *Fuerza Aerea* conduziu corpos superiores e subalternos de *Prefectos*, os quais constituíram, em *Puerto Argentino*, um posto avançado da *Prefectura Islas Malvinas*. Pela primeira vez naquelas ilhas desfraldou-se o pavilhão nacional e o distintivo da Instituição frente ao edifício no qual se instalaram. A partir desta data, o poder de polícia da *Prefectura Naval Argentina* entrou em pleno exercício no arquipélago austral. Integrando os contingentes terrestres estavam as tripulações dos navios guarda costeiros *Iguazú* e *Islas Malvinas*, além de cinco cabos procedentes do grupamento *Albatros*. Suas principais missões: garantir a segurança das instalações portuárias e de navios ancorados, realizar patrulhamento costeiro garantindo o acesso de navios mercantes para abastecimento na zona de guerra. Destacou-se a proteção aos

navios mercantes *Formosa* e *Rio Carcaraña* para lograrem acesso ao *Puerto Argentino*, desviando-os das minas marinhas. Em auxílio à retomada do território, um grupamento aéreo participou da ocupação do aeroporto de *Puerto Argentino*. Dois aviões modelo *Short Skyvan PNA* “PA-50” e “PA-54”, um helicóptero *Puma* “PA-12”, além do apoio aos navios guarda costeiros, realizaram voos de controle sobre o continente, controlando a fronteira na *Terra del Fuego*, assegurando os traslados de cargas, buscas e resgates nas regiões do *Rio grande*, *Rio Gallegos* e *Ushuaia*.

A morte em combate do *Prefecto* Jorge Eduardo López, ocorrida em dezenove de maio de mil novecentos e oitenta e dois, representa os mais de cento e cinquenta marinos mortos em defesa da pátria. Finalizada a guerra em quatorze de junho de mil novecentos e oitenta e dois, apesar da capitulação argentina na campanha das Malvinas, a *Prefectura Naval Argentina* e a Nação reconhecem seus heróis, mantendo vivo o desejo de um dia terem reconhecida sua legítima soberania sobre a *Perla Austral*, estando prontos a reerguer novamente o pavilhão argentino sob o manto de neblinas que guardam as Malvinas Argentinas.

5.1.1.6 *Instituto Universitario de Seguridad Maritima*

Criado pela Lei nº 26.386, o *Instituto Universitario de Seguridad Maritima* da *Prefectura Naval Argentina*, composto por diversas unidades, possui a missão de formar seus recursos humanos. Por ele, a *Prefectura* paulatinamente assegura a formação do pessoal próprio e externo, garantindo a oferta de cursos universitários nas áreas de suas competências substantivas, quais sejam: a proteção marítima e portuária; segurança da navegação; proteção do meio ambiente marinho e Segurança Pública. Em suas unidades acadêmicas são oferecidas diversas carreiras de formação técnica, graduação e pós-graduação.

A evolução da ciência e da tecnologia, o compromisso com a democracia e com o cidadão ofereceu uma nova face à Instituição, sem que perdesse suas características históricas, de forte tradição marítima e militar. Ao formar seus escalões, assume o compromisso de estabelecer um forte regime disciplinar peculiar a quaisquer membros das Forças de Segurança, preocupando-se em oferecer uma formação técnica e jurídica às atividades profissionais de repressão e

prevenção criminais. Como atividades de defesa civil prepara corpos para a salvaguarda, apoio e auxílio a pessoas, bens e à navegação em geral. Recrutamento, formação e capacitação exigem dos postulantes habilidades para cumprirem com as normas de qualidade de nível internacional. Para isso, os institutos preparatórios proporcionam-lhes condições de bem estar e de manutenção nos cargos conquistados a fim de que satisfaçam as complexas tarefas inerentes às atividades dos *Prefectos*.

A formação dos oficiais se dá na qualidade de cadetes, no *Departamento Académico Escuela de Oficiales “General Matias de Irigoyen”*. De lá saem com o grau de *Técnico Superior en Seguridad Marítima* e *Técnico Superior en Contabilidad Pública*. Os aspirantes, por sua vez, concluem sua formação junto ao *Departamento Académico Escuela de Suboficiales “Coronel Martín Jacobo Thompson”*, habilitando-se como navegantes, oficinistas, armeiros, agentes de comunicações etc., segundo as necessidades exigidas pelos escalões por eles escolhidos. Ambos institutos de formação estão localizados na região de Zárate, na Grande Buenos Aires. Além da regular formação de cadetes e aspirantes, outras demandas surgem na educação provida pela *Prefectura*. Objetivando satisfazer requerimentos de atualização inerentes aos diversos campos das atividades profissionais em seus diversos setores, promove cursos específicos para aprimoramento de seu pessoal.

Cursos de Inspeção sobre Prevenção de Contaminação, Transporte e Manipulação de Mercadorias e Produtos Perigosos e de Inspeção de Buques são algumas das demandas inerentes à área de educação em segurança marítima. Destacam-se também os acordos com diferentes Institutos de Ensino Superior, com fins de intercâmbio e cooperação recíprocos nas áreas acadêmicas, científicas e técnicas e com o Conselho Nacional de Educação Técnica para assistência e assessoramento didático-pedagógico exigidos pelos planos de desenvolvimento dos recursos humanos da *Prefectura*. Existem também convênios destinados a otimizar o rendimento pessoal e profissional dos integrantes da Instituição, objetivando matriculá-los em institutos próprios para formá-los procuradores, advogados e licenciados em Administração e Contabilidade Pública. Assim, a *Prefectura* conta em seus quadros com engenheiros navais, advogados, médicos,

arquitetos, engenheiros químicos, construtores navais, licenciados em ciências da educação, psicólogos e outros especialistas civis de distintas profissões incorporados à Instituição para assegurarem o desenvolvimento e aprimoramento de suas atividades.

5.1.1.6.1 *Escuela Superior de la Prefectura Naval Argentina*

Localizada em Olivos, cidade de Buenos Aires, a Escuela Superior, como mais uma importante unidade acadêmica, complementa a educação institucional, oferecendo formação de pós-graduação para o pessoal superior, através dos seguintes cursos: *Seguridad de Costas; Navegación; Máquinas Navales; Comunicaciones; Aviación e Intendencia*. Por resolução do Ministério da Educação da Nação, os egressos destes cursos recebem a titulação de *Maestria en Seguridad Marítima*, nas correspondentes especialidades. Complementando a rede de educação profissional, orientadas para formar membros da Instituição e externos a ela, a *Escuela Superior de Salvamento y Buceo*¹⁰² e a *Escuela Superior de Informática*¹⁰³, oferecem aos egressos titulações reconhecidas pelo Ministério de Educação da Nação. O complexo educacional abriga também o *Centro de*

¹⁰² Instituto criado para capacitar e aperfeiçoar pessoal destinado à realização de tarefas subaquáticas, de salvamento e luta contra incêndios e prevenção à contaminação do meio ambiente marinho. Seus cursos são extensivos a integrantes de outras Forças de Segurança nacionais e estrangeiras. A exemplo, durante o ciclo letivo de mil novecentos e noventa e oito, houve a participação de integrantes do *Ejército Argentino, Gendarmería Nacional, Policía Federal, Policía Departamental de Buenos Aires, Policía Departamental de Mendoza e Policía Nacional de la República Oriental del Uruguay*. Este Instituto desenvolve também cursos de mergulhadores abertos à sociedade e de diferentes níveis para mergulhadores profissionais e desportivos. Durante seus nove anos de existência, passaram por ele quatro mil e oitocentos alunos, dos quais um terço pertencentes às Forças Armadas, Forças de Segurança e policiais. O Instituto tem sua sede *no Puerto de Buenos Aires*.

¹⁰³ Este Instituto forma, capacita e aperfeiçoa o pessoal de informática e ciências conexas. A carreira de analista em Informática está aberta também aos estrangeiros afetos aos serviços guarda costeiros. Seus cursos estão abertos também a familiares dos integrantes da *Prefectura Naval Argentina* e a integrantes de outras Forças, organismos, institutos ou entidades. Oferece certificado de capacitação para operadores de equipamentos *mainframe* e minicomputadores em diferentes níveis e especialidades, microsistemas, organização e métodos e programação. Outorga títulos de Técnico Superior em Segurança Marítima ou bacharel terciário para bolsistas estrangeiros; Especialista em Sistemas Informáticos Navais; Técnico Superior em Contabilidade Pública ou bacharel terciário para bolsistas estrangeiros; Especialização em Sistemas Informáticos de Logística Naval e Analista em Informática. Sua sede está localizada em Olivos, Província de Buenos Aires.

*Extensión Profesional Aeronautica*¹⁰⁴, o *Centro de Perfeccionamiento Profesional Policial*¹⁰⁵ e o *Centro de Perfeccionamiento en Tecnologia*.¹⁰⁶

Todos estes institutos contam com a colaboração do *Instituto de Formación, Capacitación, Perfeccionamiento y Actualización Docente*¹⁰⁷. Sediado na cidade de Buenos Aires, capacita e aperfeiçoa o pessoal que exerce funções docentes nos diversos Institutos da PNA, formando professores através da carreira *Professorado en la Especialidad*, para que exerçam o magistério em diferentes cursos de vários níveis. Este Instituto está aberto também a professores de outras Instituições, estranhos aos quadros da *Prefectura*.

¹⁰⁴ Capacita os escalões da Instituição no conhecimento e treinamento necessários à operação, controle, assistência e manutenção técnica de unidades aéreas. Possui sua sede em San Fernando, província de Buenos Aires.

¹⁰⁵ Forma e capacita o pessoal da *Prefectura Naval Argentina* para atuar em operações de caráter policial e de segurança nas áreas marítimas, fluviais e lacustres; proteção de portos e intervenção em zonas de acidentes navais, empregando meios navais, terrestres e aéreos.

¹⁰⁶ Criado para formar e capacitar pessoal próprio no conhecimento e treinamento necessários para a operação e controle das Unidades Navais, assistência e manutenção técnica.

¹⁰⁷ Inscrito sob o nº A1-101 no *Registro de Institutos Nacionales de Formación Docente de Grado de Gestión Oficial de la Red Federal de Formación Docente Continua*.

5.1.2 Gendarmería Nacional Argentina

Esta Força de Segurança foi criada pela necessidade de se cobrir espaços interiores do país desprotegidos e vazios de autoridade. O primeiro corpo data de mil oitocentos e setenta e sete. Destinou-se a prestar serviços no território nacional do *Chaco*, sob a dependência do governador. A denominação *Gendarmería* referia-se, inicialmente, a indivíduos recrutados para missões especiais. Entretanto, nos territórios mais povoados, a exemplo do próprio *Chaco* e da região de *Formosa*, distintos corpos de polícia de segurança foram criados. Alguns deles receberam a denominação *Gendarmería*. Desde mil novecentos e onze houve vários projetos para criar um corpo de *Gendarmería* destinado ao serviço de polícia e vigilância aduaneira nas fronteiras do país. Era considerado uma especialidade independente do Exército permanente e da polícia civil. Já em mil novecentos e vinte e dois, caracterizava-se esta Força como uma polícia militarizada federal, vinculada ao Ministério do interior. Em mil novecentos e trinta e seis, o presidente Justo¹⁰⁸ expressava: *“Surge evidente la imperiosa necesidad de tener una Gendarmería Nacional, móvil, activa y disciplinada, que fraccionada en unidades patrulle los caminos, recorra las regiones y en su carácter de fuerza militarizada lleve a esas tierras del patrimonio nacional, juntamente con la seguridad para sus habitantes la*

¹⁰⁸ Trata-se do presidente Agustín Pedro Justo, que governou a Argentina entre mil novecentos e trinta e dois a mil novecentos e trinta e oito. Eleito em oito de novembro de mil novecentos e trinta e um, apoiado pela ditadura militar que governava o país e pelos setores políticos que integraram pouco depois a *Concordancia*, aliança formada pelo Partido Demócrata Nacional, a União Cívica Radical Antipersonalista e pelo Partido Socialista Independente. Sua época foi denominada *Década Infame* devido a corrupções e fraudes recorrentes nas eleições por cargos públicos.

representación de las autoridades nacionales y la soberanía del Pabellón de la Patria”.

Finalmente, em mil novecentos e trinta e oito foi sancionada a Lei 12367, criadora da *Gendarmería Nacional Argentina (GNA)*. Caracterizada como *policía militarizada federal*, independente do *Ejército de la Nación*, tendo por missão velar pela manutenção da ordem e Segurança Pública, ao assegurar o cumprimento das leis da Nação e demais disposições legais. Suas funções eram exercidas nos locais sujeitos à jurisdição federal, exceção feita aos espaços submetidos à exclusiva jurisdição militar, sempre que fossem requisitadas pelas autoridades federais no exercício de suas funções. Suas tarefas destinavam-se à perseguição do banditismo imperante nas regiões do *Chaco e Formosa*. Em mil novecentos e setenta e um, por meio da Lei 19349, foi mantido seu caráter de força militarizada, tornando-se subordinada ao *Comandante em Chefe del Ejército*. Entretanto, esta nova dependência não implicava nenhuma espécie de hierarquia entre os membros de ambas as Instituições. Suas atribuições, muito bem explicitadas por esta lei, passaram a ser o *servicio regular de policía en la zona de seguridad de fronteras y demás lugares que se determinen al efecto*.

Atualmente, a *GNA* depende do *Ministerio de la Justicia, Seguridad y Derechos Humanos*. Ao integrar o sistema de segurança interior e o sistema nacional de defesa, caracteriza-se como força híbrida, dependendo também do *Ministerio de la Defensa*, acatando as demandas solicitadas pelas *Forças Armadas Argentinas*. A principal função da Instituição é a proteção das fronteiras territoriais e a guarda de locais estratégicos da Nação, a exemplo de pontes, barragens e instalações nucleares. Conta com trinta e nove mil integrantes, entre pessoal feminino e masculino. Os *Gendarmes* submetem-se a uma disciplina militar, possuindo formação castrense e jurídica para que possam cumprir funções policiais em tempos de paz e em tempos de guerra integrar as forças terrestres em defesa da Soberania nacional.

5.1.2.1 Missões internacionais

Fazendo parte da política exterior, a *GNA* participa efetivamente nas missões de paz e segurança das Nações Unidas bem como na custódia de

peças e bens do Estado nacional situados no estrangeiro. Integra forças multinacionais, promovendo ajuda humanitária a nações estrangeiras¹⁰⁹, além de realizar o monitoramento policial nas regiões afetadas. Sua última atuação no estrangeiro deu-se no auxílio à população do Haiti no terremoto de janeiro de dois mil e dez, acompanhado de uma gravíssima epidemia de cólera¹¹⁰. Por força do Decreto nº 1184/97, editado pelo *Poder Ejecutivo Nacional*, cabe à *Gendarmería Nacional Argentina* promover a segurança dos documentos e das Embaixadas argentinas, zelando pela integridade das Representações Diplomáticas em exercício nos países estrangeiros.

5.1.2.2 Missões policiais internas

Missões policiais internas para a manutenção da Segurança Pública são realizadas pela *Gendarmería Nacional Argentina*, auxiliando principalmente os serviços de polícia provinciais nas zonas rurais, com menor população. Por guardar as zonas de fronteira do território argentino, atua na repressão aos delitos de contrabando e descaminho, tráfico de drogas, terrorismo, crimes ambientais, crimes contra a vida e a liberdade das pessoas, especialmente o combate ao tráfico internacional de seres humanos para fins de exploração sexual e trabalho escravo, fiscalizando, controlando e reprimindo a entrada de imigrantes ilegais no país.

Por ser uma Força de Segurança militarizada, a *Gendarmería Nacional Argentina* está estrategicamente dividida em quatro regiões cujos departamentos possuem agrupamentos¹¹¹ e esquadrões realizando atividades típicas de

¹⁰⁹ A *Gendarmería Nacional Argentina* integra a equipe multidisciplinar *Comisión Cascos Blancos*, organismo de assistência humanitária internacional da república argentina, responsável na promoção de ajuda humanitária interna e internacional.

¹¹⁰ Nesta missão faleceu o Cabo 1º Gustavo Gomez, elevando para dez o número de *Gendarmes* mortos em missões internacionais humanitárias desde mil novecentos e noventa e cinco, a saber: um em Angola (1995), sete no Haiti (1999) e um em Kosovo (2000).

¹¹¹ A *Agrupación Especial Metropolitana* exerce as atividades de polícia de segurança no bairro *Ejército de Los Andes*. O local, considerado de alta conflitividade, não impede que haja por parte dos *Gendarmes* a prática de ações cívicas em todo o complexo. Superado o efeito inicial provocado pela chegada de um contingente expressivo de *Gendarmes*, em quatorze de novembro de dois mil e três, após cinco anos de interação com seus habitantes, a *Gendarmería Nacional Argentina* utiliza como método para a valorização de seu trabalho frente à população, a ideia de que os delinquentes representam uma minoria. Objetivando

policciamento interno e de fronteira. A *Region I*, criada em mil novecentos e setenta a sete, engloba os departamentos do norte da Grande Buenos Aires, espalhados desde o bairro *Ramallo* até o norte *General Villegas*, e no sudeste, atendendo os bairros *Olavarria* e *Mar Del Plata*. A *Region II*, criada em primeiro de novembro de mil novecentos e sessenta e um, detém o comando da região noroeste do país, com sede na cidade de *Rosario*, província de *Santa Fe*, com jurisdição sobre os territórios do *Chaco*, *Formosa*, *Misiones*, *Corrientes*, *Entre Rios* e *Santa Fe*. Com três mil trezentos e doze quilômetros de fronteira, guarda os limites com a República Oriental do Uruguai, República Federativa do Brasil e República do Paraguai. A *Region III*, criada em seis de outubro de mil novecentos e sessenta e um, tem jurisdição sob a região oeste, na qual situam-se as províncias de *Salta*, *Jujuy*, *Catamarca*, *Tucumán*, *La Rioja*, *Santiago Del Estero*, *San Juan*, *San Luiz*, *Mendoza* e *Cordoba*. A *Region V*, criada em mil novecentos e quarenta e sete, compreende as províncias de *La Pampa*, *Neuquén*, *Rio Negro*, *Chubut*, *Santa Cruz* e *Terra Del Fuego*, cobrindo toda a região da Patagônia, perfazendo mais de três mil quinhentos e quarenta e oito quilômetros de fronteira com a república do Chile, controlando trinta e oito postos de fiscalização, três comandos de grupamentos, treze esquadrões de fronteira, dois esquadrões de segurança, dois esquadrões de fiscalização viária, trinta e cinco seções¹¹² e quarenta e seis grupos¹¹³.

5.1.2.3 Direção de Polícia Científica

A GNA conta com o *Servicio Fotocine- Químico- Dactiloscópico y Peritajes Policiales de Gendarmeria Nacional*¹¹⁴. Os primeiros equipamentos, adquiridos em mil novecentos e quarenta e oito para a realização de *Peritajes Policiales*, foram

aproximar-se e difundir o propósito de sua missão local, realiza tarefas permanentes de ações cívicas junto a lideranças sociais, professores, alunos, profissionais e vizinhos do complexo habitacional, composto, entre casas e prédios, por mais de cinco mil e seiscentas moradias e população estimada de trinta e cinco mil pessoas.

¹¹² Uma seção equivale a um esquadrão.

¹¹³ Um grupo compõe-se diversos esquadrões, sendo a unidade básica da *Gendarmeria*.

¹¹⁴ Nascida por inspiração do Subinspetor Adolfo Orandi, com apoio do então *Diretor General de Gendarmeria Nacional*, Coronel Manuel María Calderón. Os primeiros trabalhos datam de dezesseis de maio de mil novecentos e quarenta quando foram processadas as primeiras películas fotocinematográficas nos laboratórios da *Kodak Argentina*, por seu chefe, Roberto Otero. Este, por sua vez, ao ingressar como auxiliar da respectiva Força, em vinte e seis de dezembro de mil novecentos e trinta e nove, iniciou os trabalhos de criação da atual Direção de Polícia Científica, sob a supervisão do Subinspetor Otero.

aparelhos cinefotográficos e máquinas para impressão gráfica, estas últimas formando, dez anos após, a *División de Artes Gráficas*. Concomitantemente às aquisições criou-se, na *Agrupación Instrucción Campo de Mayo*, a *Escuela de Operadores Fotocinedactiloscópicos*, onde foi realizado o *Primeiro Curso de Operadores Fotógrafos*.

A Direção de Polícia Científica assessora e assiste a Condução Superior da Força, através do Comando Geral de Operações para realizar investigações criminalísticas e periciais conexas decorrentes de sua missão institucional. Cumpre requisições periciais do *Poder Judicial de la Nación*. Promove, por meio de recursos materiais e pessoal, assessorias técnico-científicas e periciais aos Poderes Judiciários das províncias, Forças Armadas, Forças de Segurança e policiais e demais outros organismos públicos, mediante o cumprimento das requisições encaminhadas.

Para melhor atender às demandas periciais, a Direção de Polícia Científica possui subdivisões especializadas conforme a natureza das perícias realizadas. O *Departamento de Estudios Especiales* se encarrega de realizar uma série de exames periciais de alta especificidade, utilizando-se de alta tecnologia em matéria de identificação de voz, emprego de meios informáticos para o cometimento de delitos, telefonia celular e análise de registros videográficos. É composto pelas Divisões de Informática, Fônica, Meios Audiovisuais, Vídeos Judiciais e Telefonia Celular. O *Departamento Químico* atende ao conjunto de atividades periciais em matéria acidentária, balística, documentoscopia, vestígios de locais de crime, identificação digital, mapeamento e conservação de elementos de prova que devam permanecer sob sua guarda. Possui as Divisões de Drogas de Abuso e Toxicologia, Química Legal, Incêndio e Explosivos. O *Departamento de Pericias Complejas* compreende tudo aquilo que envolva a investigação pericial no que tange aos procedimentos de criminalística em todas as suas aplicações, com caráter multidisciplinar, conjugando a medicina e a odontologia legal e a identificação genética. Também está incumbido de fiscalizar tudo o que se refere às infrações contra a Lei de Marcas além de realizar ensaios de controle de qualidade de insumos e equipamentos adquiridos para o uso na própria Instituição. Suas Divisões de Microscopia Eletrônica, Identificação por DNA, Odontologia Legal

e Vestígios e Ensaio de Materiais possuem tarefas destinadas a realizar os exames periciais mais complexos. O *Departamento Criminalístico*, composto por Divisões de Balística, Acidentologia, Documentologia, Vestígios e Indícios e Identificação Planimétrica participa da investigação pericial nos locais de crime, colhendo suportes para os laboratórios de polícia técnica. Por fim, o *Departamento Administracion de Recursos* sistematiza, distribui e registra todos os bens adquiridos para o desenvolvimento das atividades da Direção de Polícia Científica por meio de suas Divisões de Gestão Patrimonial, Abastecimento, Cursos e Aperfeiçoamento, Gestão Interior e Planejamento.

5.1.2.4 A *Gendarmería Nacional Argentina* na Guerra das Malvinas

A GNA enviou para a campanha das Malvinas efetivos provenientes de várias unidades do interior do país. Ao desembarcarem nas ilhas, em vinte e oito de maio de mil novecentos e oitenta e dois, incorporaram-se à *Compañía de Comandos 601 del Ejército Argentino*. Seus integrantes autodenominaram-se *Escuadrón Alacrán*, participando no Teatro de Operações do Atlântico Sul como uma Força de elite do Exército argentino. Dentre as principais missões recebidas, coube aos *Gendarmes* oferecerem apoio ao *Regimiento de Infantería 25*. Quarenta *Gendarmes* chegaram às ilhas a bordo de um avião Hércules C 130 da *Fuerza Aérea Argentina*, alojando-se em um galpão na zona portuária. O Batismo de Fogo dera-se no dia trinta de maio, quando o helicóptero que transportava alguns *Gendarmes* foi alvejado em sua hélice por um míssil inimigo disparado de um avião Sea Harrier. Em terra, a nave incendiou-se, vindo a explodir devido à grande quantidade de munição que levava. Morreram o *Primer Alférez Ricardo Julio Sánchez*, o *Subalferez Guillermo Nassif*, os *Cabos Primeros Marciano Veron e Vitor Samuel Guerrero*, o *Cabo Carlos Misael Pereyra* e o *Gendarme Juan Carlos Treppo*. Os feridos foram resgatados pelo helicóptero *Bell Del Batallón de Aviación de Ejército 601* até *Puerto Argentino*. Outra missão foi destinada aos *Gendarmes* com o objetivo de garantir a segurança de um grupo de engenheiros da *Infantería de Marina* na região do *cerro Dos Hermanas*, evitando que fossem abatidos pelo inimigo.

No dia quatorze de junho, diante das notícias de cessar fogo, iniciou-se o retorno das tropas até *Puerto Argentino*, prontos para resistir caso fosse

necessário. Um grupo de feridos partiu em direção ao continente, acompanhados pelo *Capellán* Gendarme, Padre Astolfo. O *Comandante Spadaro* encerrou o Livro de Guerra da Unidade, entregando-lhe ao sacerdote para que o fizesse chegar até a *Dirección Nacional de Gendarmería*. Findos os combates, dois dias depois o *Escuadrón Alacrán* embarcou no navio *Camberra* em direção ao continente. Em quatorze de julho, um mês após a rendição, o buque *Saint Edmund* ancorava em *Puerto Madryn*, no qual desembarcaram ao Chefe e Subchefe do *Escuadrón Alacrán*¹¹⁵, Comandantes Spadaro e Díaz, acompanhados de oficiais das Forças Armadas.

5.1.2.5 Institutos de Formação Educacional

Para a formação de seus quadros profissionais, a *GNA* possui um conjunto de Institutos de Formação cujas escolas, espalhadas pelo território argentino, preparam seus quadros de Gendarmes, Suboficiais, Oficiais Superiores, Especialistas e pessoal Civil. Possui no total cinco institutos educacionais: *Escuela de Oficiales de Gendarmería Nacional Argentina*; *Escuela de Suboficiales y Gendarmes*; *Escuela Superior de Gendarmería Nacional Argentina*; *Instituto de Capacitación Especializada*; *Instituto Universitario Gendarmería Nacional Argentina*.

5.1.2.5.1 *Escuela General “D. Martín Miguel Güermes”*

Forma os oficiais da *Gendarmería Nacional Argentina*. Criada em dois de maio de mil novecentos e quarenta e quatro, seu primeiro assentamento dera-se no *Campo de Mayo*. Atualmente está situada no localizada em *Ciudad Evita, Partido de la Matanza*, província de *Buenos Aires*. Trata-se do único Centro de Formação da Força, dirigido a preparar física e intelectualmente os futuros Oficiais da Instituição para a composição de seus escalões, nas seguintes especialidades: *Seguridad, Comunicaciones, Intendencia e Policía Científica*. Nesta Escola, o Cadete desenvolverá e aperfeiçoará os aspectos básicos da personalidade do *Gendarme*, complementados com uma formação profissional que o habilite ao

¹¹⁵ O último parágrafo do “*Livro de Guerra*” escrito pelo Comandante Spadaro sintetiza a participação da *Gendarmería Nacional Argentina* na Guerra das Malvinas: “*al cerrar este epílogo de un grupo de gendarmes, sepan nuestros camaradas que, en cuanto nosotros, hicimos lo que se pudo, llegamos tarde, Dios dira en definitivo*” *!Viva la Patria! Gloria a los caídos!*

exercício das funções e atividades que lhe corresponda cumprir como Oficial. A *Escuela de Gendarmería* está à disposição de todos os jovens argentinos dispostos a livremente assumirem o estilo de vida do *Gendarme*. São orientados a introjetar os princípios e valores defendidos pela Força, com reflexos em suas vidas pessoal e profissional, predispondo-se a assumir os deveres e direitos estabelecidos pela ordem constitucional vigente, transformando-se em defensores das Instituições da república, da ordem democrática e dos direitos humanos dos cidadãos.

Como requisito ao ingresso, exige-se dos candidatos a *Cadetes Gendarmes* a conclusão do ciclo secundário. Habilitam-se como *Técnicos Universitarios*, licenciados em suas respectivas áreas de especialização. O curso, com três anos de duração, conferirá ao egresso a patente de *Subalférez y Técnico Universitario*. O *Técnico en Seguridad* sairá habilitado para comandar distintos cargos orgânicos correspondentes à sua hierarquia. Deverá angariar capacidades físicas e espirituais que o capacite à liderança em face da condução das inúmeras atividades executivas realizadas. Do *Técnico en Comunicaciones e Informática* será exigida preferencialmente formação secundária técnica específica. Sua missão fundamental está no apoio às operações e tarefas administrativas com os sistemas de comunicação utilizados pela Instituição. Exige-se deste profissional uma formação altamente especializada para lidar com as diversas tecnologias, permitindo-lhe operar eficientemente em escritórios, laboratórios e gabinetes, tecnologias referentes aos equipamentos radioelétricos e informáticos. Quanto ao *Técnico en Intendencia*, dá-se preferência ao egresso de escolas secundárias de administração contábil. Isto porque caberá a ele a condução técnica da gestão financeira, contratual e contábil da Força, em conformidade com os fundamentos jurídicos da Administração Pública do Estado argentino. Sua complexa atuação exige uma permanente capacitação profissional para adequar-se sempre às novas técnicas administrativas contábeis. A Divisão de Polícia Científica, composta por departamentos especializados, exige do *Técnico en Policia Científica* uma formação voltada ao desempenho das mais diversas e complexas atividades. Por este motivo, dá-se preferência a alunos egressos de escolas de educação técnica. Esta especialidade apoia as atividades operacionais da Força por meio de todas as disciplinas integrantes da ciência criminalística. Dentre as disciplinas desenvolvidas

encontram-se: documentoscopia; acidentologia viária; balística; criminalística aplicada em inspeções oculares, investigações de mortes violentas; identificação de pessoas; identificação e quantificação de drogas de abuso (toxicologia forense); informática forense; ensaios de materiais. Buscando satisfazer cientificamente as demandas investigativas requeridas pela sociedade, seus técnicos encontram-se em constante aprimoramento profissional. Matérias jurídicas, humanísticas técnicas e institucionais compõem a grade de todos os cursos de formação técnica de oficiais. Cabe observar que ao analisarmos as grades curriculares, verificamos constar no primeiro ciclo dos cursos de três das especialidades, a disciplina *Ética Pública, Derechos Humanos y Responsabilidad Social*, excetuando-se o curso de *Técnico Universitario en Informática*.

O ingresso se dá por meio de exame de seleção, devendo o candidato ter nacionalidade argentina, idade mínima de dezessete anos e máxima de vinte e três anos, ser solteiro e sem filhos, sem antecedentes criminais. A permanência dos alunos na *Escuela de Gendarmería* se dá em regime de internato compreendendo, além de alojamento, vestuário, equipamento e alimentação, uma ajuda de custo para a manutenção pessoal do *Cadete*, devendo a família arcar com seu sustento nas folgas aos finais de semana.

5.1.2.5.2 *Escuela “Cabo Raúl Remberto Cuello”*

A *Escuela de Suboficiales* tem por missão formar aos futuros Gendarmes e Suboficiais da GNA. Em dez de março de mil novecentos e quarenta e quatro, um curso de formação teve início no *Campo de Mayo*, província de *Buenos Aires*. Em dezembro do mesmo ano, formou os setenta primeiros ayudantes *de quinta*, conhecidos atualmente por *Cabos*. No ano de mil novecentos e quarenta e cinco, um segundo curso foi iniciado surgindo, a partir de mil novecentos e cinquenta e cinco, a necessidade de criar-se um Instituto permanente de formação de *Aspirantes a Suboficiales*. O *Primero Curso de Aspirante a Suboficial del Cuerpo de Comando*¹¹⁶ realizou-se em mil novecentos e cinquenta e oito. Em mil novecentos

¹¹⁶ Iniciado em quinze de abril de mil novecentos e cinquenta e oito, em *Barreal*, tendo como assento a *Agrupación San Juan*, foi o *Terceiro Curso de Aspirantes a Suboficial*, composto por cem *Gendarmes*. O curso foi transferido posteriormente para *El Marquesado*, onde funcionou até mil novecentos e sessenta e um. Por esta razão, 15 de abril de 1958 marca a data de criação da *Escuela de Suboficiales de Gendarmería Nacional*.

e sessenta e dois a escola se estabelece definitivamente na localidade de *Jesus Maria*, província de *Córdoba*. A partir de então, a cada ano iniciam-se ciclos letivos de preparação para *Aspirantes a Gendarmes* e *Aspirantes a Suboficiales*. A incorporação dos Aspirantes, homens ou mulheres, se dá por meio de exame de seleção, dentre argentinos natos ou naturalizados, solteiros e sem filhos (somente para as mulheres), com idades entre dezessete e vinte e cinco anos, com curso secundário concluído. Dentre as disciplinas exatas, biológicas e humanas, muitas delas destacam-se pela temática constante dos direitos humanos, exigência prévia para admissão à escola¹¹⁷.

O curso de *Gendarmes*, destinado ao preparo físico e intelectual dos membros da Força e o curso de atualização e aperfeiçoamento para *Sargentos* y *Sargentos Ayudantes* compõem a estrutura de formação da Escola. Todos os cursos têm nos direitos humanos e na dignidade da pessoa o ideal universal a ser perseguido, bem como a conscientização do serviço à sociedade e à Nação, justificando o conteúdo das disciplinas admissionais constantes no programa.

A Escola oferece *Cursos Técnicos Superiores*, sem que sejam considerados cursos universitários. Seis são as especialidades, todas elas tendo

¹¹⁷ Uma das partes do programa de humanidades está dividida em cinco Unidades a saber: *Unidad I – Los grupos primarios: El ser humano. El hombre y su dignidad humana. Características de La vida humana, relaciones morales, culturales y religiosas. Pacto de San José da Costa Rica: El preambulo, los derechos reconocidos a las personas. La familia. Integrantes. Deberes e derechos. El papel del hombre y la mujer. Grupos y grupos de pares: roles, relaciones autoritarias y democráticas. Unidad II – Las provincias: La Constitución Nacional y la organización política de las provincias. La autonomía provincial. Integración de las provincias en el Estado Federal. Relaciones entre el gobierno federal y los poderes provinciales. Unidad III – Los derechos del hombre y del ciudadano. Los derechos humanos: fundamentación y universalización. Derecho natural y positivo. Vigencia y violación en la Argentina. La Constitución Nacional en su primera parte. Declaraciones, derechos y garantías. Los derechos civiles. Organismos e instrumentos legales para la defensa de los derechos humanos Derechos políticos y sociales: historia e significación actual. Sus características. Unidad IV – La Constitución Nacional y la forma de gobierno. El movimiento constitucionalista. El proceso constitucional argentino. La Asamblea del año XIII y los pactos federales. La constitución de 1853 y sus reformas. Concepto de Estado. La reforma de gobierno del Estado Argentino. La división de poderes. La articulación entre La Constitución Nacional, La Constitución Provincial y La Carta Orgánica Municipal respectiva. La quiebra del orden institucional en la Argentina. La ética política. Unidad V – La democracia como forma de vida y de gobierno. La democracia como estilo de vida. Los valores fundamentales de la forma de vida democrática. La democracia dos antiguos y la democracia de los modernos. La democracia representativa y participativa. El sistema de partidos políticos. El voto popular, el plebiscito y referéndum. Instancias de participación social: las organizaciones no gubernamentales, los sindicatos, asociaciones intermedias, el papel de la opinión pública, sentido crítico frente a los medios de comunicación social. Unidad V – Derechos Humanos. Historia de los movimientos de los derechos humanos. Vigencia y violación de derechos humanos en la historia argentina. Derecho a la paz. La violencia en cualquiera de sus formas como atentado a la convivencia pacífica. Legislación nacional de protección a los derechos humanos.*

em comum uma gestão voltada à proteção da sociedade e da Nação e ao respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. O *Técnico en Seguridad Pública* possui aptidões para assessorar e implementar políticas de Segurança Pública na esfera federal; investiga delitos, esclarecendo os fatos e identificando seus responsáveis; atua na prevenção e repressão delitivas; implementa estratégias, métodos e ações de segurança. Ao *Técnico en Administración Pública* incumbe a organização e controle de operações contábeis, financeiras e administrativas em conformidade com as normas regentes da *Administración Pública Nacional*; executa os serviços administrativos com domínio das técnicas contábeis em tarefas específicas da Administração Pública; registra novas informações relacionadas à sua área de atuação; impulsiona todos os trâmites documentais relacionados com sua especialidade integrando, para isso, equipes de trabalho administrativas, contábeis e financeiras nas diversas entidades da Administração. Em virtude da crescente complexidade das comunicações, a escola também oferece o curso de *Técnico en Telecomunicaciones*. Este Gendarme está apto a operar e reparar todo o serviço relacionado, oferecendo suporte físico, lógico e analógico, respondendo às demandas dos usuários dos distintos sistemas de telecomunicações, intervindo e oferecendo segurança e confiabilidade nas redes e equipamentos de todo o sistema. Para exercer atividades na Divisão de Polícia Científica, a escola criou o curso de *Técnico en Policía Científica*, capacitando o suboficial a efetuar investigações de delitos mediante métodos, técnicas e procedimentos de identificação das pessoas envolvidas e dos elementos de prova analisados; elaborar estudos técnicos a partir dos indícios encontrados nos locais de crime, realizando registros e informações colhidas nas perícias. Os problemas causados pelo tráfico de entorpecentes no mundo, principalmente na América Latina, geraram a necessidade da formação de um técnico cujas atuações estão focadas na prevenção e repressão destas condutas. Trata-se do *Técnico en Investigación Criminal y Narcotráfico*. Cabe a ele indagar os motivos que originaram os fatos delitivos, identificar seus responsáveis, organizar arquivos criminais de traficantes, suas características físicas e os meios onde atuam; assessorar o Estado por meio de informações que permitam implementar políticas de prevenção, investigação e combate ao crime organizado; analisar antecipadamente as possíveis modificações e o aumento da periculosidade das ações criminosas, colaborando com a justiça no

esclarecimento dos fatos. A segurança viária do sistema de trânsito nas fronteiras, seja nas vias urbanas ou rurais é realizada pela GNA em cooperação com outras corporações policiais, a exemplo das polícias provinciais. A necessidade de um serviço especializado nesta área criou o *Técnico en Seguridad Vial y Transporte* capacitando-o para planificar o sistema de trânsito de vias. Além disso, possui atribuições para investigar acidentes de trânsito, determinando quais as suas causas; processar os boletins estatísticos dos acidentes ocorridos, propondo ações de conscientização e prevenção de segurança viária, intervindo nos planos operacionais de controle de trânsito.

5.1.2.5.3 *Escuela Superior de Gendarmería Nacional Argentina*

A *Escuela Superior de Gendarmería*¹¹⁸ passou a constituir-se, após a criação do *Instituto Universitario de Gendarmería Nacional Argentina (IUGNA)*, na unidade acadêmica que oferece os cursos de pós-graduação. Tem como missão principal a atualização e aperfeiçoamento do oficial da corporação, tratando de responder às demandas políticas, sociais e institucionais, adequando o oficial superior aos novos cenários da Segurança Pública e das relações internacionais. As ofertas educativas vão desde a formação de corpos Oficiais Superiores, até Licenciaturas para formação de docentes aptos a lecionarem em todas as escolas de formação dos quadros da Força. As categorias de Oficiais Superiores, apesar de possuírem peculiaridades inerentes às suas futuras funções, possuem um eixo comum destinado a *demonstrar “los valores institucionales como fundamentales para la realización plena de la persona: el bien común, la verdad, la justicia, la honestidad y respeto por la vida”*.

Os escalões superiores habilitam-se nas seguintes modalidades: *Oficial de Estado Mayor*, destinado a assessorar questões relativas à segurança interior do país, à defesa nacional e ao apoio da política exterior do país, administra o desenvolvimento dos organismos da Instituição, enfrentando os problemas atuais e propondo soluções que estejam de acordo com as condições sociais, econômicas e ecológicas do país. *Oficial Auxiliar de Estado Mayor*, a quem cabe assistir ao

¹¹⁸ Nascida em mil novecentos e cinquenta e seis, teve por finalidade a reestruturação dos cursos de capacitação e aperfeiçoamento de chefes e oficiais gendarmes. A escola, criada efetivamente em vinte e um de fevereiro de mil novecentos e cinquenta e sete criou os *Cursos Superiores para Jefes y Oficiales Generales y Comunicaciones*.

Comando, integrando e aplicando os conhecimentos de ordem militar-policial previstos de acordo com o plano estratégico institucional, elaborando estudos envolvendo aspectos de caráter cultural, político e sócioeconômico nacional e regional, racionalizando recursos e selecionando informações para investigar fatos delituosos complexos de competência da Força. *Oficial de Plana Mayor*, encarregado do planejamento, interpretação dos fenômenos socioeconômicos para melhorar o desempenho da Força, antecipando-se a situações que possam comprometer o cumprimento de missões internas e externas.

As carreiras de Licenciatura existentes no *IUGNA* destinam-se à formação docente os quais, uma vez graduados, compõem os quadros do magistério da Força. Por tais motivos, a preparação dos professores embasa-se nos mesmos conhecimentos ministrados aos Técnicos de Formação Superior, de Formação Universitária e de Pós-Graduação. Todas as Licenciaturas possuem a duração de uma graduação de quatro anos, com habilitações nas áreas de *Administración Pública; Comunicaciones e Informatica; Seguridad Pública e Criminalística*¹¹⁹. A *Carrera de Formación del Profesorado Universitario* tem por objetivo desenvolver os conhecimentos dos egressos das licenciaturas, habilitando-os à educação universitária. O programa de capacitação pedagógica busca selecionar, utilizar e avaliar os recursos humanos, adequando-os às atividades de ensino superior.

¹¹⁹ Os programas de todas as licenciaturas possuem em sua grade curricular, no período de dois semestres, as disciplinas de *Ética Pública, Derechos Humanos y Responsabilidad Social; Derecho Político y Constitucional e Deontología de la Seguridad e Pericial*.

5.1.3 Policía de Seguridad Aeroportuaria

A segurança aeroportuária consiste em um aspecto específico e sensível do Sistema de Segurança Pública. A modernização das ações tendentes a resguardar e garantir a segurança interna no âmbito do *Sistema Nacional de Aeropuertos (SNA)* necessitava de uma Instituição de Segurança Pública destinada a realizar esta tarefa. O intenso tráfego aéreo e de passageiros nas dependências aeroportuárias¹²⁰ fez com que aumentassem as preocupações com os assuntos relativos à segurança dos aeroportos da Nação. Não bastasse isso, o incremento dos fenômenos delitivos observados na Argentina e no mundo nos últimos tempos fez com que associações criminosas se utilizassem cada vez mais das instalações aeroportuárias para desenvolverem suas atividades ilícitas.

O tráfico de drogas produzidas na América Latina, destinadas tanto ao consumo interno como ao abastecimento dos mercados internacionais; o tráfico internacional de pessoas e de animais; as várias modalidades de contrabando de mercadorias pelos terminais aeroportuários; o agravamento dos problemas diante do crescente terrorismo internacional fizeram com que, a partir de mil novecentos e noventa e sete, o Estado tomasse para si, ao menos no plano formal, o exercício do poder de polícia sobre todas as esferas da segurança aeroportuária. A segurança aeroportuária, até o ano de dois mil e cinco ficou a cargo da *Policía Aeronautica Nacional (PAN)*, dependente do Comando de Regiões Aéreas da

¹²⁰ Dados estatísticos datados observam que no ano de dois mil e quatro contabilizaram um movimento total de 15.561.803 passageiros, dos quais 6.624.317 – 42.6% - eram provenientes de voos internacionais. Passageiros provenientes de voos domésticos, totalizaram 8.937.486 – 57.4%. Das 331.879 aeronaves que operaram no sistema, 77.569 – 23.3% - foram voos internacionais enquanto que 254.310 – 76.6%, foram voos domésticos. (fonte: plano estratégico da PSA- ano 2006)

Força Aérea Argentina. A partir de então, o Decreto 145/05¹²¹, transferiu orgânica e funcionalmente a *Policía Aeronautica Nacional* do âmbito do *Ministerio de Defensa* para o *Ministerio de la Justicia, Seguridad y Derechos Humanos*, incorporando-a ao *Sistema de Seguridad Interior*¹²². A *Fuerza Aerea Argentina (FAA)*, através de seu Comando de Regiões Aéreas, permaneceu prestando os serviços de trânsito e de controle do tráfego aéreo, das comunicações, meteorologia, resgate e salvamento.

Este Decreto inaugurou, no âmbito do Ministério, a *Policía de Seguridad Aeroportuaria (PSA)*. Especializada em matéria de segurança aeroportuária, alicerçada em bases organizacionais e funcionais de cunho civil desencadeou, durante o governo democrático de Nestor Kirchner, o processo que culminou com a promulgação, em maio de dois mil e seis, da *Ley 26102* disciplinadora das questões relativas à *Seguridad Aeroportuaria*¹²³. Uma nova concepção de segurança aeroportuária foi estabelecida, cabendo ao Estado o dever de resguardar e garantir, por meio de Instituições públicas e organismos de caráter policial, as atividades reguladoras, supervisoras, de fiscalização e segurança das instalações aeroportuárias, de seus funcionários, das aeronaves, dos tripulantes e passageiros de todos os aeroportos e aeródromos argentinos¹²⁴. Trata-se da

¹²¹ Editado pelo *Poder Ejecutivo Nacional*, em 22 de fevereiro de 2005, dispõe :

Artículo 1º.- Transfiérese orgánica y funcionalmente a la POLICÍA AERONAUTICA NACIONAL creada por la Ley Nº 21.521 del ámbito del MINISTERIO DE DEFENSA a la órbita del MINISTERIO DEL INTERIOR, constituyéndose en la POLICÍA DE SEGURIDAD AEROPORTUARIA, debiendo considerarse sustituida tal denominación cada vez que se haga referencia a la Policía citada en primer término.

Artículo 5º.- Incorpórase a la POLICÍA DE SEGURIDAD AEROPORTUARIA a las fuerzas de seguridad nacionales consignadas en el artículo 17 del título V de la Ley de Ministerios (texto ordenado por Decreto Nº 438/92) y modificatorias, correspondiendo al MINISTERIO DEL INTERIOR entender en la aplicación de la Ley Nº 21.521 y en todo lo relacionado con la seguridad aeroportuaria

¹²² Criado pela *Ley 24.059 de Seguridad Interior*.

¹²³ A sanção legislativa da *Ley 26102 de Seguridad Aeroportuaria* foi produzida através da aprovação por unanimidade da iniciativa em ambas Câmaras Legislativas do Congresso Nacional Argentino. Resultou um dinamismo eficiente desenvolvido entre o mês de março de dois mil e cinco, quando o Poder Executivo Nacional remeteu ao Congresso uma mensagem na qual constava um projeto de lei de segurança aeroportuária, sobre o qual foi sancionada, em maio de dois mil e seis, a mencionada lei. O tratamento legislativo da referida iniciativa contou com o acompanhamento de funcionários da *Secretaria de Seguridad Interior* e da recém criada *Policía Aeroportuaria de Seguridad*.

¹²⁴ Aeródromo consiste em uma área terrestre ou aquática, incluindo suas edificações, instalações ou equipamentos destinados total ou parcialmente à chegada, saída ou movimento de aeronaves, habilitado por

primeira lei orgânica criadora da mais nova Instituição policial na esfera federal, desde a retomada do processo democrático inaugurado em mil novecentos e oitenta e três.

5.1.3.1 Gestão da segurança aeroportuária

O objetivo geral da Segurança Pública é estabelecer um controle social de modo a deixar a população livre de perigos e confrontos que coloquem em risco seus direitos e liberdades básicas. Uma série de mecanismos institucionais são elaborados para prevenir, neutralizar e combater eficazmente situações tendentes a alterar a paz pública. Neste sentido, a *Ley de Seguridad Aeroportuaria*, na qual se insere a PSA estabeleceu em seu artigo terceiro que a segurança aeroportuária compreende as ações tendentes a resguardar e garantir a segurança interior no âmbito jurisdicional aeroportuário, através da prevenção, combate e investigação dos delitos e infrações que não estejam previstos no Código Aeronáutico. Portanto, qualquer infração ou ações ocorridas nas dependências aeroportuárias violadoras da ordem pública, praticadas por pessoas físicas ou jurídicas deverão ser reprimidas por um corpo formado especialmente para desempenhar tais atividades. Os objetivos primários das ações próprias de segurança aeroportuária consistem em proteger os passageiros, as tripulações, o pessoal em terra, os usuários, os empregados e trabalhadores do setor, as aeronaves e todas as instalações situadas no perímetro dos aeroportos ou que se encontrem a eles vinculadas.

A PSA desencadeou um processo de reestruturação doutrinária, organizacional e funcional com o objetivo de superar as deficiências que pesavam sobre a *Policía Aeronautica Nacional (PAN)* no que tange ao desempenho das atividades voltadas ao policiamento aeroportuário, incapaz de desarticular e erradicar com eficiência as atividades delitivas neste âmbito. Um inusitado modelo de gestão, centrado em uma nova modalidade de mando policial e de análise dos

autoridade competente. O aeroporto, por sua vez, é um aeródromo público que conta com serviços e com uma intensidade de movimento aéreo que justifiquem tal denominação. Quando um aeroporto destina-se a operar com aeronaves provenientes ou com destino ao território estrangeiro, caracterizando-se como um porto de entrada e saída para o tráfego aéreo internacional contando, para isso, com serviços aduaneiros, sanitários e de controle de migrações, é denominado aeroporto internacional.

problemas delitivos conferiram uma nova estrutura de planejamento e ações de segurança. Por um lado, a constituição de um sistema de condução policial no qual a direção superior e a administração geral da *PSA* estão a cargo de funcionários técnicos especializados na gestão da segurança pública, formados por pessoal não detentor de estado policial, componentes dos quadros de intervenção civil da Força. Por outro, os oficiais, suboficiais e agentes, detentores de estado policial¹²⁵, destinados exclusivamente ao desempenho de tarefas operacionais e de apoio logístico, a quem cabe executar as ações policiais. Assim, o caráter civil da *PSA* reside na existência de um comando superior em mãos de técnicos civis enquanto que os quadros destinados à realização da Segurança Pública estão sob a responsabilidade de seus efetivos policiais.

Como resultado desta inovação institucional, a *PSA* elaborou um plano denominado *Estrategia para el Fortalecimiento de la Seguridad Aeroportuaria*. Embasado no princípio segundo o qual a segurança aeroportuária constitui uma função indelegável do Estado nacional, devendo ser resguardada e garantida pelo governo, suas Instituições públicas e organismos de caráter policial, de segurança, de supervisão e fiscalização serão responsáveis para atuar no âmbito de suas competências específicas, a exemplo do controle aduaneiro, migratório e sanitário. Em razão de tais exigências, coube ao estado assumir o controle pleno destas funções essenciais, construindo um sistema integral de segurança aeroportuária cujo marco principal foi estruturar, orgânica e funcionalmente, a *PSA*. Erigida sobre parâmetros institucionais modernos, seus profissionais são formados para desempenhar eficientemente ações de prevenção aos delitos e à investigação criminal no âmbito aeroportuário, limitando suas atuações à estrita obediência aos princípios da legalidade e ao dever de proteção aos direitos das pessoas. Com esta reestruturação, a segurança aeroportuária modernizou-se em recursos humanos e em meios técnicos de vigilância, inspeção e controle de pessoas, equipamentos,

¹²⁵ Estado policial é a situação jurídica do pessoal da *PSA* resultante de um conjunto de direitos, deveres e obrigações estabelecidos pela *Ley de Seguridad Aeroportuaria* e pelos regulamentos e disposições consequentes. O estado policial se mantém ainda que o servidor esteja em situação de retiro.

cargas e aeronaves, visando prevenir e desarticular as organizações e núcleos criminosos atuantes no sistema¹²⁶.

5.1.3.2 Características da segurança aeroportuária

A fim de gerar uma situação social livre de riscos, perigos e conflitos, na qual as pessoas possam exercer seus direitos e liberdades básicas, mecanismos e políticas institucionais eficientes foram criados para prevenir, controlar e neutralizar qualquer situação concreta que lhes afete a segurança. As ações da PSA dirigidas a garantir a paz pública embasam-se em dois eixos estratégicos: a prevenção e combate às condutas violadoras da ordem pública e a investigação dos delitos e infrações ocorridos nos limites do ambiente aeroportuário. Assim, a segurança aeroportuária não se pauta somente ao cumprimento das normas e recomendações feitas pela *Organización de Aviación Civil Internacional (OACI)* para garantir a segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita, como está previsto no anexo 17 do *Convenio sobre la Aviación Civil Internacional (CACI) – Convenio de Chicago*¹²⁷. De caráter muito mais abrangente, destina-se à proteção dos passageiros, das tripulações, dos aeroviários, das diversas categorias de empregados e trabalhadores do setor, do público em geral, das aeronaves, das instalações e do perímetro aeroportuário frente a todos os fatos que vulnerarem,

¹²⁶ Como em qualquer outra esfera de segurança, os esforços públicos feitos em matéria policial seriam insuficientes para impedir a reprodução do circuito delitivo no âmbito aeroportuário caso não houvesse também uma transformação dos entes privados nas questões relativas à segurança das empresas responsáveis pelo desenvolvimento das atividades de aviação civil. Assim, a sociedade argentina e seus dirigentes compreenderam que sem a colaboração de todos os órgãos envolvidos, torna-se difícil estabelecer uma segurança pública eficiente.

¹²⁷ Subscrito na cidade norteamericana de Chicago, em sete de dezembro de mil novecentos e quarenta e quatro, foi aprovado pelo *Poder Ejecutivo Nacional* através do *Decreto Ley 15.110/46*, ratificado posteriormente pela *Ley 13.891/49*. Nele estão previstas ações tendentes a prevenir e a neutralizar os atos de interferência ilícita destinados a comprometer a segurança da aviação civil ou do transporte aéreo mediante o sequestro de aeronaves; tomada de reféns a bordo de aeronaves ou em aeródromos; uso ilegal de força para invadir ou causar transtorno em uma aeronave, em um aeroporto ou em qualquer instalação aeronáutica; a introdução em uma aeronave ou em um aeroporto com armas, artefatos explosivos ou substâncias perigosas com o fim de cometer crimes; a comunicação de informação falsa que comprometa a segurança de uma aeronave em voo ou em terra; o comprometimento da segurança dos passageiros, tripulação, pessoal de terra ou usuários de aeroportos ou qualquer outro recinto que abrigue uma instalação de aviação civil.

limitem ou obstruam o normal andamento de qualquer atividade portuária, sejam elas atividades aeronáuticas ou não- aeronáuticas¹²⁸.

A segurança aeroportuária possui atribuições de inspeção e controle sobre as seguintes áreas e setores de um aeroporto: área pública¹²⁹; áreas de segurança restrita, compreendendo os postos de controle e a parte aeronáutica¹³⁰; setor estéril¹³¹; setor de bagagens e cargas; setor de correios; setor de provisões e de manutenção de aeronaves; instalações aeroportuárias¹³² e perímetro aeroportuário. A PSA não possui atribuições para intervir nos serviços e controle de tráfego aéreos da aviação civil, nem tão pouco na segurança durante a navegação. Diga-se o mesmo com relação ao registro e habilitação de aeronaves e dos aeronautas; ao fomento das atividades aeronáuticas civis e à prevenção e investigação dos acidentes aéreos ocorridos no território nacional e nas águas jurisdicionais. Este conjunto de funções e atividades permanecem sob o controle da *Fuerza Aerea Argentina (FAA)* através do seu Comando de Regiões Aéreas.

5.1.3.3 Segurança policial aeroportuária

Segundo o marco conceitual e institucional estabelecidos pela *Ley de Seguridad Aeroportuaria*¹³³, a segurança policial aeroportuária possui duas

¹²⁸ Entende-se por atividades aeronáuticas aquelas relacionadas com a exploração ou uso da infraestrutura aeroportuária pelas quais se percebe uma tarifa aeronáutica segundo o estabelecido pelas normas vigentes. As atividades não-aeronáuticas, por sua vez, referem-se à exploração de serviços ou atividades comerciais, industriais e afins que se desenvolvem no âmbito aeroportuário.

¹²⁹ Área na qual tem acesso o público não passageiro, compreendendo o complexo de edifícios aeroportuários constituídos por terminais, prédios de serviço e auxiliares; sistema terrestre de acesso de pessoas e veículos ou qualquer outro espaço no qual o ingresso não se requeira credencial identificatória ou autorização outorgada por autoridade competente.

¹³⁰ Postos de controle são os pontos de inspeção de pessoas e veículos ingressantes ou saídos de áreas de acesso restrito. A parte aeronáutica são as áreas de movimento de aeronaves, os angares, as pistas de pouso e de aterrissagem, de manobras, plataformas de embarque e desembarque e as áreas de circulação operacional de veículos.

¹³¹ Setor compreendido entre o último posto de inspeção e a aeronave, destinado à permanência de passageiros que aguardam o embarque.

¹³² Conjunto de bens móveis e imóveis situados no perímetro aeroportuário.

¹³³ *Artículo 12.- Será misión de la Policía de Seguridad Aeroportuaria:*

dimensões básicas. Constituída por corpos especiais com estado policial, estão preparados para desempenhar as seguintes tarefas: *la seguridad aeroportuaria preventiva y la seguridad aeroportuaria compleja*.

5.1.3.3.1 Segurança aeroportuária preventiva

Compreende um sistema policial voltado ao planejamento, implementação e coordenação estratégica das atividades e operações destinadas a prevenir e conjurar¹³⁴ de forma imediata os delitos e infrações ocorridos no âmbito aeroportuário. Diferentes dependências especializadas garantem a segurança da aviação civil doméstica e internacional através da vigilância, verificação e controle das instalações, veículos, pessoas, equipamentos, cargas, correios, mercadorias e demais coisas que circulam no ambiente dos aeroportos, além das aeronaves e respectivas tripulações. As preocupações com o terrorismo demandam uma rígida fiscalização para impedir que pessoas não autorizadas portem armas, explosivos ou quaisquer outros objetos que possam causar perigo nas áreas aeroportuárias. A PSA possui a responsabilidade de coordenar os trabalhos de segurança preventiva do sistema policial aeroportuário com outros organismos ou Forças de Segurança ou policiais que atuem no âmbito aeroportuário, além das agências de segurança estrangeiras com as quais estabeleça, reciprocamente, vinculações funcionais. Possui também o dever de prestar assistência e colaboração com as autoridades judiciais competentes para a investigação criminal e a persecução de delitos, de acordo com as requisições feitas por elas.

As operações especiais de segurança aeroportuária mediante intervenções policiais táticas de combate e anulação de situações críticas de alto risco dividem-se em três níveis de resposta: a) intervenções críticas de alto risco, ou ações de

1. *La seguridad aeroportuaria preventiva, consistente en la planificación, implementación, evaluación y/o coordinación de las actividades y operaciones, en el nivel estratégico y táctico, necesarias para prevenir, conjurar e investigar los delitos y las infracciones en el ámbito aeroportuario.*

2. *La seguridad aeroportuaria compleja consistente en la planificación, implementación, evaluación y/o coordinación de las actividades y operaciones, en el nivel estratégico y táctico, necesarias para realizar el control y la conjuración de los actos delictivos complejos cometidos por organizaciones criminales, relacionados con el narcotráfico, el terrorismo, el contrabando y otros delitos conexos.*

¹³⁴ Segundo o artigo 13 mencionada lei, entende-se por *prevención* as ações tendentes a impedir, evitar, obstaculizar as infrações no âmbito aeroportuário; por *conjuración* as ações tendentes a neutralizar ou combater de forma imediata os delitos e infrações em execução no âmbito aeroportuário, fazê-los cessar e evitar consequências posteriores que vulnerem a segurança das pessoas.

resposta imediata com elevado grau de precisão operativa, visando combater de forma rápida o apoderamento ilegal de aeronaves ou de instalações aeroportuárias; a tomada de reféns ou sequestro de pessoas; sabotagem contra aeronaves, instalações ou serviços aeroportuários; atentados ou atos de agressão com explosivos, mercadorias perigosas, armas químicas, biológicas ou nucleares; b) intervenções preventivas especiais, consistentes na proteção e custódia de dignitários e personalidades especiais, a exemplo de Chefes de Estado, Ministros, membros de Missões Diplomáticas e demais pessoas cuja condição comporte um plano de segurança pessoal; de testemunhas que necessitem de proteção especial ou de pessoas detidas de alta periculosidade que apresentem risco dentro ou fora do ambiente aeroportuário; vigilância, proteção e resguardo de aeronaves e instalações aeroportuárias que apresentem situações especiais de alto risco; execução de buscas e de detenções especiais de alto risco; c) intervenções subsidiárias destinadas ao atendimento de desastres naturais, catástrofes ou acidentes aéreos; localização e monitoramento de pistas clandestinas; interdição terrestre de aeronaves em situação irregular e de voos clandestinos aterrissados e participação em missões internacionais de paz quando houver necessidade de se levar a cabo tarefas próprias de segurança aeroportuária.

5.1.3.3.2 Segurança aeroportuária complexa

Compreende o planejamento, implementação, avaliação e coordenação de atividades e operações em nível estratégico e tático para conjurar e investigar¹³⁵ fatos e atividades delitivas desenvolvidas pelos grupos delitivos organizados¹³⁶ dentro do âmbito aeroportuário. Isto implica no desenvolvimento de estratégias para oferecer respostas imediatas em ações de segurança aeroportuária complexa por parte das diferentes dependências especializadas no combate e investigação

¹³⁵ A investigação afeta à PSA compreende as ações tendentes a analisar e conhecer os fatos e atividades delitivas que resultem atentórias à segurança aeroportuária, sem prejuízo das responsabilidades jurisdicionais como polícia auxiliar na persecução penal dos delitos.

¹³⁶ Considera-se um grupo delitivo organizado aquele constituído por três ou mais pessoas que existe durante certo tempo e que atua concertadamente com o propósito de cometer um ou mais delitos graves, com vistas a levar a cabo algumas das seguintes ações: a) obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício de ordem material; b) intimidar a uma população ou obrigar a um governo ou a uma organização internacional a realizar um ato ou a abster-se de fazê-lo; c) atentar contra os poderes públicos, a ordem constitucional e a vida democrática.

ao narcotráfico¹³⁷, ao terrorismo e aos atentados contra os poderes públicos, à ordem constitucional vigente¹³⁸, ao delito complexo¹³⁹ ao contrabando em suas diversas modalidades e outros delitos conexos ou perpetrados por organizações criminosas. A coordenação dos trabalhos de segurança complexa do sistema policial da *PSA* não prescinde de outros organismos ou forças de segurança e policiais que atuem nos aeroportos, assim como eventuais agências estrangeiras que com ela estabeleçam vínculos de colaboração, devendo também cumprir as determinações emanadas das autoridades do Poder Judiciário dotadas de competências na investigação e persecução dos delitos complexos.

A partir de uma perspectiva estritamente policial, as atividades complexas de segurança abarcam dois tipos de tarefas básicas: a) operações policiais específicas consistentes na coleta de informações gerais a respeito das organizações criminosas para o conhecimento das circunstâncias de tempo e lugar de suas peculiares ações para que haja um combate focalizado, interceptando, impedindo e desarticulando os grupos; b) operações policiais conjuntas ou combinadas com os organismos ou seções especializadas de outras Forças de Segurança ou Instituições policiais, agências de inteligência federais, provinciais ou estrangeiras, visando intercambiar informações e análises criminais sobre todas as formas específicas de criminalidade complexa, objetivando conformar os grupos operacionais chamados ao desenvolvimento das ações conjurativas.

¹³⁷ O narcotráfico compreende as ações cometidas por um grupo criminoso organizado para produzir, fabricar, extrair, preparar, armazenar, transportar, distribuir, comercializar, entregar ou facilitar de qualquer forma a circulação de estupefacientes; introduzir no país ou fazer sair dele estupefacientes fabricados ou em qualquer etapa de fabricação, bem como suas matérias primas. Outra faceta das organizações criminosas está em financiar algumas das mencionadas ações para converter, transferir, gravar ou aplicar de qualquer modo o dinheiro ou outra classe de bens provenientes de suas atividades ilícitas, tudo com o propósito de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício de ordem material.

¹³⁸ As atividades que atentam contra os poderes públicos e a ordem constitucional vigente envolvem ações delituosas cometidas por um grupo criminoso organizado para a tomada de armas com o intuito de provocar ameaças que provoquem o temor da população, objetivando rebelar-se contra o governo nacional para depô-lo ou impedir o livre exercício de suas faculdades legais, atentando gravemente contra a democracia.

¹³⁹ Delitos complexos são ações ilícitas cometidas por um grupo criminoso organizado para realizar atos destinados à fabricação, transporte, depósito, exportação, importação para introduzir no país armamentos e explosivos de maneira ilegal. Por delito complexo também se entende o contrabando de mercadorias, o tráfico ilegal de pessoas e de peças arqueológicas, o tráfico ilegal da fauna, a utilização de resíduos perigosos e a adulteração ou contaminação do meio ambiente, a lavagem de dinheiro ou qualquer outra modalidade delituosa cujo conjunto de práticas denotem sua complexidade.

5.1.3.4 Desmilitarização institucional da *PSA*

A desmilitarização institucional da *PSA* reformulou as bases simbólicas e orgânico-funcionais herdadas da ex-*PAN*, conformando-a a uma Instituição policial de caráter civil. Com isso, as atribuições das Forças Armadas e dos corpos policiais tornaram-se legalmente divididas, cabendo a defesa nacional à primeira e a segurança interior à segunda. Conforme a *Ley 23554*¹⁴⁰, a defesa nacional compreende o esforço conjunto do governo e do povo argentino para prevenir ou combater as agressões militares externas. Em seu âmbito centra-se o acionamento das Forças Armadas com todos os seus mecanismos militares de atuação. Em contrapartida, de acordo com a *Ley 24059*¹⁴¹, a segurança interior envolve todo o esforço nacional para garantir a vigência efetiva das normas a fim de aplicá-las e fazê-las aplicar quando do seu não cumprimento ou violação. Em seu âmbito se inserem as Instituições e agências policiais do Sistema de Segurança Pública.

A ex-*PAN*, criada e desenvolvida institucionalmente como uma dependência especial da *FAA*, dependia orgânica e funcionalmente desta. Assim, a estrutura de mando, sua organização e sistema de funcionamento, de regime profissional, de formação e capacitação de seus efetivos eram todos de cunho castrense, o que contribuiu para a conformação de uma cultura institucional altamente militarizada. Sendo esta uma das características a serem superadas, a primeira decisão tomada foi a de retirá-la da esfera do Ministério da Defesa para realocá-la no Ministério do Interior, permitindo sua incorporação, junto com as demais Forças de Segurança internas, ao Sistema de Segurança Interior. Isto significou a total desarticulação de toda a forma de dependência orgânico-funcional

¹⁴⁰ Estabelece as bases jurídicas, orgânicas e funcionais fundamentais para a preparação, execução e controle da defesa nacional. A defesa nacional compreende a integração e a ação coordenada de todas as forças da Nação argentina para solucionar conflitos que requeiram o emprego das Forças Armadas de forma dissuasiva ou efetiva para enfrentar as agressões de origem externa, de modo a garantir de modo permanente a Soberania e a Independência da Nação, sua integridade territorial e capacidade de autodeterminação, protegendo a vida e a liberdade de todos os cidadãos argentinos.

¹⁴¹ Estabelece as bases jurídicas, orgânicas e funcionais do sistema de planejamento, coordenação, controle e apoio do esforço nacional de polícia tendente a garantir a segurança interior. Define-se como segurança interior situações de fato embasadas no direito nas quais se encontram resguardadas a liberdade, a vida e o patrimônio dos habitantes, seus direitos e garantias e a plena vigência do sistema representativo, republicano e federal estabelecido na Constituição nacional. A segurança interior implica no emprego dos elementos humanos e materiais de todas as Forças policiais e de Segurança da Nação, a fim de alcançar os objetivos preconizados pela lei.

e doutrinária da *PSA com relação às FFAA*, em especial à *FAA*, passando-a ao comando do Ministério responsável pelas políticas de Segurança Pública. Iniciada a reestruturação pelo já mencionado Decreto 145/05, determinou-se a intervenção civil na Força, propondo mudanças consideradas pertinentes para este fim, desenvolvendo-se um processo de reconversão institucional tendente a desmilitarizar as estruturas de mando, as modalidades de policiamento preventivo e complexo, a carreira profissional de seus membros e os mecanismos de controle policial vigentes na ex-*PAN*.

5.1.3.5 Despolitização institucional da *PSA*

O processo de despolitização da *PSA* converteu a Instituição em um órgão público submetido ao estrito cumprimento das leis, normas e regulamentos vigentes, inenfo a qualquer forma de manipulação política por parte de funcionários, magistrados ou empresários interessados em conduzir as atuações policiais de acordo com seus interesses. A extinta *PAN*, desde sua criação e, particularmente, durante os anos noventa ficou marcada como uma Instituição sujeita ao controle extraoficial e subterrâneo de alguns de seus setores. Eram muitas as ingerências exercidas por magistrados e funcionários judiciais, por autoridades políticas destituídas de faculdades afetas à direção policial e até mesmo por parte de grupos empresariais com interesses comerciais e econômicos no âmbito aeroportuário. Incidiam informalmente, porém com alto nível de efetividade a respeito da ocupação de cargos ou funções policiais da *PAN*, exercendo sorrateiramente diferentes formas de influência, pressão e direção sobre chefes e demais integrantes da Instituição, decidindo concretamente sobre quais seriam as ações e operações policiais realizadas, amparando politicamente aos membros garantidores de suas ordens. Isto implicou na proteção e acobertamento de chefes e quadros de oficiais, suboficiais e agentes corruptos, os quais permitiam que certas redes criminosas utilizassem alguns aeroportos para desenvolver suas atividades ilegais. Todo este conglomerado privado permitiu que estes núcleos empresariais controlassem importantes setores e atividades chaves para facilitar o cometimento de crimes. A conivência e a corrupção dos funcionários encarregados dos serviços policiais, de fiscalização e de inteligência criaram, no âmbito aeroportuário, verdadeiros corredores e zonas livres de fiscalização estatal. A

aduanas paralela¹⁴² dos anos noventa foi apenas uma das várias manifestações desta natureza.

Assim, a despolitização da *PSA* implicou na desarticulação de todas as formas de influência na Instituição por parte de autoridades governamentais e judiciais ou grupos empresariais locais, sujeitando-se somente ao estabelecido pela ordem democrática. A subordinação policial às autoridades governamentais responsáveis pela direção dos assuntos relativos à Segurança Pública e à condução da própria organização foi um marco importantíssimo na nova política de segurança aeroportuária.

5.1.3.6 Institutos de Formação da *PSA*

As ações dos membros da *PSA* devem adequar-se estritamente aos princípios razoabilidade, a fim de se evitar qualquer espécie de atuação abusiva, arbitrária ou discriminatória que implique na aplicação de violências física ou moral contra as pessoas, priorizando-se os procedimentos preventivos e dissuasivos no lugar do efetivo uso da força. Desse modo, a formação dos quadros da *PSA* está calcada no irrestrito respeito aos direitos humanos, em especial no direito à vida, à liberdade, à integridade e à dignidade das pessoas, vedando-se a submissão de qualquer pessoa custodiada a torturas ou outros tratos cruéis, desumanos ou degradantes. A reestruturação da *PSA* implicou numa nova formação, voltada à obediência dos vários princípios elencados na *Ley de Seguridad Aeroportuaria*. Com efeito, a mesma lei previu a criação de um Instituto próprio de formação e capacitação de quadros e do pessoal ingressante¹⁴³, detentores do estado policial

¹⁴² Uma rede delitiva, composta por vários grupos criminosos no decorrer dos anos noventa, vinculou-se a setores empresariais de características mafiosas, auferindo muitos ganhos em meio às atividades aeroportuárias. Ao manterem fluidas relações com o governo de então e, em especial, com núcleos responsáveis pelos trabalhos de segurança e inteligência, estiveram à frente de numerosos empreendimentos no âmbito aeroportuário argentino. Alguns grupos, constituindo empresas de segurança privada destinadas à prestação de serviços de vigilância e controle de equipamentos, cargas e de acesso às áreas restritas dos aeroportos, contratavam funcionários desqualificados, com baixa remuneração, causando significativo comprometimento à segurança aeroportuária. Outros grupos se consolidaram em diferentes aspectos da exploração empresarial aeroportuária, prestando serviços comerciais e de apoio às atividades. Todo este conglomerado privado, conhecido por aduana paralela permitiu que vários núcleos particulares mantivessem o controle de setores e atividades chave para a realização de atividades ilícitas, desde o contrabando de mercadorias até o tráfico de estupefacientes e outras modalidades criminosas.

¹⁴³ O ingresso básico aos escalões gerais de segurança aeroportuária na condição de estudante candidato a oficial se dá por aprovação no curso de formação de oficiais ditado pelo *Instituto Superior de Seguridad*

da *PSA*, objetivando oferecer uma educação específica nas áreas de inteligência, direito, técnico-científica e de conteúdo humanístico, sociológico e ético.

5.1.3.6.1 *Instituto Superior de Seguridad Aeroportuaria*

O *Instituto Superior de Seguridad Aeroportuaria (ISSA)*, vinculado à Direção Nacional da *PSA*, é a mais nova Instituição de Ensino de todas as Forças de Segurança argentinas. Previsto pela própria lei que instituiu a *PSA*, possui a missão de formar e capacitar o pessoal detentor do estado policial como também aos funcionários responsáveis pela elaboração, implementação e avaliação das políticas estratégicas de segurança aeroportuária, não detentores do estado policial. Todo aluno ingressante no *ISSA* terá igualdade de oportunidades durante sua formação, embora sejam relevantes seu próprio mérito e capacidades pessoais. Os estudos cursados no *ISSA* são convalidados pelo Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia, conforme as leis e regulamentos vigentes no país. O sistema de educação policial da *PSA* se estrutura mediante parâmetros atualizados e adequados às novas modalidades de organização e funcionamento policial, propondo uma formação e capacitação contínua durante toda a carreira policial, constituindo uma instância fundamental para promoções e futuras alocações nos vários cargos da Instituição.

A coordenação pedagógica do *ISSA* dividiu o Instituto em quatro departamentos específicos para formação de pessoal não detentor e detentor do estado policial. O Departamento Acadêmico, responsável pela gestão dos núcleos de formação e capacitação, a quem cabe elaborar as grades curriculares levando em conta as necessidades orgânicas e funcionais estabelecidas pela *Dirección General de Seguridad Aeroportuaria Preventiva y Compleja*. O Departamento de Investigação, responsável pela gestão da investigação técnica e científica em matéria de segurança aeroportuária, devendo produzir conhecimentos inovadores e relevantes para a atuação, a fim de gerar desenvolvimento tecnológico ao aprimoramento das ações de segurança aeroportuária. O Departamento de Gestão

Aeroportuaria. O candidato deve possuir o título secundário ou equivalente e ter entre dezessete e vinte e cinco anos de idade no momento de sua admissão ao Instituto. Concluído o curso, o aluno ingressará na *PSA* no posto de *oficial ayudante*.

Administrativa destinado a oferecer apoio à gestão de todo o Instituto, de acordo com os parâmetros e procedimentos estabelecidos pela *Dirección General de Gestión Administrativa* e o Departamento de Seleção e Ingresso de candidatos a futuros membros da *PSA*, com ou sem estado policial, ao qual cabe elaborar os processos de seleção de pessoal, avaliando o desempenho e aptidão dos proponentes, de acordo com as instruções da *Dirección Nacional de la Institución* para a designação de seus escalões.

5.1.3.6.2 Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais da *PSA*

Os cursos de formação para os futuros Oficiais da *PSA* dividem-se em núcleos de formação humanística e técnica, orientados ao preparo acadêmico nas várias áreas de sua atuação profissional. No âmbito humanístico, o Núcleo Legal Institucional oferece as bases legais para a gestão na Administração Pública, habilitando o aluno oficial para atuar também frente aos sistemas judiciário e administrativo. Sua grade curricular comporta as disciplinas de direito público e constitucional, direito penal e processo penal, práticas procedimentais administrativas e jurisdicionais, todas elas dirigidas à atuação na Segurança Pública, em especial, à segurança aeroportuária. O Núcleo Social Criminológico forma o acadêmico em conhecimentos próprios das ciências sociais aplicados às problemáticas delitivas e institucionais referentes à segurança pública, à sociologia, à ciência política e à criminologia. O Núcleo Ético Profissional transmite noções deontológicas inerentes às funções policiais, princípios básicos para o uso da força e das armas de fogo na atuação profissional, conhecimento das normas internas e dos tratados internacionais em defesa dos direitos humanos e demais orientações voltadas à proteção da liberdade dos cidadãos. O Núcleo Técnico Policial propõe conhecimentos próprios ao exercício de atividades policiais genéricas e, em particular, aquelas específicas à segurança aeroportuária preventiva e complexa, gestão policial estratégica e tática, ações técnico-operacionais de supervisão e direção policiais voltadas à inteligência e à logística policial. O Núcleo Aeroportuário, por sua vez, forma o estudante em conhecimentos próprios da atividade aeroportuária, especialmente em direito aeronáutico e segurança aeroportuária, suas bases normativas nacionais e internacionais.

Os cursos de aperfeiçoamento e capacitação comportam o treinamento e atualização profissional dos Oficiais da *PSA* no decorrer da carreira profissional. É composto pelo Núcleo de Especialização Policial, destinado a aprimorar os grupamentos especiais para o desenvolvimento de atuações que requerem conhecimentos e habilidades nas seguintes especialidades: a) especialização em segurança aeroportuária preventiva; b) especialização em segurança aeroportuária complexa; c) especialização em operações policiais especiais; d) especialização em inteligência criminal aeroportuária; e) especialização em logística policial. Pelo Núcleo de Condução Policial, no qual são desenvolvidas as atividades de condução, direção e supervisão policiais. Pelo Núcleo de Atualização e Treinamento Policial destinado a capacitar e atualizar os oficiais da *PSA* para o desempenho de diferentes trabalhos policiais referentes à segurança preventiva e complexa. Pelo Núcleo de Promoção Policial, dirigido à capacitação dos oficiais e do pessoal civil sem estado policial que aspirem ascender nos escalões superiores da carreira profissional policial ou a ocupar os cargos orgânicos correspondentes. Quanto ao pessoal civil não detentor do estado policial, o *ISSA* os capacita para os trabalhos de gestão da Instituição por meio do Núcleo de Condução e do Núcleo de Administração.

O Instituto também está aberto para a formação e capacitação de pessoal não pertencente aos quadros da *PSA*. São profissionais de empresas privadas ou de Instituições Públicas vinculadas a atividades de segurança aeroportuária ou conexas. A formação deste pessoal é feita por três núcleos: a) *Núcleo de Seguridad Privada en el Ambito Aeroportuario*, destinado a atualizar e capacitar os prestadores de serviços de segurança aeroportuária em diferentes níveis e dimensões; b) *Núcleo de Organismos Públicos*, voltado à formação de pessoal pertencente a outros aeroportuário ou atividades conexas; c) *Núcleo de Personas Privadas*, destinado à capacitação de empregados em empresas aéreas comerciais, exploradores e administradores que atuam no âmbito aeroportuário.

5.1.4 *Servicio Penitenciario Federal*

O *Servicio Penitenciario Federal (SPF)* é uma Instituição de Segurança da Nação argentina subordinada ao *Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos*. Seus estabelecimentos penitenciários estão distribuídos por todo o país, porém não se confundem com os sistemas penitenciários das províncias, subordinados aos respectivos Ministérios de Justiça, por força das respectivas Constituições provinciais. Assim, alguns sistemas penitenciários provinciais estão a cargo de corporações policiais com orientação penitenciária. As penitenciárias federais alojam condenados cujos julgamentos pelos crimes cometidos são, em geral, de competência da justiça federal. A lei orgânica disciplinadora de todo *SPF*¹⁴⁴ o prevê como Força de Segurança da Nação destinada à custódia e guarda dos presos que estão em fase de processo e aos que já estiverem sujeitos à execução das sanções privativas de liberdade. Apesar de constituir-se como uma Força de Segurança de natureza civil, sua disciplina está afeta à rigidez castrense. Isto decorre da própria composição de sua Direção Nacional, órgão máximo na estrutura da Instituição, a qual deverá ter como diretor um Oficial Superior das Forças Armadas da Nação pertencente aos escalões de Comando, cabendo a

¹⁴⁴ *Ley 20416/73* dispõe sobre as funções, direção nacional e membros do serviço penitenciário não detentores e detentores do estado penitenciário, escalões e regime administrativo disciplinar.

subdireção a um Oficial Superior de grau máximo, pertencente ao escalão geral do próprio *SPF*.

Embora seja considerada uma Força de Segurança, o *SPF* não possui atribuições próprias das polícias federais e provinciais, não sendo mencionado nominalmente na *Ley de Seguridad Interior*¹⁴⁵. Entretanto, a lei orgânica do *SPF* permite excepcionalmente o exercício de atribuições policiais a esta Instituição quando prevê que a *Dirección Nacional del Servicio Penitenciario Federal* poderá intervir em todos os casos de delitos ocurridos no âmbito em que o *SPF* exerça suas funções, conforme o disposto no artigo terceiro desta mesma lei¹⁴⁶, com os direitos e deveres outorgados pela *Policía Federal Argentina*, pelo *Código de Procedimiento en lo Criminal de la Capital Federal*¹⁴⁷.

5.1.4.1 Investigações disciplinares internas

O *Reglamento de Disciplina para los Internos*, aprovado pelo Decreto presidencial 18/97, regulamentou o capítulo IV da *Ley 24.660*¹⁴⁸. Pretendendo manter a ordem e a disciplina indispensáveis à correta organização e à segurança

¹⁴⁵ O artigo 11 da Lei 24.059 que dispõe sobre a segurança interior não prevê a participação do *Servicio Penitenciario Federal* no Conselho de Segurança Interior.

Vejamos:

Artículo 11º: El Consejo de Seguridad Interior estará integrado por miembros permanentes y non permanentes, ellos serán:

Permanentes:

*a) El Ministro del Interior, en calidad de presidente; b) El Ministro de Justicia; c) El Secretario de Programación para la Prevención de la Drogadicción y la lucha contra el Narcotráfico; d) El subsecretario de Seguridad Interior; e) Los titulares de la **Policía Federal Argentina; Prefectura Naval Argentina; Gendarmería Nacional Argentina; Policía de Seguridad Aeroportuaria**; cinco jefes de policía de las provincias que adhieran al sistema los que rotarán anualmente de acuerdo a lo que se establezca en la reglamentación, procurando que queden representadas todas las regiones del país.*

No permanentes:

Ministro de Defensa; Titular del Estado Mayor Conjunto; los jefes de policía provinciales non designados para integrar el consejo de forma permanente.

¹⁴⁶ *Artículo 3: La Dirección Nacional es el organismo técnico responsable de la conducción del Servicio Penitenciario Federal, el que tiene a su cargo los institutos y servicios destinados a la custodia y guarda de los procesados y a la readaptación social de los condenados a sanciones penales privativas y restrictivas de libertad en el territorio de la Capital Federal y de las provincias, dentro de la Jurisdicción del Gobierno de la Nación, y el traslado de los internos de conformidad a las disposiciones legales y reglamentarias.*

¹⁴⁷ *Código Procesal de la Nación*, conforme nova denominação dada pela Lei 23984.

¹⁴⁸ *Ley de Ejecución de la Pena Privativa de la Libertad*, cujo capítulo IV dispõe sobre a disciplina interna dos estabelecimentos do *SPF*.

dos internos, estabelece mecanismos de prevenção e aplicação de penas disciplinares, cujas investigações ficarão a cargo dos funcionários do *SPF*, sob o comando do Diretor do estabelecimento no qual se verificarem as faltas. Ainda que estes sumários investigativos tenham o propósito de apurar infrações disciplinares, nada impede que façam as vezes de uma investigação criminal pois, algumas infrações médias e graves, uma vez cometidas, caracterizam-se como ilícitos penais¹⁴⁹. Os procedimentos para a comprovação das infrações e imposição e execução das sanções pertinentes ajustam-se às disposições do regulamento, sendo inaugurados por meio de relatórios elaborados pelos funcionários encarregados da manutenção da disciplina interna, por denúncia do lesado ou por terceiros devidamente identificados. Serão estes os documentos hábeis para a abertura do expediente disciplinar que será devidamente registrado em um livro próprio do estabelecimento para que se possa dar continuidade à apuração.

Medidas cautelares de urgência também estão previstas no regulamento, não somente para se evitar a persistência da infração e seus efeitos, como também para assegurar a coleta de elementos de prova. Esta faculdade é deferida somente à autoridade do *SPF* de maior hierarquia em serviço, devendo ser efetuada como medida preventiva de urgência. Exemplo disso é o exame da pessoa suspeita e dos lugares pertinentes sem a necessidade de autorização judicial. Entretanto, necessário se faz circunstanciar toda a ocorrência no expediente disciplinar, sendo

¹⁴⁹ Algumas infrações repercutem na esfera criminal, servindo o sumário apuratório disciplinar para a instrução de um processo criminal presidido pela autoridade judiciária competente. Por exemplo, o inciso “d” do artigo 17 que dispõe sobre as infrações médias: *destruir, inutilizar, ocultar ou hacer desaparecer, total ou parcialmente, instalaciones, mobiliário y todo objeto o elemento provisto por la administración o perteneciente a terceros*. Além de se constituir uma infração disciplinar, tipifica-se também como infração penal prevista no *Código Penal de la Republica Argentina: artículo 183 - Será reprimido com prisión de quince días a um año, el que destruyere, inutilizare, hiciere desaparecer o de cualquier modo dañare una cosa mueble o inmueble o un animal, total o parcialmente ajeno, siempre que el hecho no constituya outro delito más severamente apenado*. Outro exemplo está no inciso “l” do artigo 17, ao prever como falta média *amedrentar o intimidar física o psiquicamente a outro interno para que realice tareas en su reemplazo o en su beneficio personal*. Referida conduta está prevista no *Código Penal de la Republica Argentina*, precisamente no *artículo 149 bis - Será reprimido com prisión de seis meses a dos años el que hiciere uso de amenazas para alarmar o amedrentar a una o más personas. En este caso la pena será de uno a três años de prisión si se emplearen armas o si las amenazas fueren anónimas. Será reprimido con prisión o reclusión de dos a quatro años el que hiciere uso de amenazas con el propósito de obligar a otro a hacer, no hacer o tolerar algo contra su voluntad*. Por fim, o disposto no inciso “j” do artigo 18 ao prever como falta grave *cometer um hecho previsto como delito doloso, sin perjuicio de ser sometido al eventual proceso penal*, nos mostra claramente que os sumários disciplinares também servem à instrução de processos penais.

imprescindível a comunicação imediata ao Diretor do estabelecimento penitenciário. O mesmo diga-se com relação às medidas assecuratórias de sequestro de coisas relacionadas com a infração e tudo o mais que puder servir como elemento para instruir o sumário apuratório¹⁵⁰. A instrução dos sumários está afeta diretamente ao Diretor da unidade penitenciária. Por este motivo, poderá presidi-lo pessoalmente ou designar funcionários para atuarem como autoridades sumariantes ou como secretários do feito. Proíbe-se, entretanto, que a nomeação recaia sobre funcionário que houver subscrito o relatório disciplinar ou que esteja envolvido nos elementos investigados, qualquer que seja sua condição.

Uma vez ultimadas as investigações, caberá ao sumariante concluir se o fato constitui infração disciplinar, qual sua natureza e enquadramento legal; identificar um ou mais autores e qual o grau de participação, atenuantes e agravantes de cada um dos envolvidos; quais os danos existentes em prejuízo do Estado ou a terceiros e, finalmente, propor quais as sanções a serem aplicadas e a modalidade de execução. O feito deverá ser remetido no prazo de cinco dias prorrogável por igual período ao Diretor do estabelecimento, que deverá ratificar ou substituir a sanção por outra mais leve, devendo enviar ao juiz competente, dentro de seis horas, uma cópia autenticada da decisão. O recurso de apelação poderá ser feito pelo apenado no prazo de cinco dias a contar de sua notificação, sendo remetido diretamente ao juiz competente também no prazo de seis horas não havendo, no entanto, efeito suspensivo, salvo se o magistrado interveniente dispuser o contrário.

¹⁵⁰ O artigo 34 do regulamento disciplinar prevê no inciso “a” que: *la autoridad de mayor jerarquia en servicio podrá, como medida preventiva de urgencia, disponer el secuestro de las cosas relacionadas con la infracción, de los elementos no autorizados y de todo aquello que pueda servir como prueba*. Do mesmo modo, o Código Procesal Penal de la Nación, ao disciplinar a orden de sequestro, estabelece em seu artículo 231- *El juez podrá disponer el secuestro de las cosas relacionadas con el delito, las sujetas a decomiso o aquellas que puedan servir como medios de prueba. Sin embargo, esta medida será dispuesta y cumplida por los funcionarios de la policía o de las fuerzas de seguridad, cuando el hallazgo de esas cosas fuera resultado de un allanamiento o de una requisita personal o inspección en los términos del artículo 230bis (inspección sin orden judicial), dejando constancia de ello en acta respectiva y dando cuenta inmediata del procedimiento realizado al juez o al fiscal intervinientes*.

5.1.4.2 Complexo penitenciário federal

O complexo penitenciário submetido à administração do *SPF* está distribuído por todo o território argentino. Seus principais estabelecimentos situam-se na cidade autônoma de Buenos Aires e respectiva província. Totalizando trinta e oito estabelecimentos destinados a custodiar os réus condenados e processados pelos tribunais federais da Nação, caberá aos juízes competentes das respectivas jurisdições onde se situam os presídios atuarem nos processos de execuções penais. Aos diretores das unidades penitenciárias caberá zelar pelo cumprimento das determinações judiciais e pela manutenção da disciplina interna preventiva e repressiva, realizada por meio dos já mencionados sumários apuratórios, sob a fiscalização do Poder Judiciário.

5.1.4.2.1 Província de Buenos Aires

A principal província do país abriga nove complexos penitenciários entre unidades masculinas e femininas. Seus principais estabelecimentos penitenciários são: a) **Complejo Penitenciario I - Ezeiza** é o que concentra maior população carcerária. Com capacidade de alojamento para mil setecentos e quarenta internos, abriga atualmente um mil seiscentos e oitenta internos. Conta com várias oficinas de trabalho (confeção de uniformes para empresas privadas e para as Forças de Segurança da Nação, tipografias, sapatarias, etc.). Para desempenhar todo este trabalho de custódia o estabelecimento conta, entre oficiais e suboficiais, com mil e cinquenta e cinco agentes penitenciários. Trata-se de um complexo relativamente novo, inaugurado em vinte e um de outubro de mil novecentos e noventa e nove, pelo então presidente Carlos Saúl Menen; b) **Complejo Penitenciario II- Marcos Paz**, cujos dados populacionais não foram obtidos, observando apenas se tratar de um estabelecimento penitenciário de alta segurança; c) **Complejo Federal para Jóvenes e Adultos Marcos Paz**, estruturado por três unidades: i) **Instituto Federal de Jóvenes Adultos**, com capacidade para cento e cinquenta e dois internos; ii) **Instituto “Dr. Juan Carlos Landó**, com capacidade para quarenta e oito internos; iii) **Centro Federal de Tratamientos Especializados para Jóvenes Adultos “Malvinas Argentinas”**, com capacidade para quarenta e quatro internos. Suas dependências estão ocupadas por jovens adultos condenados e processados

e por menores à disposição da justiça especial. Atualmente, apesar de não contar com uma superpopulação carcerária, encontra-se com todas as vagas ocupadas. As atividades desenvolvidas pelos internos, em uma área de aproximadamente cento e setenta hectares estão afetas à suinocultura, engorda e ordenha de vacas, atividades agrícolas, carpintarias e mercenárias. Duzentos e cinquenta e um agentes entre oficiais e subalternos exercem suas funções no complexo, setenta e oito deles destinados às atividades de segurança e disciplina. O restante desempenha as mais variadas atividades (psicólogos, professores de educação física, engenheiros agrônomos, veterinários, médicos, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, dentistas e radiólogos) necessárias à reinserção dos internos; d) **Instituto Correccional de Mujeres Unidad 3 – Ezeiza**. Com capacidade para trezentos e setenta e cinco internas, abriga atualmente trezentas e setenta presas. Abriga o *Centro de Rehabilitación para Drogadependientes* e a *Casa de Pre-Egreso “Nuestra Senora Del Carmen”* cujo regime aberto dirige-se às internas condenadas em período de prova com saídas transitórias e também ao regime de semiliberdade. Neste estabelecimento, condenadas pelas justiças federal e provincial cumprem suas penas. Oficinas de serigrafia, corte e costura, confeitarias, lavanderias e encadernação estão a cargo das internas. e) **Centro Federal de Detención de Mujeres Unidad 31**, com capacidade para duzentos e cinquenta e seis internas, abriga atualmente duzentos e trinta detentas. Seu principal programa de reintegração à sociedade está no *Tratamiento del Vinculo de Internas Madres con sus Hijos alojados en el Centro Federal* com caráter educativo, preventivo e de intervenção, objetivando fortalecer a qualidade do vínculo afetivo entre mães e filhos de até quatro anos no estabelecimento carcerário. Conta com oficinas de panificação, lavanderia, corte e costura. Em mil novecentos e noventa e oito inaugurou-se o primeiro jardim de infância para a educação dos filhos de internas até os quatro anos de idade. Por tudo isso, é considerado um estabelecimento de segurança média.

5.1.4.2.2 Cidade Autônoma de Buenos Aires

Na Capital Federal estão localizadas onze unidades entre estabelecimentos de custódia e hospitais destinados ao tratamento dos internos. Dentre os principais centros estão o a) **Complejo Penitenciario Federal de la**

Ciudad Autonoma, com capacidade para um mil seiscentos e noventa e quatro internos, abrigando atualmente oitocentos e sessenta e dois detentos; b) **Casa de Preegreso “Dr. Jose Ingenieros Unidad 18**, com capacidade para oito egressos, abriga atualmente somente três; c) **Centro Penitenciario de Enfermedades Infecciosas Unidad 21**. Destinado ao tratamento de internos portadores de doenças infectocontagiosas, é considerado um hospital modelo para os pacientes destas moléstias. Homens e mulheres dependentes de cuidados médicos especiais têm acesso ao Centro, independente de seus comportamentos carcerários. Entretanto, durante o período em que permanecem em tratamento não ficam sujeitos à progressividade do regime penitenciário em que se encontram até o recebimento de alta médica. Com um total de cinquenta e nove leitos, acolhe atualmente vinte e seis pacientes, a maioria deles constituída por presos provisórios. Conta com serviços de raios-x, salas de pequenas cirurgias, laboratório de análises clínicas, consultório odontológico e uma ambulância para traslado de pacientes que necessitem cuidados mais apurados. Considerado um estabelecimento de segurança média, mantém relações com a comunidade local, a exemplo da *Comisión de Ayuda Cristiana a las Cárceres*, *Pastoral Penitenciaria* *Cáritas*, representantes de *Cultos Evangélicos* dentre outros; d) **Servicio Psiquiátrico Central de Mujeres Unidad 27**, com capacidade para vinte e cinco internas. Para ele são encaminhadas condenadas que se encontram afetadas por qualquer espécie de alienação mental crônica ou de longa duração, reconhecida com base no artigo trinta e quatro do código penal argentino, ou seja, infratoras reconhecidas com inimputáveis pela justiça criminal. Estabelecimento de segurança média, conta com cerca de quarenta e nove agentes, incluindo profissionais envolvidos no tratamento e recuperação das internas, responsáveis pelo apoio psicológico e terapêutico, sem prescindir da recuperação dos vínculos familiares; e) **Centro de Detención Judicial Unidad 28** é uma *alcaidía*¹⁵¹ com capacidade para receber cento e oitenta presos masculinos e vinte e quatro femininos. Por tratar-se de um cárcere de trânsito, a movimentação dos presos

¹⁵¹ Centros provisórios de custódia de presos. Neles encontram-se condenados em trânsito que aguardam vagas nos estabelecimentos penitenciários destinados ao cumprimento de penas. *As Alcaidías: Penal Federal; Inspector General D. Roberto Pettinato; Correccional Lavalle; Coronel Angel Paiva e Correccional Juncal*, todas situadas na *Ciudad Autonoma de Buenos Aires*, compõem os demais centros de triagem e remanejamento de condenados do complexo.

depende das decisões dos juízes das execuções criminais, permanecendo à disposição dos juízos pelo menor tempo possível até que seja determinada a devida remoção a estabelecimentos penais específicos do complexo. A movimentação diária permanece em torno de cem detentos, incluindo os trasladados para estabelecimentos penais e audiências forenses. Por não possuir população carcerária estável, não é provido de oficinas de trabalho nem tão pouco estabelece relações com organismos da sociedade civil.

5.1.4.2.3 Província de Missões

Nesta província está situada a ***Colonia Penal de Candelaria Unidad 17***, com cento e setenta e duas vagas. Atualmente abriga cento e quarenta e cinco internos. A administração do estabelecimento conta com cento e quarenta e oito agentes entre oficiais e subalternos, setenta e três deles exercendo diretamente as funções de segurança e disciplina. A população carcerária em sua maioria é composta por condenados com penas de até cinco anos ou por condenados já em fase de liberdade assistida. A proposta de reinserção social conta com o apoio das famílias motivo pelo qual os presos são oriundos dos *Juzgados Federales de Primera Instancia*, com jurisdição na província de Missões e zonas limítrofes. Possui atividades educacionais que vão desde a alfabetização até o aprendizado da língua inglesa, ministrados por professores do próprio *SPF*. Nele está inserida a *Escuela Especial Carceraria nº 24, D. José Manuel Estrada*, subordinada ao Conselho Geral de Educação da Província de Missões, contando com três ciclos de aprendizagem e um curso de música, além de um acervo com quase setecentos volumes. A divisão de trabalho carcerário conta com oficinas de carpintaria, azulejaria, construção civil, ferramentaria, panificação e horticultura. Está situado em uma área com aproximadamente cento e cinquenta e sete hectares, sendo considerado um estabelecimento de segurança média.

5.1.4.2.4 Província de Formosa

O ***Cárcel de Formosa Unidad 10*** dispõe de cento vinte vagas, estando atualmente alojados cento e quinze internos. Abriga condenados masculinos, com penas curtas, sob o regime de semiliberdade com possibilidade de saídas transitórias. Possui oficinas internas de carpintaria, construção civil, pintura,

mecânica de veículos, lavanderia. Distante cerca de dezoito quilômetros do centro da cidade de Formosa, constitui-se em um estabelecimento aberto. Por tais motivos, os trabalhos desenvolvidos pelos internos estão dirigidos à total recuperação de sua autodisciplina. As atividades educacionais estão distribuídas entre a educação primária e a secundária, todas elas vinculadas ao Ministério de Educação e Cultura da província de Formosa, com diplomas devidamente reconhecidos. O estabelecimento conta com cento e dez agentes, metade deles responsáveis pela segurança. O restante está distribuído entre atividades administrativas, laborais e educacionais.

5.1.4.2.5 Província do Chaco

Esta província conta com duas unidades de custódia, uma das quais de alta segurança. Trata-se da ***Prisión Regional del Norte Unidad 7***, com capacidade para quinhentos prisioneiros, em uma área de oitenta mil metros quadrados. Atualmente comporta duzentos e sessenta e um internos, a maioria deles, condenados. Conta com diversas oficinas de carpintaria, tipografia, eletricidade, construção civil, mecânica e panificação, todas produzindo a preços competitivos de mercado em virtude do incremento da gestão do trabalho. A escola especial de educação para adultos nº 7, “*Dr. Mariano Moreno*” encontra-se com mais de cento e cinquenta internos matriculados no nível secundário e cem deles no nível básico. Existe também uma oficina de escritura *Braille*, ocupando vinte internos encarregados pela produção de materiais didáticos para deficientes visuais. Uma oficina de música permite aos internos o desenvolvimento de composição e canto. A unidade conta com um acervo de mais de dois mil volumes em sua biblioteca. Em suas relações com a comunidade, a unidade colabora com a escola primária nº1 da cidade de Resistência *Benjamin Zorrilla* e com o *Jardín de Infantes nº19 Juan José O’Connor*, realizando trabalhos de restauração de carteiras escolares e entrega de alimentos primários (verduras e hortaliças) produzidos na unidade. Conta com duzentos e sessenta e um agentes entre oficiais a subalternos, metade deles encarregados da segurança estabelecimento. A outra metade ocupa-se das áreas de saúde, assistência social e jurídica e laboral.

A **Colônia Penal Provincia Roque Saenz Peña Unidad 11**, é um estabelecimento de segurança média e com capacidade para cento e quarenta internos. Abriga atualmente cento e trinta homens condenados pela justiça da província do Chaco, da justiça federal ordinária da Capital federal e das províncias de Salta, Santa Fé e Jujuy. Possui oficinas de mecânica, pintura, serralheria, alfaiataria e panificação. Atividades agrícolas e de suinocultura fazem parte dos programas de recuperação. Como atividades educacionais, o estabelecimento conta com uma escola especial para adultos, com um ciclo básico de alfabetização, educação primária e secundária. A educação universitária é optativa mediante convênio celebrado com a Universidade Nacional do Nordeste. Atualmente, a maioria da população penal encontra-se matriculada em algum curso. Por tais motivos, o estabelecimento é considerado de segurança média.

5.1.4.2.6 Província de Jujuy

O **Cárcel Federal de Jujuy Unidad 22** é uma alcaidía que abriga internos que ainda estão sendo processados pelas justiças provincial e federal da jurisdição. Por tratar-se de um estabelecimento de trânsito, não há uma estrutura destinada à ocupação dos presos. Tem capacidade para alojar quarenta internos, preferentemente entre processados por tráfico de entorpecentes. Esta unidade encontra-se atualmente com quase o dobro de sua capacidade: setenta e cinco internos. É considerado um estabelecimento de segurança média. Atualmente estuda-se a possibilidade construção de um complexo penitenciário do Nordeste com o fim de amenizar o problema da superpopulação carcerária.

5.1.4.2.7 Província de Mendoza

O **Centro de Detención Judicial Unidad 32 de Mendoza** constitui-se em um centro de triagem e de auxílio aos tribunais federais, identificando processados por meio de registros fotográficos e datiloscópicos. Por se tratar de uma unidade de caráter transitório com capacidade para, no máximo, vinte e quatro alojados, nela não se aplicam tratamentos de reinserção social, haja vista os detentos permanecerem por um período de, no máximo, quinze dias. O trânsito diário de presos não excede a dez internos. Seu pessoal é composto por trinta e seis

funcionários, dos quais vinte e sete diretamente afetos aos serviços de segurança, enquanto o restante está distribuído em setores administrativos e de saúde.

5.1.4.2.8 Província do Pampa

Possui quatro estabelecimentos penitenciários, com um total de quatrocentas e trinta e nove vagas assim distribuídas: a) ***Colonia penal de Santa Rosa Unidad 4***. A maior delas, com capacidade para trezentos e vinte e dois internos. Abriga atualmente duzentos e quarenta e cinco condenados e sessenta e cinco provisórios. Por ser uma colônia penal agrícola, suas atividades laborais são em sua maioria agropecuárias, porém oficinas de ferramentaria, carpintaria, mecânica e panificação também fazem parte dos projetos de reinserção social. As atividades de educação estão distribuídas desde instrução primária, obrigatória para todos os internos, até a educação conveniada com a *Universidad Nacional de la Pampa* para os internos que reúnam condições para seguir carreiras de graduação. O estabelecimento conta com um total de cento e oitenta e cinco agentes, dos quais sessenta afetos às atividades de segurança, cento e seis afetos às atividades de educação e vinte deles cumprindo tarefas administrativas. É considerado um estabelecimento de segurança média; b) ***Instituto penal de Mujeres Unidad 13***. Com capacidade para setenta internas, abriga condenadas da justiça federal e provincial. Possui oficinas de lavanderia, corte e costura e panificação. Um convênio com o Ministério da Educação e Cultura provincial promove cursos continuados de educação básica em suas dependências. Conta com cento e trinta agentes, sessenta e dois deles afetos às atividades de segurança. O restante está distribuído entre as atividades de formação profissional, educação e saúde. É considerado um estabelecimento de segurança média; c) ***Instituto Correccional Abierto de General Pico Unidad 25***. Como seu próprio nome diz, trata-se de um estabelecimento prisional de segurança mínima, com capacidade para abrigar quarenta e oito internos vindos de outros estabelecimentos cujos comportamentos progrediram ao regime aberto. Possui várias oficinas de trabalho, a maioria destinada às atividades agropecuárias. Conta com vinte e seis agentes, número este abaixo da quantidade de internos em virtude da própria natureza do regime aberto; d) ***Instituto de Jovenes Adultos “Dr. Julio Antonio Alfonsín Unidad 30***. Considerado de segurança mínima, tem capacidade

para alojar vinte e um jovens sob o regime aberto. Adota uma metodologia pedagógica socializadora identificando, por meio de entrevistas com os jovens, suas realidades e condições pessoais para reinseri-los socialmente. Com oficinas voltadas às atividades agrícolas, construção civil, lavagem artesanal de veículos, busca a reintegração dos jovens por meio de um ensino profissionalizante não formal. Entretanto, atividades educacionais conveniadas com o Ministério da Educação e Cultura da Província do Pampa contam com a participação dos internos, merecendo destaque o *Colegio Universitario Liceo Informatico II*, oferecendo formação de graduação em informática. O Instituto possui quarenta e oito agentes, a maioria responsável por suas atividades de formação educacional, saúde e administrativas.

5.1.4.2.9 Província de Neuquen

Abriga uma unidade de segurança máxima, a ***Prision Regional del Sur Unidad 9***, com capacidade para duzentos e trinta e sete internos. Possui oficinas de manipulação de alimentos, pintura de murais, eletricidade doméstica, alfaiataria, ferramentaria, mecânica de automóveis, panificação, imprensa e horticultura. Abriga atualmente duzentos e vinte condenados e dez provisórios. Seu sistema educacional envolve todos os níveis de formação, sendo obrigatória a instrução primária a todos os internos que não a tenham concluído. A educação secundária existe desde mil novecentos e noventa e três, após um convênio firmado com o centro provincial de ensino médio, criando no estabelecimento penitenciário espaços físicos próprios ao desempenho destas atividades. O mesmo diga-se com relação aos estudos superiores, pois no mesmo assinou-se um convênio entre o *SPF* e a *Universidad Nacional de Comahue*. Nos programas de educação de todos os níveis estão inseridos atualmente cento e sessenta internos. A prisão conta com cento e quarenta e sete funcionários do *SPF*. Pelas características do estabelecimento, cento e vinte e nove agentes exercem diretamente atividades voltadas à segurança.

5.1.4.2.10 Província do Rio Negro

Comporta dois estabelecimentos prisionais de segurança média: a) ***Colonia Penal de General Roca Unidad 5***, com capacidade para trezentos e

setenta internos, abriga atualmente quinhentos internos, a maioria composta por presos condenados. Conta com oficinas de imprensa, construção civil, carpintaria, alfaiataria, serralheria, mecânica de autos, panificação, jardinagem, serraria e culinária. Nele funciona a escola especial para adultos “*Dr. Mariano Moreno*”, na qual estudam mais de cento e cinquenta alunos. Possui também uma oficina de escritos em *Braille*, na qual são produzidos materiais didáticos para cegos. Recentemente foram criadas oficinas destinadas a produzir materiais para pessoas portadoras de necessidades especiais, supervisionadas por docentes da direção de educação especial e atenção à biodiversidade do Ministério da Educação da Província do Chaco para serem posteriormente distribuídos em escolas e bibliotecas espalhadas pela região. Possui também uma oficina de música para composição e canto e um acervo de dois mil cento e trinta e dois livros. Conta com duzentos e sessenta e um agentes, metade deles afetos às questões de segurança e disciplina e o restante composto por profissionais das áreas de saúde, jurídica, criminológica e trabalho; b) ***Colonia Penal de Viedma Unidad 12***. Com capacidade para duzentos internos, todos maiores, com condenações provenientes da justiça federal. Por meio de convênio, abriga condenados da justiça provincial. Possui oficinas de trabalho agrícolas, mecânica de autos, construção civil, pintura, eletromecânica, carpintaria e panificação. Celebrou-se um convênio com o Conselho Provincial de Educação, criando uma escola de educação básica de adultos a fim de garantir aos internos a continuidade das atividades educacionais na unidade penitenciária. Conta com cento e vinte e cinco agentes, a maioria deles afetos às atividades de segurança e disciplina.

5.1.4.2.11 Província de Chubut

Nesta província estão localizados dois institutos correcionais: a) ***Instituto de Seguridad y Resocialización Unidad 6***. Considerado um estabelecimento de segurança máxima, com capacidade para abrigar quinhentos e trinta e sete internos. Não foram encontrados dados de sua atual população carcerária mas somente o número de funcionários que nele atuam (duzentos e oitenta e cinco). Trata-se de uma prisão masculina, a maioria composta por condenados oriundos da jurisdição federal de Chubut. Conta com a Escola nº 603, a qual possui classes para os três níveis de formação, vinculada ao Ministério da Educação da província.

Cursos de música e manutenção de computadores também são oferecidos, além de oficinas de carpintaria, tapeçaria, imprensa, ferramentaria, bloquearia, oficinas de mecânica e pintura de autos, dentre outras. Possui diversos programas esportivos e de cultura visando a progressão e ressocialização dos internos; b) ***Carcel de Esquel “Subalcaide Abel Rosário Muñoz” Unidad 14.*** Estabelecimento de segurança média, com capacidade para oitenta internos, comporta atualmente toda sua capacidade. O objetivo principal do tratamento é o de criar condições de segurança e integração necessárias por meio de uma metodologia pedagógica socializadora, como proposta de um conteúdo humanístico para que o próprio interno seja artífice de sua promoção pessoal. Para isso conta com um corpo multidisciplinar composto por psicólogos, professores e assistentes sociais. Atividades educativas nos três níveis de aprendizado são desenvolvidas pela Escola nº 602, além de uma proposta de formação universitária àqueles que se dispõe a seguir para a graduação, mediante um acordo com a Universidade da Patagônia “San Juan Bosco”. Atualmente conta com três internos matriculados no curso de Direito.

5.1.4.3 Institutos de Formação do *SPF*

Assim como as demais Instituições de Segurança Pública argentinas, o *SPF* possui institutos próprios para a formação de seus membros. Conta com três escolas para a preparação de seus escalões de oficiais e suboficiais e oficiais superiores. As exigências prévias para incorporar-se à Instituição são o curso secundário completo, idade entre vinte e um e trinta e cinco anos para os pretendentes aos cargos de suboficiais, com aprovação nos exames de ingresso e aproveitamento durante os cursos de capacitação na Escola de Suboficiais. A incorporação do pessoal não detentor do estado penitenciário, a exemplo de médicos e enfermeiros que se candidatam a desempenhar suas atividades em estabelecimentos penitenciários federais se dá mediante entrevista prévia, exigindo-se previamente habilitações específicas ao cargo pretendido, idade entre vinte e um e trinta e cinco anos, não havendo impedimentos nem incompatibilidades ao exercício profissional fora da Instituição. Estes profissionais recebem formação específica, tornando-se detentores do cargo de oficiais superiores. Todos os institutos de formação estão subordinados à *Dirección General*

del Cuerpo Penitenciario, por meio da *Dirección de Institutos de Formación del Personal*, responsável pela execução dos planos e programas de estudos. Os oficiais, detentores ou não detentores do estado penitenciário são formados nos *Escalafones Cuerpo General y Administrativo*. Os suboficiais, por sua vez, são formados exclusivamente nos *Escalafones General para los Suboficiales*. Ao concluírem os cursos, passam a integrar o *Escalafón Profesional*, incorporando-se em diferentes áreas de atuação a saber: a) Criminologia: compreende os médicos, psiquiatras e advogados com formação criminológica; psicólogos e sociólogos responsáveis pelos serviços de observação, classificação e orientação criminológica do tratamento penitenciário; b) Serviço de Sanidade: compreende profissionais afetos aos serviços de medicina psicossomática preventiva e assistencial e profissionais afins (médicos psiquiatras, odontólogos, farmacêuticos, psicólogos etc.); c) Serviço Social: compreende assistentes sociais ligados aos serviços de assistência penitenciária e pós-penitenciária; d) Jurídico: compreende advogados e procuradores aos quais competem os serviços de assessoramento, representação e assistência técnico jurídica; e) Docente : compreende mestres, bibliotecários e professores destinados ao cumprimento das atividades de educação correcional; f) Clero: compreende capelães comprometidos com a assistência espiritual a detentos e profissionais do *SPF*.

5.1.4.3.1 *Escuela Penitenciaria de la Nación “Dr. Juan José O’Connor”*.

Trata-se da Escola de Formação de Oficiais do *SPF*¹⁵². Instalada em José Maria Ezeiza, província de Buenos Aires, em uma área arborizada de dezesseis equitares, conta com salas de estudos, área para práticas esportivas, alojamentos, serviços médicos, biblioteca e capela. O curso, com duração de três anos, conta, desde mil novecentos e noventa e dois, com cadetes do sexo feminino. A escola forma duas categorias de escalões: *Escalafon Cuerpo General*, destinado a capacitar o pessoal superior para desempenhar as funções de condução,

¹⁵² Com a promulgação da Lei 11.833 de 9 de outubro de 1933 – Lei de Organização Carcerária e Regime da Pena, criou-se a Direção Geral de Institutos Penais, na qual se exigia, dentre outras coisas, o aperfeiçoamento profissional do pessoal penitenciário. A proposta materializou-se em 13 de dezembro de 1947, com a criação da *Escuela Penitenciaria de la Nación*, dando início dando, em 1948, ao primeiro curso de formação de cadetes, concluído em fevereiro de 1950.

organização, supervisão e execução das áreas de segurança e técnicas penitenciárias para o tratamento dos internos. *Escalafon Administrativo*, destinado a capacitar o pessoal superior em funções especializadas de contabilidade econômico-financeira, orçamentária e patrimonial, além de funções de segurança comuns a ambos os escalões. Objetivando proporcionar uma formação preponderantemente humanística, capacita o cadete ao exercício da complexa função penitenciária decorrente da lida diária com seres humanos privados da liberdade, além de oferecer conhecimentos jurídicos indispensáveis para a compreensão do contexto que rege sua atuação profissional e a situação legal à qual estão sujeitos os internos. Oferece uma base curricular na qual constam, dentre vários conteúdos, a disciplina de direitos humanos¹⁵³. Findo o período de formação, o cadete obtém o grau de *Oficialsubadjutor* e o título de *Técnico Superior en Ciencias Penales* ou *Técnico Superior em Contabilidad Pública*.

5.1.4.3.2 Escuela de Suboficiales “Coronel Romulo Paez”

A preocupação com o preparo de um corpo especializado para o exercício de funções no interior dos cárceres já estava presente no início do século passado¹⁵⁴, em vista das inadequadas intervenções no sistema prisional por parte do pessoal armado, com formação exclusivamente militar. Entretanto, somente em quatorze de janeiro de mil novecentos e onze criou-se um *Cuerpo Especial*, dotado de seiscentos homens entre chefes, oficiais e agentes componentes dos quadros especiais para atuarem nos estabelecimentos carcerários da Nação, todos eles subordinados ao *Ministerio de Justicia y Instrucción Pública de la Nación*. Nominado posteriormente *Guardia de Cárceres*, constituiu-se no primeiro grupo especializado em intervenções no ambiente carcerário, tendo como principais tarefas o cuidado e tratamento de pessoas sujeitas a penas privativas de liberdade. No mesmo ano, precisamente no dia trinta de janeiro, o Presidente da Nação Dr. Roque Saenz Pena nomeia o *Coronel Romulo Paez* responsável pelo recrutamento de oficiais maiores, sargentos e cabos para comporem organicamente um corpo de guardas definitivo. Para isso, contou com o recrutamento de pessoal nas fileiras das Forças

¹⁵³ Entre as matérias específicas para os escalões administrativos e gerais encontram-se disciplinas comuns a ambos os cursos, relacionadas com os seguintes temas: Direito Constitucional, Sociologia, Fundamentos da Ética, Ética Aplicada e Direitos Humanos, distribuídas no decorrer dos três anos de formação dos cadetes.

¹⁵⁴ Em 6 de junho de 1907, o Presidente da Nação, Dr. Figueroa Alcorta e seu Ministro Dr. Federico Pinedo, assinaram o decreto de criação da oficina de *Psicología y Antropología de la Penitenciaría Nacional*.

Armadas e das Forças Policiais. Desde então, e ante a necessidade de formar profissionalmente os futuros integrantes de pessoal subalterno inaugurou-se, em mil novecentos e sessenta e três, uma Companhia dentro da *Escuela Penitenciaria de la Nación*, denominada *CUARTA COMPANIA*, composta por *Aspirantes a Subayudantes*, capacitados ao desempenho das funções penitenciárias. Este foi o primeiro precedente que deu origem à atual *Escuela de Suboficiais*. A Escola, nominada a partir de mil novecentos e setenta e nove¹⁵⁵ *Escuela Coronel Romulo Paez*, tem por missão incorporar jovens argentinos que possuam condições e atitudes suscetíveis de internalizar o aprendizado recebido para que possam responder eficientemente às exigências do serviço penitenciário.

5.1.4.3.3 *Academia Superior Penitenciaria “Roberto Pettinato”*

A *Academia Superior de Estudios Penitenciarios “Roberto Pettinato”*, situada na *Ciudad Autonoma de Buenos Aires* oferece cursos de aperfeiçoamento de curta, média e longa duração, destinados aos integrantes do *SPF*. Dentre os cursos de média duração, com cargas horárias entre setecentos e vinte e mil e oitenta horas, estão os cursos de aperfeiçoamento para *Oficiales Jefes en el Grado de Alcaide Mayor* e para *Oficiales en el Grado de Adjutor Principal*, apresentando em sua grade curricular um conjunto de disciplinas de formação técnica e humanística. Com relação aos cursos de curta duração, com cargas horárias de cento e vinte horas, encontram-se temas específicos voltados à formação em direitos humanos, a exemplo das *Jornadas de Difusión del Código de Ética para Funcionarios Encargados de Hacer Cumprir la Ley*. Os cursos de longa duração, com cargas horárias equivalentes a mil oitocentos e setenta e duas horas, distribuídas no período de dois anos¹⁵⁶, habilitam os interessados em três modalidades tecnológicas: *Ciencias Criminológicas*; *Seguridad Ciudadana*; *Administración*. Por fim, um curso universitário de *Licenciatura en Seguridad*, com carga de mil e oitocentas horas também é oferecido, mediante convênio entre a *Academia Superior de Estudios Penitenciarios “Roberto Pettinato”* e a *Universidad de Moron*.

¹⁵⁵ Conforme resolução 41 de 9 de abril de 1949.

¹⁵⁶ São considerados como carreiras terciárias conforme resolução do MECyT nº 890/06.

5.1.5 Policía Federal Argentina

A *Policía Federal Argentina (PFA)*, subordinada al *Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos*, es una Institución de Seguridad Pública argentina, de cuño exclusivamente policial. Apesar de sua história remontar ao século dezesseis¹⁵⁷, a *PFA* nos moldes hoje conhecidos surgiu a partir de primeiro de janeiro de mil novecientos e quarenta e cinco, sucesora da antiga *Policía de la Capital*. A partir de então, sua jurisdição estendeu-se por todo o território nacional. Desde mil novecientos e treinta e cinco se cogitava a criação de uma Instituição policial nacional para combater grupos criminosos organizados que se espalhavam pelo país, os quais dispunham de grande mobilidade para fugir às ações policiais na capital portenha e nas províncias. Aproveitando-se das vacuidades geradas por diferentes leis processuais, foi preciso criar uma Instituição que pudesse intervir imediatamente em qualquer espaço territorial a fim de reprimir com maior eficácia e respaldo legal a estes bandos de criminosos. Foi durante o governo de fato do Presidente *Ramírez*¹⁵⁸, em fins de mil novecientos e quarenta e três, que foi criada

¹⁵⁷ Na cidade de Trinidad e Porto de Santa Maria de Buenos Aires, em onze de junho de 1580 foram designados os integrantes do primeiro Cabildo, entre eles os Alcaldes de 1º e 2º votos, os quais exerciam funções judiciais e policiais.

¹⁵⁸ Em 4 de junho de 1943, um golpe militar liderado pelo General Pedro Ramírez, pertencente ao GOU (Grupo de Oficiais Unidos), grupo secreto que contava com vários militares, dentre eles, Juan Domingos Perón, decretou a dissolução dos partidos políticos, implementando uma política indefinida, principalmente no que tange ao posicionamento a ser adotado diante das potências mundiais em guerra.

uma *Policía Federal*, embora tenha sido mantida também a *Policía de la Capital*, ambas sob a direção de uma única chefia.

Todas as províncias, desde o fim do século dezenove, organizaram suas próprias Forças policiais. Em mil oitocentos e oitenta, sendo declarada *Buenos Aires* como Capital da República, sua polícia foi denominada *Policía de la Capital*. O Presidente *Ramírez*, considerando a experiência deste corpo policial, aliada à sua tradição histórica e idoneidade, incorporou este pessoal à nova Força policial. Assim, a *PFA* já nasceu como uma organização moderna, dotada de equipamentos e efetivos aptos ao exercício policial. Com efeito, houve um gradativo aprimoramento da Força, posto que seu caráter federal ampliou suas funções, a exemplo da perseguição à criminalidade nacional e interprovincial; do controle de entrada e saída dos delinquentes pelas fronteiras; do tráfico de estupefacientes e contrabando de armas; da falsificação de moedas e sequestro de pessoas e outras atividades criminosas.

Sediando-se centralmente na Cidade de *Buenos Aires*, outras delegações foram criadas nas capitais provinciais e algumas cidades importantes. As delegações agruparam-se, de início, em cinco circunscrições federais – *Buenos Aires, Litoral, Centro, Cuyo e Norte*. Subordinava-se ao Ministério do Interior e sua autoridade máxima era o Chefe de Polícia. Esta Força policial assumiu claras características profissionais, procurando sempre apartar-se de influências políticas contingenciais. Sua organização embasou-se em um corpo de normas regulamentadoras de procedimentos e práticas policiais. Dentre os mais conhecidos e também controvertidos nos últimos tempos foram os chamados *edictos policiais*¹⁵⁹, através dos quais se exerciam faculdades para atuar e julgar alguns delitos menores e contravenções.

Atualmente, a *PFA* cumpre as funções de polícia de segurança e judiciária no território das províncias e da Capital, no âmbito de sua jurisdição ditada pelo governo da Nação. Cabe a ela prevenir os delitos de competência dos juízes federais, prover a investigação dos delitos cujos julgamentos estejam afetos aos juízos da Nação, praticando as diligências necessárias para a produção de provas

¹⁵⁹ Atualmente os *edictos policiales* foram derogados pela cláusula transitória décimo segunda, parte final, da Constituição da cidade de Buenos Aires.

e identificação de seus autores e partícipes, apresentando-os à justiça, com total respeito aos deveres e atribuições conferidos à polícia pelo *Código Procesal Penal de la Nación*. Também possui a missão de garantir a segurança das pessoas e coisas da Nação, entendendo-se como tais os funcionários, empregados e bens nacionais. Concorre com a vigilância e segurança policiais nas fronteiras; coopera com as autoridades militares na defesa antiaérea passiva além de auxiliar, dentro de suas possibilidades, as justiças nacional, militar e provinciais, otimizando as funções jurisdicionais toda vez que for requisitada. Cabe também à *PFA* realizar perícias solicitadas pelos tribunais da Nação ou outros organismos nacionais para averiguar fatos delituosos e outras irregularidades, sempre que possam ser cumpridos nos laboratórios ou gabinetes da *PFA*, por meio de peritos integrantes da Instituição nos casos previstos pelos regulamentos ou por designação judicial¹⁶⁰.

5.1.5.1 Procedimentos nas detenções em flagrante

Como qualquer Força de Segurança da Nação, a *PFA* somente poderá efetuar a detenção de pessoas por meio de uma ordem emanada de autoridade judicial competente. Entretanto, situações excepcionais permitem que sejam feitas detenções pela polícia, com apresentação imediata da pessoa detida ao juiz. Ao disciplinar situações de *detención sin orden judicial y flagrancia*, o *Código Procesal de la Nación* assim dispõe:

Detención sin orden judicial

Artículo 284. – Los funcionarios y auxiliares de la policía tienen el deber de detener, aun sin orden judicial;

1. Al que intentare un delito de acción pública reprimido con pena privativa de libertad, en el momento de disponerse a cometerlo.

2. Al que fugare, estando legalmente detenido.

3. Excepcionalmente a la persona contra la cual hubiere indicios vehementes de culpabilidad, y exista peligro inminente de fuga o de serio entorpecimiento de la investigación y al solo efecto de conducirlo ante el juez competente de inmediato para que resuelva su detención, y

¹⁶⁰ Ley Orgánica de la Policía Federal – Decreto-Ley nº 333/58; Ley nº 14.467 – artículos 1º a 3º.

4.A quien sea sorprendido en flagrancia en la comisión de un delito de acción pública reprimido con pena privativa de libertad.

Tratándose de un delito cuya acción dependa de instancia privada, inmediatamente será informado quien pueda promoverla, y si éste no presentare la denuncia en el mismo acto, el detenido será puesto en libertad. (grifos nossos)

Flagrancia

Artículo 285. – Se considera que hay flagrancia cuando el autor del hecho es sorprendido en el momento de cometerlo o inmediatamente después; o mientras es perseguido por la fuerza pública, por el ofendido o el clamor público; o mientras tiene objetos o presenta rastros que hagan presumir vehementemente que acaba de participar de un delito.

O funcionário da polícia ficará responsável pela apresentação do detido ao juiz competente, em um prazo máximo de seis horas. Diferentemente do sistema brasileiro, não existe qualquer possibilidade de permanência do autuado na repartição policial responsável por seu encaminhamento. Vejamos o que diz a lei processual:

Presentación del detenido

*Artículo 286. – El funcionario o auxiliar de la policía que haya practicado una detención sin orden judicial, **deberá presentar al detenido inmediatamente en un plazo que non exceda de seis horas**, ante la autoridad judicial competente. (grifos nossos)*

5.1.5.2 Procedimentos nos sumários de investigação

As autuações processuais levantadas fora dos assentos dos juízes da Nação estão afetas ao funcionário instrutor da PFA, o qual terá as mesmas atribuições que o *Código Procesal de la Nación* outorga ao juiz para a instrução de sumários. Tais atribuições cessarão quando da presença do juiz¹⁶¹. O exercício da PFA como auxiliar da justiça ocorre toda vez em que a lei a autoriza elaborar procedimentos para a comprovação de delitos ou infrações penais. Para isso, adota resoluções por ela expedidas disciplinando tais assuntos. Como polícia judiciária, possui faculdades para intervir em todos os delitos cometidos no território

¹⁶¹ É o previsto na *Ley Orgánica de la Policía Federal*:

Artículo 7º - En las actuaciones procesales levantadas fuera del asiento de los Jueces de la Nación, el funcionario instructor de la Policía Federal tendrá las atribuciones que el Código de Procedimientos en lo Criminal para la Capital Federal otorga al juez para la instrucción de sumarios. Estas atribuciones cesarán en cuanto se presente el juez.

da Capital da Nação. No território das províncias, intervêm somente nos delitos da jurisdição federal e demais infrações cujas competências especiais pertençam à justiça federal, a exemplo das leis eleitorais, fiscais, serviço militar etc¹⁶². Para fins de elaboração dos sumários, os agentes da *PFA* serão considerados oficiais com funções de polícia judiciária. Os funcionários responsáveis pelas investigações não terão subordinação hierárquica com relação aos superiores da Instituição, devendo cumprir somente as ordens do juiz ou tribunal ao qual a investigação estiver vinculada¹⁶³.

5.1.5.3 Detenção para fins de identificação criminal

A *PFA* possui a faculdade de conduzir suspeitos do cometimento de crimes, cuja identificação seja posta em dúvida. Entretanto, o faz com a mesma brevidade temporal exigida nos casos de *detención sin orden judicial*. Prevê minuciosamente em que casos o indivíduo pode ser conduzido a uma de suas dependências policiais, desde que haja fundadas suspeitas que o façam presumir como autor ou até mesmo com a possibilidade de cometer algum fato delituoso ou contravencional. Ao efetuarem sua detenção, seus agentes obrigam-se a realizar uma comunicação formal ao juiz competente, permitindo ao conduzido que se comunique imediatamente com familiares ou pessoas de sua confiança. Tal prerrogativa está prevista na *Ley Orgánica de la Policía Federal*, como podemos verificar:

Artículo 5º- Son facultades de la Policía Federal para el cumplimiento de sus funciones:

¹⁶² Na *Reglamentación de la Ley Orgánica de la Policía Federal – Decreto-Ley nº 6580/58*, especificamente no Título III, disciplina as funções da Instituição como órgão auxiliar da justiça. É o que dispõe, por exemplo o *artículo 99 – En materia de procedimientos y comprobación de delitos o infracciones, la Policía Federal es auxiliar de la justicia para lo cual deberá cumplir las resoluciones expedidas por la misma en asuntos de sus funciones y dentro de las normas legales*.

¹⁶³ *Decreto-Ley nº 6580/58*:

Artículo 104. – Para la prevención del sumario se considerarán oficiales con funciones de policía judicial a los agentes desde el Jefe de la Policía Federal hasta Subcomissario inclusive, en el territorio de la Capital y en el de las provincias, como así también a los delegados, subdelegados y encargados de las Delegaciones instructoras.

Artículo 105. – Los funcionarios que se hallen a cargo del sumario de prevención quedan desligados, en lo que se refiere al mismo, de subordinación jerárquica respecto de sus superiores o cualquier otra actividad en el orden administrativo, y sólo cumplirán disposiciones del juez o tribunal que entienda en la causa.

1. Fuera de los casos establecidos en el Código de Procedimientos en Materia Penal, no podrá detenerse a las personas sin orden del juez competente. Sin embargo, si **existiesen circunstancias debidamente fundadas que hagan presumir que alguien hubiese cometido o pudiese cometer algún hecho delictivo o contravencional y no acreditase fehacientemente su identidad podrá ser conducido a la Dependencia Policial que correspondiese con noticia al juez con competencia en lo Correccional en turno y demorada por el tiempo mínimo necesario para establecer su identidad el que en ningún caso podrá exceder a DIEZ (10) horas.** Se le permitirá comunicarse en forma inmediata con un familiar o persona de su confianza a fin de informar de su situación. Las personas demoradas para su identificación no podrán ser alojadas junto ni en los lugares destinados a los detenidos por delitos o contravenciones.¹⁶⁴

5.1.5.4 Funções e faculdades como polícia de segurança

Como polícia de segurança, a PFA vela pela estabilidade dos poderes da Nação ao cumprir com a Constituição e ao assegurar o livre exercício das Instituições políticas. Para isso, efetua uma permanente observação sobre indivíduos suspeitos ou aderidos a ideias que atentem contra o regime constitucional estabelecido. Vigia associações, comitês, clubes ou agrupamentos similares a fim de evitar propagandas destinadas a atuar contra a organização social e política existente, impedindo a execução por civis de exercícios ou treinamentos que tiverem caráter militar, exceto os casos especialmente permitidos por lei. Dispõe de medidas de segurança no período de eleições nacionais, garantindo o processo eleitoral em colaboração com as autoridades competentes, conforme as disposições legais. Quando dispuser de informações, denúncias ou observações que estiverem vinculadas a delitos de jurisdição provincial, territorial ou especial, ou a delitos federais onde a PFA não tiver serviço estabelecido, tais fatos deverão ser obrigatoriamente comunicados às autoridades federais ou provinciais que enfeixarem competências para seu conhecimento. Na prevenção de delitos, a PFA atuará no sentido de impedir o cometimento de atos puníveis,

¹⁶⁴ Em entrevista com Oficial Principal da PFA Cláudio G. Schiavoni durante uma visita, em 20 de junho de 2008 a um plantão da 17ª Comisaria, sita na avenida Las Heras, Cidade de Buenos Aires, relatou-me sobre a possibilidade de detenção daquele que, por não portar documentos pessoais e havendo suspeitas não somente da prática de um delito como também de um comportamento suspeito, poderá ser conduzido até uma Comisaria, nela permanecendo até que seja identificado.

recolhendo elementos de juízo sobre atividades de pessoas sobre cujas ações recaiam fundadas suspeitas, ou que façam do delito sua ocupação habitual¹⁶⁵.

A *PFA* concorre com a proteção da navegação dos lagos e outros meios de comunicação fluvial no interior do país, desde que não submetidos à vigilância de outra autoridade¹⁶⁶. Nos aeródromos, bases ou estabelecimentos destinados à aeronavegação no território da Capital e províncias, estabelecerá a prevenção dos fatos que importem potenciais atentados a estes meios de transporte ou a qualquer ato delituoso que possa ser praticado nas respectivas dependências, sempre que por disposições legais expressas não estejam submetidos à vigilância de outra autoridade¹⁶⁷. No que tange à prevenção dos delitos nas áreas de fronteira, a *PFA* exercerá a vigilância nas zonas de sua jurisdição com os países limítrofes, provendo a segurança policial nestas áreas, em cooperação com as autoridades que possuírem atribuições para este mister.¹⁶⁸ Igualmente, com fins de segurança relacionada à prevenção de delitos, terá a seu cargo a vigilância das comunicações, evitando que haja danos ou interrupções no sistema¹⁶⁹, sejam de propriedade do Estado ou empresas privadas, de caráter nacional ou internacional.

5.1.5.4.1 Atuação em distúrbios de ordem civil

No âmbito da província de Buenos Aires, incorporaram-se diversos regulamentos objetivando disciplinar a atuação dos agentes das Forças de Segurança responsáveis por operar em um contexto de aglomeração multitudinária. As diretrizes são ditadas pelo Ministério à *PFA* ou a qualquer

¹⁶⁵ Conforme Decreto-Ley nº 6580/58:

Artículo 64. – Por “prevención del delito” debe entenderse toda actividad de observación y seguridad destinada a impedir la comisión de actos punibles y a recoger elementos de juicio sobre las actividades de las personas de quienes se suponga fundadamente intenten cometerlos o hagan del delito su profesión habitual.

¹⁶⁶ No caso, a *PNA*.

¹⁶⁷ No caso, a *PSA*.

¹⁶⁸ Conforme o já estudado, a segurança das fronteiras da Argentina com os países vizinhos cabe à *GNA*.

¹⁶⁹ Consideram-se meios de comunicação o correio e as telecomunicações nas seguintes formas: telégrafo, telefone, televisão, radiotelefonía e radiotelegrafía.

Instituição de Segurança que tiver o dever de atuar nestas situações¹⁷⁰. Outras regras de atuação para o pessoal policial encarregado pela manutenção da ordem pública em ocasiões de concentração de pessoas foram adotadas, com o fim de corrigir alguns desvios de conduta praticados por alguns funcionários encarregados pelo restabelecimento da ordem. Assim, os policiais deverão ter veículo e uniformes devidamente identificados pelo público, sendo-lhes vedado o uso de armas letais¹⁷¹. A mesma norma também permite aos oficiais superiores e chefes que não se encontrem diretamente à frente das operações a vestir *roupas de calle* e a empregar veículos sem identificação policial.

5.1.5.5. Institutos de formação da PFA

A PFA também possui institutos próprios de educação. Buscando atrair futuros profissionais, concursos anuais para admissão em suas escolas são amplamente divulgados pelos meios de comunicação¹⁷², conclamando os jovens argentinos a ingressarem em suas carreiras. Duas escolas são exclusivamente voltadas à formação de seu pessoal interno: uma para formar seu corpo de Oficiais, outra para formar seus corpos de Suboficiais e Agentes. Diferentes carreiras de graduação e pós-graduação também são oferecidas aos públicos interno e externo,

¹⁷⁰ Dentre as várias orientações, citemos as *directivas* 17/06, que dispõe sobre os equipamentos de proteção dos funcionários; 43/06, sobre a preservação da vida e da liberdade das pessoas conforme as normas constitucionais, legais e regulamentares vigentes; 44/06, normas previstas no código de conduta para funcionários encarregados de cumprir a lei; 17/07, sobre o armamento proibido e o permitido bem como seus respectivos usos.

¹⁷¹ Em entrevista com o senhor Hector Manuel Sánchez, assessor da deputada La Ruffa da *Comisión de Seguridad da Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires*, realizada em 22 de junho de 2008, relatou-me que a PFA estava restrita a utilizar somente escudos de proteção individual em manifestações públicas. Recentemente, em notícia publicada na Folha de São Paulo (ed. 21/12/2010), o governo argentino da presidente Cristina Kirchner proibiu a Polícia Federal de utilizar armas de fogo ao atuar durante manifestações sociais, devendo os policiais carregarem somente cassetete, escudo e gás lacrimogêneo. A medida impedirá que as tropas usem munição letal e balas de borracha para conter tumultos.

¹⁷² Em um dos cartazes expostos pelo centro de Buenos Aires, pude observar uma bem elaborada comunicação visual, tendo ao fundo um jovem vestindo um uniforme da PFA, contendo as seguintes mensagens: *“Te da la “OPORTUNIDAD” de ser uno de los más próximos defensores de las personas y los valores que hacen a la Nación. Desde la ciencia y la investigación, integrando equipos especializados en la prevención de delitos; con nuestros patrulleros, motocicletas y helicópteros; formando parte de grupos especiales como el G.E.O.F. (Grupo Especial de Operaciones Federales); en misiones de seguridad en todo el país y también en el mundo a través de INTERPOL. Podrás alcanzar un verdadero sentido de la vida, creciendo en bien de tu familia y la sociedad. Si tu ideal es solidario, te esperamos, puedes ser un protagonista de este tiempo y ayudarnos a concebir un mundo mejor.*

por meio do *Instituto Universitario de la Policía Federal Argentina (IUPFA)*. Neste Instituto ofertam-se vários cursos de capacitação e aperfeiçoamento a oficiais e suboficiais. As carreiras exigem pré-requisitos específicos de admissão, preparando seus alunos às mais diversas especialidades.

5.1.5.5.1 Escola de Cadetes da PFA

De centenária tradição¹⁷³, o Instituto segue formando argentinos entre dezessete e vinte e cinco anos de idade, portadores do ciclo secundário. A capacitação dos jovens Cadetes tem a duração de três anos, com estudos específicos segundo as áreas por eles escolhidas: *Seguridad, Bomberos, Comunicaciones* e *Especialidad Pericias*. A partir do terceiro ano, concorrem a estágios nas dependências policiais, aperfeiçoando sua formação teórica com a função policial. Os Cadetes cursam várias disciplinas, dentre as quais as de direito e processo penal, direitos humanos e garantias constitucionais, direito administrativo, prática de exposições, prática contravencional, direito administrativo disciplinar, história, análise da informação etc. O curso de formação possui reconhecimento universitário por parte do *Instituto Universitario de la Policía Federal Argentina*, além de outras entidades oficiais como a *Universidad de Moron*. Possui laboratórios de fotografia, balística, estudo de vestígios, salas de computação, *stands* de tiro operativo policial, bibliotecas e demais dependências para seu bom funcionamento, a exemplo de um excelente conjunto de práticas desportivas. Considerada uma escola modelo na América do Sul, foi escolhida pela *Organización Internacional Policía Criminal (Interpol)* como sede permanente para a formação de funcionários das Polícias da América Latina e do Reino da Espanha, efetuando o primeiro curso em mil novecentos e noventa e cinco. Em virtude da qualidade na formação dos Cadetes recebeu, em outubro de dois mil e dois, uma certificação em Sistemas de Gestão de Qualidade, de acordo com as normas Iso 9001, pelo ente certificador *Bureau Veritas Certificacion*, decorrente do *Proceso de Formación de los Cadetes de la Policía Federal Argentina*.

¹⁷³ Ainda que não existisse como uma escola nos mesmos moldes de hoje, a criação da *Primera Compañia de Cadetes*, em 17 de novembro de 1906 marca o início da formação dos corpos de oficiais da PFA.

5.1.5.5.1.1 Formações de escalões especializados

Os escalões destinados à formação dos Cadetes com suas respectivas atribuições são: a) *Seguridad*: cuja missão é velar pela Segurança Pública no âmbito da Capital federal e intervir em distintos delitos federais ocorridos no país. Adquirem formação para investigar com recursos técnico-científicos, delitos contra a propriedade, pessoas, entorpecentes e contra a ordem econômica. Exercem suas funções nas diversas comissarias e corpos especializados. Prestam apoio na elaboração de políticas estratégicas para a prevenção de conflitos que afetem a ordem e a segurança pública. Concluído o curso, recebem o título de *Técnico Superior em Seguridad Pública y Ciudadana*¹⁷⁴; b) *Bomberos*: cuja missão é a de salvar vidas e resguardar os bens em casos de incêndios, desmoronamentos, inundações ou outros sinistros. Cumprem seus serviços operativos em quartéis e destacamentos de combate a incêndios e resgates. Projetam e fiscalizam instalações contra incêndios em estabelecimentos públicos e privados. Capacitam brigadas contra incêndios, por meio de programas de prevenção. Habilitam-se na modalidade *Técnico Superior en Protección contra Incendios*; c) *Comunicaciones*: responsabilizam-se por todo o sistema de comunicação da PFA. Desempenham serviços técnicos em sistemas de comunicação telefônicos, telemáticos, fornecendo também apoio investigativo nas interceptações telefônicas. O processo altamente especializado na área permitiu à PFA, como membro da *Interpol*, a ser a cabeça sulamericana nas comunicações internacionais, capacitando oficiais policiais de todos os países da América do Sul, inclusive o Brasil. Participam em grupos interdisciplinares internacionais de avaliação de sistemas de segurança das telecomunicações. Uma vez formados, habilitam-se como *Técnicos Superiores en Telecomunicaciones*; d) *Seguridad en Especialidad Pericias*: exercem funções auxiliares da justiça para esclarecerem delitos por meio de peritagens. Dentro do âmbito de polícia científica encarregam-se, também, da emissão de documentos de identificação, tais como passaportes, cédulas de identidade etc. Desenvolvem conhecimentos técnico-científicos em diversos laboratórios especializados de balística, documentoscopia, estudos de vestígios etc. Ultimado o curso, recebem a titulação de *Técnico Superior en Investigaciones Periciales*.

¹⁷⁴ Todas as quatro habilitações são devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação, conforme resolução ministerial nº 1042/05.

5.1.5.5.2 Escuela “Comisario General Alberto Villar”

Em seis de maio de mil oitocentos e oitenta e dois, estando à frente da primeira chefatura de polícia, o senhor Marcos Paz, após a criação de um corpo policial que seria o embrião da atual *PFA: la Policía de la Capital*, fundou-se a *Escuela de Sargentos*, sob a direção do professor Teodoro Reyes¹⁷⁵. A escola atual foi inaugurada em trinta de maio de mil novecentos e setenta e oito, com a denominação: *Centro de Instrucción Policial “Comissario General Alberto Villar”*. Nela poderão ingressar jovens argentinos entre dezenove e trinta e cinco anos de idade, desde que apresentem aptidões físicas compatíveis ao exercício da função e que tenham completado o ciclo básico de estudos. O curso de capacitação para Aspirantes e Agentes se dá em três modalidades, não havendo, nesta escola, a especialidade de perícias técnicas. São elas: a) *seguridad*: função exercida nas comissarias e corpos especializados da *PFA* na capital federal e nas representações provinciais espalhadas por toda a república argentina. Tem por missão a presença e a vigilância ostensiva em espaços públicos, manifestações, espetáculos, patrulhamentos, serviços de proteção e verificação de identidades de suspeitos. Como auxiliares da justiça, cumprem serviços especializados de investigação nos casos de delitos contra a propriedade, pessoas, estupefacientes etc; b) *bomberos*: função exercida nos quartéis e destacamentos da *PFA*, cuja missão principal é acudir pessoas e assegurar a conservação de bens em casos de incêndios, desabamentos, inundações entre outras calamidades. Possuem especializações a exemplo dos grupos destinados à proteção contra incêndios em aeroportos e brigadas antiexplosivos. Nas suas atribuições investigativas, recolhem evidências após a ocorrência dos sinistros visando reconstituir os fatos, a fim de identificar suas causas; c) *comunicaciones*: a formação é destinada ao preparo do pessoal responsável tecnicamente pelas comunicações e sistemas centralizados de processamento de dados da *PFA*. Trata-se do segundo escalão de apoio,

¹⁷⁵ Foi pela *Orden del Día*, manuscrita em 6 de maio de 1882, que a partir de 1º de junho começaria a funcionar, na Comissaria de Inspeção, uma Escola de Primeiros e Segundos Sargentos, sob a direção do professor Teodoro Reyes. Tinha como objetivos principais prover uma boa instrução de seu pessoal, habilitando-os ao conhecimento de seus direitos e obrigações a fim de aprimorar os serviços prestados pela Instituição. Nela foram ministradas as primeiras instruções para Sargentos, Cabos e Vigilantes. Ensinavam obrigações e proibições a serem obedecidas por seu pessoal; quais os comportamentos adotados com o público e com os delinquentes, além dos cuidados que deviam ser aplicados a pessoas acidentadas.

trabalhando em conjunto com os escalões de segurança. Seu objetivo é manter a Instituição constantemente atualizada com os avanços tecnológicos. O sucesso desta especialidade permitiu à *PFA* agregar-se à *Interpol*, tornando-se cabeça nas comunicações da Zona 4 – América do Sul –, capacitando os oficiais policiais dos países que integram esta zona.

5.1.5.5.3 Instituto Universitário da *PFA*

Fundado no dia dois de agosto de mil novecentos e setenta e quatro, com o objetivo de promover o ensino universitário aos membros da Instituição¹⁷⁶. Integra o sistema universitário nacional, tendo por missão o aperfeiçoamento técnico do pessoal superior da *PFA* e outras Instituições provinciais e estrangeiras. Forma e habilita profissionais técnicos em disciplinas de interesse policial, outorgando títulos com habilitações profissionais reconhecidos pela legislação educacional vigente. Oferece também diversas carreiras de graduação e de pós-graduação ao público externo, por meio das faculdades que compõem o Instituto: a) faculdade de ciências da segurança, com cursos de engenharia de telecomunicações; engenharia em gestão de sinistros e segurança ambiental e licenciatura em segurança;¹⁷⁷ b) faculdade de ciências da criminalística, com cursos de licenciatura em criminalística; licenciatura em acidentologia e prevenção viária; técnico universitário em balística e armas portáteis; calígrafo público nacional; perito em papiloscopia;¹⁷⁸ c) faculdade de ciências jurídicas e sociais, com cursos de advocacia, licenciatura em trabalho social; licenciatura em ciências penais e

¹⁷⁶ Durante as pesquisas, tive oportunidade de ser recebido no *IUPFA* pelos professores Roberto César Rosset, Comissário Geral e Diretor de Polícia e Criminalística do Instituto e Carlos Daniel Musso, vice-reitor. Nesta ocasião, laboratórios de balística, química forense, medicina forense, fotografia forense e papiloscopia foram-me apresentados, bem como as grades curriculares de cada curso ministrado.

¹⁷⁷ Os cursos de engenharia, com duração de cinco anos, oferecem matérias técnicas afetas à formação de engenheiros, não havendo disciplinas de conteúdo humanístico. Entretanto, a licenciatura em segurança, com duração de quatro anos, oferece diversas disciplinas de conteúdo humanístico (psicologia, sociologia, direito penal, administrativo, constitucional e direitos humanos, esta última com uma carga horária de sessenta e quatro horas-aula distribuídas durante o primeiro ano).

¹⁷⁸ Os cursos técnico-universitários mencionados têm duração de três anos para os dois primeiros e dois anos para o último. Por se tratarem de cursos envolvendo especialidades técnicas, não há em suas grades curriculares disciplinas de conteúdo humanístico.

sociais; licenciatura em relações internacionais;¹⁷⁹ d) faculdade de ciências biomédicas, com cursos de licenciatura em enfermagem; licenciatura em organização e assistência de quirófanos; especialização em medicina legal.¹⁸⁰ Carreiras de pós-graduação, com duração de dois anos são oferecidas a graduados de diversas áreas nas seguintes modalidades: *Maestria en Seguridad Pública*; especialização em docência universitária; especialização em investigação científica do delito e especialização em medicina legal, esta última dirigida especialmente a graduados em medicina.

As atividades de pesquisa constituem as bases dos processos e progressos científicos do *IUPFA*. Por tais motivos, várias linhas de pesquisa são atualmente desenvolvidas no Instituto, por meio da *Secretaria de Investigación y Desarrollo* e seu *Consejo Científico*. Sua função é planejar, coordenar, organizar e supervisionar os trabalhos científicos nas áreas de segurança, criminalística e ciências biomédicas¹⁸¹. Tudo isso para que haja proveito do esforço que cada faculdade realiza em prol do avanço do conhecimento científico visando prover a comunidade de melhores condições para a sua Segurança Pública. Periódicos e revistas com temas voltados a assuntos policiais são largamente publicados *Policía y Criminalística*¹⁸² é uma das várias publicações que veiculam as recentes pesquisas efetuadas pelos professores do Instituto. Atualmente são desenvolvidos os seguintes projetos de pesquisa: a) vinculados às ciências da criminalística estão

¹⁷⁹ No curso de advocacia, com duração de cinco anos, constam várias disciplinas do ramo do direito, inclusive a de direitos humanos e garantias, com uma carga horária não especificada, distribuída durante todo o primeiro ano letivo. O curso de licenciatura em *trabajo social* (serviço social), também com duração de cinco anos, apesar de contar com matérias de conteúdo humanístico (psicologia, criminologia, história econômica e social argentina etc.) não conta com grade curricular específica de direitos humanos. As demais licenciaturas, com duração de quatro anos, também não contam com conteúdo específico de direitos humanos. A especialização em medicina legal é oferecida em nível de pós-graduação, com duração de dois anos, habilitando o médico para a função de legista.

¹⁸⁰ As licenciaturas, com duração de quatro anos, preparam o acadêmico para desempenhar atividades nas áreas da saúde. Desse modo, a grande maioria das disciplinas volta-se para este ramo do conhecimento, sem prejuízo das seguintes matérias de cunho humanístico: introdução à filosofia e à ética; antropologia social e comunitária e psicologia.

¹⁸¹ Conforme resolução 129/09.

¹⁸² *Policía y Criminalística* é um dos cadernos nos quais se publicam artigos de interesse policial e criminalístico, tendo o primeiro número sido editado em 1995, encontrando-se atualmente no vigésimo quarto volume.

o estudo do choro do recém-nascido como instrumento de identificação e a aplicação de *microtopografia laser* em identificações balísticas; b) vinculados às ciências da segurança estão a renovação da plataforma telefônica da *PFA* e o programa de investigação sobre o crime organizado nas áreas sem lei da América Latina; c) vinculados às ciências biomédicas estão o programa *alumno investigador* e o plano estratégico nacional de contribuição da enfermagem para a prevenção do uso e abuso de drogas, integração social e promoção de uma vida saudável na república argentina.

5.1.6 Policía de la Provincia de Buenos Aires

A república argentina é composta por uma federação de províncias, cada qual gozando de plena autonomia política, administrativa e orçamentária. Esta condição permite a cada província elaborar uma Constituição própria, disciplinando suas leis, a composição dos poderes e de suas Instituições¹⁸³. Tal autonomia permite às províncias, dentre várias faculdades, a de criar suas próprias polícias. A *Policía de la Provincia de Buenos Aires*, conhecida popularmente por *Policía Bonaerense* possui a missão de velar pela Seguridad Pública em toda a província de Buenos Aires. Foi escolhida para constar neste estudo por se tratar da maior policía provincial da Argentina, a exemplo das polícias que integram o Sistema de Seguridad Pública do Estado de São Paulo, o mais desenvolvido e populoso dentre os Estados brasileiros.

A *Policía de la Provincia de Buenos Aires (PPBA)* conta atualmente com um efetivo de cinquenta e cinco mil policiais¹⁸⁴ para proverem a segurança de uma população de aproximadamente quinze milhões de pessoas¹⁸⁵. Por força da constituição provincial, a Instituição está subordinada ao *Ministerio de Justicia y*

¹⁸³ Art.5º [Constituciones provinciales; condiciones; garantía federal] – **Cada provincia dictará para sí una Constitución, bajo el sistema representativo y republicano, de acuerdo con los principios, declaraciones y garantías de la Constitución nacional; y que asegure su administración de justicia, su régimen municipal, y la educación primaria. Bajo de estas condiciones el Gobierno federal, garante a cada provincia el goce y ejercicio de sus instituciones (grifos nossos)**

¹⁸⁴ Números de janeiro de 2010

¹⁸⁵ A província de Buenos Aires, a mais populosa do país, conta com cerca de 38% da população nacional.

Seguridad, sob o comando supremo do *gobernador de la provincia*, a quem compete exercer as faculdades previstas na Constituição em assuntos pertinentes à Segurança Pública¹⁸⁶. Por se tratar a Cidade Autônoma de Buenos Aires da Capital federal, a *Policía Bonaerense* nela não exerce suas atribuições, missão destinada à PFA.

Os princípios e bases fundamentais do sistema provincial de Segurança Pública estão previstos na *Ley de Seguridad Pública*¹⁸⁷. Prevê a organização, funcionamento e composição do sistema e em quais bases jurídicas e institucionais serão realizadas a gestão e o controle das políticas de Segurança Pública, matéria de competência exclusiva do governo da província de Buenos Aires. Os princípios de proteção ao cidadão para gozo e exercício de seus direitos, liberdades e garantias estão previstos na própria lei, e não nas Constituições do país, como ocorre no caso brasileiro. As responsabilidades pela Segurança Pública são partilhadas pelos poderes públicos, pelos setores empresariais, mormente os voltados para atividades de segurança privada, e pela comunidade como um todo¹⁸⁸.

Ao dispor sobre a participação comunitária na elaboração das políticas de Segurança Pública, a lei considera o povo da província de Buenos Aires como *sujeto fundamental de las políticas de seguridad pública*¹⁸⁹. Por este motivo, a lei obriga o governo a promover a efetiva participação comunitária para sua

¹⁸⁶ Artículo 144. – El gobernador es el jefe de la administración de la provincia, y tiene las siguientes atribuciones:

...

11. Es el comandante en jefe de las fuerzas militares de la provincia, con excepción de aquéllas que hayan sido movilizadas para objetos nacionales.

12. Movilizar la milicia provincial en caso de conmoción interior que ponga en peligro la seguridad de la provincia, con autorización de la legislatura, y por sí solo durante el receso, dando cuenta en las próximas sesiones, sin perjuicio de hacerlo inmediatamente a la autoridad nacional.

13. Decretar también la movilización de las milicias, en los casos previstos por el inciso vigésimo cuarto, artículo sesenta e siete de la Constitución nacional.

¹⁸⁷ Ley 12.154/98, alterada pela Ley 12987/03 e Ley 13482/06.

¹⁸⁸ Ley 12154/98, artículo 3º - A los fines de la presente ley, la seguridad pública implica la acción coordinada y la interacción permanente del pueblo de la provincia de Buenos Aires y de las instituciones del sistema representativo, republicano y federal, particularmente referida a las policías de la provincia, a la seguridad privada y a la participación comunitaria.

¹⁸⁹ Conforme artigo 10 da mencionada lei.

elaboração, implementação e controle. Assim, cada *comisaria* possui, no âmbito de sua circunscrição territorial, um *Foro Vecinal de Seguridad*, composto por organizações e entidades comunitárias não governamentais de reconhecida participação social, portadoras de legítimos interesses em questões afetas à Segurança Pública¹⁹⁰. Da mesma forma, no âmbito territorial de cada um dos municípios, *Foros Municipales de Seguridad* foram criados com as mesmas composições e atribuições dos *Foros Vecinales*.

A Constituição da província de Buenos Aires, trazendo em seu bojo a autonomia dos poderes, prevê a criação de seu Poder Judiciário. Sua Suprema Corte de Justiça, Câmaras de Apelação, juízes e demais Tribunais estão previstos em lei.¹⁹¹ Ao Poder Judiciário cabe encaminhar, anualmente, propostas ao Poder Legislativo a fim de propor melhorias na Administração da Justiça. Este, por sua vez, determinará a quantidade de Tribunais de Justiça, seus limites territoriais, quais foros e matérias de suas competências cabendo-lhe, também, organizar a *Policía Judicial*. O Poder Judiciário da província integra o Sistema de Segurança Pública¹⁹², bem como os diversos *Foros de Seguridad*, dentre os quais os *Foros*

¹⁹⁰ Artículo 16. – Los foros vecinales de seguridad tendrán como funciones:

- a) entender e intervenir en las cuestiones atinentes a la seguridad pública vecinal;
- b) evaluar el funcionamiento y las actividades de las policías de la provincia y de los prestadores del servicio de seguridad privada, en su ámbito de actuación;
- c) formular sugerencias y propuestas y solicitar informes a los titulares de las comisarías;
- d) intervenir en los planes de prevención de actividades y en los hechos delictivos o vulneratorios de la seguridad pública y en los planes de mantenimiento de la situación de seguridad pública desarrollados por las comisarías correspondientes a su ámbito de actuación;
- e) derivar inquietudes y demandas comunitarias y formular propuestas al foro municipal de seguridad que corresponda;
- f) informar y asesorar a los vecinos acerca de toda cuestión o asunto atinente a la seguridad pública en el ámbito vecinal;
- g) invitar a autoridades o funcionarios públicos provinciales y/o municipales, con actuación en su ámbito territorial, para tratar cuestiones y asuntos atinentes a la seguridad pública del ámbito vecinal.

¹⁹¹ Constitución de la provincia de Buenos Aires, artículo 160. – El Poder Judicial será desempeñado por una Suprema Corte de Justicia, Cámaras de Apelación, jueces y demás Tribunales que la ley establezca.

¹⁹² Ley 12154/98, artículo 5º- El sistema de seguridad pública está integrado por los siguientes componentes:

- ...
- c) El Poder Judicial de la provincia;
- d) Los foros departamentales de seguridad;
- ...

*Departamentales de Seguridad*¹⁹³. Sua estrutura é formada por um colegiado integrado por membros dos três poderes da província, dentre eles: quatro deputados provinciais, titulares dos departamentos executivos dos municípios que integram o *departamento judicial*, um representante do *Colegio de Abogados*, um representante do *Colegio o Asociación de Magistrados*, um representante das câmaras empresariais, um representante do setor agrário, um representante dos colégios profissionais, um representante das organizações gremiais e um representante das Instituições religiosas existentes no departamento, todos com participação igualitária. Cabe a este foro as mesmas funções previstas nos *Foros Vecinales e Municipales*.

O sistema de seguridad pública de la provincia de Buenos Aires criou a figura do *Defensor Municipal de la Seguridad*¹⁹⁴. O critério de escolha se dá por meio de eleição, cujos votantes são os membros do *Foro Municipal de Seguridad*. Qualquer cidadão argentino, maior de trinta anos, sem condenação penal ou que seja réu em processo por crime doloso, desde que com residência prévia de cinco anos na circunscrição do respectivo foro, poderá ser eleito por um mandato de dois anos, permitida uma recondução. Uma vez eleito, não poderá exercer qualquer outra função pública, excetuadas as atividades docentes. Dentre as várias funções cometidas ao *Defensor* estão previstas a convocação dos membros dos *foros municipales de seguridad y al responsable local de las policías de la provincia*; facilitar a comunicação e o entendimento entre os diversos atores comunitários e as polícias de suas respectivas circunscrições; verificar as ações policiais em sua jurisdição a fim de detectar fatos irregulares ou omissões, assim como condutas que possam implicar em exercício abusivo, irregular, arbitrário ou discriminatório por parte dos membros das Forças policiais. Ao analisarmos os dispositivos da *Ley de Seguridad Pública*, percebemos que o restabelecimento da democracia argentina ensejou a criação de documentos legislativos que permitiram uma maior e mais intensa participação nas questões de Segurança Pública por parte dos

¹⁹³ Ley 12154/98, artículo 24. – Créase, en el ámbito territorial de cada departamento Judicial de la provincia, un foro departamental de seguridad.

¹⁹⁴ Ley 12154/98, com redação pela Ley 12987/03, artículo 28. – Créase en el ámbito del Ministerio de Seguridad de la provincia de Buenos Aires, el Defensor Municipal de la Seguridad.

poderes da província e da própria comunidade. Entretanto, severas críticas ainda são feitas à *Policía de la Provincia de Buenos Aires* cuja população, segundo relatou o Subsecretário de Direitos Humanos, Martin Gras, a ela se refere pela denominação *pejorativa de La Bonaerense*. Muitas foram as críticas tecidas *contra* esta Instituição policial, embora partidas de pessoas que, por suas histórias de vida, ainda depositam muito ressentimento ao rememorarem questões para elas extremamente dolorosas¹⁹⁵.

5.1.6.1 Estrutura orgânica da PPBA

A PPBA divide-se em várias unidades especializadas, distribuídas em cinco grandes áreas de atuação, criando uma pluralidade de polícias, embora enfeixadas em um único comando e sob a égide da *Ley 13482/06*¹⁹⁶. Embasada no princípio da especialização, sua estrutura orgânica ramifica-se da seguinte forma: a) *policías de seguridad*; b) *policías de investigaciones*; c) *policías de información*; d) *policías de comunicaciones y emergências*; e) *área de formación y capacitación policial*. Todas elas possuem subdivisões em consonância com as diferentes habilitações exigidas para o seu desempenho. Caracterizam-se como instituições civis armadas, hierarquizadas e de caráter profissional, dependentes do *Ministro de Seguridad*, a quem cabe ditar os regulamentos necessários para seu funcionamento, sendo responsável por representá-la oficialmente. A PPBA possui atribuições sobre todo o território da província, excetuando-se os locais submetidos à jurisdição federal ou militar, cabendo-lhe intervir nestas áreas quando ausentes as autoridades militares e federais. Para uma melhor condução operacional, as

¹⁹⁵ Ao entrevistar Hebe Bonfani na *Universidad de las Madres de Mayo*, em 20 de março de 2008, percebi sua resistência em tecer qualquer comentário sobre a *Policía de la Provincia de Buenos Aires*, chegando inclusive a denominá-la de *policía maldita*. Entretanto, no decorrer da entrevista voltou a falar sobre os problemas atinentes a esta Força de Segurança, enfatizando não somente seu alto grau de corrupção como também sua ineficácia. Infelizmente não pude extrair opiniões de outras pessoas já que permaneci, durante a pesquisa, na cidade de Buenos Aires e em seu conurbado, nos quais atua a PFA, reconhecida por todos, apesar das críticas, como uma polícia mais profissionalizada, sujeita a um menor grau de corrupção. Dados colhidos em uma reportagem do jornal *La Nación*, edição de domingo, 10 de janeiro de 2010, dão conta de que 25% do efetivo da *La Bonaerense* responde a sumários que apuram atos de corrupção, violência policial e demais irregularidades no serviço. Nos últimos dois anos, foram investigados 13.619 (treze mil seiscentos e dezenove) integrantes da força, dos quais 872 (oitocentos e setenta e dois) foram expulsos.

¹⁹⁶ *Ley de Unificación de las Normas de Organización de las Policías de la Provincia de Buenos Aires*. A presente lei cria, dirige, organiza e coordena as diversas atuações da polícia da província, fazendo com que haja, numa mesma Instituição, distintas polícias, cada uma com características bem peculiares.

polícias da província descentralizam suas atividades pelos vários municípios distribuídos pelo território, a fim de cumprirem com maior eficácia suas funções essenciais.

5.1.6.1.1 *Policía de Seguridad*

A *Policía de Seguridad*, mais conhecida no Brasil como polícia ostensiva e preventiva, distribui-se pelos vários municípios da província com a missão de evitar o cometimento de delitos, por meio de ações de vigilância e proteção às pessoas e ao patrimônio. Sediavam-se em comissarias gerais e especializadas, destacamentos e postos de vigilância. A ela cabe também cuidar para que rastros materiais dos delitos cometidos sejam preservados, até a intervenção direta do Ministério Público ou da Polícia Judiciária, conforme o previsto no código de processo penal da província¹⁹⁷.

Zonas rurais existentes em grande parte dos municípios da província de Buenos Aires fizeram com que se criasse uma polícia especializada na manutenção da ordem destas áreas. São as *patrullas rurales*, também criadas recentemente pela polícia militar ambiental brasileira. No caso argentino, possuem a missão de patrulhar os caminhos e rotas de acesso aos campos, promovendo a proteção dos moradores e dos bens situados nestas zonas, a fim de evitar o cometimento de delitos nas zonas rurais de sua jurisdição. Cabe aos seus

¹⁹⁷ A autonomia das províncias argentinas permite que cada uma delas adote um código processual penal próprio, diferentemente da república brasileira, ao adotar um único código para todo o país. Entretanto, ao cotejarmos diversas disciplinas contidas nos *Código Procesal Penal de la Nación* e no *Código Procesal Penal de la Provincia de Buenos Aires*, percebemos pequenas alterações redacionais. Seus conteúdos, porém, possuem os mesmos comandos e finalidades dirigidas aos funcionários da polícia. Vejamos, por exemplo, o que diz textualmente o *Código Procesal Penal de la Provincia de Buenos Aires Nación* com relação à preservação do local e dos vestígios do crime:

Actos de la Policía – Atribuciones – 294. *Los funcionarios de la Policía tendrán las siguientes atribuciones: ...;2º) Cuidar que los rastros materiales que hubiere dejado el delito sean conservados y que el estado de las cosas no se modifique hasta que llegue al lugar el Ministerio Público Fiscal.*

E quanto ao *Código Procesal de la Nación*:

Actos de la policía judicial y de las fuerzas de seguridad – Atribuciones, deberes y limitaciones – art.184. – *Los funcionarios de la policía o de las fuerza de seguridad tendrán las siguientes atribuciones: ...;2. Cuidar que los rastros materiales que hubiere dejado el delito sean conservados y que el estado de las cosas no se modifique hasta que lo disponga la autoridad competente.*

membros o exercício das primeiras atuações investigativas, de acordo com o preconizado pelas leis processuais da província, coordenando ações junto com a polícia de investigações judiciária, assegurando a conservação das provas servíveis à instrução do processo penal.

A *Policía de Seguridad Vial* constitui-se como mais uma unidade especializada da *PPBA*. Além das atribuições afetas à segurança preventiva e ostensiva do território da província, possui as funções essenciais de velar pela integridade física das pessoas que circulam pelas rotas e caminhos provinciais e vias nacionais que atravessam a província¹⁹⁸. Colaboram também com a fiscalização sanitária, além de prestar auxílios de primeiros socorros em casos de acidentes ou sinistros de qualquer espécie ocorridos no âmbito de sua competência. Ainda que não seja uma polícia de investigações criminais, auxilia o Ministério Público e o Poder Judiciário na coleta de provas criminais.

A província de Buenos Aires não possui uma Força de Segurança destinada especialmente à custódia de pessoas submetidas a penas privativas de liberdade, a exemplo do *SPF* na esfera federal. Desse modo, a *PPBA* possui um corpo de pessoal voltado essencialmente à custódia de prédios, pessoas e traslado de presos. Trata-se da *Policía de Custodia de Objetivos Fijos, Personas y Traslado de Detenidos*. Embora possua atribuições próprias de uma polícia penitenciária, também lhe cabe resguardar edifícios públicos e funcionários que se encontrem em alguma situação de alto risco decorrente do exercício de suas atividades. Trabalha com remoção de detidos transitoriamente alojados nas dependências policiais para alcaidías e demais estabelecimentos destinados a alojar pessoas privadas da liberdade. Por ser um serviço altamente especializado, tais atividades não poderão ser desempenhadas por funcionários policiais que não estejam em exercício nestas unidades policiais.

¹⁹⁸ Trata-se das mesmas atribuições cometidas às Polícias Rodoviárias Estaduais do Brasil, estruturadas nos organogramas das Polícias Militares dos Estados federados brasileiros e da Polícia Rodoviária Federal quando o patrulhamento se realiza nas estradas federais que ligam os diversos Estados federados.

A *Policía de Seguridad Siniestral*¹⁹⁹ com esquadrões especializados de bombeiros, desarmes de explosivos, prevenção ecológica e monitoramento de substâncias perigosas, protege a vida e os bens da população nos casos de incêndios, explosões, contaminações, resgate e demais situações que possam agredir a segurança comum, atendendo todas as situações emergenciais que possam afetar os habitantes da província. Desenvolve atividades tendentes a minimizar possíveis consequências danosas originadas pelos sinistros, atuando também como auxiliar da justiça nos casos que requeiram sua colaboração.

A *PPBA* dispõe, como no caso das polícias civis e militares do Estado de São Paulo²⁰⁰ de uma *Policía de Seguridad de Servicios y Operaciones Aereas*²⁰¹. Tem por missão oferecer apoio a todas as polícias da província, garantindo a continuidade e a eficiência das operações policiais aéreas, atuando em situações emergenciais de salvamento e defesa civil.

5.1.6.1.2 *Policía de Investigaciones en Función Judicial*

A *PPBA* colabora com as investigações penais preparatórias, a cargo do *Ministerio Público Fiscal*²⁰². Presta auxílio aos tribunais penais, uma vez por eles

¹⁹⁹ Apesar de ser uma força policial de caráter civil, suas atribuições são muito semelhantes às desempenhadas pelos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados federados brasileiros, a quem cabe executar ações de combate e salvamento em incêndios e demais catástrofes, executando também atividades de defesa civil.

²⁰⁰ O Grupamento de Radiopatrulha Aérea “João Negrão” da Polícia Militar do Estado de São Paulo conta atualmente com vinte e sete aeronaves entre asas rotativas (vinte helicópteros) e fixas (sete aviões) e dez bases distribuídas pelo território estadual, sendo a maior do gênero em toda a América Latina.

A Polícia Civil do Estado de São Paulo possui uma divisão de Serviço Aero Tático, subordinada ao Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado – DEIC. Atualmente conta com cinco aeronaves de asas rotativas e uma base fixa situada no Campo de Marte, na zona norte da Capital paulista.

²⁰¹ O grupamento conta atualmente com quatro aeronaves de asas rotatórias (dois helicópteros Bolkow- 105 e dois helicópteros R-22 Robinson) e uma aeronave de asas fixas (PA- 42 – Cheyenne 4000).

²⁰² *Código Procesal Penal de la Provincia de Buenos Aires:*

Actos de la Policía – Comunicación y actuación – 296. Los funcionarios de policía comunicarán inmediatamente al juez de Garantías y agente fiscal competentes y al defensor oficial en turno, con arreglo al artículo 276, último párrafo, todos los delitos de acción pública que llegaren a su conocimiento.

El Ministerio Público Fiscal o la Policía Judicial deberán intervenir de inmediato, salvo imposibilidad material que lo impida, en cuyo caso lo harán a la mayor brevedad posible.

requisitados, em qualquer etapa do processo, cumprindo resoluções e ordens emanadas das autoridades judiciárias competentes. Para melhor instruir os sumários apuratórios, a *Policía de Investigaciones* possui faculdades para colher provas periciais preliminares²⁰³ bem como provas subjetivas por meio de oitiva das testemunhas e vítimas, informando os direitos que lhe assistem, e quais garantias constitucionais asseguradas ao imputado²⁰⁴. A *Superintendencia de Investigaciones en Función Judicial* estará a cargo de um superintendente da *PPBA*, especializado em investigações criminais.

Actuación de prevención – 297. Cuando no se verificare la intervención inmediata a que hace referencia el artículo anterior, los funcionarios de la policía practicarán la investigación, observando las normas de la investigación penal preparatoria. En estos caso, se formará una actuación de prevención, que contendrá:

1º) El lugar, hora, día, mes y año que fue iniciada; 2º) El nombre, profesión, estado y domicilio de cada una de las personas que en él intervinieren; 3º) Las declaraciones recibidas, los informes que se hubieren producido y el resultado de todas las diligencias practicadas.

La intervención de los funcionarios policiales cesará cuando comience a intervenir el Ministerio Público Fiscal o la Policía Judicial, pero podrán continuar como sus auxiliares si así se dispusiere.

...

²⁰³ *Ley 13482/06 – artículo 144. La Policía de Investigaciones en Función Judicial tiene las siguientes funciones esenciales:*

...

j) realizar exámenes preliminares técnico-científicos;

...

n) cuidar que los rastros materiales del delito sean conservados y que el estado de las cosas non se modifique, hasta que intervenga directamente el Ministerio Público o la Policía Judicial, de conformidad a lo establecido en Código Procesal Penal;

...

p) realizar las inspecciones, planos, tomas fotográficas, y demás operaciones aconsejadas por la Superintendencia de la Policía Científica, de conformidad con lo establecido en el Código Procesal Penal en caso que la demora ponga en peligro el éxito de la investigación, hasta que intervenga directamente el Ministerio Público o la Policía Judicial.

²⁰⁴ *Código Procesal Penal de la Provincia de Buenos Aires. El imputado – Calidad. Instancias. 60 – Se considerará imputado a toda persona que en cualquier acto o procedimiento se lo sindique o detenga como autor o partícipe de la comisión de un delito. Los derechos que este código acuerda al imputado podrá hacerlos valer cualquier persona que sea detenida o sindicada de cualquier forma como partícipe de un hecho delictuoso desde el primer momento de la persecución penal dirigida en su contra.*

Cuando estuviere detenido, el imputado podrá formular sus instancias ante el funcionario encargado de la custodia, quien las comunicará inmediatamente al órgano interviniente. Desde el mismo momento de la detención o, no siendo detenible el delito, desde la primera diligencia practicada con el imputado, éste deberá ser anoticiado por la autoridad que intervenga que goza de las siguientes garantías mínimas:

1º) Ser informado sin demora, en idioma que comprenda y en forma detallada, de la naturaleza y causas de los cargos que se le imputan;

2º) A comunicarse libremente con un letrado de su elección, y que le asiste el derecho de ser asistido y comunicado con el defensor oficial;

3º) Que no está obligado a declarar contra sí mismo ni a confesarse culpable;

4º) Los derechos que le asisten con relación al responsable civil del hecho por el que se lo imputa – si lo hubiere- y también respecto del asegurador, en caso de existir contrato, como asimismo los derechos que le asisten respecto de requerir al asegurador que asuma su defensa penal.

5.1.6.1.3 *Policía de Investigaciones de Delitos Complejos y Crimen Organizado*

O *delito complejo* compreende um conjunto de ações delituosas cometidas organizações criminosas cujo objetivo seja a fabricação, a guarda, o transporte e o contrabando de armamentos e explosivos; o tráfico internacional de pessoas; o tráfico internacional de peças arqueológicas e animais; a contaminação ambiental; a lavagem de dinheiro e quaisquer outras atividades, cujas diversas tramas engendradas para sua concretização possam qualificá-las como *criminalidade compleja*.

A *Policía de Investigaciones de Delitos Complejos y Crimen Organizado* possui competências exclusivas e excluentes em investigações desta natureza. Por este motivo, cabe a ela investigar, por disposição da autoridade judiciária competente, delitos perpetrados pelo crime organizado a exemplo de sequestros de pessoas ou ações terroristas. Trabalha com análises e avaliações de informações procedentes de fontes nacionais, provinciais e municipais referentes às modalidades e ao desenvolvimento das ações criminosas complexas, levando todos os informes às autoridades responsáveis pelas investigações. Ao aprofundar as investigações com o objetivo de definir e identificar a lavagem de ativos provenientes de pagamento de resgates ou outras fontes ilícitas, conta com a colaboração das áreas competentes em matéria de delitos econômicos. Atua de acordo com as normas internas vinculadas à *Convención de las Naciones Unidas contra la Delincuencia Organizada Transnacional* e seus Protocolos adicionais, recolhendo informações procedentes do *Centro de Enlace Internacional* e outras fontes externas e internas, a fim de tomar conhecimento de eventuais atividades terroristas realizadas pelas diversas organizações em cada país e sua possível ingerência no território provincial ou nacional.

5.1.6.1.4 *Policía de Investigaciones del Tráfico de Drogas Ilícitas*

Tem por finalidade investigar e neutralizar as diferentes atividades criminosas voltadas ao narcotráfico em todas as suas etapas, coletando informações a respeito de todos os procedimentos desta natureza efetuados nas

dependências policiais da província de Buenos Aires. Elabora diagnósticos e mapas delitivos, aplicando os resultados obtidos na repressão a todas as ações criminosas relacionadas com o tráfico de substâncias estupefacientes. Executa e coordena programas de cooperação institucional com as Forças federais e nacionais que enfeixem as mesmas atribuições, agindo também em ações conjuntas com o Ministério Público, o Poder Judiciário e demais organismos e Instituições competentes. Com relação à prevenção e educação, possui o compromisso de realizar congressos, jornadas e seminários de capacitação e conscientização relacionados ao tema.

5.1.6.1.5 *Policía Científica*

Assim como as demais Instituições de Segurança Pública argentinas, a *PPBA* possui unidades e laboratórios próprios para a realização de procedimentos técnico-científicos para atender às requisições de natureza técnica e científica solicitadas nos processos judiciais²⁰⁵. Desse modo, desenvolve métodos científicos que conduzam ao esclarecimento das circunstâncias em que ocorreram os delitos investigados, assegurando o devido resguardo e custódia de qualquer elemento que possa constituir-se como objeto de uma perícia. A *Superintendencia de Policía Científica* está sob a responsabilidade de um superintendente especializado em criminalística e ciências forenses. Dentre várias atribuições, propicia a implementação de programas de intercâmbio de conhecimentos, experiências e avanços tecnológicos com outras Forças de Segurança ou organismos públicos nacionais e estrangeiros voltados à mesma função, sem prejuízo da participação junto a organismos de natureza privada.

5.1.6.1.6 *Policía de Información*

Está inserida na *Superintendencia de Evaluación de la Información para Prevención del Delito*. Possui uma estrutura técnica especializada na realização de atividades de inteligência policial voltada à prevenção e repressão dos delitos. Sob

²⁰⁵ Código Procesal Penal de la Provincia de Buenos Aires. ***Inspección y reconstrucción del hecho – Operaciones técnicas.*** **217** – Para mayor eficacia de las inspecciones y reconstrucciones, podrán ordenarse todas las operaciones técnicas y científicas convenientes.

o comando de um superintendente da *PPBA* especializado em inteligência criminal, assegura e controla a incorporação de informações efetuadas por funcionários autorizados e por autoridades judiciárias competentes os quais se responsabilizam pelo lançamento de todos os dados fornecidos. As informações são utilizadas exclusivamente para a prevenção e investigação dos delitos, em conformidade com os princípios da legalidade consignados na *Constitución de la Provincia*²⁰⁶ e nas normas processuais penais²⁰⁷. Como órgão de Inteligência, cabe à Superintendência informar as autoridades ministeriais, policiais e judiciárias a fim de que possam tomar medidas de prevenção criminal adequadas e no tempo oportuno.

5.1.6.1.7 *Policía de Comunicaciones*

Vinculada à *Superintendencia de Comunicaciones*, organiza todo o sistema de comunicações policial de acordo com as políticas e planos elaborados pela *Subsecretaria de Información para la Prevención del Delito*. Mantém as condições operacionais dos sistemas de rádio e telefonia fixos e móveis, implementando os meios que permitam as atividades de inteligência e contra-inteligência. Controla todo o sistema de arquivamento de comunicações, auxiliando nas ações de investigação, informações e segurança e para dar resposta às solicitações judiciais.

5.1.6.2 Institutos de Formação

A formação e capacitação profissional dos membros da *PPBA* é planificada pelo *Ministerio de Seguridad de la Provincia de Buenos Aires*. Tem por escopo prepará-los nas áreas científica, técnica, humanística e ética, com especial ênfase na proteção e promoção dos direitos humanos e no desenvolvimento dos valores democráticos dos futuros funcionários policiais. O ensino embasa-se em uma

²⁰⁶ *Constitución de la Provincia de Buenos Aires – Artículo 26. – Las acciones privadas de los hombres, que de ningún modo ofendan al orden público ni perjudiquen a un tercero, están reservadas a Dios e exentas de la autoridad de los magistrados.*

²⁰⁷ *Código Procesal de la Provincia de Buenos Aires. Actos de la Policía – Sanciones- 298. Los funcionarios de la Policía que violen disposiciones legales o reglamentarias, que omitan o retarden la ejecución de un acto propio de sus funciones o lo cumplan negligentemente, serán sancionados por el órgano judicial interviniente, de oficio o a pedido de parte y previo informe del interesado, con apercibimiento, multa de hasta diez (10) jus y arresto de hasta quince (15) días, sin perjuicio de la suspensión o cesantía que pueda ser solicitada fundadamente y que, en su caso, dispondrá la autoridad de quien dependa.*

atuação reflexiva com o intuito de comprometê-los a prestarem serviços de qualidade à população, fortalecendo a segurança pública sem que haja violações aos direitos fundamentais da pessoa humana. O aprendizado se desenvolve em um ambiente acadêmico, de caráter flexível e desmilitarizado. Além da formação inicial ao desempenho das atividades policiais são exigidas, no decorrer da carreira, capacitações contínuas para ascender aos escalões policiais e escalões do pessoal de apoio, não detentor do estado policial.

5.1.6.2.1 *Escuela de Policía “Juan Vucetich”*

Situada, desde mil novecentos e cinquenta e nove, na antiga estância San Juan, no parque *Pereya Iraola*, próxima à cidade de La Plata²⁰⁸, está a *Escuela de Policía Juan Vucetich*²⁰⁹. Sua data de criação, entretanto, remonta a vinte e sete de julho de mil novecentos e quarenta e um, data inicial dos cursos de formação ocorridos no prédio no qual se situa, atualmente, a *comisaria de la mujer de La Plata*. Nela são admitidos cidadãos argentinos com idades entre dezoito e trinta anos, desde que concluído o ciclo secundário completo. Para ingressar nos cursos de formação básica o candidato submetem-se a uma série de avaliações técnicas e entrevistas individuais que avaliem o nível intelectual e psicotécnico dos candidatos.

O plano de estudos, com duração de um ano, está organizado em dois módulos. O primeiro se desenvolve sob um regime de internato. O segundo, por sua vez, se dá em regime de estágio, já na condição de Oficiais de polícia da província. Este plano articula a formação teórico instrumental com a prática

²⁰⁸ Trata-se de uma área de mais de trezentos hectares, ricamente arborizada com árvores nativas e exóticas na qual estão inseridos prédios da Escola.

²⁰⁹ *Juan Vucetich* foi um emigrante luguslavo, natural do arquipélago da Dalmácia, no mar Adriático. Radicou-se na Argentina junto com sua família, na cidade de Buenos Aires, em 1882. Ingressou definitivamente nos quadros da *Policía de la Provincia de Buenos Aires*, em 1888. Notabilizou-se por criar um sistema de identificação antropométrica, em 1891. Em 1º de setembro do mesmo ano incorporou ao processo de identificação um sistema novo, por meio do qual se conseguia classificar e individualizar os desenhos das falanges distais, obtendo sucesso na identificação de vinte e três detentos do cárcere de *La Plata*. Gradativamente, consolidou o sistema decadatiloscópico de identificação digital. Este sistema de identificação, utilizado por grande parte das polícias do mundo, foi apresentado pela primeira vez ao Brasil durante o Congresso Internacional Científico, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1905, por meio de um trabalho denominado: “*Evolución de la Dactiloscopia*”. Em outubro do mesmo ano, em uma Conferência Internacional de Policía, realizada na cidade de Buenos Aires, *Juan Vucetich* propôs pela primeira vez a criação de uma cédula pessoal de identidade baseada em duas identificações: a fotográfica e a digital.

profissional dos *Cadetes becados*. Ao obterem aprovação nos dois ciclos letivos, recebem a graduação de *Oficiales de Policía de la PPBA* e o título de *Técnicos Superiores en Seguridad Pública*, curso de nível terciário não universitário, com reconhecimento da *Dirección General de Cultura y Educación de la Provincia de Buenos Aires*.

6 Considerações sobre o primeiro capítulo

Ao finalizarmos a primeira parte de nosso estudo, apesar de já termos estabelecido algumas conclusões por meio de comentários em algumas partes componentes deste capítulo, cabe a nós aqui analisarmos as questões pontuais que mais nos interessam: sobre que bases estão calcadas as ações dos membros das Forças de Segurança e Instituições policiais argentinas aqui pesquisadas, desde o início da redemocratização do país até o presente momento. Indubitavelmente, a reforma constitucional argentina inaugura formalmente esta etapa, embora não olvidemos que o processo tenha se iniciado já no final do último semestre de mil novecentos e oitenta e três, ocasião em que os combalidos Comandos das Forças Armadas, uma vez derrotados na Campanha pela retomada das Ilhas Malvinas, não encontraram o apoio necessário da sociedade para continuar na vida política do país. A saída estratégica foi a de se recolherem aos quartéis, como que para preservar o pouco fôlego que ainda possuíam para interferir, senão nos destinos da Nação, ao menos nas decisões que trariam consequências incertas para todos os que atuaram no Plano de Reorganização Nacional.

As leis do *punto final* e da *obediencia debida*, apesar de nascerem da iniciativa de um presidente civil eleito, passando pelo crivo de um Congresso argentino renovado, nos mostram claramente a existência de fortes segmentos políticos civis aliados aos setores militares do país. Com efeito, não podemos afirmar que ao aprovarem estes diplomas, os Poderes da Nação tenham objetivado exclusivamente a promoção da impunidade. Consideremos aquilo que certamente foi o seu mais importante propósito: criar instrumentos legislativos fundamentais à promoção urgente da pacificação de um país recém saído de dois banhos de sangue: a *guerra suja*, vivida internamente e a *guerra das Malvinas*, vivida longe do território continental. Não podemos deixar de levar em conta que as famigeradas quarteladas promovidas pelos militares temerosos de punições decorrentes das condenações em futuros processos penais demonstravam que o controle civil sobre as Forças Armadas deveria ser retomado gradativamente. As sedições

armadas promovidas por setores descontentes do Exército argentino ofereciam testemunhos visíveis da existência de um perigoso ranço autoritário nas Forças Armadas, ainda não totalmente extirpado das Forças de Segurança, embora não tenham demonstrado insubordinações de tal monta. Os mesmos fatos explicam os sucessivos *decretos de indulto* editados pelo sucessor de Raúl Ricardo Afonsin, o presidente Carlos Saúl Menen.

Este período de transição nos pareceu imprescindível ao redimensionamento dos novos papéis a serem assumidos tanto pelas Forças Armadas como pelas Forças de Segurança internas da Nação. As leis de impunidade causaram, à primeira vista, um profundo descontentamento em diversos setores da sociedade civil engajados na luta pelo restabelecimento dos direitos humanos. Em contrapartida, o arrefecimento dos ânimos providos por seus mais de dezesseis anos de vigência foi um tempo necessário, acreditamos, para que se dissipassem espíritos sediciosos de ambos os lados. Durante este tempo, novos quadros foram se formando nas Forças Armadas e nas Instituições de Segurança Pública argentinas, tudo em consonância com a redemocratização do país. Quando o sistema democrático já contava com certo grau de amadurecimento, abriu-se a possibilidade do presidente Nestor Kirchner revogar, no ano de dois mil e três, com a participação do Congresso, as leis do *punto final* e de *obediência debida*. Isto permitiu a retomada dos processos que investigavam os responsáveis pela prática de crimes de violação aos direitos humanos, sem que houvesse risco do regime democrático recrudescer. Atuações realizadas pela Polícia Federal Argentina, em estrita obediência às leis vigentes, no desempenho de suas atribuições como órgão auxiliar da justiça federal da Nação nos mostram o compromisso das Instituições policiais ao apurar as responsabilidades durante os anos de chumbo, mesmo que isso tenha custado o sangramento de feridas em seu próprio corpo.

Reformas significativas nas legislações materiais e adjetivas, da incorporação dos tratados em defesa dos direitos humanos ao ordenamento jurídico nacional, até a inovação das codificações penais, processuais penais e esparsas, tudo em conformidade com a reforma constitucional vigente, encarregaram-se de aperfeiçoar ainda mais o processo, fazendo com que as

atuações das Forças de Segurança Pública argentinas agissem de acordo com o novo ordenamento, tornando-as cada vez mais comprometidas com as atuais realidades democráticas. Isto porque, um governo constitucional não se resume somente à existência de leis constitucionais. É preciso fazê-las reverberar na sociedade por meio de sensíveis efeitos materiais. O rígido controle sobre as Forças de Segurança, submetendo suas ações ao constante crivo do Poder Judiciário e do Ministério Público Fiscal, limitando o exercício das atuações de seus membros ao estritamente permitido pelas leis é apenas um destes importantes fatores. Ao analisarmos diversos dispositivos das leis processuais vigentes, obtivemos evidentes mostras neste sentido.

Entretanto, mecanismos legais de controle, aliados à participação dos Poderes Judiciários e Ministérios Públicos Fiscais federais e provinciais não seriam suficientes caso não houvesse uma importante participação por parte das próprias Instituições de Segurança em promover o incondicional respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. Com efeito, pudemos constatar, ao conhecermos os vários Institutos de formação profissional das Forças estudadas, que tanto as carreiras de nível universitário como as de nível técnico, todas elas, diga-se de passagem, reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura, possuem em suas grades curriculares não exclusivamente disciplinas destinadas à formação técnico profissional de seus Cadetes, suboficiais e agentes a fim de habilitá-los ao exercício das funções policiais. A presença de diversas matérias de conteúdo humanístico, ético, constitucional e, sobretudo, de direitos humanos, exigidas desde os exames admissionais, permanecem durante os cursos de formação e de aprimoramento profissional nos diferentes níveis dos respectivos escalões de cada Força. Isto nos oferece uma reconfortante visão das intenções dos órgãos de direção e dos docentes dos Institutos em construir, cada vez mais, uma cultura policial voltada, principalmente, à preservação e consolidação das garantias constitucionais atualmente vigentes na Nação argentina.

Capítulo II

O Estado Constitucional Brasileiro

7 O Brasil e a campanha pela anistia

A Anistia²¹⁰ consiste em um ato, invariavelmente produzido por meio de uma lei emanada do Poder Legislativo, declarando não mais puníveis as ações que, antes de sua vigência, eram consideradas criminosas. Geralmente, os beneficiados por este instituto são autores de crimes políticos ou comuns, quando houver alguma conexão destes últimos com os primeiros. A partir do momento de sua vigência, a anistia interrompe todos os atos persecutórios promovidos pelo Estado, além de tornar nulas e sem qualquer efeito condenações cujas causas tenham como origem fatos por ela não mais considerados como delituosos. Portanto, a anistia penal extingue as responsabilidades criminais dos agentes cujas ações encontravam-se tipificadas pela lei. O caráter essencial da anistia reside não em fomentar a impunidade de seus beneficiários. Muito mais que isso, trata-se de uma medida revestida de um legítimo interesse público, a fim de evitar que uma perseguição penal incessante e implacável venha a prejudicar as reais possibilidades de uma pacificação nacional. A lei de anistia permite abrir os necessários caminhos promotores da conciliação do Estado com diversos segmentos sociais antagônicos, permitindo inclusive sua saída da clandestinidade, sem que haja temor de eventuais retaliações legais, apesar das ações violentas terem causado perdas inestimáveis à sociedade²¹¹.

²¹⁰ Do grego, *amnestia*, que significa esquecimento.

²¹¹ Respostas violentas de grupos guerrilheiros fizeram parte de um triste período vivido no Brasil. Consistiam em ações típicas da guerrilha urbana, executadas em grandes cidades brasileiras, cujos resultados danosos tinham por fim dar visibilidade às organizações que para si reivindicavam os ataques. Tomemos como exemplo o triste episódio que vitimou fatalmente o soldado Mário Kozel Filho, ocorrido na cidade de São Paulo, na madrugada do dia 28 de junho de 1968: Mário Kozel Filho, o kuka, contava com dezoito anos quando foi escalado ao serviço de sentinela no Quartel General do II Exército, sito no bairro do Ibirapuera.

No final da década de setenta, o regime militar instituído no Brasil em trinta e um de março de mil novecentos e sessenta e quatro já se apresentava muito desgastado. Remetendo-nos a apenas alguns dos gravíssimos eventos cometidos por agentes do Estado ainda no início desta década, quais sejam, os desaparecimentos de Rubens Paiva e de David Capistrano da Costa²¹², chegamos à conclusão de que o regime demorou muito a dar os primeiros sinais de derrocada. Outro episódio marcante ocorrido neste período denunciou a torpeza com que o regime tratava qualquer um que a ele se opusesse: o assassinato de Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI da rua Tutóia, em São Paulo²¹³. Estas condutas, praticadas pelos agentes das Forças de Segurança²¹⁴, ofereciam perigosas amostras da virulência operada pelo regime. Era preciso que a sociedade se organizasse para iniciar as primeiras reações visíveis de oposição às

Por volta das 4h30min, após ouvir um tiro disparado por outro sentinela contra uma camionete Chevrolet que transitava pela avenida Stênio de Albuquerque Lima que ladeava os fundos do Quartel, notara que o motorista abandonara o veículo ainda em movimento, o qual veio a chocar-se contra um poste, imobilizando-se em uma parede, evitando que penetrasse no interior do QG. Ao correr em direção ao veículo para checar se havia mais alguém em seu interior, deparou-se com uma carga de cinquenta quilos de dinamite que provocou sua morte e danos de grande monta em um raio de trezentos metros. A autoria do atentado que lhe tirou a vida foi assumida pelos guerrilheiros pertencentes à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

²¹² Rubens Beyrodt Paiva, deputado federal por São Paulo, eleito em outubro de 1962 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi cassado pelo regime militar instaurado no país em março de 1964. Em 20 de janeiro de 1971 pesavam sobre si suspeitas de auxiliar pessoas que acobertavam o capitão desertor Carlos Lamarca, militante da VPR. Por este motivo, foi capturado no interior de sua residência, no Rio de Janeiro, por um grupo fortemente armado, cujos membros diziam pertencer à Aeronáutica. Desde então foi dado como desaparecido, provavelmente morto durante interrogatório realizado na III Zona Aérea, localizada nas proximidades do aeroporto Santos Dumont. Seu corpo nunca foi encontrado.

David Capistrano da Costa, ex-deputado da Assembleia do Estado de Pernambuco pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), deixou o Brasil em 1971, exilando-se na Checoslováquia. Ao retornar clandestinamente ao país, foi sequestrado quando vinha de Uruguaiana para São Paulo. Presos políticos afirmam terem visto alguns de seus pertences pessoais no DOI-CODI de São Paulo, em 16 de março de 1974. Seu corpo, no entanto, nunca foi localizado.

²¹³ Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, foi convocado por agentes do II Exército a comparecer, em 24 de outubro de 1975, ao DOI-CODI paulista para prestar esclarecimentos sobre sua ligação com o Partido Comunista Brasileiro, considerada uma sigla ilegal à época. No dia 25 de outubro foi encontrado enforcado em uma cela com sua própria gravata, tendo as investigações dado como *causa mortis* asfixia mecânica por enforcamento, de etiologia suicida.

²¹⁴ Durante o regime militar, quando o poder se manifestava a respeito da repressão aos grupos armados guerrilheiros, o fazia sempre se identificando como “Forças de Segurança”. Ao adotar deliberadamente este estilo genérico, não permitia individualizações de qualquer natureza. Poderia ser Polícia, poderia ser Exército, tudo era considerado “Força de Segurança”. Somente se permitia a publicação das notas oficiais pasteurizadas, cujas fontes eram sempre duas: o DOPS e o II Exército, nos casos da repressão operada no Estado de São Paulo.

ações do terrorismo de Estado. Estas lutas inauguravam, por assim dizer, os primeiros embriões daquilo que se transformaria na maior e mais importante campanha pela anistia aos presos políticos e exilados do país.

7.1 Anistia ampla, geral e irrestrita

A primeira metade dos anos setenta foi marcada por mortes e violências de ambos os lados. Embora este período não tenha sido denominado, aqui no Brasil, de *guerra suja*²¹⁵, guerrilhas urbanas instalaram focos armados em importantes capitais de Estados brasileiros, a exemplo do Rio de Janeiro e de São Paulo. Neste último Estado, uma guerrilha rural, liderada pelo capitão desertor do Exército brasileiro, Carlos Lamarca, líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), promoveu uma resistência significativa a pelotões do II Exército e da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Apesar dos guerrilheiros terem sido vencidos no episódio conhecido historicamente por *Guerrilha do Vale do Ribeira*²¹⁶, Carlos Lamarca conseguiu furar o cerco montado para sua captura, ao roubar um caminhão de transporte de tropa que lhe permitiu passar por um bloqueio do Exército. Para lograr seu intento, antes determinou a morte a coronhadas do tenente da Polícia Militar, Alberto Mendes Junior²¹⁷. Atentados mortais contra civis também foram

²¹⁵ As Forças de Segurança brasileiras, ao denominarem os combatentes da *guerra revolucionária de terroristas*, consideravam-nos como integrantes de organizações armadas clandestinas que precisavam ser eliminados. Assim, o poder político do Estado, ao constatar que as ações policiais, por si só, não seriam eficazes a ponto de debelarem o perigo que representavam, resolveu empregar as Forças Armadas para não sofrer uma derrota, o que colocaria em risco sua própria hegemonia. Isto fez com que denominassem “guerra”, tanto a convencional, entre Estados, como a revolucionária, entre Estado e grupos guerrilheiros.

²¹⁶ Lamarca, líder da VPR, nunca admitiu a existência de uma guerrilha rural no Vale do Ribeira, embora reconhecesse a execução de ações de guerrilha. Afirmava, como justificativa, que a ausência de um esquema logístico, envolvendo uma complexa rede de informações e sólidas bases políticas não permitiria ações de uma autêntica guerrilha. Embora, segundo ele, tenha sido um adestramento preparatório à sua eclosão, o fato é que cerca de vinte mil homens integrantes das Forças de Segurança, comandados pelo Exército brasileiro, com apoio de helicópteros e aviões combateram e venceram a *Guerrilha do Vale do Ribeira*. As operações se desenvolveram de 21 de abril a 31 de maio de 1970 deixando um saldo de mais de dez mortos entre os combatentes das Forças de Segurança.

²¹⁷ Alberto Mendes Junior foi capturado por guerrilheiros liderados por Carlos Lamarca, nas matas fechadas do vale do rio Ribeira de Iguape, em uma área pertencente ao município de Registro. No dia 8 de maio de 1970, após sua patrulha ter sofrido muitas perdas em um combate travado contra os rebeldes, Alberto Mendes entregou-se como prisioneiro, em troca da vida de seus comandados, muitos deles gravemente feridos. Permaneceu com os guerrilheiros durante por dois dias. Ao improvisarem entre eles um “tribunal”, decidiram por sentenciá-lo à morte. Não podendo justicá-lo por fuzilamento, sob o risco de suas posições serem localizadas, foi morto a coronhadas. Seu corpo foi enterrado na mata. Resgatado meses depois, foi

realizados na capital paulista. Sob a alegação de serem coniventes com os métodos utilizados pelo regime na extorsão de confissões de integrantes da luta armada, grupamentos guerrilheiros urbanos, a exemplo da Ação Libertadora Nacional (ALN), assassinaram empresários sob suspeita de financiarem as práticas da tortura no país²¹⁸. A violência voltava-se, também, contra qualquer membro das Forças de Segurança. Vestir fardas e conduzir viaturas policiais ofereciam motivos suficientes para que policiais fossem alvos dos Grupos Táticos Armados (GTAs)²¹⁹.

Estas ignominiosas práticas foram apenas alguns fatos que concorreram para que a sociedade se organizasse, requerendo, pacificamente, o fim das tensões entre as guerrilhas e o Estado. Nasciam, assim, os primeiros movimentos organizados pela campanha da anistia. As eleições municipais de mil novecentos e setenta e seis ampliaram significativamente a campanha. Os Movimentos Femininos pela Anistia (MFPA), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foram apenas algumas das organizações que tiveram participação ativa no movimento pela anistia. Engajamentos posteriores por parte dos movimentos estudantil, sindical, e da oposição política, levantaram as bandeiras de luta pela anistia e pela libertação dos presos políticos. Em mil novecentos e setenta e oito foram fundados no país os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs). Foi a partir da criação dos CBAs, articulados nacionalmente, que se lançaram as bases daquela que viria a ser a futura lei de anistia: ampla – para todos os crimes políticos e a eles conexos; geral – para todas as categorias de atingidos pelos atos

sepultado, no dia 11 de setembro do mesmo ano, no cemitério do Araçá, em São Paulo, com honrarias militares.

²¹⁸ Foi o caso de Henning Albert Boilesen, diretor do Grupo Ultra, suspeito de ser um dos empresários que financiavam a Operação Bandeirantes (OBAN). Assassinado em 15 de abril de 1971, com rajadas de metralhadora quando teve seu Galaxie interceptado por um Volkswagen, no qual havia quatro ou cinco membros da ALN. O atentado que o feriu mortalmente ocorreu nas esquinas da rua Barão de Capanema com a alameda Casa Branca, em São Paulo. A ação teve também a participação de membros do MRT.

²¹⁹ Dois soldados Policiais Militares: José Aleixo Nunes e Garibaldi Queiroz foram mortos em 10 de novembro de 1970 ao serem surpreendidos por guerrilheiros da Vanguarda Popular Revolucionária que ofereciam apoio por meio de um Grupo de Operações Táticas durante uma panfletagem realizada no bairro da Vila Prudente, na capital paulista. Os corpos dos policiais, alvejados antes que desembarcassem da viatura, evidenciam terem sido vítimas de uma execução.

de exceção; irrestrita – sem qualquer restrição a quem quer que fosse por ela beneficiado.

Em novembro de mil novecentos e setenta e oito teve lugar na capital paulista o I Congresso Nacional da Anistia. Nele, reuniram-se entidades e pessoas que reivindicavam, no Brasil e no exterior, desde mil novecentos e setenta e seis, a libertação dos presos políticos, sua anistia, e a volta ao país de todos os que se encontravam exilados pelo regime militar. Exigiam urgentemente o fim das torturas e do terror contra todos os que se opunham à ditadura. O Comitê Brasileiro pela Anistia utilizou como ponto de partida para as discussões ocorridas durante o encontro, uma pauta de reivindicações reputadas como úteis e imprescindíveis à efetivação de uma plena anistia. Desejavam, com isso, que os anseios da sociedade fossem atendidos, em especial com relação aos que seriam diretamente favorecidos por meio dela. A pauta, denominada “Plano Mínimo de Ação” ²²⁰, continha uma série de solicitações, algumas contendo extremas generalizações.

²²⁰ O Plano Mínimo de Ação era composto por sete itens básicos, cada um deles contendo propostas pontuais, cujo conjunto, caso abrangido pela futura Lei de Anistia, a classificaria verdadeiramente como Ampla, Geral e Irrestrita.

Seu teor era basicamente o seguinte:

- 1- *Pelo fim radical e absoluto das torturas, permitindo a liberdade de protestar e denunciar publicamente sua prática, identificando seus responsáveis para criminalizar suas condutas, apontando a existência de organismos e repartições nas quais ocorriam;*
- 2- *Libertar os presos políticos, permitindo também o retorno daqueles que estavam cassados, aposentados, banidos e perseguidos. Promover a localização e identificação de todos os que estivessem nestas condições, devolvendo-lhes, o quanto antes, seus direitos civis, profissionais e políticos;*
- 3- *Investigar o paradeiro dos que estavam desaparecidos, oferecendo total apoio a familiares e setores interessados na elucidação dos fatos cujas motivações eram de natureza política;*
- 4- *Reconquista do instituto do Habeas Corpus para promover a proteção dos direitos individuais dos presos políticos, denunciando casos nos quais se obstruísse a fruição deste remédio;*
- 5- *Investigar as condições inumanas nas quais se encontravam os encarcerados pelo regime, denunciando as arbitrariedades cometidas e propugnando pelo fim de sua incomunicabilidade;*
- 6- *Revogação da Lei de Segurança Nacional. Liberdade para ações políticas para que fosse permitido o livre exercício do direito de reunião, associação e manifestação, repudiando qualquer forma de repressão, intimidação ou ameaça à sua efetivação;*
- 7- *Apoio a qualquer forma de luta promovida por familiares, sindicatos, associações profissionais, imprensa. Repúdio a qualquer forma de censura, assegurando o pleno direito à informação. Promoção à liberdade de criação dramática, cinematográfica e musical. Apoio aos estudantes por melhores condições de ensino e pela liberdade de conduzirem suas entidades representativas e por melhores condições de vida dos trabalhadores, como alimentação, moradia, transporte e saúde. Proibição de reprimir ou distorcer informações sobre qualquer reivindicação do CBA/SP e das entidades a ele ligadas.*

Este foi um dos motivos pelos quais nem todas foram atendidas, a despeito da lei da anistia ter sido aprovada, finalmente, em agosto de mil novecentos e setenta e nove.

7.2 A Lei de Anistia

A luta, iniciada por segmentos que se opunham ao governo militar não tardou a ganhar as ruas, abrindo caminho para uma distensão política, de caráter moderado, promovida por setores das Forças Armadas não coniventes com os famigerados setores da chamada linha dura. Nesta esteira de acontecimentos, o então presidente da república Ernesto Geisel²²¹, obedecendo ao seu plano de abertura lenta e gradual, ao mesmo tempo assistia, no último ano de seu mandato, manifestações de trabalhadores, cujas lideranças sindicais organizavam sucessivas greves gerais em São Bernardo do Campo com massivo apoio popular. Estes fatos encarregavam-se de empurrar a abertura, acelerando um processo cuja lentidão aumentava ainda mais as pressões promovidas pelos diversos segmentos da sociedade civil. Finalmente, ao dar um importante passo sem o qual não haveria possibilidade de se engendrar a anistia, em trinta e um de dezembro de mil novecentos e setenta e oito, Geisel revoga o Ato Institucional nº 5²²², fazendo com que o país caminhasse decisivamente para a redemocratização.

²²¹ Ernesto Beckmann Geisel, gaúcho de Bento Gonçalves, foi escolhido por meio de uma eleição indireta promovida pelo colégio eleitoral brasileiro, presidente da república. Empossado em 15 de março de 1974, enfrentou o fim do *milagre brasileiro*, que acarretou descontentamentos populares decorrentes da redução do crescimento econômico e da alta da inflação. Tais fatores, aliados à vitória expressiva da oposição nas eleições parlamentares de 1974, apressaram a eclosão de uma abertura política, ainda que “lenta, gradual e segura”, objetivando a reinserção da democracia no país. As medidas de abertura anunciadas vieram acompanhadas de uma cruenta resistência dos segmentos conservadores em ação no poder. A abertura não impediu que as ações violentas cessassem, a exemplo da morte do jornalista Vladimir Herzog, nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo, ocorrida em 1975.

²²² O AI-5 foi o quinto de uma série de atos institucionais decretados pelo governo militar brasileiro. Redigido pelo ministro da justiça do então presidente do Brasil, General Arthur da Costa e Silva, Luís Antonio da Gama e Silva entregou-o ao chefe da Nação, em 13 de dezembro de 1968. Sobrepondo-se à Constituição de 24 de janeiro de 1967, outorgava poderes extraordinários ao presidente da república, além de determinar a suspensão de várias garantias constitucionais. Consta que referido ato tenha sido uma resposta à Câmara dos Deputados, após negar licença para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado por pronunciar um discurso atentório à moral das Forças Armadas, concitando o povo brasileiro a boicotar as comemorações do dia 7 de setembro do mesmo ano. Por meio deste ato institucional, fortaleceu-se a chamada linha dura do regime, tendo como primeiro efeito necessário ao desencadeamento de outra série de abusos, o fechamento do Congresso Nacional por quase um ano.

Findo o seu mandato presidencial, em quinze de março de mil novecentos e setenta e nove assume a presidência por meio da eleição indireta disputada com a oposição representada pelo General Euler Bentes Monteiro²²³, o candidato representante das forças situacionistas, General João Baptista de Oliveira Figueiredo²²⁴. Ao prosseguir no caminho da abertura iniciada por seu antecessor, no mês de agosto de mil novecentos e setenta e nove, estrategicamente e em meio ao cumprimento da promessa de devolver a democracia ao país, tirou das mãos da oposição aquela que era sua principal bandeira: a luta pela anistia. Aprovada no Congresso, a Lei de Anistia²²⁵ estabeleceu restrições a determinados crimes²²⁶ além de fazer uma importante concessão à linha dura: a de anistiar *crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política*²²⁷. Esta justificativa abrangia todos os mandantes e executores pelas práticas da tortura, homicídios, sequestros e desaparecimentos de pessoas, ações perpetradas por agentes do terrorismo de Estado. Com efeito, a anistia possibilitou o retorno ao país dos exilados políticos, avançando a passos largos para a reconquista das liberdades públicas.

²²³ O General de Engenharia Euler Bentes Monteiro, carioca da cidade do Rio de Janeiro, foi o último candidato militar de oposição a disputar aquela que seria a penúltima eleição indireta para presidente da república do período militar. Concorreu ao cargo pela legenda da oposição consentida, conhecida por Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tendo como vice-presidente o senador da república, Paulo Brossard. A situação, representada pela legenda Aliança Renovadora Nacional (ARENA) lançou, por indicação do então presidente da república, General Ernesto Geisel, o General de Cavalaria João Baptista de Oliveira Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), tendo como vice-presidente Antonio Aureliano Chaves, ex-governador nomeado do Estado de Minas Gerais. A eleição foi vencida pela situação. Figueiredo obteve 355 votos contra 226 favoráveis a Euler Bentes, da oposição. Houve 41 abstenções.

²²⁴ João Baptista de Oliveira Figueiredo, carioca nascido na capital fluminense, deu continuidade à abertura política iniciada no governo Geisel. No discurso de posse, em 15 de março de 1979, deixou consignado nos anais da história do Brasil a célebre frase na qual dizia: “farei deste país uma democracia”.

²²⁵ A Lei 6683, cujo projeto foi de iniciativa do Poder Executivo da Nação, foi promulgada por João Baptista Figueiredo, em 28 de agosto de 1979. Conhecida popularmente por lei da anistia, foi a 48ª lei de anistia da história do Brasil. Famoso por pronunciar frases de efeito extremamente afrontosas – “prefiro cheiro de cavalo do que cheiro de povo”; “se ganhasse salário mínimo daria um tiro na cabeça” – ao assinar a lei de anistia, repetiu: “Eu não disse que fazia? Eu não disse que fazia?”.

²²⁶ O parágrafo segundo desta lei não permitia a concessão de anistia aos condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

²²⁷ Conforme seu parágrafo primeiro: “consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

Apesar das controvérsias, observe-se, movidas mais por posicionamentos ideológicos ou, até mesmo, por interesses pessoais, a chamada *anistia de dupla mão* será sempre colocada sob suspeita por setores da esquerda descontentes com as decisões proferidas pelos tribunais. Entretanto, a Advocacia Geral da União, em abril de dois mil e nove, e o próprio Supremo Tribunal Federal afirmaram que a lei de anistia brasileira beneficiou também os torturadores e demais agentes da ditadura. A Advocacia Geral da União (AGU) ofereceu um parecer no processo aberto pelo Ministério Público perante a Justiça de São Paulo, contra dois ex-comandantes do Destacamento de Operações e Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), os coronéis reformados do exército brasileiro, Carlos Alberto Brilhante Ustra²²⁸ e Audir Santos Maciel²²⁹. Neste parecer, a AGU argumentou que os crimes políticos ou conexos praticados durante o regime militar, incluindo a tortura, foram todos perdoados pela anistia de mil novecentos e setenta e nove. No bojo de sua manifestação, alegou que a lei de anistia é anterior à Constituição o que impede a vedação da anistia por crimes de tortura cometidos anteriormente à sua promulgação²³⁰. O Conselho Federal da Ordem dos

²²⁸ Coronel reformado do Exército brasileiro, Brilhante Ustra foi comandante do DOI-CODI de São Paulo, de 29 setembro de 1970 a 23 de janeiro de 1974. Durante este período, as Forças de Segurança do Estado, representadas por integrantes do Exército, Marinha e Aeronáutica e por integrantes das Polícias Civil e Militar compuseram a chamada Operação Bandeirantes (OBAN). Aos seus membros competia neutralizar e extirpar “o terrorismo de esquerda que ameaçava a paz e a tranquilidade do Brasil”, palavras ditas pelo próprio militar. Acusado por setores da esquerda de dirigir as sessões de tortura no prédio da rua Tutóia, vizinho ao Comando do II Exército, encontrava-se na condição de adido militar na Embaixada do Brasil no Uruguai quando foi reconhecido pela então deputada federal pelo PT, Beth Mendes, como um de seus torturadores. Tais fatos ocorreram no dia 12 de agosto de 1985, quando recepcionava uma comitiva brasileira em visita ao Uruguai, no aeroporto de Carrasco. Exonerado do cargo pelo então presidente da república, José Sarney, escreveu, no ano de 1987, um livro resposta intitulado *Rompendo o Silêncio- OBAN DOI/CODI, 29 Set 70 – 23 Jan 74*, no qual nega com veemência as acusações a ele imputadas, além denunciar as ações dos grupos armados de esquerda contra militares, policiais e civis.

²²⁹ Coronel reformado do Exército brasileiro, Audir Maciel ocupou, entre os anos de 1974 e 1975, o cargo de chefe do DOI-CODI de São Paulo. A ele cabia organizar informações referentes à defesa interna, objetivando prevenir e reprimir ações das organizações armadas de esquerda. Os dossiês eram montados com base nos depoimentos de familiares, testemunhas, além dos próprios envolvidos. As investigações visavam evitar que ações terroristas instabilizassem a paz social, especialmente na cidade de São Paulo. Uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal perante a 8ª Vara Federal Cível de São Paulo foi julgada improcedente pelo juiz Clécio Bianchi. Na sentença proferida, o juiz declarou não caber ao Ministério Público Federal ajuizar uma demanda cível para declarar se alguém cometeu um crime. Acrescentou em sua sentença que, além da prescrição, a pretensão de condenação do réu a título de indenização encontraria objeções na própria lei de anistia. Além de Audir Maciel, na presente ação civil figurou também na condição de réu, o coronel Brilhante Ustra.

Advogados do Brasil ajuizou, em agosto de dois mil e oito, uma ação direta de inconstitucionalidade, sob a alegação de que a lei da anistia não beneficiaria os crimes praticados pelos agentes do Estado. Em vinte e nove de janeiro de dois mil e dez, o procurador geral da república, Roberto Gurgel, encaminhou ao Supremo Tribunal Federal parecer contrário à revisão da lei da anistia. Para ele, o próprio Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, ao participar à época do processo de elaboração da lei, objetivando viabilizar a transição entre o regime autoritário e o atual regime democrático, foi concorde com todo o seu teor, alcançando o que todos desejavam: a pacificação nacional²³¹. Finalmente, em vinte e nove de abril de dois mil e dez, o *STF* rejeitou o pedido da *OAB* por sete votos a dois²³².

7.3 Resistências à abertura política

Apesar do processo de redemocratização do Brasil não apresentar sinais de recrudescimento após a aprovação da anistia, o retorno ao país de importantes lideranças da esquerda, inclusive algumas pertencentes a grupos armados²³³, provocou a insatisfação da ala mais radical do poder: a linha dura. Retaliações ao processo, ainda que de forma segmentada e não articulada foram patrocinadas pelos setores da direita, insatisfeitos com a distensão política. Suas ações

²³⁰ Consta neste parecer a seguinte frase: “Assim, a vedação à concessão de anistia a crimes pela prática de tortura, prevista na Constituição federal de 1988, não poderá jamais retroagir para alcançar a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, tendo em vista o princípio constitucional da irretroatividade da lei penal”.

²³¹ Segundo o exarado em seu parecer: “Com perfeita consciência do contexto histórico e de suas implicações, com espírito conciliatório e agindo em defesa aberta da anistia ampla, geral e irrestrita, é que a Ordem saiu às ruas, mobilizou forças políticas e sociais e pressionou o Congresso Nacional a aprovar a lei da anistia”.

²³² A questão encontra-se ainda pendente na Corte Interamericana de Direitos Humanos, na qual se requer a revisão da lei de anistia.

²³³ Foi o caso de Fernando Paulo Nagle Gabeira. Participante ativo da luta armada como militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), esteve presente em várias ações violentas promovidas por seu grupo. A de maior destaque: o sequestro do embaixador dos Estados Unidos da América, Charles Elbrick, ocorrido às vésperas do dia 7 de setembro de 1969. Esta vítima foi utilizada como moeda de troca para a libertação de presos políticos ligados à esquerda armada, dentre os quais José Dirceu, um dos embarcados no avião Hercules 56 da Força Aérea Brasileira. Preso em São Paulo em 1970, foi libertado em junho do mesmo ano, junto com mais trinta e nove presos, desta vez em troca do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben. Deportado para a Argélia, viveu a maior parte do exílio na Suécia, retornando ao Brasil como um dos beneficiários da lei de anistia.

deixaram um rastro de sangue por onde passaram²³⁴. Os atentados tinham por escopo sabotar a abertura política. Ao imputarem falsamente as responsabilidades pelas ações violentas aos grupos guerrilheiros de maior expressão durante os anos de chumbo, criavam factóides para justificar a paralisação do processo. Tal expediente era utilizado como precaução a futuras perseguições políticas àqueles que representavam o que eles mesmos consideravam o *braço clandestino da repressão*. A mais expressiva das ações ocorreu na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Conhecido historicamente como o *caso do Puma do Rio Centro*, a explosão da bomba denunciou à opinião pública os ardilosos planos articulados por trás dos atentados. Seu mau engendramento fez com que a morte atingisse os próprios militares que o executaram²³⁵.

A irreversibilidade da abertura política permitiu que o pluripartidarismo voltasse ao cenário político brasileiro, embora o Partido Comunista Brasileiro e algumas legendas da mesma natureza continuassem proibidas. Eleições para governadores dos Estados foram realizadas, ainda que a situação objetivasse restringir a liberdade de escolha dos candidatos por meio do famigerado voto vinculado²³⁶. Finalizado o pleito, passaram-se menos de dois anos para que o povo brasileiro iniciasse um dos maiores movimentos civis conhecidos da história. Comitês foram organizados em todo Brasil objetivando reivindicar um direito cívico boicotado desde as últimas eleições presidenciais de mil novecentos e sessenta e dois. Ao reivindicarem o direito de eleger diretamente seu presidente da república,

²³⁴ No dia 27 de agosto de 1980, um dos grupos extremistas de direita, contrários ao processo de abertura política, endereçou uma carta-bomba ao Conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil, sito no 6º andar do edifício de número 210 da avenida Marechal Câmara. Figurava como destinatário da correspondência o então presidente do Conselho, dr. Eduardo Seabra Fagundes. Entretanto, a vítima da explosão foi a funcionária dona Lyda Monteiro da Silva, ao abrir a correspondência. Apesar de socorrida com vida, faleceu a caminho do hospital Souza Aguiar.

²³⁵ Durante a realização de um show em comemoração ao Dia do Trabalho, em 1º de maio de 1981, o sargento do Exército Guilherme Pereira do Rosário foi vitimado fatalmente quando a bomba que carregava em seu colo, sentado no banco dianteiro do passageiro do veículo Puma, cinza metálico, placas OT - 0297 - Rio de Janeiro/RJ, explodiu. O veículo era conduzido pelo capitão paraquedista Wilson Luís Chaves Machado, ferido gravemente no evento. Este episódio iniciou uma crise política no governo de João Figueiredo, colocando a nu as ignominiosas práticas dos setores da extrema direita ligados ao militares da linha dura. Apesar do inquérito policial militar concluir que *os dois militares foram vítimas de uma armadilha ardilosamente colocada no carro do capitão*, a partir deste fatídico incidente não houve mais nenhum outro atentado terrorista com mortos ou feridos. A redemocratização do país prosseguia.

²³⁶ Pelo *voto vinculado*, o eleitor escolhia entre os candidatos que disputavam os diversos cargos majoritários e proporcionais, somente aqueles pertencentes ao mesmo partido político.

esperança concretizada pela possibilidade de se votar uma emenda constitucional²³⁷ no Congresso Nacional, milhões de brasileiros concentraram-se nas ruas e praças de cidades de todo o país. Na noite de vinte e quatro de abril de mil novecentos e oitenta e quatro, véspera da votação da emenda, Newton Cruz²³⁸, chefe do Comando Militar do Planalto, entrou em ação ao bater seu bastão de comando contra os veículos que promoviam em carreata um *buzinaço* nas imediações do Congresso Nacional, em Brasília. Tal conduta demonstrava visivelmente a insatisfação de todo o regime em entregar o poder aos civis pela via democrática. Uma vez mais a ditadura sairia vitoriosa no período da abertura. O povo brasileiro, profundamente decepcionado pelo que certamente fora a maior traição do Congresso à Nação brasileira, recolheu-se. Apesar disso, ventos democráticos viriam a ocupar, definitivamente, todo o território nacional.

²³⁷ Dante de Oliveira foi eleito deputado federal pelo Mato Grosso, em 1982. No ano de 1984 apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional de nº 5, que restabelecia as eleições diretas para presidente da república. Conhecida popularmente como emenda Dante de Oliveira, apesar de obter 298 votos a favor, 65 contra e 3 abstenções, o não comparecimento de 112 deputados ao plenário da Câmara fez com que a emenda fosse rejeitada, uma vez que necessitaria de mais 21 votos favoráveis à sua aprovação.

²³⁸ O General de Divisão Newton Araújo de Oliveira e Cruz, atualmente na reforma, concluiu seus estudos pela Arma de Artilharia da Escola Militar do Realengo. Chefiou a agência central do SNI (Serviço Nacional de Informações) durante o governo do presidente João Baptista Figueiredo. A ele coube cumprir as medidas de emergência que proibiam manifestações públicas em Brasília durante votações importantes no Congresso, inclusive na época do Movimento pelas Diretas Já.

8 Rumo ao poder constituinte e à Constituição Democrática de 1988

A vontade popular não prevaleceu. A emenda Dante de Oliveira foi derrotada no Congresso Nacional. A sociedade brasileira, por sua vez, após restabelecer-se do luto, novamente articulou-se. Afinal de contas, ainda que a eleição indireta tenha prevalecido nos moldes do famigerado Colégio Eleitoral, pela primeira vez o regime admitiu que dois candidatos civis disputassem a presidência. Pela situação, e sob a legenda do Partido Democrático Social (*PDS*), o engenheiro paulista Paulo Salim Maluf²³⁹ teve como adversário o advogado mineiro, Tancredo de Almeida Neves, membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (*PMDB*). Descontentamentos à parte, principalmente por parte das lideranças do Partido dos Trabalhadores que proibiram aos seus membros participarem da escolha, a coligação *PMDB-PFL*²⁴⁰ saiu-se vencedora no pleito indireto. As comemorações de rua, embora significativas, não puderam ser comparadas ao movimento cívico das *Diretas Já*. Entretanto, um novo luto, literalmente vivido, causou grande comoção entre os brasileiros, levando multidões novamente às ruas. Mais uma vez, milhões de pessoas se aglomeravam para dar um último adeus ao “*ex-futuro presidente*”. Internado às vésperas de ser empossado presidente da república, Tancredo de Almeida Neves caiu gravemente doente. Sua aflição foi acompanhada por milhões de brasileiros. Milhares de pessoas

²³⁹ Engenheiro politécnico, político ligado à Aliança Renovadora Nacional (*ARENA*), braço civil de apoio ao regime militar, foi prefeito nomeado da cidade de São Paulo (1969-1971) e governador nomeado do Estado de São Paulo (1979-1982). Já sob a nova legenda da extinta *ARENA*, o Partido Democrático Social (*PDS*), foi derrotado nas eleições indiretas do colégio eleitoral por seu opositor, Tancredo de Almeida Neves.

²⁴⁰ A Frente Liberal foi uma dissidência composta por políticos historicamente ligados à extinta *ARENA*. Seus membros sustentaram, até o fim, o regime militar estabelecido, principalmente após a edição do Ato Institucional nº 5. Com a instituição do pluripartidarismo, fundaram o Partido Democrático Social (*PDS*). Conflitos internos fizeram com que políticos tradicionalmente situacionistas criassem outra legenda partidária: o Partido da Frente Liberal (*PFL*). José Sarney, político conservador maranhense, então presidente do *PDS*, em face da crise interna ocorrida em seu partido, cujo estopim foi discordância em torno do nome de Paulo Maluf para concorrer ao cargo de presidente da república, renunciou publicamente à presidência do *PDS*, sendo um dos fundadores do Partido da Frente Liberal (*PFL*). A chamada Aliança Democrática, composta pelo candidato à presidência da república, Tancredo Neves (*PMDB*), tendo como vice José Sarney (*PFL*), venceu as eleições realizadas pelo Colégio Eleitoral. Pela primeira vez, após quase vinte e um anos, um presidente civil de oposição saiu-se vencedor, ainda que pela via indireta. Tancredo Neves, porém, vítima de uma grave diverticulite, faleceu antes de assumir o cargo. José Sarney tornou-se, então, o primeiro presidente civil pós regime militar, inaugurando o período histórico conhecido como *Nova República*.

acompanharam de perto os destinos do futuro presidente e da Nação em constantes vigílias em frente ao Instituto do Coração, em São Paulo. Em vinte e um de abril de mil novecentos e oitenta e cinco, a notícia de sua morte ecoava pelo Brasil. José Sarney, empossado na condição de vice-presidente, em quinze de março de mil novecentos e oitenta e cinco se tornaria, após a morte de Tancredo, o primeiro presidente civil após o último regime militar. Finalizava-se, com isso, o longo e duro período dos generais-presidentes.

8.1 A Assembleia Nacional Constituinte

Prosseguindo na redemocratização do Brasil, em vinte e oito de junho de mil novecentos e oitenta e cinco, o presidente da república José Sarney encaminhou uma mensagem ao Congresso Nacional. Nela, propunha-se a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, aprovada por meio da emenda constitucional nº 26²⁴¹. Este documento previa a reunião unicameral dos parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal por meio de uma ANC, instalada pelo presidente do STF, além da aprovação integral de seu texto por dois turnos de discussão e votação pela maioria absoluta de seus membros. Em seu bojo constavam, também, – certamente para reafirmar a plena liberdade de ação aos parlamentares constituintes – dispositivos de conteúdos muito semelhantes aos da lei da anistia²⁴².

²⁴¹ A proposta transformou-se na Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985. Desse modo, os parlamentares eleitos no pleito de 15 de novembro de 1986 foram convocados ao início dos trabalhos constituintes, na modalidade congressional. Compuseram a Assembleia Nacional Constituinte 487 deputados federais, 49 senadores, além de 23 senadores eleitos em 1982, totalizando 559 parlamentares constituintes. Instalada em 1º de fevereiro de 1987, sob a presidência do deputado federal Ulisses Guimarães, o “senhor diretas”, em 5 de outubro de 1988, durante uma sessão solene, promulgou-se a Constituição da República Federativa do Brasil.

²⁴² Ao analisarmos a Emenda Constitucional nº 26, precisamente em seu artigo 4º e alguns e seus dois primeiros parágrafos, percebemos enfaticamente a promoção do pleno exercício das liberdades parlamentares constituintes, cujos conteúdos encontram inspiração direta na lei da anistia.

Vejamos:

Artigo 4º **É concedida anistia** a todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares;

§1º - **É concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos**, e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que hajam sido ou dispensados **por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais.**

§ 2º - **A anistia abrange os que foram punidos ou processados pelos atos imputáveis previstos no “caput” deste artigo, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1969. (grifos nossos)**

A convocação da constituinte, os esforços encetados para sua elaboração e promulgação, foram vitórias conquistadas pela opinião pública. Apesar dos anseios por uma constituinte exclusiva²⁴³ não terem prosperado, um poder constituinte congressional deu ouvidos à participação popular para melhor elaborar a nova Constituição. O direito do povo de apresentar emendas demonstrou sua participação durante o processo²⁴⁴. Manifestações populares, embora não tenham tido o mesmo caráter multitudinário experimentado durante a campanha pelas *Diretas*, ocuparam amplos espaços de discussão, desde o Congresso Nacional, até universidades, escolas, sindicatos e associações. A tônica travada durante as reuniões resumia-se no incontido desejo de transformação da sociedade e das Instituições: “*A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar*”²⁴⁵.

Finalmente, em cinco de outubro de mil novecentos e oitenta e oito, nascia a Constituição da República Federativa do Brasil. Segundo palavras do presidente José Sarney, “a nova ordem surgiu em um período de paz, sem prontidão militar, repressão ou sombras institucionais”. Eleições diretas e livres em todos os níveis ocorreriam em todo o país. Liberdades públicas ampliaram-se com a criação do sufrágio universal, inclusive aos analfabetos. Os partidos políticos, outrora clandestinos, legalizaram-se. Terminavam as segregações ideológicas, substituídas que foram por um pleno pluralismo político. Devolveram-se as liberdades às associações e sindicatos. Os poderes da Nação, em especial o Legislativo e o Judiciário voltaram a ter independência. Seus membros tornaram-se novamente depositários das necessárias prerrogativas. A Convenção contra a

²⁴³ Uma Assembleia Constituinte exclusiva é aquela criada a partir de uma eleição livre, na qual o povo escolhe aqueles que o representarão para discutir e aprovar uma nova constituição para o país. Finalizados estes trabalhos, o poder constituinte originário se dissolve. Devolvendo novamente ao povo a faculdade de referendá-la, promove-se uma maior legitimidade à Carta. Nela ficarão consignadas quais são as formas de Estado e de governo; separação e funcionamento harmônico dos poderes da Nação; o sistema eleitoral e de partidos políticos; as maneiras de se exercer a representação política do povo; preservação do desenvolvimento e da cultura nacionais e outros direitos que o povo decidir pela proteção constitucional.

²⁴⁴ Cento e vinte e duas emendas populares foram propostas por meio da coleta de assinaturas. O processo de mobilização da participação popular na constituinte de 1988 angariou mais de doze milhões de assinaturas, fato repetido durante a elaboração das constituições dos Estados.

²⁴⁵ Esta frase, dita pelo deputado Ulysses Guimarães em seu discurso de posse como presidente da Assembleia Nacional Constituinte, representou o desejo do povo brasileiro por uma Constituição devolvesse ao Brasil o Estado de Direito. Uma vez restabelecidas estas garantias, a Constituição de 1988 ficou conhecida nos anais da história do Brasil como a *Constituição Cidadã*.

Tortura, Tratamento e Penas Cruéis Desumanas ou Degradantes, da Organização das Nações Unidas foi ratificada pela Nação brasileira. Tais medidas democráticas fizeram o país voltar à normalidade institucional. A difícil tarefa pela consolidação da democracia estendia-se a todos os seguimentos do Estado e da sociedade civil. Apesar de ser uma Constituição laica, o presidente da república e o presidente da Assembleia Nacional Constituinte declararam-se cristãos a todos os cidadãos brasileiros ao manifestarem-se publicamente ao povo da Nação²⁴⁶. A sociedade venceu mesmo ante a inércia e o antagonismo do Estado. Um novo Brasil saía das trevas. Na luz dos novos tempos, o país voltava a ser, verdadeiramente, um país constitucional.

8.2 A Constituição da República Federativa do Brasil

A Constituição da República Federativa do Brasil, ao defender incondicionalmente os valores democráticos, retirou do cenário político nacional o anárquico regime de exceção. Tendo como princípio basilar a dignidade da pessoa humana, constituiu-se como um marco divisor, ao menos no plano formal, pondo fim aos últimos vestígios formais do regime autoritário, no qual garantias individuais e sociais não prevaleciam ante aos interesses do Estado fundados na *Doutrina de Segurança Nacional*. Ao qualificar como crimes inafiançáveis e não suscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura e o terrorismo, tornando também inafiançáveis e imprescritíveis as ações de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, inovou dispositivos constitucionais visando

²⁴⁶ É o que observamos na fala de Sarney às vésperas da promulgação da Carta constitucional, em discurso transmitido pela radiobrás, durante o programa “Hora do Brasil”: ... *Amanhã ela (Constituição) será lei. Ela é história. Serei o seu maior servidor. Eu a convoquei. Serei o primeiro a jurá-la. Lutarei pelo seu êxito. E não tenho que dar a ninguém o direito de me censurar. Porque ninguém mais democrata neste país do que eu. Não ensinei democracia, devo, repito: pratiquei (sic). Trouxe a paz ao país. Dei tolerância, um estilo de conviver com a discordância. Dei humildade, compreensão, renúncia, sacrifício, perdão, anistia. Eu dei o verdadeiro espírito cristão de saber conviver e respeitar ao próximo. Dei o melhor de minha vida. (grifo nosso).*

Do mesmo modo, observamos o discurso do deputado Ulysses Guimarães no plenário do Congresso Constituinte Nacional, ao promulgar a nova Carta: “... *A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia. Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios promulgamos o Estatuto do Homem, da Liberdade e da Democracia, bradamos por imposição de sua honra: temos ódio á ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações, principalmente na América Latina. Assinalarei algumas marcas da Constituição que passará a comandar esta grande Nação. A primeira é a coragem. A coragem é a matéria-prima da civilização. Sem ela, o dever e as instituições perecem. Sem a coragem as demais virtudes sucumbem na hora do perigo. Sem ela não haveria a cruz nem os evangelhos. (grifos nossos)*

tolher qualquer possibilidade de golpes de Estado ²⁴⁷. Ao qualificar a democracia como um valor indissociável do Estado de Direito, o Estado Democrático de Direito passa a ser reconhecido não somente por seu caráter garantista. Seu viés democrático faz com que incorpore um componente revolucionário de transformação do *status quo*²⁴⁸.

A Carta constitucional oferece não só a proteção aos direitos individuais do cidadão. Muito mais que isso, oferece possibilidades reais de uma profunda transformação social por meio de instrumentos que permitam concretizar a justiça social e a cidadania, fundadas na dignidade da pessoa humana²⁴⁹. Ao legitimar-se no princípio democrático fundado na soberania popular, prevê seu exercício por meio do sistema representativo, participativo e pluralista²⁵⁰. Como consequência, a possibilidade da promoção, defesa e realização de todos os direitos humanos fundamentais encontra, nas liberdades democráticas, ambiente propício à sua concretização e expansão. Este avanço no processo de democratização libertou cada vez mais a nós, brasileiros, das amarras do constrangimento. Estes alguns dos fundamentos que fizeram desta Constituição um importante documento político voltado, principalmente, a duas finalidades essenciais: a consolidação do regime democrático e a irreversibilidade da instauração de regimes totalitários, de caráter civil ou militar.

²⁴⁷ CF, artigo 5º, XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, assim se omitirem;

XLIV- constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

²⁴⁸ Segundo José Afonso da Silva, “a configuração do Estado Democrático de Direito não significa apenas unir formalmente os conceitos de Estado Democrático e de Estado de Direito. Consiste, na verdade, na criação de um conceito novo, que leva em conta os conceitos dos elementos componentes, mas os supera na medida em que incorpora um componente revolucionário de transformação do *status quo*”.

²⁴⁹ Exemplo: CF, artigo 5º, LXXVII – são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

²⁵⁰ CF, artigo 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e dos Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político.

Parágrafo único. ***Todo poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente***, nos termos desta Constituição. ***(grifos nossos)***

A Constituição brasileira, do mesmo modo que a argentina, não encerra somente normas de conteúdo essencialmente constitucionais. Temas que poderiam ser tratados infraconstitucionalmente, por meio de leis compatíveis com o sistema, encontram-se distribuídos pelos diversos capítulos do diploma. Entretanto, nossa Carta esmiuçou temas específicos relativos às Forças Armadas e às Instituições responsáveis pela Segurança Pública da Nação. O legislador constitucional, ao disciplinar a atuação das *FFAA* no título relativo à *Defesa do Estado e das Instituições Democráticas* estabeleceu, de antemão, qual o seu verdadeiro papel na vigência do regime democrático. Sob a autoridade suprema do presidente da república, de um modo mais prolixo, diferentemente da Constituição argentina, especificou quais as Instituições que a integram – Marinha, Exército e Aeronáutica – prevendo que sua organização, preparo e emprego estejam subsidiariamente previstos por meio de uma Lei Complementar²⁵¹. Esta mesma lei, ao criar o Ministério da Defesa, subordinou diretamente o Comando Militar de cada uma das Forças à autoridade civil do Ministro da Defesa, assessor direto do presidente da república nos assuntos pertinentes à área militar.

Com relação à Segurança Pública, prevista no mesmo título, previu taxativamente quais as Instituições responsáveis por sua preservação, suas atribuições e limites de atuação nas esferas federal e estaduais. As Forças de Segurança Federais, do mesmo modo que as *FFAA*, estão sob autoridade suprema do presidente da república. Entretanto, subordinam-se diretamente ao Ministério da Justiça. As Forças de Segurança Estaduais, civis e militares, por sua vez, sob a autoridade suprema dos governadores dos Estados, subordinam-se diretamente às Secretarias de Segurança Pública e de Defesa Social.

²⁵¹ É o preconizado pela Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

Vejam os:

Artigo 1º As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Parágrafo único. Sem comprometimento de sua destinação constitucional, cabe também às Forças Armadas o cumprimento das atribuições subsidiárias explicitadas nesta Lei Complementar.

O Brasil é uma república federativa composta por vinte e seis Estados federados e um Distrito Federal²⁵². Cada um destes Estados e o Distrito Federal, possui duas polícias constitucionalizadas: uma investigativa e judiciária, de caráter civil, representada pelas Polícias Cíveis dos Estados e do Distrito Federal; outra, preventiva e ostensiva, de caráter militar, representada pelas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados. A União conta, por sua vez, com três polícias federais: nenhuma delas possui características de força militar. Duas Forças desempenham atividades de policiamento ostensivo: a Polícia Rodoviária Federal e a, infelizmente, combatida Polícia Ferroviária Federal. A polícia judiciária da União é exercida com exclusividade pela Polícia Federal. Desse modo, sem levarmos em conta que os bombeiros militares possuem, na maioria dos Estados brasileiros, comandos independentes das polícias militares, o Estado brasileiro conta com cinquenta e duas polícias estaduais, duas distritais e três federais. Com relação aos municípios, embora não possuam autonomia para criar e organizar suas Instituições policiais, a própria *CF* facultou-lhes constituir suas próprias Forças de Segurança (*FS*), representadas pelas Guardas Municipais²⁵³.

²⁵² O Brasil está dividido por cinco regiões políticas compostas pelos seguintes Estados: Região Norte – Acre (AC); Amapá (AP); Amazonas (AM); Pará (PA); Rondônia (RO) e Roraima (RR); Tocantins (TO). Região Nordeste – Alagoas (AL); Bahia (BA); Ceará (CE); Maranhão (MA); Paraíba (PB); Pernambuco (PB); Piauí (PI); Rio Grande do Norte (RN); Sergipe (SE). Região Centro- Oeste – Goiás (GO); Mato Grosso (MT); Mato Grosso do Sul (MS); Distrito Federal (DF). Região Sudeste – Espírito Santo (ES); Minas Gerais (MG); Rio de Janeiro (RJ); São Paulo (SP). Região Sul – Paraná (PR); Santa Catarina (SC); Rio Grande do Sul (RS).

²⁵³ Muitos municípios brasileiros, entre eles importantes capitais da região Sudeste, a exemplo de São Paulo, representado pela Guarda Civil Metropolitana e do Rio de Janeiro, representado pela Guarda Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, criaram com sucesso Instituições Municipais de Segurança Urbana, cuja missão reside na proteção dos bens, serviços e instalações municipais, contribuindo sensivelmente com a segurança dos seus habitantes.

9 Constituição da República Federativa do Brasil e Forças Armadas

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da república, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem²⁵⁴.

Os fundamentos constitucionais da soberania, da autodeterminação e da independência nacional nenhum sentido fariam caso não houvesse um corpo permanente que garantisse, por meio de uma força dissuasória, sua materialização. Este o principal papel desempenhado atualmente pelas FFAA da Nação. Findo o período militar e, com ele, a *Doutrina de Segurança Nacional*, as FFAA, representadas principalmente pelo Exército, não somente abandonaram o cenário político como deixaram de exercer qualquer política vinculada à Segurança Nacional, cuja característica marcante foi a perseguição aos chamados inimigos internos²⁵⁵. Apesar de não lhes competir mais as atividades de ordem política e social, tarefa constitucional exclusiva da Polícia Federal, desde que as investigações estejam voltadas à apuração de condutas previamente previstas como infrações penais, os comandantes militares participam, na condição de membros natos, de um conselho consultivo do presidente da república, junto com autoridades civis dos Poderes Executivo e Legislativo²⁵⁶. Em conjunto com estas autoridades estudam, propõem e acompanham o desenvolvimento de iniciativas necessárias à garantia da independência nacional e da defesa do Estado democrático, não importando se a ameaça parta de um Estado estrangeiro ou

²⁵⁴ Extraído literalmente do “caput” do artigo 142 da CF.

²⁵⁵ Emenda Constitucional de 17 de outubro de 1969.

Artigo 91 – As Forças Armadas, **essenciais à execução da política de segurança nacional**, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem. **(grifos nossos)**

²⁵⁶ CF – artigo 91. O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos: I – o Vice-Presidente da República; II – o Presidente da Câmara dos Deputados; III – o Presidente do Senado Federal; IV – o Ministro da Justiça; V – o Ministro de Estado da Defesa; VI – o Ministro das Relações Exteriores; VII – o Ministro do Planejamento; **VIII – os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. (grifos nossos)**

venha a ser gerada por eventuais conflitos internos, colocando em risco a democracia e a ordem constitucional vigente²⁵⁷.

Ao serem previstas pelo ordenamento como Instituições nacionais permanentes e regulares, o legislador constitucional as reconhece como imprescindíveis à própria existência do Estado Democrático de Direito, não sendo possível sua dissolução, sob pena de se declarar o fim do próprio Estado. Sua regularidade caracteriza-se pela necessidade de estar sempre à disposição, por meio um significativo número de militares prontos para, a qualquer momento, serem acionados. Para isso, as *FFAA* contam com um quadro de oficiais, suboficiais e praças permanentes e temporários, além dos conscritos oriundos do recrutamento obrigatório²⁵⁸. Apesar do princípio da obrigatoriedade ao serviço militar²⁵⁹ ter sido mantido, a Constituição democrática reconhece a escusa de consciência que desobriga o alistado à prestação do serviço militar. Entretanto, a

²⁵⁷ A Constituição da República Federativa do Brasil, ao garantir a autonomia dos Estados e do Distrito Federal, excepciona a intervenção da União nos territórios dos Estados. Nos casos aqui apontados, subentende-se uma intervenção armada, de natureza não exclusivamente confrontante, podendo caracterizar-se, também, por uma presença armada com fim dissuasório.

Vejam os:

Artigo 34. A União não intervirá nos estados nem no Distrito Federal, exceto para: I- manter a integridade nacional; II – repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra; III – pôr termo a grave comprometimento da ordem pública; IV – garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.

²⁵⁸ CF – Artigo 143. O serviço militar é obrigatório nos termos da lei.

Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar:

Artigo 1º O Serviço Militar consiste no exercício de atividades específicas desempenhadas nas Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica – e compreenderá, na mobilização, todos os encargos relacionados com a defesa nacional.

Artigo 2º Todos os brasileiros são obrigados ao Serviço Militar, na forma da presente Lei e sua regulamentação.

²⁵⁹ Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, jornalista, poeta e abolicionista foi um nacionalista defensor contumaz do modelo de recrutamento vigente no Brasil há quase um século. Entre os anos de 1915 e 1916 percorreu o país, esclarecendo aos brasileiros sobre a necessidade de não haver, sob pena do perecimento da Pátria, aquilo que intitulava o “divórcio entre os meios civil e militar”. Com este ideal, conscientizou seus jovens compatriotas sobre a necessidade do Serviço Militar Obrigatório. Sua peregrinação, iniciada em São Paulo, prosseguiu rumo ao Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Com a saúde abalada, ao Norte e ao Nordeste chegaram somente suas ideias. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no final de 1918. É considerado pelo Exército brasileiro, Patrono do Serviço Militar.

obrigatoriedade do serviço à pátria permanece. Em seu lugar deverá ser cumprida uma prestação alternativa²⁶⁰.

9.1 Hierarquia e Disciplina

As bases de atuação do comando das *FFAA* têm como fundamento a hierarquia e a disciplina e estão sob a autoridade suprema do presidente da república²⁶¹. Sua condição de comandante em chefe das Forças de soberania do Estado decorre do próprio princípio democrático adotado pela Constituição. Como chefe do Poder Executivo em um sistema de governo presidencialista, enfeixa as funções de chefe de Estado e chefe de Governo, investindo-se no cargo por meio de uma disputa eleitoral universal e direta, para um mandato com duração de quatro anos. Legitimado pelas urnas para conduzir a Nação, dentre as várias atribuições que lhe são privativas está o comando civil das *FFAA*. A submissão do comando militar ao poder civil está implícita na própria Constituição, ao estabelecer o povo como fonte de todo o poder do Estado²⁶². Caso contrário, a própria democracia estaria em constante ameaça se não houvesse um rígido controle sobre as *FFAA*. Este, por sua vez, estaria gravemente comprometido se não existisse um incondicional respeito à hierarquia por parte das Instituições detentoras do monopólio do uso da força para garantir a soberania, a lei e a ordem do país. Os militares, responsáveis diretos pela guarda dos arsenais da Nação, guardam também, pela natureza da própria função, a disciplina e a obediência aos comandos que lhes são hierarquicamente superiores. Estes fatores são determinantes ao controle das Forças que integram. Somente por meio de uma

²⁶⁰ CF – Artigo 143, § 1º Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.

CF – Artigo 5º, VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

²⁶¹ CF – Artigo 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

...

XIII – exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.

²⁶² Conforme artigo 1º, parágrafo único da CF.

ordem emanada do presidente da república é que os comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica poderão mobilizar os regimentos aquartelados, desde que o Congresso Nacional também autorize²⁶³.

A missão das *FFAA* em todo país constitucional está em salvaguardar os maiores interesses da Nação. Como dito, sua existência é indispensável para o próprio Estado, exigindo-se delas uma sólida organização, a fim de reunir seus homens e demais elementos que a compõem em um conjunto harmônico que seja o braço armado da pátria pronto para prover sua defesa, resguardando a integridade de seu território, além de garantir o cumprimento da Constituição e das leis do país. O exercício institucional e orgânico da força obriga as *FFAA* a formar e treinar seus membros de modo a criar em cada um deles uma personalidade de característica uniforme. Esta formação faz com que o indivíduo assimile um estilo de vida orientado ao cumprimento de tarefas previamente ordenadas, ainda que isto possa custar sua própria vida. A possibilidade de aderência a estas virtuosas características são possíveis somente pelo respeito à disciplina e obediência ao comando²⁶⁴. Com efeito, a organização militar possui uma estrutura piramidal na qual uma única pessoa possui o poder de mando. Aos comandados, envolvendo a cadeia composta de oficiais superiores a soldados, cabe a obediência às ordens.

No sistema democrático, no ápice desta pirâmide está o presidente da república. Entretanto, para que seu comando ecoe sobre todo o corpo da Força, necessário se faz a construção de uma sólida disciplina. Esta, por sua vez, se embasa em regras previamente estabelecidas pela Constituição e pelas leis do país legitimamente construídas, ao menos em tese, pelas autoridades escolhidas

²⁶³ CF – Artigo 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

...

II – autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.

²⁶⁴ Um dos princípios fundamentais da doutrina militar é o conceito de mando. O comando consiste na autoridade e responsabilidade legais com que se investe um militar para o exercício do mando. Seus suportes estão na Constituição, leis, decretos e regulamentos militares. O conceito da obediência reside nas qualidades do “dom de mando” dos comandantes, ao demonstrarem sua autoridade moral e ascendência sobre seus subordinados no desempenho de suas funções. Ao cumprirem fielmente tais compromissos, alimentam nos comandados a disposição ao cumprimento das ordens.

soberanamente pelo povo da Nação²⁶⁵. Em uma organização militar, a disciplina e a ordem são requisitos indispensáveis a toda sua estrutura. Sem elas, as *FFAA* deixariam de sê-lo para se converterem em uma desordenada turbamulta. Seu aspecto mais positivo reside na autodisciplina de quem a ela se sujeita, caracterizada por sua espontaneidade e contentamento. O subordinado, ao cumpri-la de bom grado e voluntariamente, submete-se por meio de sua própria convicção aos comandos superiores. Em síntese, a disciplina está alicerçada na razão, no devido cumprimento do dever e na lealdade ao comando. É ela o oxigênio de toda *FFAA*. Sua prática constante evita o nascimento de qualquer estado deliberativo que possa colocar em risco a Nação, seja nos tempos de guerra ou de paz²⁶⁶. Mandar e obedecer são as pedras angulares de toda organização militar. Uma vez assimilada por cada um de seus integrantes, se constitui na principal garantia de eficiência dos contingentes armados, sempre prontos para defender as Instituições Democráticas da Nação.

²⁶⁵ Para o comum das pessoas, a disciplina representa um cerceamento desnecessário e não razoável ao pleno exercício das liberdades individuais. Isto gera um falso conceito de arbítrio por parte das autoridades que a determinam. Entretanto, a disciplina é a base de qualquer democracia que pretenda ser verdadeira. É necessário que haja uma adesão às regras de convivência para que se tornem sustentáveis as relações entre os indivíduos de uma mesma sociedade.

²⁶⁶ Submetidos que estão às leis e regulamentos militares, o Código Penal Militar brasileiro prevê, em seu livro: “Dos crimes militares em tempos de paz” a criminalização de condutas que atentem contra a autoridade ou disciplina militares. É o caso, por exemplo, da tipificação das condutas de amotinamento e revolta:

Vejamos:

CPM – *Motim* – Artigo 149. Reunirem-se militares ou assemelhados: I – agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la; II – recusando obediência a superior, quando estejam agindo sem ordem ou praticando violência; III – assentindo em recusa conjunta de obediência, ou em resistência ou violência, em comum, contra superior; IV – ocupando quartel, fortaleza, arsenal, fábrica ou estabelecimento militar, ou dependência de qualquer deles, hangar, aeródromo ou aeronave, navio ou viatura militar, ou utilizando-se de qualquer daqueles locais ou meios de transporte, para ação militar, ou prática de violência, em desobediência a ordem superior ou em detrimento da ordem ou da disciplina militar:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, com aumento de 1/3 (um terço) para os cabeças.

Revolta – Parágrafo único. Se os agentes estavam armados:

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 20 (vinte) anos, com aumento de 1/3 (um terço) para os cabeças.

Conspiração – Artigo 152. Concertarem-se militares ou assemelhados para a prática do crime previsto no artigo 149:

Pena – reclusão, de 3 (três) a 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. É isento de pena aquele que, antes da execução do crime e quando ainda era possível evitar-lhe as consequências, denuncia o ajuste de que participou.

9.2 Missões das Forças Armadas no Estado Democrático de Direito

O aparato bélico dissuasório²⁶⁷ que compõe as *FFAA* não oferece a elas, necessariamente, um caráter belicista. Submetidas que estão aos princípios fundamentais regentes do Estado Democrático de Direito, sua missão essencial reside na defesa da paz, no respeito à não-intervenção, à independência e à autodeterminação dos povos e na solução pacífica dos conflitos²⁶⁸. Tais fundamentos estão reforçados na legislação infraconstitucional dirigida especialmente aos militares²⁶⁹ e no próprio bojo da Constituição nacional na medida em que caberá ao presidente da república acioná-las belicosamente somente nos casos de agressão estrangeira²⁷⁰. Considera-se também como missão essencial das *FFAA* a garantia do livre desempenho dos poderes constitucionais objetivando a defesa do Estado e das Instituições Democráticas que

²⁶⁷ O papel principal das *FFAA* nas democracias reside na sua capacidade de deterrência, ou seja, no ato ou no efeito de impedir preventivamente o ataque de um possível agressor, mediante a intimidação ou ameaça de uma efetiva retaliação. O elemento dissuasório, apanágio das *FFAA* em tempos de paz, se dirige aos potenciais inimigos da Nação, sejam eles estrangeiros ou compatriotas.

²⁶⁸ É o que extraímos do artigo quarto e alguns incisos da CF:

Artigo 4º - A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I – independência nacional; II – prevalência dos direitos humanos; III – autodeterminação dos povos; IV – não intervenção; V – igualdade entre os Estados; VI – defesa da paz; VII – solução pacífica dos conflitos.

²⁶⁹ Observemos a gravidade das penas previstas nos seguintes tipos penais:

CPM – “Dos crimes contra a segurança interna do país”

Hostilidade contra país estrangeiro – Artigo 136. Praticar o militar ato de hostilidade contra país estrangeiro, expondo o Brasil a perigo de guerra:

Pena – reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

Resultado mais grave

§1º. Se resulta ruptura de relações diplomáticas, represália ou retorsão:

Pena – reclusão, de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) anos.

§2º. Se resulta guerra:

Pena – reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

Provocação a país estrangeiro – Artigo 137. Provocar o militar, diretamente, país estrangeiro a declarar guerra ou mover hostilidade contra o Brasil ou a intervir em questão que respeite à soberania nacional:

Pena – reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

²⁷⁰ CF – Artigo 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

...

XIX – declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida nos intervalos das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

o compõe, mormente quanto ao pleno exercício dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Esta última missão, de cunho exclusivamente interno, deverá ser exercida em conjunto com as polícias estaduais e federais a fim de que o aparato total das Forças do Estado haja temporária e concertadamente até o restabelecimento da normalidade institucional, vigente ou não algum decreto inerente ao sistema constitucional das crises²⁷¹.

Desse modo, somente subsidiária e excepcionalmente, as *FFAA* estão incumbidas da *defesa da lei e da ordem*. Em obediência ao princípio da especialidade dos órgãos de segurança²⁷², esta competência primária está afeta às *Forças de Segurança Pública federais, militares e civis dos Estados e do Distrito Federal*. Ao atuarem nestes casos, as *FFAA* o fazem somente por iniciativa de qualquer um dos poderes da Nação. Tratando-se as *FFAA* de forças sob o controle da União, pacífico é o entendimento segundo o qual a convocação se dá por meio dos legítimos representantes de qualquer um dos poderes federais, ainda que sejam provocados por alguma instância estadual. Resta saber quem serão os legítimos representantes destes poderes. Torna-se imperiosa a identificação física daquele que recebe a legitimação para requerer a convocação das *FFAA*, não somente pelo caráter excepcional da medida, mas principalmente pela própria seriedade com a qual o assunto deve ser tratado. Isto impede a ocorrência de eventuais rompantes de vaidades por parte de autoridades que procuram testar a intensidade de seu poder por meio de decisões que determinem um desnecessário desarmamento das tropas. Assim, as autoridades competentes para subscreverem o requerimento convocatório serão exclusivamente o presidente da

²⁷¹ Entende-se por “sistema constitucional das crises” o conjunto de normas constitucionais, cujas características marcantes são a ocorrência de fatos cuja anormalidade torna imprescindível sua aplicação, de maneira excepcional e temporária. O sistema o prevê nas seguintes situações: o Estado de Defesa (artigo 136 e parágrafos) e o Estado de Sítio (artigo 137 e seguintes).

²⁷² Pela primeira vez na história constitucional do país, as *Forças Policiais* foram nominadas no capítulo “*Da Segurança Pública*”. Neste mesmo capítulo consignaram-se suas respectivas atribuições, não extensíveis umas às outras por conta dos próprios limites a elas impostos. Entretanto, isto não impediu que a Constituição do Estado de São Paulo, ao prever a criação da Superintendência de Polícia Técnico-Científica, em franca assimetria ao preconizado pela Carta Maior, criasse uma lei regulamentando uma terceira polícia estadual por meio de dois Institutos: o de Criminalística e o Médico-Legal. Fato semelhante ocorre com uma outra força policial, de caráter híbrido, criada por lei complementar: a *Força Nacional de Segurança*. No momento oportuno examinaremos cada uma delas.

mesa do Congresso Nacional, o presidente da república e o presidente do Supremo Tribunal Federal.

9.3 Missões de Paz

Embasadas nos princípios capitulados no artigo quarto da Constituição da República Federativa do Brasil, as missões de paz no exterior são realizadas somente com o consentimento soberano por parte dos países que concordes com a prestação do auxílio. Soldados do Exército²⁷³, Marinha e Aeronáutica compõem as Forças de Manutenção da Paz das Nações Unidas. Estes contingentes caracterizam-se como forças militares multinacionais, instituídas pela Organização das Nações Unidas (ONU) com a aprovação e objetivos designados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Com frequência, mas não necessariamente, atuam em zonas onde ocorrem confrontos armados. Conhecidos popularmente por boinas ou capacetes azuis, possuem a missão de monitorar e manter o *cessar-fogo*, supervisionando procedimentos de retirada de tropas, além de promover ajuda humanitária no teatro de operações²⁷⁴. Atualmente o Brasil integra doze missões de paz espalhadas pela África, Oriente Médio e América Hispânica²⁷⁵. A

²⁷³ Os contingentes brasileiros das Forças de Paz das Nações Unidas contam, também, com integrantes das Polícias Militares dos Estados. Entretanto, a Constituição os considera como membros de *forças auxiliares e reserva do Exército*, quando convocados para missões militares internacionais promotoras da paz e socorro às populações civis afetadas em regiões de confronto armado. Este o motivo pelo qual, aqui, as Polícias Militares não estão destacadas com relação aos demais segmentos das *Forças Armadas*.

Vejamos o que diz a Constituição brasileira:

Artigo 144. ... **§6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército** subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e Territórios. **(grifos nossos)**

²⁷⁴ Recebem também a denominação inglesa *peacekeepers* – defensores da paz. O Brasil inaugurou sua participação nas tropas internacionais de paz ao integrar a Primeira Força de Emergência das Nações Unidas I FENU, em inglês a UNEF – *First United Nations Emergency Force*. Um Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro, com cerca de seiscentos soldados, formaram o “Batalhão Suez”. Partiram do Rio de Janeiro rumo a Suez, no Egito, em 27 de janeiro de 1957, lá permanecendo até julho de 1967. Após esta missão pioneira, Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícias Militares estiveram em dezenas de países espalhados pelo mundo: Egito, República Dominicana, Guatemala, Equador, Peru, Congo, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Moçambique, Timor Leste, Croácia, Prevlaka, Índia, Paquistão, Libéria, Angola, Ruanda, ex- Iugoslávia, Nova Guiné Ocidental, Eslovênia Oriental, Haiti, Costa do Marfim, Chipre e Guiné Bissal.

²⁷⁵ UNIMIS – Missão das Nações Unidas para a Paz no Sudão; UNMIL – Missão das Nações Unidas na Libéria; UNOCI – Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim; UNOWA – Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental, Senegal; UNIMIT – Missão das Nações Unidas para o Timor Leste; MINURSO – Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental; MINURCAT – Missão das Nações Unidas no Chade e República Centro Africana; UNFICYP – Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre; GMI/CO – Grupo de Monitores Interamericanos da Missão de Assistência da Organização dos Estados Americanos ao

participação ativa de tropas brasileiras em sucessivas missões de paz espalham pelo mundo a sublime crença do povo brasileiro na pacificação dos conflitos internacionais, elegendo as vias diplomáticas para sua solução.

9.3.1 Missões do Exército Brasileiro

A Divisão de Missões de Paz (*Div Mis Paz*) foi criada para dotar o Exército Brasileiro (*EB*) de estruturas adequadas a uma participação eficiente em missões de paz. Subordina-se ao *COTER* – Comandante de Operações Terrestres do Exército, planejando, orientando e avaliando atividades relacionadas ao preparo dos militares selecionados para atuarem nas diversas Operações de Paz. A mais expressiva participação do *EB* ocorre, atualmente, no território haitiano. Desde o ano de dois mil e quatro, tropas das Nações Unidas são coordenadas pelo Brasil para estabilizar a crise política na ilha caribenha. Em meio à crise, no ano de dois mil e dez, um violento terremoto seguido de uma epidemia de cólera assolou o país, obrigando maior empenho internacional para acudir a situação caótica sofrida pelos haitianos. Os contingentes do *EB* são substituídos a cada seis meses, tendo sido mobilizados mais de quatorze mil militares desde o início da *MINUSTAH*. Cerca de dois mil e duzentos militares encontram-se no Haiti, mil novecentos e cinquenta deles pertencentes às fileiras do Exército²⁷⁶.

Missões internas organizadas para atividades de defesa civil e socorro a vítimas de catástrofes são realizadas pelos militares, elaborando e oferecendo apoio com estratégias voltadas à minimização do sofrimento das populações atingidas²⁷⁷. As atividades humanitárias desenvolvidas pelo *EB*, tanto no plano interno como no internacional são as principais marcas de seu novo papel constitucional. Ao deixar o cenário político nacional, elaborou uma nova visão de

Plano Nacional de Desminagem na Colômbia; *MARMINAS-Ecuador/Peru* – Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América do Sul; *MINUSTAH* – Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti.

²⁷⁶ Em janeiro de 2010, dezoito militares foram vitimados fatalmente no terremoto do Haiti. A maioria deles pertencia aos Batalhões de Infantaria Leve de Lorena, Lins e São Vicente. Um policial militar do Distrito Federal também morreu no evento.

²⁷⁷ Cerca de cem homens estiveram envolvidos em ações planejadas para o resgate e apoio às populações ribeirinhas de Roraima, afetadas pelas enchentes de junho de 2011. Militares do *7ºBIS* – Batalhão de Infantaria de Selva; *17º ECM* – Esquadrão de Cavalaria Mecanizada e do *10º GACS* – Grupo de Artilharia de Campanha de Selva foram mobilizados para as diversas missões. A maioria delas consiste na retirada de pessoas isoladas nas áreas alagadas, com o apoio de aeronaves do Exército e de embarcações da Marinha.

futuro compromissando-se, de forma exclusiva e perene, com a defesa da Pátria, do Estado, da Constituição e da sociedade. Para isso, criou o *SE-EB* – Sistema de Excelência no Exército Brasileiro, motivando e consolidando a auto-estima da tropa, reforçando o poder de dissuasão da Força contribuindo, assim, para a formação de cidadãos-soldados úteis à sociedade. Isto envolve, também, uma contínua avaliação, inovação e melhoria da gestão, otimizando o emprego de recursos, processos e serviços desempenhados pela Força.

9.3.2 Missões da Marinha do Brasil

Assim como o *EB*, a Marinha do Brasil (*MB*) participa de missões de paz no exterior, realizando ações cívico-sociais (*Operações ACISO*), a exemplo dos atendimentos de saúde realizados no Haiti²⁷⁸. Na *MINUSTAH*, a *MB* está representada por seus Fuzileiros Navais, cujo contingente integra o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais – *GptOpFuzNav*, uma unidade anfíbia composta por duzentos e quinze fuzileiros, substituídos a cada seis meses. Oficiais do Corpo da Armada e Intendentes do Estado-Maior do batalhão brasileiro participam das operações de comando à frente da Força de Estabilização. Operativamente, o *GptOpFuzNav* realiza patrulhamentos em vias urbanas e rurais, com atividades tipicamente policiais, a exemplo de buscas pessoais e em veículos, objetivando encontrar armas e drogas. Ações de policiamento ostensivo ocorrem em locais de intensa atividade criminosa e para controlar distúrbios e manifestações perturbadoras da ordem e da segurança. Após cinco anos de atividades no Haiti, as maiores realizações do *GptOpFuzNav* demonstram-se pela quantidade de drogas e armas apreendidas, além da prisão de criminosos e resgate de pessoas submetidas a confinamento por parte deles. Entretanto, a missão de maior importância cumprida pelos Fuzileiros Navais foi o apoio durante as eleições presidenciais e parlamentares no país.

Entre as missões de paz internas está o atendimento às comunidades indígenas nas mais longínquas regiões do Brasil²⁷⁹. Com igual propósito as

²⁷⁸ O *GptOpFuzNav* realiza atendimentos médicos e odontológicos, além de garantir a segurança e a estabilidade em *Jean Marie Vincent*, maior campo de desabrigados de Porto Príncipe. A patrulha é feita com apoio dos blindados *Piranha* da *MB*.

*Operações ACISO*²⁸⁰ da MB difundem-se por todo o Brasil, distribuídas entre os oito Comandos dos Distritos Navais da Nação²⁸¹. Em parceria com setores da sociedade civil, além dos serviços de saúde, a MB põe à disposição da população: serviços de estética, palestras educativas sobre prevenção à saúde, primeiros socorros, palestras sobre Direito do Consumidor e Violência Doméstica. Informações sobre os modos de ingresso dos jovens nas escolas da MB constituem importantes orientações para motivá-los ao sério prosseguimento de seus estudos²⁸². Ultimamente, em face da epidemia de dengue no país, Fuzileiros Navais participam intensamente de mutirões de combate aos criadouros do *aedes aegypti*²⁸³

9.3.2.1 Programa Nuclear da Marinha do Brasil

Em total consonância com os princípios constitucionais atinentes às pesquisas nucleares²⁸⁴, a MB elabora projetos em diversos ramos da ciência objetivando dotar o país de uma tecnologia própria e independente. Para este fim,

²⁷⁹ Por exemplo, a Capitania Fluvial de Tabatinga, utilizando como apoio os Navios Patrulha-Fluvial “Pedro Teixeira e Amapá” que participam da Operação *BRACOLPER* (Brasil-Colômbia-Peru), realizou uma Ação Cívico-Social em julho de 2010 na comunidade indígena da tribo *Tikuna*, *Umariáçu II*, em Tabatinga -AM.

²⁸⁰ Estas operações são representadas por um conjunto de atividades, via de regra de caráter temporário, objetivando orientar as comunidades na solução de seus problemas, despertando o espírito cívico e comunitário do cidadão.

²⁸¹ No último mês de abril de 2011, o Comando do 2º Distrito Naval, por meio do Hospital Naval de Salvador (*HNSA*), promoveu atendimentos médicos e odontológicos na escola Municipal de Cidade Nova, além da realização de palestras sobre profilaxia e higiene dental para alunos e moradores da comunidade. Para uma melhor integração entre os militares e a população, um multirão ecológico foi realizado na limpeza e retirada de lixo das áreas que circundam o prédio.

²⁸² Em novembro de 2010, em parceria com as *Voluntárias Cisne Branco* e o Serviço Social do Comércio – *SENAC-RN*, o Comando do 3º Distrito Naval promoveu uma *Operação ACISO na Associação de Veteranos do Corpo de Fuzileiros Navais*, na Vila Naval, em Natal-RN, contabilizando 505 atendimentos em um único dia.

²⁸³ No início do mês de fevereiro de 2011, a equipe do *Hospital Naval de Belém – HNBe*, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e do Meio Ambiente – *SESMA* e o *GptFNBe*, realizou uma ação de combate à dengue nas Vilas Navais.

²⁸⁴ CF – Artigo 21. Compete à União:

...

XXIII – explorar os serviços e instalações nucleares de qualquer natureza e exercer o monopólio estatal sobre a pesquisa, a lavra, o enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, atendendo os seguintes princípios e condições:

- a) Toda atividade nuclear em território nacional somente será admitida para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional.

mantém o *Centro Tecnológico da Marinha* em São Paulo – *CTMSP*²⁸⁵. Em suas dependências, a *MB* estabeleceu, desde os fins dos anos setenta, um programa de desenvolvimento de tecnologia para dominar o ciclo do combustível nuclear. Um passo significativo foi dado em mil novecentos e oitenta e dois, oportunidade em que a *MB* dominou a tecnologia do enriquecimento do urânio. As expectativas voltam-se, atualmente, à construção de um protótipo de reator capaz de gerar energia suficiente à propulsão de um submarino nuclear, cuja conclusão do projeto está prevista para dois mil e quatorze. O programa nuclear brasileiro, de fundamental importância estratégica conta, desde dois mil e oito, com parte do orçamento do Ministério da Defesa, totalizando um bilhão de reais distribuídos no decorrer de oito anos, em parcelas de cento e trinta milhões por ano. A disponibilidade destes meios significa oferecer à Nação um Poder Naval dissuasório que o ponha à altura das necessidades resultantes da missão constitucional da *MB*.

9.3.3 Missões da Força Aérea Brasileira

A Força Aérea Brasileira (*FAB*), também conhecida por Aeronáutica, tem por missão síntese, em obediência ao mandamento constitucional, *manter a soberania no espaço aéreo nacional com vistas à defesa da pátria*. Como atribuições subsidiárias, cabe a ela *cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo presidente da república*. Para que possa proteger e fiscalizar efetivamente todo o espaço aéreo nacional, a *FAB* coordena e controla as atividades de voo da Aviação Civil, provendo integralmente a segurança aérea do país. Opera também o Correio Aéreo Nacional (*CAN*) contando, para isso, com um efetivo de quase setenta e cinco mil servidores, entre civis e militares²⁸⁶. Utilizando suas aeronaves e seu corpo de militares, a *FAB* promove ações sociais para as populações de diferentes regiões brasileiras, por meio das Operações

²⁸⁵ Organização Militar voltada à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, o *CTMSP*, instalado no *campus* da Universidade de São Paulo, desenvolve sistemas térmicos, químicos e eletromecânicos em suas instalações laboratoriais. Sistemas nucleares e energéticos também são estudados para serem futuramente aplicados na propulsão de navios da *MB*.

²⁸⁶ De um total exato de 74.486 (setenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e seis) servidores públicos, 67.781 (sessenta e sete mil setecentos e oitenta e um) são militares, 6.705 (seis mil setecentos e cinco) civis. (dados de fevereiro de 2011).

Aciso. Contando com a colaboração do *CAN*, suas linhas regulares transportam medicamentos e pessoas, oferecem apoio em campanhas de vacinação, levam socorro às populações em áreas de calamidades, colaborando também no transporte de urnas eleitorais, promovendo a integração das mais longínquas áreas do Brasil.

9.3.3.1 Missões de Paz no Haiti

Pela primeira vez na história da Instituição, uma tropa de Infantaria da Aeronáutica foi designada para compor uma missão de paz da *ONU* no Haiti²⁸⁷. Ao desembarcarem em uma aeronave KC-137 do Segundo Esquadrão do Segundo Grupo de Transporte (2º/2ºGT), seguiram até a Base General Bacelar, integrando definitivamente as fileiras da *MINUSTAH*. As principais atividades desenvolvidas pelos *fabianos* está em prover apoio militar ostensivo nas áreas de segurança, ministrar tratamentos de saúde e distribuir gêneros alimentícios. Para manter a cadeia de apoio às tropas no território haitiano, a *FAB* mantém voos quinzenais de ressuprimento com intenso transporte de alimentos e medicamentos destinados à população. Finalizadas as ações de apoio emergencial, em maio de dois mil e dez, a *FAB* contabilizou, ao longo de quatro meses, cento e cinquenta e seis missões de ajuda humanitária, perfazendo um total de três mil e trezentas horas de voo entre transporte de equipes de resgate, equipamentos, alimentos, medicamentos e água, além de instalar um Hospital de campanha em Porto Príncipe. Na rota contrária, os aviões da *FAB* trasladaram os corpos de Zilda Arns, do diplomata brasileiro Luiz Carlos da Costa e dos dezoito militares do *EB* mortos no terremoto.

9.3.3.2 Missão *URUBRA I*

Entre os dias vinte e cinco e vinte e nove de abril de dois mil e onze, militares da *FAB* e da Força Aérea Uruguaia (*FAU*) desenvolveram missões de treinamento e cooperação entre os dois países: o exercício *URUBRA I*. O objetivo da missão é simular o tráfico ilícito de aeronaves no espaço aéreo ou até mesmo sua invasão, obrigando o órgão de defesa do país invadido a interceptar o inimigo.

²⁸⁷ No ultimo dia 9 de fevereiro de 2011, após oito meses de treinamento no Brasil, vinte e sete militares da Força Aérea Brasileira juntaram-se a militares do Exército e da Marinha para participarem da *MINUSTAH*, cujo comando multinacional das operações está sob a responsabilidade do Brasil desde o ano de 2004.

O treinamento também visa coibir o tráfico de entorpecentes, posto ser um problema que afeta ambos os países. Semelhantes exercícios foram realizados recentemente com as Forças Aéreas da Argentina, Paraguai, Peru, Colômbia e Venezuela, países com os quais o Brasil possui vasta fronteira e onde são identificados constantemente tráfegos ilícitos de pequenas aeronaves comumente relacionadas ao tráfico internacional de drogas. Tais procedimentos objetivaram habilitar ambas as Forças Aéreas a combater mais eficazmente os tráfegos ilícitos transnacionais, por meio da coordenação operacional entre o Comando de Defesa Aeroespacial do Brasil e o Comando de Operações Aéreas do Uruguai, envolvendo meios de Comando, Controle e Comunicações de ambos os países e o estabelecimento de uma doutrina operacional comum nas tarefas de vigilância e controle do espaço aéreo binacional, assim como o treinamento através da execução de medidas de policiamento do espaço aéreo²⁸⁸. No teatro de operações foram utilizados pela FAB aviões A-29 *Super Tucano* do 3º Esquadrão do 3º Grupo de Aviação e C-98 *Grand Caravan*, pertencente ao 5º Esquadrão de Transporte Aéreo. As operações aéreas brasileiras sediaram-se na Base Aérea de Santa Maria-RS.

²⁸⁸ As medidas a serem tomadas vão desde a advertência e determinação de pouso às aeronaves que se encontrem em situação de tráfego não autorizado no espaço aéreo brasileiro, até seu abate. É o que preconiza a Lei nº 9.614, de 5 de março de 1998 (*altera a lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para incluir hipótese de destruição de aeronave*).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º o art.303 da lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar acrescido de um parágrafo, numerado como §2º, numerando-se o atual §2º como §3º, na forma seguinte:

Art.303. A aeronave poderá ser detida por autoridades aeronáuticas, fazendárias ou da polícia federal, nos seguintes casos: I – se voar no espaço aéreo brasileiro com infração das convenções ou atos internacionais, ou das autorizações para tal fim; II – se, entrando no espaço aéreo, desrespeitar a obrigatoriedade de pouso em aeroporto internacional; III – para exame dos certificados e outros documentos indispensáveis; IV- para verificação de sua carga no caso de restrição legal (artigo21) ou de porte proibido de equipamento (parágrafo único do artigo 21); V- para averiguação de ilícito.

§1º A autoridade aeronáutica poderá empregar os meios que julgar necessários para compelir a aeronave a efetuar o pouso no aeródromo que lhe for indicado. (regulamento)

§2º Esgotados os meios coercitivos legalmente previstos, a aeronave será classificada como hostil, ficando sujeito à medida de destruição, nos casos dos incisos do caput deste artigo e após autorização do Presidente da República ou autoridade por ele delegada.

§3º A autoridade mencionada no §1º responderá por seus atos quando agir com excesso de poder ou com espírito emulatório. (grifos nossos)

10 Constituição da Nação e garantias fundamentais dos cidadãos brasileiros

A Constituição da República Federativa do Brasil ampliou significativamente o rol dos direitos e garantias fundamentais. Aqui nos interessa elencar aqueles cuja aplicação esteja diretamente afeta a um sistema de garantias individuais no qual devam ser protegidas a vida, a liberdade, a integridade física a identidade, a intimidade e todos os demais direitos cujas violações, sob qualquer pretexto, venham a ferir a *dignidade da pessoa humana*. São os direitos fundamentais do *homem-indivíduo*, existentes para oferecer e reconhecer autonomia aos particulares, cuja defesa cabe incondicionalmente ao Estado, principalmente quando este exerce o indisponível direito de punir o delinquente²⁸⁹. Assim, os comandos constitucionais protetores têm como principais destinatários ao seu resguardo, os membros Instituições do Estado que enfeixam, nos limites de suas atribuições, suas respectivas atuações no contexto do sistema punitivo. Uma das características de um Estado Democrático de Direito reside na predeterminada repartição constitucional de competências dos atos a serem exercidos pelas Instituições responsáveis pela composição de um sistema judiciário que pretenda, minimamente, agir com isenção. Desse modo, a Constituição brasileira previu quais Instituições participantes neste concerto: os órgãos do Poder Judiciário, os órgãos das funções essenciais à justiça e os órgãos do sistema da Segurança Pública. O aparelhamento policial do Estado é o braço executivo e inicial de todo o processo penal. Consiste no primeiro elemento coator do direito, prosseguindo a coercibilidade por meio da própria jurisdição e dos órgãos que titularizam a persecução criminal. Entretanto, para que haja uma persecução justa, imprescindível será neste cenário a participação daqueles que representam, no bojo do processo, o *direito de defesa* do acusado pelo cometimento do ilícito penal²⁹⁰. Em virtude da importância dada a cada um dos atores inseridos no

²⁸⁹ O direito de punir decorre do ordenamento legal e consiste no poder genérico e impessoal de garantir a punição de qualquer indivíduo imputável cuja ação cometida consista em uma infração penal. É o chamado *ius puniendi in abstracto*, tornado *ius puniendi in concreto* quando o direito de punir concretiza-se na pessoa do transgressor.

sistema, o legislador constitucional conferiu a cada um deles atribuições específicas sem as quais não se configura uma persecução penal sadia e equânime²⁹¹.

²⁹⁰ É o que diz o art.5º...LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e **aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa**, com os meios e recursos a elas inerentes **.(grifos nossos)**

²⁹¹ Quando a Constituição se refere ao Poder Judiciário, faz menção expressa dos órgãos da jurisdição nacional.

Vejamos:

CF – Art.92. **São órgãos do Poder Judiciário:** I- o Supremo Tribunal Federal; I-A – o Conselho Nacional de Justiça; II – o Superior Tribunal de Justiça; III – os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; IV – os Tribunais e Juízes do Trabalho; V – os Tribunais e Juízes Eleitorais; VI – os Tribunais e Juízes Militares; VII – os Tribunais e Juízes dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.

Suas competências, previamente estabelecidas na Constituição e nas leis de organização judiciária, distribuem a jurisdição entre os vários juízes e tribunais, todas elas atuando em obediência ao princípio do juiz natural, conforme o estabelecido no artigo 5º... **LIII – ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente. (grifos nossos)**

Com relação às funções essenciais à justiça, prevê quais órgãos atuam concertadamente no sistema punitivo, estabelecendo expressamente quais suas atribuições, entre as quais se encontram suas atuações no processo penal.

Vejamos:

CF – Art. 127. **O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado**, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Art. 128. O Ministério Público abrange: I – o Ministério Público da União que abrange: a) o Ministério Público Federal; b) o Ministério Público do Trabalho; c) o Ministério Público Militar; d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; II – os Ministérios Públicos dos Estados.

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: **I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei. (grifos nossos)**

Art. 133. **O advogado é indispensável à administração da justiça**, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

Art. 134. **A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do artigo 5º, LXXIV. (grifos nossos)**

Finalmente, ao prever os órgãos responsáveis pela Segurança Pública do Estado, a Constituição faz menção expressa às Instituições policiais responsáveis pelo exercício das atividades de investigação e de polícia judiciária.

Vejamos:

CF – Art.144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;... IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União. (grifos nossos)

...

§4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares. (grifos nossos)

Por se referir este estudo especificamente às Instituições policiais responsáveis pela Segurança Pública da Nação, as garantias individuais a serem analisadas serão aquelas cujas aplicações estejam afetas diretamente às ações dos membros das polícias nacionais. Isto porque, ao inaugurarem o *ius puniendi in concreto*, os efetivos policiais recebem uma formação dirigida a guardar em suas consciências o dever pessoal de consolidar a democracia e os direitos fundamentais da pessoa humana²⁹². Estes princípios, amplamente divulgados e discutidos em todas as Academias de Polícia espalhadas pelo Brasil, demonstram claramente quais os atuais compromissos assumidos pelas polícias brasileiras. Este novo sistema de garantias, inaugurado pela Constituição da República Federativa do Brasil, repercutiu imediatamente após sua promulgação, inclusive em relação à situação de ilegalidade sob a qual se mantinham os presos comuns encarcerados em delegacias de polícia, sem que suas prisões fossem comunicadas às autoridades judiciárias competentes²⁹³.

Em uma das escalas do “*termômetro democrático*”, encontram-se graduados os níveis de qualidade e eficiência na prestação dos serviços policiais conferidos à população de um país. Podemos dizer que o estado de civilização de um povo se mede pela sua organização policial. Não há organização judiciária sadia quando não há uma organização policial justa. A polícia precede e prepara a administração da Justiça, em todo país civilizado. Onde falha a polícia, falha

²⁹² Este compromisso está expresso, por exemplo, em todos os comunicados oficiais da *Polícia Militar do Estado de São Paulo – PMESP* cuja frase, timbrada nos rodapés dos ofícios da corporação, é repetida todos os dias durante as instruções feitas aos soldados dos Cursos de Formação, pronunciada coletivamente em ordem unida: **“Nós, Policiais Militares, sob a proteção de Deus, estamos comprometidos com a Defesa da Vida, da Integridade Física e da Dignidade da Pessoa Humana.”**

²⁹³ Apesar da Delegacia de Ordem Política e Social, o *DOPS* ter sido extinta pelo então Governador nomeado de São Paulo, José Maria Marin, em 20 de dezembro de 1982, seu sucessor, o Governador de São Paulo eleito, André Franco Montoro, ao assumir o governo paulista em 1983, herdou nesta fase de transição democrática uma polícia marcada por muitas práticas autoritárias. Uma delas, largamente utilizada em Delegacias de Polícia do Departamento Regional de Polícia do Grande São Paulo, o *DEGRAN*, e no Departamento de Investigações Criminais de São Paulo, o *DEIC*, conferia aos delegados de polícia, ao arripio da lei e do silêncio obsequioso de juízes e promotores do Ministério Público, poderes para prender suspeitos de autoria de crimes comuns, por meio de uma ficha denominada: *recolha*. Nela, constavam dados de identificação do suspeito, suas *especialidades* criminosas e a delegacia responsável por sua captura. Quando era interessante retirar o preso da carceragem para ouvi-lo em cartório, uma requisição subscrita pela autoridade policial era preenchida. Este documento era conhecido nos meios policiais por: *faça subir*. Somente após a promulgação da Constituição de 1988, aboliram-se totalmente tais práticas. Presos comuns que se encontravam recolhidos às carceragens foram libertados. As prisões provisórias se submeteriam, doravante, ao obrigatório crivo judiciário.

naturalmente a magistratura. Passemos, então, a analisar os princípios constitucionais cujo incondicional respeito cabe, inicialmente, aos integrantes das Forças de Segurança da Nação.

10.1 Vedação da tortura e dos tratamentos cruéis ou degradantes

Art.5º. III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

Embora não esteja dirigido exclusivamente aos órgãos policiais, a história recente do país nos mostrou, durante os anos de chumbo, que a segurança da Nação, fundada nos postulados da *Doutrina da Segurança Nacional*, estabeleceu uma hipertrofia do Poder Executivo junto com o proporcional amesquinamento do Legislativo e do Judiciário. Este agigantamento manifestou-se juridicamente pela figura dos Atos Institucionais editados pelo Executivo²⁹⁴, materializando-se por meio das ações das Forças de Segurança do Estado, representadas pelas polícias e pelas FFAA. Nesta toada de acontecimentos, desencadeou-se um processo de violação sistemática dos direitos humanos. A tortura praticada por parte dos agentes da segurança do Estado foi uma de suas cruéis manifestações²⁹⁵. Com efeito, uma democracia de fato não se mede somente pela existência deste mandamento constitucional negativo. O respeito por parte dos membros das Forças de Segurança à Constituição do país será sua consequência necessária. Ao não se tolerarem tais práticas nas repartições policiais do Estado, as novas gerações de policiais são formadas para assumirem este compromisso, criando consciência de que qualquer ação violadora da integridade física e moral de um suspeito representa um rebaixamento da condição da vítima e, sobretudo, do próprio autor das sevícias.

²⁹⁴ Em 13 de dezembro de 1968 o presidente Arthur da Costa e Silva outorgou o AI-5. Sem estabelecer qual o período de sua vigência, colocou a ditadura militar às escâncaras no país. O Congresso foi colocado em recesso. Da mesma forma, seis Assembléias Legislativas estaduais. Sessenta e nove parlamentares foram cassados. Lideranças civis articuladoras do golpe também foram cassadas, a exemplo do ex-governador carioca Carlos Lacerda. O resultado de todo esse arsenal de Atos, decretos, cassações e proibições foi a paralisação quase completa dos movimentos populares de denúncia, resistência e reivindicação, restando praticamente uma única forma de oposição: a clandestina.

²⁹⁵ Objetivando amedrontar e dar claras manifestações da força e licenciosidade com que os agentes poderiam operar os meios para atingir o fim último da segurança do Estado, na entrada do DOPS paulista, a “casa da vovó” como era mencionado nas comunicações via rádio entre as viaturas policiais, havia uma placa na qual constava a seguinte frase: “Contra a Pátria não há Direitos.”

Reforçando este princípio constitucional, o Brasil também ratificou a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes ²⁹⁶. Finalmente, em sete de abril de mil novecentos e noventa e sete, as condutas de tortura foram tipificadas pela Lei 9.455/97. Com ela, a possibilidade punir os desvios de conduta praticados pelos agentes encarregados da aplicação da lei, seja por ação ou omissão, em vista de sua previsão dirigida a quem detém a condição especial de agente público:

Art.1º. Constitui crime de tortura:

I – constranger alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

- a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;
- b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;
- c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II – **submeter alguém sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental**, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos.

§1. Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§2. Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

...

§4. Aumenta-se a pena de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço):

I – se o crime é cometido por agente público;

...

§5. A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

§6. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia. (grifos nossos)

²⁹⁶ Adotada pela Resolução 39/46, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1984, foi incorporada ao ordenamento jurídico interno pelo Decreto 40, de 15 de fevereiro de 1991. O mesmo diga-se com relação à Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA, em 9 de dezembro de 1985, ratificada pelo Brasil em 20 de julho de 1989.

Tomando como referência alguns episódios recentes de nossa história, com a preocupação de não nos contaminarmos por indevidas paixões ou por discursos oportunistas de ocasião, esclareceremos melhor as novas gerações de policiais sobre os novos papéis a serem desempenhados alertando-os, principalmente, sobre as consequências decorrentes de suas condutas, quando tomadas ao arrepio da lei.

10.2 Assistência religiosa a pessoas sob a custódia do Estado

Art.5º. VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

Ainda que não seja atribuição das polícias a custódia de presos da justiça, mesmo aqueles em situação provisória, a realidade das *cadeias públicas* está presente em delegacias de polícia, mesmo no Estado de São Paulo²⁹⁷. Assim, os delegados de polícia diretores destas cadeias, auxiliados pelos carcereiros policiais, possuem a responsabilidade de atender, dentre várias demandas, a assistência religiosa. Em respeito à liberdade de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos²⁹⁸ e conforme o determinado pela Lei de Execuções Penais²⁹⁹ é comum as autoridades policiais contarem com a assistência religiosa, normalmente a cargo de agentes pastorais da Igreja católica e de obreiros das mais variadas denominações cristãs protestantes. O Estado não pode responsabilizar-se em prestar este serviço dado o seu caráter laico. Entretanto, deve criar as devidas

²⁹⁷ O Estado de São Paulo é a unidade da federação que melhor administra a sua política penitenciária, por meio da Secretaria de Administração Penitenciária – SAP. Com a criação dos Centros de Detenção Provisória – CDPs, presos autuados pela Polícia Civil do Estado passaram a ser distribuídos para essas unidades prisionais. Entretanto, a impossibilidade de absorverem toda a população carcerária faz com que as cadeias públicas anexas às repartições policiais continuem sendo utilizadas, com significativos prejuízos à investigação, ressocialização e, principalmente, à segurança dos policiais, alvos de ataques durante ações de resgate e reprimendas patrocinadas pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital – PCC. Exemplo disso é a cadeia pública do município do Guarujá-SP, anexa ao 1º Distrito Policial e a cadeia pública de Santos – SP, anexa ao 5º Distrito Policial, esta recentemente reformada para suprir a falta de vagas no sistema. Ambas encontram-se, assim como os CDPs, operando acima de suas capacidades.

²⁹⁸ CF – art. 5º... VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

²⁹⁹ Lei 7.210 de 11 de julho de 1994.

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

Ar. 11. A Assistência será: ... VI – religiosa.

condições para que isso ocorra no ambiente carcerário. No caso das cadeias públicas, o constante diálogo do delegado de polícia diretor com as igrejas³⁰⁰ situadas no município torna plenamente exequível este comando constitucional.

10.3 Resguardo da honra e da imagem de pessoas sob investigação

Art.5º. X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

O processo penal não pode prescindir de uma preparação prévia cujo objetivo é fornecer elementos mínimos de convicção aos atores responsáveis pela fase processual. Esta etapa, conhecida por investigação policial é exercida, por um imperativo constitucional, pelas polícias que detêm atribuições relativas à apuração das infrações penais. No âmbito estadual, as investigações que não sejam de cunho exclusivamente militar estão afetas às Polícias Cíveis dos Estados, realizadas pelas autoridades policiais e seus agentes. As atuações do delegado de polícia, autoridade constitucionalmente designada para presidir as investigações penais de crimes comuns, estão disciplinadas pelo código de processo penal³⁰¹. O instrumento hábil para o exercício e controle das investigações recebe a denominação de *inquérito policial*³⁰². Com efeito, este caderno investigativo visa apurar os fatos como realmente aconteceram. Portanto, não se presta apenas para guardar em seu bojo provas incriminadoras do suspeito. Como instrumento de garantias aos seus direitos fundamentais, destina-se a coletar, da mesma forma, elementos de prova que possam inclusive afastá-lo desta condição inicial, podendo servir como suporte para seu arquivamento e, até mesmo, para defesa em juízo do suspeito. Por este motivo é que os órgãos de investigação, sob pena de terem

³⁰⁰ Foi costume, durante os cinco anos em que estive à frente da direção da Cadeia Pública do município de São Sebastião, principalmente nas festas da Páscoa e do Natal, a realização de cultos ecumênicos por parte das lideranças pastorais das Igrejas católica e evangélicas, únicas que se propunham a dar assistência religiosa aos presos. Neste período, nenhuma outra denominação apresentou-se ao serviço religioso, nem tampouco outra denominação foi reivindicada por qualquer interno. Fundamental para operar uma possível ressocialização em meio a tantas adversidades verificadas no superlotado estabelecimento prisional, os agentes pastorais sempre se mostraram com boa vontade ao cumprimento da Missão.

³⁰¹ CPP – art.4º. A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais nos territórios de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria

³⁰² CPP – art. 5º. Nos crimes de ação pública, o **inquérito policial** será iniciado: **(grifos nossos)**

comprometidas suas imparcialidades, não podem cumular as atribuições dos órgãos de acusação. Caso isso ocorresse, o processo já nasceria com flagrantes tendências para sustentar decretos condenatórios. Apliquemos o mesmo raciocínio com relação aos órgãos da acusação e da defesa.

A investigação deve ser conduzida por uma ética voltada ao respeito incondicional àquele que figura como suspeito de autoria de algum fato delituoso. Em respeito ao princípio da presunção de inocência³⁰³ e com objetivo de resguardar ao máximo a honra e a imagem do investigado, evitando, assim, um injusto *linchamento* moral, a polícia possui o dever de aplicar concretamente os princípios incorporados ao ordenamento jurídico interno por força de alguns tratados internacionais de direitos humanos³⁰⁴. É o que preconiza, por exemplo, o *Pacto dos Direitos Civis e Políticos*³⁰⁵:

Artigo 17 – 1. Ninguém poderá ser objeto de ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, **nem ofensas ilegais à sua honra ou reputação. (grifos nossos)**

2. Toda pessoa terá direito à proteção da lei contra essas ingerências ou ofensas.

Da mesma forma, a *Convenção Americana de Direitos Humanos*³⁰⁶:

Artigo 11 – Proteção da honra e da dignidade

1. **Toda pessoa tem direito ao respeito de sua honra e ao reconhecimento de sua dignidade.**

2. **Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias** ou abusivas em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio e em sua correspondência, **nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação.**

³⁰³ O Estado brasileiro, signatário dos documentos internacionais em defesa dos direitos humanos reprisa, no seu artigo 5º, LVII da CF, expressões diferentes porém com o mesmo conteúdo das afirmadas no artigo XI da Declaração Universal dos Direitos Humanos: Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público, no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

³⁰⁴ É o que preconizado na CF - artigo 5º, §2º. Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos **tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. (grifos nossos)**

³⁰⁵ Ratificado pelo Brasil, em 24 de janeiro de 1992.

³⁰⁶ *Pacto de San Jose da Costa Rica*, ratificado pelo Brasil, em 25 de setembro de 1992.

3. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais ingerências ou tais ofensas. (grifos nossos)

Com efeito, as investigações conduzidas pela polícia por si só já representam uma invasão do Estado na esfera íntima e privada do indivíduo, mesmo que o exercício deste poder-dever esteja constitucionalmente previsto. Para que não haja abusos por parte daqueles que detêm tais faculdades, e para que estas se prestem unicamente às tarefas pertinentes à investigação policial, a Delegacia Geral de Polícia de São Paulo publicou a Portaria DGP 30/97³⁰⁷ que disciplina a prestação de informações no exercício da atividade policial civil. Norteada pelos princípios e normas que asseguram o respeito à dignidade da pessoa humana e à cidadania, aqui analisaremos seus principais tópicos.

Vejamos:

Artigo 1º. As autoridades policiais devem abster-se de divulgar fatos sobre os quais tenham ciência em razão das funções que exercem, limitando-se, quando indagadas pelos meios de comunicação, a divulgar exclusivamente, em relação a tais fatos, informações:

I – cujo conhecimento pelo público seja de manifesto interesse policial;

II – que não causem prejuízo às investigações; e

III- **que não afetem a intimidade, a honra, ou a imagem das pessoas envolvidas.**

§1º. As autoridades policiais não poderão intermediar ou facilitar, em qualquer hipótese, entrevista e registro de imagem de pessoas envolvida em ocorrência policial ou sob investigação.

...

§3º. As autoridades policiais somente poderão autorizar entrevista ou registro de imagem de pessoa detida ou presa, mediante prévio consentimento por escrito, após suficientemente informada sobre seus direitos, e observadas as normas fixadas pelo Juiz Corregedor de Polícia Judiciária competente. (grifos nossos)

Art. 3º Fica vedada a divulgação de fatos ou qualquer tipo de comunicação que possa induzir ao crime, ou à justificação e aceitação de qualquer tipo de violência, em especial o racismo, o extermínio, a pena de morte ou a morbidez humana.

³⁰⁷ Portaria DGP – 30 , de 24 de novembro de 1997. Publicada no DOE de 25 de novembro de 1997.

...

Art. 7º A Academia de Polícia fica incumbida de:

I – realizar estudo visando a inclusão, no prazo de 30 (trinta) dias, em seus cursos de formação de policiais civis, de disciplina sobre princípios e normas que devem nortear o relacionamento com os meios de comunicação.

A preocupação dos órgãos responsáveis pela investigação criminal demonstra-se pela Portaria que disciplina as atuações da polícia civil paulista. A Instituição, ao uniformizar as condutas das autoridades policiais e de seus agentes, visa assegurar ao máximo o respeito aos direitos imateriais personalíssimos do investigado. Aliado ao fato de proporcionar uma formação adequada a todos os seus membros por meio de uma educação direcionada ao seu resguardo, a polícia se torna algo mais que um órgão responsável pela repressão criminal. Ao exercer suas atribuições nos limites impostos pela lei, traz para si um novo e importantíssimo papel no Estado Democrático de Direito: o da polícia de garantias individuais.

10.4 Inviolabilidade do domicílio

Art. 5º. XI – a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

A autonomia do indivíduo manifesta-se pela impossibilidade do Estado intervir em sua esfera privada. Sua casa representa um espaço mais íntimo no qual, sozinho ou com sua família, pode desempenhar livremente suas atividades. A educação familiar, os diálogos travados entre seus membros, as manifestações de carinho entre os pares, a necessidade do repouso, da higiene e da alimentação, tudo isso faz da moradia um abrigo impenetrável, permitindo aos seus moradores exercerem liberdades que não poderiam ser vividas nos lugares públicos. Por muitas vezes, infelizmente, a casa, local de concórdia e fraternidade, esconde comportamentos opostos àqueles que dão a ela um verdadeiro sentido de comunidade. Violências domésticas, abusos sexuais contra crianças, maus tratos praticados contra idosos, utilização do lar para práticas criminosas, tudo isso faz

com que a Constituição não considere absoluta sua inviolabilidade. Entretanto, para que não se banalize a intromissão do Estado nesta esfera privada do cidadão, ela mesma prevê em quais situações intervirá, respaldando esta excepcionalidade no interesse público.

Analisemos, aqui, os casos das prisões em flagrante delito. A experiência nos mostra que a grande maioria das prisões em flagrante, ainda que este instituto esteja à disposição de qualquer pessoa do povo, são efetuadas pelos membros das forças policiais. Com efeito, quando for necessário à realização da prisão, penetrar-se no interior do domicílio do suspeito, seja para capturá-lo, seja para colher indícios probatórios da ocorrência do crime, a totalidade destas prisões passam às mãos da polícia. Por este motivo, as diligências policiais, quando operadas neste sentido, devem ser cuidadosamente planejadas e executadas por seus responsáveis, sob pena de incorrerem em sérios prejuízos para suas próprias carreiras profissionais³⁰⁸. Em vista da linha tênue que divide o cumprimento do dever do abuso de autoridade, torna-se necessário, principalmente nos casos de prisões que independam de mandados judiciais, que existam fundadas suspeitas por parte dos policiais. Tudo isto para não restarem dúvidas a favor de interpretações desfavoráveis por parte das autoridades judiciárias ao se pronunciarem sobre o controle dos atos da polícia.

Com relação à busca domiciliar mediante ordem judicial, o controle prévio exercido pela autoridade judiciária conferirá maior segurança a ambos os destinatários do mandado: quanto ao suspeito, por não ter seu domicílio indiscriminadamente violado pela polícia; quanto aos policiais, por poderem efetuarem-na com maior tranquilidade, uma vez que parte de suas atuações foram

³⁰⁸ É o previsto na Lei 4.898, de 9 de dezembro de 1965, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abusos de autoridade.

Vejamos os seguintes artigos:

Art. 3º **Constitui abuso de autoridade qualquer atentado:... b) à inviolabilidade do domicílio.**

Art. 6º **O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa, civil e penal.**

§1. **A sanção administrativa será aplicada de acordo com a gravidade do abuso cometido e consistirá em: a) advertência; b) repreensão; c) suspensão do cargo, função ou posto por prazo de 5 (cinco) a 180 (cento e oitenta) dias, com perda de vencimentos e vantagens; d) destituição da função; e) demissão; f) demissão a bem do serviço público;**

§3. **A sanção penal será aplicada de acordo com as regras dos artigos 42 a 56 do Código Penal e consistirá em: ... c) perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo de até 3 (três) anos. (grifos nossos)**

previamente examinadas pelo juiz. A ordem emanada deverá seguir o determinado pelo Código de Processo Penal, de modo bem circunstanciado no que tange às instruções judiciais, fundamentadas em elementos indiciários colhidos pela polícia³⁰⁹. É o preconizado pela lei adjetiva:

Art. 243. O mandado de busca deverá:

I – indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador; ou, no caso de busca pessoal, o nome da pessoa que terá de sofrê-la ou os sinais que a identifiquem;

II – mencionar o motivo e os fins da diligência;

III – ser subscrito pelo escrivão e assinado pela autoridade que o fizer expedir.

Art. 245. As buscas domiciliares serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite, e, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta.

...

§7º. Finda a diligência, os executores lavrarão auto circunstanciado, assinando-o com duas testemunhas presenciais, sem prejuízo do disposto no §4º.

Finalmente, para melhor resguardar a dignidade dos moradores, a busca domiciliar será realizada conforme o estritamente determinado no bojo do mandado que lhe deu causa:

Art. 248. Em casa habitada, a busca será feita de modo que não moleste os moradores mais do que o indispensável para o êxito da diligência³¹⁰.

³⁰⁹ Normalmente, os juízes embasam suas convicções em provas indiciárias colhidas no bojo do inquérito policial. Entretanto, por vezes a investigação é iniciada por meio de Ordens de Serviço expedidas pela autoridade policial aos investigadores de polícia, antes mesmo da instauração deste procedimento. Com base nas observações feitas, os policiais elaboram minuciosos relatórios informando circunstâncias que apontam fundadas suspeitas sobre a prática de algum delito. Estes documentos, importantíssimos às investigações policiais tornam-se instrumentos hábeis para a formação do convencimento dos magistrados ao deferirem pela expedição dos mandados de busca domiciliar.

³¹⁰ Visando assegurar a legalidade das provas, buscas feitas em gavetas e móveis que guardam trajes íntimos de mulheres são realizadas, via de regra, por policiais do sexo feminino.

10.5 Inviolabilidade das comunicações interpessoais

Art. 5º. XII – é inviolável o sigilo da correspondência e da comunicação telegráfica, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

Tratados internacionais de proteção aos direitos humanos incorporados ao ordenamento jurídico nacional prevêm expressamente o dever de todos, inclusive do Estado, de não violar as comunicações interpessoais³¹¹. A Constituição brasileira, ao enumerar não taxativamente algumas de suas espécies previu, no caso das comunicações telefônicas, a possibilidade de sua interceptação para fins de obtenção de provas no decorrer da investigação criminal ou da instrução processual penal. Isto não significa que a inviolabilidade das demais comunicações possui caráter absoluto. Basta examinarmos, por exemplo, a possibilidade estabelecida pela lei ao permitir a apreensão de cartas cujo conteúdo possa ser útil à elucidação do fato criminoso³¹². Com efeito, o código penal brasileiro, ao criminalizar a violação de correspondência³¹³ e das comunicações telegráficas, radioelétricas ou telefônicas³¹⁴, não permitiu sua abertura indiscriminada. A imprescindibilidade da autorização judicial para o conhecimento de seu conteúdo obriga aos executores da ordem a encaminhá-las ao juiz que autorizou a busca, sob pena de criminalização de suas condutas. A cautela dos policiais deverá ser

³¹¹ O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos se refere de forma genérica a qualquer espécie de comunicação interpessoal pela seguinte denominação: *correspondência*. Vide o já descrito item 1 do artigo 17 deste documento.

³¹² CPP – art.240. A busca será domiciliar ou pessoal. § 1º Proceder-se-á busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para: ... **f) apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato. (grifos nossos)**

³¹³ CPB – art. 151. Devassar indevidamente o conteúdo de correspondência fechada, dirigida a outrem:
Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa

³¹⁴ CPB – art.151... §1º Na mesma pena incorre: ... II – quem indevidamente divulga, transmite a outrem ou utiliza abusivamente comunicação telegráfica ou radielétrica dirigida a terceiro, ou conversação telefônica entre duas pessoas.

redobrada em vista de sua prática consistir uma das formas de abuso de autoridade³¹⁵.

Quanto à interceptação das comunicações telefônicas, estiveram dependentes de regulamentação legal desde a promulgação da Constituição, em mil novecentos e oitenta e oito. Quase oito anos após, precisamente em vinte e quatro de julho de mil novecentos e noventa e seis, foi publicada a Lei de Interceptação Telefônica. Nela foram consignadas as hipóteses e os meios a serem utilizados pela autoridade policial para interceptar a conversa de um ou mais interlocutores, cuja autorização não pode prescindir da autorização do juiz competente.

Vejamos alguns dos pontos da Lei 9.296/96:

Art. 1º A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para a prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob sigilo de justiça.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei aplica-se à interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática.

Art. 2º Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

- I – não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal;
- II – a prova puder ser feita por outros meios disponíveis;
- III – o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

Art. 3º A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento:

- I – da autoridade policial, na investigação criminal.

...

Art. 4º O pedido de interceptação de comunicação telefônica conterá a demonstração de que sua realização é necessária à apuração de infração penal, com indicação dos meios a serem empregados.

³¹⁵ Lei 4898/65 ... art.3º . Constitui abuso de autoridade qualquer atentado: ...c) ao sigilo de correspondência.

Art. 6º Deferido o pedido, a autoridade policial conduzirá os procedimentos de interceptação, dando ciência ao Ministério Público que poderá acompanhar sua realização.

Art. 7º Para os procedimentos de interceptação de que trata esta Lei, a autoridade policial poderá requisitar serviços técnicos especializados às concessionárias de serviço público.

Ao prever punições mais severas a qualquer pessoa que viole os preceitos desta Lei, o legislador procurou, por meio de uma prevenção geral, proteger com maior afincamento a garantia ao sigilo das comunicações telefônicas e dos meios eletrônicos similares.

Vejamos:

Art. 10 Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo de justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

Pena – reclusão de dois a quatro anos e multa.

10.6 Proibição de investigação de condutas não criminais

Art. 5º. XXXIX – não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

Este princípio, previsto também em Declarações incorporadas ao ordenamento jurídico interno nacional, proíbe a criminalização de condutas que não estejam tipificadas pelo direito penal, mesmo que praticadas antes de sua criminalização. Trata-se do princípio da irretroatividade da lei penal, também conhecido por princípio da reserva legal³¹⁶. Por via de consequência, se uma das missões constitucionais da polícia é a de apurar as infrações penais e sua autoria, torna-se evidente que não poderá, jamais, dar início a qualquer forma de investigação na qual não exista, no mínimo, a possibilidade de ocorrência de uma conduta criminosa. Isto porque, se o delito somente pode ser caracterizado quando estiver expressamente definido e delimitado em uma norma penal incriminadora, as

³¹⁶ Na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, o artigo XI veda explicitamente a criminalização de condutas cujas práticas sejam anteriores à sua tipificação: “Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.”

ações dos membros das Forças de Segurança Pública devem, antes de tudo, preveni-lo. Entretanto, caso não seja possível evitá-lo, investigações posteriores somente serão possíveis caso o comportamento do suspeito esteja subsumido a um tipo penal. A observação deste procedimento pelas Instituições policiais servem, inclusive, para assegurar a liberdade de expressão por meio de ações ou opiniões, para que não haja uma intervenção estatal arbitrária³¹⁷.

As famigeradas investigações policiais efetuadas pelos extintos *Departamentos de Ordem Política e Social* espalhados por todo o país durante o regime militar foram totalmente desarticuladas com o restabelecimento da Democracia. Isto não significa que a nova ordem constitucional tenha retirado dos órgãos policiais as responsabilidades pela investigação dos delitos contra a ordem política e social³¹⁸. O grande diferencial reside em proibir a estes órgãos investigações de cunho ideológico, cujas ideias não estejam proibidas pela própria constituição³¹⁹. Assim, as investigações restringem-se a apurar as ações criminosas de um indivíduo que isolado ou em grupo atente contra as liberdades fundamentais ou contra a ordem constitucional e o Estado Democrático³²⁰. Por fim,

³¹⁷ O *PIDCP*, prevê expressamente esta vedação.

Vejamos:

Artigo 19 – 1. Ninguém poderá ser molestado por suas opiniões.

2. Toda pessoa terá o direito à liberdade de expressão, esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, de forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha.

3. O exercício de direito previsto no parágrafo 2 do presente artigo implicará deveres e responsabilidades especiais. Consequentemente, poderá estar sujeito a certas restrições, que devem, entretanto, ser expressamente previstas em lei e que se façam necessárias para: a) assegurar o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas; b) proteger a segurança nacional, a ordem, a saúde ou a moral públicas.

³¹⁸ O órgão policial detentor desta atribuição constitucional é o Departamento de Polícia Federal, a quem cabe apurar infrações penais contra a ordem política e social.

³¹⁹ A garantia do direito à livre expressão encontra restrições manifestas na própria Constituição. É o caso, por exemplo, do princípio que veda a prática e a propaganda racista: art.5º XLII – a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, **nos termos da lei. (grifos nossos)**

³²⁰ É o que depreendemos da análise destes princípios consignados no bojo do artigo 5º:

XLI – **a lei punirá** qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLIII – **a lei considerará crimes** inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, **o terrorismo** e os definidos como hediondos, **por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.**

XLIV – **constitui crime** inafiançável e imprescritível **a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. (grifos nossos)**

em respeito ao princípio da individualização das penas, as investigações policiais não podem ser efetuadas de uma forma generalizada, visando incriminar um grupo de pessoas, descrevendo de maneira lacônica e não balizada as responsabilidades dos envolvidos nas ações. Contrariamente, é preciso que suas condutas individuais estejam minuciosamente descritas, embasadas exclusivamente na coleta das provas. Os membros das polícias judiciárias, ao agirem desse modo, entregarão aos tribunais todos os esclarecimentos necessários, permitindo aos magistrados decidirem os processos com justiça, aumentando a credibilidade do sistema judiciário como um todo.

10.7 Respeito à integridade física e moral do preso

Art. 5º. XLIX – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

O Estado existe para intervir em todas as situações conflituosas, sejam elas de natureza interpessoal ou multitudinárias. Entretanto, o dinâmico equilíbrio existente na sociedade nos obriga resolvê-los, com igual responsabilidade, de uma forma pacífica. Existem momentos, porém, nos quais determinados indivíduos, ao adotarem comportamentos incompatíveis ao convívio social, dão início a confrontos, exigindo uma intervenção imediata e emergencial do Estado-polícia. Do mesmo modo, ao voltar-se a situação contra o indivíduo que lhe deu causa, a resposta dada pelo grupo que se viu em situação vantajosa com relação ao ofensor ocorre, muitas vezes, de forma selvagem. Nestas situações, a intervenção estatal torna-se ainda mais necessária para que restabeleça um mínimo de civilidade ao conflito. Ao nos perguntarmos sobre quem mais precisa da polícia, somos obrigados a responder, embora muitos discordem, de que é o próprio autor da infração penal, uma vez que invariavelmente a sociedade busca fazer justiça com as próprias mãos³²¹.

³²¹ No último dia 13 de junho de 2011, publicou-se no Globo Cidades uma matéria com o seguinte título e conteúdo: *Ladrão escapa de linchamento com a chegada dos policiais na cidade de Assis-SP.- Vítimas de uma tentativa de assalto em um posto de combustíveis em Assis, interior de São Paulo, tentaram linchar um bandido, na tarde desta segunda-feira. Portando um revólver, Jeffercon Nolasco, de 29 anos, foi desarmado por um caminhoneiro imediatamente após anunciar o roubo a clientes e funcionários que estavam no estabelecimento comercial. Ambos entraram em luta corporal, tendo o marginal sido dominado com a ajuda*

Sujeito necessariamente à custódia e responsabilidade do Estado por policiais responsáveis pela sua captura e guarda provisória, ou por agentes penitenciários comprometidos, via de regra, com sua custódia definitiva, a pessoa presa submetida às condições do cárcere conserva para si todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade³²². Esta obrigação, caso não seja cumprida, responsabilizará o policial ainda que não seja ele o autor da violação da honra ou da integridade física preso sob sua custódia, incorrendo, dessa forma, em conduta de abuso de autoridade.³²³ Por tais motivos, este princípio constitucional está continuamente reprisado, por exemplo, na Lei de Execuções Penais³²⁴ e em leis cujos comandos são diretamente dirigidos aos policiais responsáveis por investigar as condutas de pessoas que estejam sob sua guarda. Assim está previsto na Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo³²⁵:

Art.63. São transgressões disciplinares:

...

XXXI – maltratar ou permitir maltrato físico ou moral a preso sob sua guarda.

Para que as provas colhidas durante a investigação, dentre as quais a própria confissão espontânea do indiciado, a exemplo dos casos de prisão em flagrante delito, sejam tidas por legítimas, as autoridades policiais costumam proceder da seguinte forma: que o interrogatório seja feito na presença de advogado ou, quando este não for indicado, na presença de algum familiar, fazendo prova negativa quanto aos maus tratos morais. A prova da inexistência de maus tratos físicos, por sua vez, é feita por meio de um exame de corpo de delito para fins de inspeção antes do indiciado ser encaminhado à prisão. Referidos

dos demais. Uma vez contido, foi violentamente espancado, sendo impedido seu linchamento com a chegada dos policiais. Preso em flagrante, foi encaminhado à cadeia do município de Palmital.

³²² CPB – Art.38. O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral.

³²³ Lei 4898/65 – art. 4º Constitui também abusos de autoridade: ... b) submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou constrangimento não autorizado em lei; h) o ato lesivo da honra, ou do patrimônio de pessoa natural ou jurídica, quando praticado com abuso ou desvio de poder ou sem competência legal.

³²⁴ Lei 7.210/84 – art.40. Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.

³²⁵ Lei Complementar 207 de 5 de janeiro de 1979.

procedimentos, uma vez adotados, assegurarão de uma forma muito simplificada o cumprimento desta importante garantia constitucional.

10.8 Inadmissibilidade das provas ilícitas

Art. 5º. LVI – são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

Os órgãos policiais encarregados da investigação criminal regem-se por princípios administrativos que informam todas as atividades da Administração Pública. Dois deles merecem especial destaque neste momento: o da legalidade e o da moralidade administrativas³²⁶. Durante o exercício de qualquer atividade investigativa, a polícia, órgão pertencente ao Poder Executivo e auxiliar do Poder Judiciário, deve nortear suas ações em busca da verdade, conduzindo-se eticamente rumo a este objetivo. Assim o faz porque, a Constituição Federal, ao rechaçar a produção e valoração das provas ilícitas, estabeleceu claros limites à atuação de todos os órgãos participantes do sistema punitivo. A polícia judiciária, responsável pela apuração das infrações penais, ao inaugurar a *persecutio criminis* do Estado, exerce seu mister de acordo com determinado rito, observando fielmente regras pré-estabelecidas em lei³²⁷. A finalidade do processo não é a aplicação da pena ao réu, em desrespeito aos seus direitos fundamentais. Mais importante que isso está a obtenção da verdade de uma forma moral inatacável. Os ritos probatórios do inquérito policial e do processo penal submetem-se a uma incondicional exigência ética, funcionando como instrumentos de garantia ao indivíduo, seja na fase policial, seja na fase judicial.

³²⁶ CF – art.37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade**, impessoalidade, **moralidade**, publicidade e eficiência ... **(grifos nossos)**

CPP – art.7º Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a **moralidade ou a ordem pública. (grifos nossos)**

³²⁷ O CPP adota o inquérito policial como processo preliminar ou preparatório da ação penal. Este procedimento, como instrução provisória antecedente à propositura da ação penal é instrumento de garantia contra juízos precipitados influenciados pela repercussão moral causada pelo crime. Com ele, impede-se a formação de uma relação processual sem que haja antes uma visão abrangente de todos os fatos, nas suas circunstâncias objetivas e subjetivas.

O código de processo penal torna clara a inadmissibilidade destas provas ilícitas, também chamadas proibidas ou defesas, porquanto produzidas em contrariedade com este princípio constitucional. Além do que, ao acrescentar que a livre convicção do magistrado embasa-se na prova produzida em contraditório judicial, veda a possibilidade de decidir exclusivamente nos elementos informativos colhidos no bojo das investigações policiais.

Vejamos:

CPP – art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão nos elementos formativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

...

art. 157. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as **provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais. (grifos nossos)**

As provas ilícitas, inservíveis no bojo da investigação criminal preparatória ao processo, de modo contrário prestam-se a instrução probatória em processos de natureza administrativa, civil e penal nos quais figurem na condição de processados os policiais responsáveis pelos atos ilícitos praticados na colheita ilegal das provas. Por este motivo, se faz necessária uma formação profissional que os esclareça a respeito das condutas éticas e legais a serem obedecidas, inclusive para a salvaguarda de direitos fundamentais próprios.

10.9 Presunção de inocência

Art. 5º. LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

A presunção de inocência, apanágio de um Estado garantidor das liberdades públicas, é repetida na Constituição de uma forma mais concisa do que aquela consignada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, também incorporada ao ordenamento jurídico interno. Por ela,

Art. XI – 1. Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a

lei, em julgamento público, no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

Isto significa vedar-se a qualquer pessoa, e não somente aos tribunais e aos órgãos que o compõem e o auxiliam, tecer juízos que levem a condenar premeditadamente todo suspeito da prática de algum ato delituoso. Invariavelmente desrespeitado pelos meios de comunicação sensacionalistas, os quais utilizam como pretexto à sua violação o jargão da *liberdade de imprensa*, as Instituições do Estado participantes do sistema punitivo devem tomar redobradas cautelas para que não recaiam sobre si responsabilizações decorrentes de sua omissão. Muitas vezes, em nome dos ambicionados *furos de reportagem*, jornalistas penetram sem qualquer permissão nas repartições policiais, utilizando-se arditamente de seus aparelhos captadores de imagens para enxovalhar a imagem e a honra das pessoas, mesmo antes de formalizada qualquer investigação criminal. Assim, não bastassem as sérias preocupações que as autoridades policiais e seus agentes devem guardar com relação à apuração da infração propriamente dita, angariam tensões muito maiores ao procurarem preservar a exposição do suspeito através dos veículos de comunicação de massas.

A Polícia Civil do Estado de São Paulo objetiva regradar e uniformizar seus procedimentos. Exigindo que o cumprimento dos atos de suas autoridades e de seus agentes sejam compatíveis com os princípios constitucionais asseguradores do respeito à dignidade da pessoa humana, regulamenta sua disciplina por meio de Portarias editadas pela Delegacia Geral de Polícia sem prejuízo das investigações criminais, missão maior da Instituição. É o caso, por exemplo da Portaria DGP nº18/97³²⁸, orientando seus membros a exigir da imprensa o respeito aos direitos fundamentais do suspeito.

³²⁸ A Portaria DGP nº18, de 19 de julho de 1997, ao disciplinar a execução de diligências policiais dentre outras providências prevê, a exemplo do art.3º aqui transcrito, o dever dos membros da Instituição na preservação dos direitos das pessoas submetidas à investigação.

Vejamos:

Portaria DGP 18/97

...

Art.3º Os Policiais Civis zelarão pela preservação dos direitos à imagem e à privacidade das pessoas submetidas à investigação policial ou presas por qualquer motivo, a fim de que, as mesmas – e por extensão – as suas famílias, não sejam causados prejuízos irreparáveis, decorrentes da exposição de suas imagens ou da divulgação liminar de circunstâncias ainda objeto de apuração.

Parágrafo único. As pessoas referidas neste artigo, após orientadas sobre seus direitos constitucionais, somente serão fotografadas, entrevistadas ou terão suas imagens por qualquer meio registradas, se expressamente o consentirem mediante manifestação explícita de vontade, por escrito ou por termo devidamente assinado, observando-se ainda as normas editadas pelos Juízos Corregedores da Polícia Judiciária da Comarca.

Art.4º **Visando garantir o êxito das atividades investigatórias**, a eficácia dos inquéritos policiais e dos termos circunstanciados, **bem como evitar a exposição de terceiros a risco, é expressamente proibido o acesso, a participação, o acompanhamento ou a assistência de pessoas estranhas às carreiras policiais civis, a qualquer título ou pretexto, em diligências e em sua formalização, ressalvadas as hipóteses previstas em lei. (grifos nossos)**

Não compete aos órgãos policiais estabelecer qualquer juízo a respeito da culpabilidade dos suspeitos por eles investigados. Ao esgotarem sua atuação na coleta de provas indiciárias sobre a autoria, a materialidade, meios e circunstâncias em que ocorreu a ação delituosa, devem utilizar-se de todos os meios legais para evitar que juízos precipitados influenciem de maneira tortuosa a opinião pública. Ao resguardarem responsavelmente direitos fundamentais que consolidem o princípio da presunção da inocência em proveito ao indivíduo e à sociedade, assegurarão também a isenção nas investigações e, principalmente, a imparcialidade dos tribunais.

10.10 Prévia identificação civil

Art. 5º. LVII – o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

Para que uma pessoa seja reconhecida para a prática de atos da vida civil ou como destinatária de benefícios decorrentes de uma condição especial por ela apresentada, necessário se faz para sua individuação, que sua identificação se dê

por meio de dados que constem em registros bidimensionais, isto é, fichas documentais que possam ser facilmente arquivadas e digitalizadas nas repartições públicas competentes. Por figurarmos em inúmeros arquivos oficiais, somos por vezes identificados por meio de números, fotografias ou impressões datiloscópicas³²⁹. Uma das formas de identificação civil dos cidadãos é feita através de cédulas de identidade expedidas por institutos pertencentes à estrutura das Polícias Civis dos Estados³³⁰. Toda pessoa portadora deste documento possui nos arquivos destes institutos uma ficha decadatiloscópica anexa aos seus dados de qualificação, além de nela constar uma fotografia de sua face. Portanto, uma vez tendo-se certeza inequívoca de sua identidade civil, a criação de uma ficha criminal datiloscópica não será prejudicada pela não coleta de suas impressões digitais no momento de seu indiciamento³³¹.

A identificação criminal está regulamentada atualmente por meio de uma lei específica³³², a qual prevê expressamente os casos nos quais o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal. Assim, as autoridades policiais deverão atestar a identidade civil do submetido à investigação criminal a partir de qualquer documento expedido por órgão público³³³. As dificuldades

³²⁹ Basta verificarmos nossos diferentes números em diversos documentos oficiais: Cadastro de Pessoas Físicas, Registro de Sistema de Servidores Públicos, matrículas em Estabelecimentos Oficiais de Ensino, Registros Gerais de Cédulas de Identidade, Carteiras de Habilitação, arquivos fotográficos em prontuários de identificação civil, além das planilhas decadatiloscópicas arquivadas nos Institutos de Identificação dos Estados.

³³⁰ No Estado de São Paulo, o Instituto de Identificação *Ricardo Gumbleton Daunt* – IIRGD pertence ao Departamento de Identificação e Registros Diversos – DIRD da Polícia Civil.

³³¹ O indiciamento é um ato administrativo pelo qual a autoridade policial, convencida da existência de um crime cuja autoria seja imputada ao suspeito, determina a elaboração de um *BIC* – *Boletim de Identificação Criminal* no qual constam, além das qualificações pessoais do suspeito, suas características antropométricas, marcas individuais (amputações, cicatrizes e tatuagens), incidências penais nas quais sua conduta foi tipificada, *modus operandi*, data e instrumentos utilizados para a prática da infração penal, comparsas, nome das vítimas e local onde se deu a ação criminosa. Na parte superior deste *BIC* de três vias, devidamente numeradas, existem espaços destinados à coleta de suas dez impressões datilares. Outras três fichas menores são utilizadas para a coleta das mesmas impressões a fim de se formar um arquivo decadatiloscópico de natureza exclusivamente criminal.

³³² Trata-se da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, que dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.

encontradas pela polícia no sentido de elaborar seus arquivos criminais datiloscópicos surgem quando a prova da identidade do sujeito se faz por documentos outros cuja expedição não tenha sido realizada por um instituto de identificação pertencente ao órgão policial. Ao não possuir este documento civil, seu conjunto de digitais inexistirão nos arquivos, impedindo seu registro criminal datiloscópico. A própria lei, procurando resolver a questão, autoriza a coleta das impressões datilares e fotografiação do indiciado. Para isso, a autoridade policial deverá representar junto à autoridade judiciária competente que decidirá por despacho fundamentado sobre sua necessidade³³⁴. Por fim, ao vedar sua menção em atestados de antecedentes criminais, ou em quaisquer outras informações não destinadas ao juízo criminal, antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória, assegura-se ao identificado a garantia de sua presunção de inocência. A revogar expressamente a Lei 10.054/00³³⁵, os órgãos policiais ficaram impedidos de elaborar imediatamente as fichas datiloscópicas criminais dos suspeitos. Caberá, portanto, às autoridades policiais e judiciárias tomarem rapidamente as providências que lhes competem para resguardarem, também, o interesse público.

10.11 Prisão em flagrante delito

Art. 5º. LXI – ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

³³³ Cédula de identidade, carteira de trabalho e previdência social, passaporte, carteira de identificação funcional, carteira profissional ou qualquer outro documento público que permita a identificação do indiciado são instrumentos hábeis desde que se prestem a fazer prova inequívoca de identidade.

³³⁴ Lei nº 12.037/09, art.3º Embora apresentado o documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando: ... IV – a identificação criminal for essencial às investigações policiais, segundo despacho da autoridade judiciária competente, que decidirá de ofício ou mediante **representação da autoridade policial**, do Ministério Público ou da defesa. **(grifos nossos)**

³³⁵ Esta lei excepcionava expressamente os crimes cuja identificação criminal datiloscópica era obrigatória: homicídio doloso, crimes contra o patrimônio cometidos mediante violência ou grave ameaça, crimes de receptação qualificada, crimes contra a liberdade (dignidade) sexual e crimes de falsificação de documento público.

Dentre as várias dimensões apresentadas pela liberdade no Estado Democrático de Direito, o não cerceamento da liberdade física do cidadão nos mostra de uma forma concreta a vigência de um regime de garantias individuais. Neste sistema, o *status libertatis* fruído pelo indivíduo tornou a prisão uma medida excepcional e imprescindível à segurança dos demais cidadãos com relação àquele que viola bens jurídicos essenciais tutelados pelo direito penal. Este o motivo pelo qual a prisão sempre será em *flagrante delito* ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente³³⁶. Disciplinada pelo código de processo penal, por força de um imperativo constitucional será formalizada por delegados de polícia³³⁷ detentores de poderes para a lavratura de seu instrumento, denominado: *auto de prisão em flagrante delito*³³⁸. Única medida cautelar constritiva da liberdade que antecede uma ordem judicial, preenchidos os requisitos legais do estado de flagrância³³⁹, a autoridade policial obriga-se à prática do ato, lembrando-se que a interpretação destes requisitos, alguns deles de difícil caracterização, a ela compete exclusivamente deliberar.

As prisões decorrentes de transgressões militares serão aplicadas pelos oficiais responsáveis com base nos regulamentos disciplinares das Forças Armadas. Apesar destas medidas ensejarem penas privativas de liberdade, não se revestem do caráter penal³⁴⁰. Esta tarefa compete ao código penal militar ao prever

³³⁶ Quando a Constituição trata da prisão em flagrante, obrigatoriamente nos remete à ideia do cometimento de algum delito. Isto afasta qualquer possibilidade desta prisão ser efetuada contra alguém cuja conduta não esteja previamente tipificada pela legislação penal. Entretanto, a prisão decorrente de ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente poderá referir-se a outra causa, diversa daquela de natureza criminal. É o caso, por exemplo, da prisão por inadimplemento de prestação alimentar.

³³⁷ CF – art.144. ... §4º às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

³³⁸ CPP – art. 304. Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega de preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanham e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto.

³³⁹ CPP – art. 302. Considera-se em flagrante delito quem: I – está cometendo a infração penal; II – acaba de cometê-la; III – é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que o faça presumir ser autor da infração; IV – é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

³⁴⁰ É o previsto pela Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980 que dispõe sobre o *Estatuto dos Militares (EM)*.

quais os crimes militares e suas respectivas penas, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra³⁴¹. Ao código de processo penal militar cabe a disciplina do exercício e das atribuições da polícia judiciária militar³⁴², instrumentalizadas por meio da instauração do respectivo inquérito policial militar³⁴³. Portanto, tratando-se a investigação penal militar uma excepcionalidade destinada a apurar delitos militares cujos sujeitos ativos, dependendo da conduta praticada, possam se tratar de militares ou civis³⁴⁴, a autoridade policial à qual o mandamento constitucional está dirigido será, precipuamente, o delegado de polícia.

10.12 Judicialização da prisão em flagrante delito

Art. 5º. LXII – a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

Art. 47. Os regulamentos disciplinares das Forças Armadas especificarão e classificarão as contravenções ou transgressões disciplinares e estabelecerão as normas relativas à amplitude e aplicação das penas disciplinares, à classificação do comportamento militar e à interposição de recursos contra as penas disciplinares.

§1º As penas disciplinares de impedimento, detenção ou prisão não podem ultrapassar 30 (trinta) dias.

³⁴¹ EM – art. 46. O Código Penal Militar relaciona e classifica os crimes militares, em tempo paz e em tempo de guerra, e dispõe sobre a aplicação aos militares das penas correspondentes aos crimes por eles cometidos.

³⁴² CPPM – art.8º. Compete à polícia judiciária militar: a) apurar os crimes militares, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria; b) prestar aos órgãos e juízes da Justiça Militar e aos membros do Ministério Público as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos, bem como realizar diligências que por eles lhes forem requisitadas; c) cumprir os mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar; d) representar a autoridades judiciárias militares acerca da prisão preventiva e da insanidade mental do indiciado; e) cumprir as determinações da Justiça Militar relativas aos processos sob sua guarda e responsabilidade, bem como as demais prescrições deste Código, nesse sentido; f) solicitar das autoridades civis as informações e medidas que julgar úteis à elucidação das infrações penais, que esteja a seu cargo; g) requisitar da polícia civil e das repartições técnicas civis as pesquisas e exames necessários ao complemento e subsídio de inquérito policial militar; h) atender, com observância dos regulamentos militares, a pedido de apresentação de militar ou funcionário de repartição militar à autoridade civil competente, desde que legal e fundamentado o pedido.

³⁴³ CPPM – art.9º. O inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.

³⁴⁴ Crimes militares em tempo de guerra podem, por exemplo, ter como sujeito ativo da ação criminosa pessoa não detentora de um cargo militar. Tomemos por exemplo o delito de *traição*:

CP – art. 355. Tomar o nacional armas contra o Brasil ou estado aliado, ou prestar serviço nas forças armadas de nação em guerra contra o Brasil:

Pena – morte, grau máximo; reclusão, 20 (vinte) anos, grau mínimo.

Medida excepcional e cerceadora da liberdade física do indivíduo, o ordenamento constitucional exige um rígido controle e fiscalização dos atos de prisão, principalmente quando antecedentes a uma ordem judicial emanada de autoridade competente. A comunicação imediata da prisão, além de ser uma garantia destinada a evitar constrangimentos ou ilegalidades dela decorrentes, assegura também o direito daquele submetido à medida, a recorrer sem demora a um juiz ou tribunal que aprecie e decida sobre a regularidade do ato estatal³⁴⁵. As prisões em flagrante, assim como o cumprimento dos mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias competem, constitucionalmente, aos delegados de polícia a quem incumbe exercer as funções de polícia judiciária. Logo, uma vez formalizadas, as autoridades policiais possuem o dever de remeter todo o procedimento ao juiz com jurisdição em matéria criminal na circunscrição policial onde se realizaram os atos de polícia judiciária que lhe deram causa. Caso assim não o façam, incorrerão em abuso de autoridade³⁴⁶.

O dispositivo constitucional faz referência, também, ao dever de comunicação à família do preso ou à pessoa por ele indicada³⁴⁷. Não restam dúvidas quanto à obrigatoriedade desta comunicação por parte da autoridade policial, uma vez tratar-se de uma garantia individual. Efetuada por meio de uma comunicação telefônica feita a um número indicado pela própria pessoa que está sendo presa, o que deve ser afastada é a falsa ideia segundo a qual o preso *tem direito a um telefonema*. A comunicação feita pela própria autoridade ou pelos agentes responsáveis pelos atos formais da prisão não os obriga à exposição

³⁴⁵ O *Pacto de San Jose da Costa Rica* torna claro este direito, reprisado pelo ordenamento constitucional brasileiro:

Art. 7º - Direito à liberdade pessoal

...

6. Toda pessoa privada da liberdade tem direito a recorrer a um juiz ou tribunal competente, a fim de que este decida, sem demora, sobre a legalidade de sua prisão ou detenção e ordene sua soltura, se a prisão ou a detenção forem ilegais.

³⁴⁶ Lei 4898/65 – Art. 4º Constitui também abuso de autoridade: ... c) deixar de comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa.

³⁴⁷ A Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, ao alterar alguns dispositivos do código de processo penal, acrescentou a imediatidade da comunicação da prisão ao membro do Ministério Público.

Vejam os:

CPP – art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público, e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

minuciosa dos motivos que a ensejaram. Limita-se, tão somente, a indicar o local onde a pessoa se encontra, franqueando ao familiar ou quem lhe faça as vezes, o acesso à repartição policial para que acompanhe a realização do procedimento, principalmente na fase do interrogatório do preso.

10.13 Direito ao silêncio, à defesa técnica e à assistência familiar

Art. 5º. LXIII – o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

O direito à autodefesa confere ao suspeito o direito de ser ouvido em audiência. Em contrapartida, caso não queira manifestar-se, seu silêncio não poderá ser entendido como uma presunção de autoria do fato delituoso. O direito ao silêncio faz com que o interrogatório – policial ou judicial – seja considerado meio de defesa e não meio de prova, por assegurar ao indiciado a liberdade de consciência e o direito de não produzir contra si qualquer prova incriminadora. Acompanhado que está da garantia de assistência de advogado, a captura de qualquer pessoa obriga à autoridade policial indagá-la se conhece algum defensor que possa acompanhar os atos de sua prisão. Tratando-se a defesa técnica de um direito indisponível, a não nomeação ou sua ausência durante a audiência policial fará com que todo o procedimento seja encaminhado à Defensoria Pública³⁴⁸.

O dever de comunicação à família vem mais uma vez reforçado neste inciso, em vista da relevante importância dada pelo constituinte a esta instituição social³⁴⁹. Sua presença durante o difícil momento da prisão materializa fielmente o verdadeiro direito de solidariedade, igualmente defendido na Constituição³⁵⁰. Ao ser assistido por algum familiar, o preso pode valer-se do sincero socorro a ele prestado, não somente na esfera moral e espiritual, como também no auxílio material aos seus direitos fundamentais, que vão da contratação de um advogado

³⁴⁸ CPP – art. 306, §1º Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, **será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública. (grifos nossos)**

³⁴⁹ CF – art. 226. A família, base da sociedade, merece especial proteção do Estado.

³⁵⁰ CF – art.3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e **solidária. (grifos nossos)**

de confiança para a promoção de sua defesa, até a entrega de produtos para sua higienização, de roupas e cobertores para a proteção do frio. Por estes pequenos e sensíveis gestos, praticados pelos familiares mais próximos, inicia-se, certamente, uma pequena possibilidade de arrependimento e reinserção à sociedade³⁵¹.

10.14 Direito à identificação dos autores da prisão e da autoridade responsável por seu interrogatório policial

Art. 5º. LXIV – o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;

O interrogatório do preso, previsto nos dispositivos processuais penais capitulados no *interrogatório do acusado* pode parecer, quando não analisado sistematicamente, um ato privativo da autoridade judiciária.³⁵² Entretanto, sua minuciosa disciplina serve, também, para nortear o interrogatório daquele que está sendo objeto de investigação no curso do inquérito policial. Isto porque, a partir da Constituição de mil novecentos oitenta e oito, o *interrogatório policial* tornou-se uma garantia fundamental, especialmente quando se processar no bojo de um auto de prisão em flagrante delito. Na mesma esteira de interpretação sistemática, ainda que não se mencione neste dispositivo o vocábulo *autoridade policial*, a responsabilidade por seu regular cumprimento caberá ao delegado de polícia³⁵³. Tal responsabilidade vai além das perguntas formuladas, desde que o indiciado abra mão de seu direito ao silêncio. Torna-se imperioso que a autoridade policial esclareça ao indiciado e ao defensor, quando presente, sobre os motivos que

³⁵¹ É comum que os pais promovam estas atitudes simples, porém extremamente significativas, para levar aos filhos presos um reconfortante apoio representado, por exemplo, pela entrega de produtos para higiene – escovas de dente, sabonetes e papéis higiênicos – roupas limpas e cobertores. Por estes gestos, uma comunicação afetiva se estabelece entre o cárcere e o lar, transmitindo confiança àquele que se encontra em tão adversa situação. As prisões em flagrante cotidianamente operadas nas delegacias de polícia faz com que as autoridades e carcereiros policiais sugiram aos familiares a prática destas condutas, mitigando a situação de desespero causada pelo isolamento celular.

³⁵² CPP – art. 185. O acusado que comparecer perante a **autoridade judiciária**, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado na presença de seu defensor, constituído ou nomeado. **(grifos nossos)**

³⁵³ CF – art.144, §1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira destina-se a: ...IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União e §6º As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares.

determinaram sua prisão e a incidência penal na qual sua conduta está tipificada. Objetivando regulamentar os procedimentos policiais garantidores dos direitos da pessoa submetida à investigação policial, a Delegacia Geral de Polícia de São Paulo, ao considerar os diversos matizes da investigação policial, dentre os quais o de proporcionar tratamento digno e respeitoso aos envolvidos nas ocorrências, por meio da Portaria 18/98³⁵⁴ regulamentou os procedimentos a serem adotados pelas autoridades policiais. Aqui trazemos os dispositivos referentes à fundamentação e tipificação da conduta delitiva.

Vejamos:

Portaria DGP 18/98.

Art. 1º. A instauração de inquérito policial, quando legalmente possível, dependerá sempre, de prévia e pertinente decisão da autoridade policial que, com essa finalidade, expedirá em ato fundamentado, portaria na qual fará constar descrição objetiva do fato considerado ilícito, com a preliminar indicação da autoria ou da momentânea impossibilidade de apontá-la, e ainda a classificação provisória do tipo penal alusivo aos fatos, consignando, por último, as providências preliminares necessárias para a eficiente apuração do caso.

...

Art. 7º Na lavratura do auto de prisão em flagrante, a autoridade policial fará constar, no instrumento flagrancial, de maneira minudente e destacada, a comunicação ao preso dos direitos que lhe são constitucionalmente assegurados e, ainda, se este compreendeu-lhes o significado e se desejou exercê-los.

§1º. A comunicação do preso com seu familiar, pessoa por ele indicada ou advogado, será efetuada na forma determinada pela autoridade policial, que deverá atuar com total presteza e máximo empenho, a fim de não frustrar a garantia constitucionalmente assegurada.

§ 2º. A tipificação da conduta inicialmente atribuída ao preso no auto de prisão em flagrante será objeto de fundamentação autônoma na respectiva peça flagrancial, expondo a autoridade policial as razões fáticas e jurídicas de seu convencimento.

§3º. Na nota de culpa entregue ao preso, a autoridade policial descreverá a conduta incriminada e indicará o tipo penal infringido.

Art.8º. O indiciado será interrogado e o ofendido será perguntado, com observância das garantias constitucionais.

³⁵⁴ Portaria DGP nº 18, de 25 de novembro de 1998 que *dispõe sobre medidas e cautelas a serem adotadas na elaboração de inquéritos policiais e para a garantia dos direitos da pessoa humana.*

Outro direito garantido ao indiciado é o identificar visualmente os policiais que efetuaram sua prisão, bem como o de conhecer suas qualificações. Interessamos aqui observar que antes da formalização do auto de prisão em flagrante delito, cabe ao delegado de polícia inteirar-se dos fatos para que possa formular sua convicção. Desse modo, torna-se necessário, inicialmente, identificar para si mesmo os atores envolvidos e quais suas respectivas participações na ocorrência motivadora da prisão do suspeito. Neste momento se efetua, reciprocamente, os processos de identificações visuais da autoridade, do suspeito, do condutor e das demais testemunhas policiais, em geral, pertencentes aos quadros da Polícia Militar. Estes, por sua vez, encarregados que estão da elaboração do boletim de ocorrência da polícia militar, nele fazem constar a qualificação completa de todos. Posteriormente, as mesmas qualificações ficam consignadas em rede por meio do *registro digital de ocorrência* da Polícia Civil, documento eletrônico que inaugura as peças do *auto de prisão em flagrante delito*. Por força de lei, a qualificação dos policiais acompanha uma série de documentos integrantes do flagrante, a exemplo da *nota de culpa* entregue ao preso e na qual se faz constar, além dos nomes dos autores da prisão, os motivos que a ensejaram³⁵⁵. Tudo isso faz com que não restem quaisquer dúvidas não somente quanto aos fatos, como também à identidade de todos os policiais e suas respectivas participações no procedimento.

10.15 Obrigatoriedade de concessão de fiança

Art. 5º. LXVI – ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

Prevista também no código de processo penal³⁵⁶, o instituto da liberdade provisória garante ao indiciado o direito de aguardar em liberdade todo o deslinde do processo, até seu trânsito em julgado. Trata-se de uma garantia constitucional em perfeita simetria com aquela que presume inocente toda pessoa submetida a uma investigação policial ou a um processo penal. Na fase inquisitorial, a concessão da liberdade provisória torna-se obrigatória em duas hipóteses: quando

³⁵⁵ CPP – art. 306 §2º No mesmo prazo, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas.

³⁵⁶ CPP – art. 310 Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente:... III – conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.

indiciado, ao praticar uma infração penal de menor potencial ofensivo³⁵⁷, compromete-se a comparecer ao juizado especial criminal todas as vezes em que for convocado³⁵⁸; ou quando comete um crime cuja pena máxima cominada não seja superior a quatro anos, desde que preste uma fiança cujo valor será previamente arbitrado pela autoridade policial³⁵⁹.

Em ambos os casos, caberá ao delegado de polícia assegurar ao indiciado, nos rigorosos limites da lei, o seu direito de responder em liberdade ao processo, desde que não quebre as restrições consignadas no despacho concessor da fiança. O *poder-dever* da autoridade policial evidencia-se pela análise da lei que prevê as condutas de abusos de autoridade³⁶⁰, responsabilizando-a nas esferas administrativa, civil e penal caso deixe de arbitrá-la ou se recuse a recebê-la. O direito à fiança criminal³⁶¹ e à liberdade provisória, uma vez positivados como mais um dos direitos individuais na Constituição, ao gerarem aos delegados de polícia obrigações imediatas ao seu cumprimento, nos mostram claramente, do mesmo modo que as outras garantias estudadas, o compromisso assumido pelos membros dos órgãos de Segurança Pública com o Estado Democrático de Direito. Suas ações, pulverizadas nas bases do sistema punitivo por meio do cumprimento das exigências constitucionais e legais, devidamente acompanhadas e controladas pelos órgãos correccionais internos, pelos defensores, pelos membros do Ministério Público, do Poder Judiciário e pela própria imprensa, faz com que se tornem importantes atores anônimos à consolidação da democracia, sem que assim se percebam.

³⁵⁷ Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo todas aquelas nas quais a pena máxima prevista não exceda a dois anos de detenção

³⁵⁸ A Lei 9.099/95, *Lei dos Juizados Especiais Criminais*, em seu art.69, parágrafo único, instituiu nova hipótese de liberdade provisória obrigatória: quando o autor do fato, ao ser surpreendido em flagrante, assumir o compromisso de comparecer ao juizado.

³⁵⁹ CPP, com as modificações operadas pela Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011 – art. 322. A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a quatro anos

³⁶⁰ Lei 4.898/65 – art. 4º Constitui também abuso de autoridade: ...e) levar à prisão e nela deter quem quer que se proponha a prestar fiança, permitida em lei.

³⁶¹ A Portaria DGP nº 10, de 5 de março de 2010, ao fixar o rol de livros obrigatórios nas Unidades da Polícia Civil, nos termos do Decreto Estadual nº 54.750/89 prevê, entre os vinte e cinco livros, um destinado especificamente ao recolhimento das fianças criminais: art. 1º Constituem-se obrigatórios para todas as Unidades da Polícia Civil os Livros de Registro de: ...c) Termos de Fianças Criminais, com índice.

11 Instituições de Segurança Pública brasileiras

De visível característica analítica, a Constituição da República Federativa do Brasil, ao esmiuçar pormenorizadamente toda a sorte de direitos, aspectos peculiares atinentes à condição de determinados grupos de pessoas³⁶², de categorias de trabalhadores³⁶³, de setores sócio-econômicos da sociedade civil³⁶⁴ dentre outros, também o fez claramente quanto às Instituições de Segurança Pública nacionais. No capítulo destinado à Segurança Pública previu, de uma forma taxativa, quais as Forças de Segurança de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Dentre elas, quais as de natureza policial, suas atribuições constitucionais e limites territoriais de atuação. Forças de Segurança não policiais também tiveram especial previsão dada sua grande e crescente importância na segurança urbana dos municípios. Reprisamos, aqui, o que consta textualmente na Constituição:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Título V
DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS
Capítulo VII
DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I – polícia federal;
- II – polícia rodoviária federal;
- III – polícia ferroviária federal;
- IV – polícias civis;
- V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

³⁶² Há, por exemplo, direitos dirigidos especialmente à criança, ao adolescente e ao idoso (CF – artigos 226 a 230), aos índios (CF – artigos 231 a 232), às mulheres (CF – artigo 5º, I ; 226, §5º) e aos portadores de necessidades especiais (CF – art.23, II ; art. 37, VIII; art. 23, II).

³⁶³ Servidores públicos civis (CF – art. 39 a 41) ; trabalhadores rurais e urbanos (CF – art.7º).

³⁶⁴ Educação, cultura e desporto (CF – art. 205 a 214); ciência e tecnologia (CF – art. 218 e 219); comunicação social (CF artigo 220 a art. 224).

§1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

VI – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares.

§5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Embora sejam estas as únicas Forças de Segurança elencadas na Constituição nacional, uma força híbrida foi criada por meio de um decreto presidencial, no ano de dois mil e quatro³⁶⁵. Trata-se da Força Nacional de Segurança Pública, cuja atuação fundamenta-se no princípio da solidariedade federativa, objetivando orientar e desenvolver as atividades únicas do sistema de segurança pública. As Forças de Segurança federais estão subordinadas ao Ministério da Justiça (MJ), também dele fazendo parte o Gabinete de Gestão Integrada (GGI) que coordena o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) nos Estados. Por meio de convênios celebrados entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e as Secretarias de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) dos Estados, as ações policiais nas três esferas do Poder Executivo são integradas pelo SUSP. A adesão a este programa cooperativo cria no âmbito dos estados conveniados, GGIs coordenados pelos Secretários Estaduais de Segurança Pública junto a representantes dos órgãos policiais federais – Polícia Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Rodoviária Federal – dos órgãos policiais estaduais – Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar – e dos órgãos de segurança municipais – Guardas Cíveis dos Municípios. As deliberações dos GGIs, em vista da não hierarquia entre seus componentes devem ser consensuais e em respeito à autonomia de cada Instituição que o compõe.

Objetivando ampliar esta interlocução com Instituições que integram o sistema de justiça criminal, o SUSP propõe uma participação, ainda insipiente, dos órgãos do Ministério Público e Poder Judiciário federal e estadual. Suas linhas de atuação estão focadas no combate às ações criminosas transnacionais – tráfico de armas, pessoas e drogas; contrabando, descaminho e lavagem de dinheiro; crimes de pirataria e contrafação – e às ações internas com grave comprometimento à segurança pública – quadrilhas organizadas para roubo de bancos, carros fortes, cargas, grupos de extermínio, dentre outros. As Secretarias de Segurança Urbana dos Municípios e suas Guardas Municipais começam a integrar GGIs locais deliberando , em conjunto com as Instituições atuantes em seus territórios, por

³⁶⁵ Decreto nº 5.289 de 29 de novembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 7.318 de 28 de setembro de 2010. *Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública e dá outras providências.*

ações que reduzam os fatores de risco e o aumento da violência e da criminalidade, auxiliando os órgãos de governo na elaboração de políticas públicas que ofereçam aos cidadãos possibilidades concretas de uma convivência pacífica. Esta atuação conjunta entre os governos municipal e estadual é de fundamental importância para a consolidação do *SUSP* em todo o território nacional. Este sistema permite que a União, em respeito à autonomia dos entes políticos da federação, possua uma visão global das questões que mais afetam a segurança pública do país para que, racionalmente, distribua os recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública³⁶⁶.

³⁶⁶ Com o objetivo de criar um sistema racional de distribuição dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, o departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública passou a elaborar, a partir do ano de 2003, índices de distribuição dos recursos do *FNSP*. Por estes índices se determina o percentual dos recursos a serem transferidos para cada unidade federada.

11.1 Força Nacional de Segurança Pública

Criada pelo Decreto 5.289/04, a Força Nacional de Segurança Pública (*FNSP*) atua em cooperação com as forças policiais dos Estados. Para que possa agir em qualquer parte do território nacional, depende de uma solicitação expressa do governador do Estado ou do Distrito Federal, cabendo ao Ministro da Justiça determinar o seu emprego, necessariamente episódico e planejado. A *FNSP* não possui um efetivo exclusivo. É composta por servidores civis e militares dos órgãos policiais federais e estaduais, formando um contingente mobilizável especialmente preparado para uma atuação conjunta com as Forças de Segurança dos Estados participantes do programa de cooperação federativa. Sob a coordenação do Ministério da Justiça, os servidores mobilizados nos quadros da *FNSP* não deixam de integrar os quadros de seus respectivos órgãos policiais, vedado aos seus membros o desempenho de funções diversas daquelas estabelecidas constitucionalmente às Instituições que fizerem parte. Sua organização, inspirada nas Forças de Paz da Organização das Nações Unidas, inicia-se pelo treinamento dos servidores policiais. Um curso intensivo de duas semanas, composto por uma grade curricular de cento e dez horas na qual estão inseridas disciplinas de direitos humanos, policiamento ostensivo, controle de distúrbios civis, gerenciamento de

crises, técnicas de tiro é realizado na Academia Nacional de Polícia (ANP)³⁶⁷. Seus alunos, previamente selecionados por testes físicos e de conhecimento em suas Instituições de origem, devem possuir, no mínimo, cinco anos de experiência profissional, com idades entre vinte e cinco e trinta e cinco anos para sargentos e praças e de, no máximo, quarenta anos para oficiais, respeitado também o limite mínimo. Desde sua criação, a *FNSP* formou cerca de sete mil e setecentos policiais, dos quais mais de quinhentos deles constituídos por mulheres.

11.1.1 Ações de preservação da ordem pública

A *FNSP* está presente nas ações destinadas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio e no auxílio às vítimas de catástrofes e acidentes coletivos. Para isso, conta com efetivos das polícias militares e corpos de bombeiros militares dos Estados, preferencialmente recrutados em unidades ou frações de policiamento especializado de choque, forças táticas e grupos de ações táticas especiais. O Ministério da Justiça deverá assegurar, para este mister, um contingente permanente mobilizável com um efetivo mínimo de quinhentos homens devidamente treinados para emprego imediato nas áreas determinadas pelo Ministro da Justiça.

11.1.2 Batalhão Escola de Pronto Emprego

O Batalhão Escola de Pronto Emprego (*BEPE*) é uma unidade de elite da *FNSP*. Apto para ser empregado em ações de policiamento ostensivo, seu efetivo é preparado por diferentes grupamentos de elite nacionais e do exterior³⁶⁸, com uma jornada de mais de novecentas e trinta horas intensivas. Nos diversos módulos de treinamento constam aulas sobre técnicas de abordagem, direitos humanos, tiro policial, operações em áreas restritas e em estabelecimentos prisionais, resolução de conflitos agrários e medidas de proteção ao meio ambiente. Dentre as ações de defesa civil, destacam-se a formação em atendimento emergencial pré-hospitalar, busca e resgate em estruturas colapsadas, sobrevivência em águas abertas e

³⁶⁷ Situada no bairro de sobradinho, no Distrito Federal, na Academia Nacional de Polícia são formados os Delegados, Escrivães, Agentes, Papiloscopistas e Peritos Criminais do departamento de Polícia Federal.

³⁶⁸ Integrantes do *BEPE* já receberam formação de especialistas em operações especiais de Israel e dos estados Unidos da América.

policiamento aeroespacial com uso de helicóptero. A primeira sede permanente do *BEPE* fixou-se no antigo prédio do 10º Batalhão de Polícia Militar de Goiás, na cidade de Luziânia. O objetivo foi também o de reforçar a segurança das regiões localizadas no entorno do Distrito Federal. Criado no ano de dois mil e oito, o *BEPE* conta com equipamentos de alta tecnologia para preparar seus efetivos. Uma vez treinados os pelotões de elite, seus membros tornam-se agentes multiplicadores em suas unidades de origem. Desde sua criação, o *BEPE* formou quase uma centena de pelotões de elite. A última turma, composta por cento e quarenta policiais militares e bombeiros militares³⁶⁹ está destinada especialmente a operar busca e salvamento em regiões acometidas por catástrofes desencadeadas por incêndios, enchentes, deslizamentos, buscas ou acidentes de massa. As atividades do *BEPE* tendem a expandir-se pelo Brasil, apesar de atualmente existir uma única base fixa, em Luziânia-GO. Estuda-se, também, a possibilidade da criação de uma segunda unidade permanente no Estado do Rio de Janeiro.

11.1.3 Atuações em investigações criminais

Formada inicialmente para cooperar em ações de policiamento ostensivo e para auxiliar nas operações de defesa civil, no ano de dois mil e dez houve uma reformulação decreto que criou a *FNSP*³⁷⁰, permitindo a inserção dos órgãos policiais civis federais e estaduais na cooperação federativa em assuntos de segurança pública. Desse modo, incluíram-se as ações de polícia judiciária estadual nas funções de investigação criminal, apurando causas, circunstâncias, motivos, materialidade e identificação dos suspeitos. Atividades de inteligência relacionadas às questões de preservação da ordem pública, apoio de setores técnico-periciais e de identificação civil e criminal destinados à coleta de indícios e provas de materialidade de infrações penais também foram expressamente previstos, inclusive com relação à identificação de vítimas em acidentes naturais multitudinários. Nos dispositivos do decreto relativos às ações de polícia judiciária, houve a preocupação de se deixar consignado que a presidência do inquérito

³⁶⁹ No dia 13 de janeiro de 2011 concluiu-se a formação da 40ª Turma da Instrução de Nivelamento e Conhecimento (*INC*) do *BEPE*. Composta por quatro pelotões: dois pelotões policiais militares e dois pelotões de bombeiros militares, priorizaram durante a preparação o atendimento em áreas de calamidades.

³⁷⁰ O Decreto nº 7308/10, de uma forma mais abrangente e em respeito aos artigos 3º e 5º da Lei 11.473/07, disciplinou as atuações dos servidores civis no âmbito da *FNSP*.

policial ficará a cargo da autoridade policial da circunscrição onde ocorreram os fatos, em respeito ao estabelecido pelo código de processo penal.

As primeiras instruções a policiais civis ocorreram logo após a reformulação do decreto, durante o mês de setembro de dois mil e dez. A aula inaugural da instrução de nivelamento do conhecimento da polícia judiciária da *FNSP* foi proferida pelo então ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, contando com a participação de cento e quatorze polícias civis de vinte e seis Estados da federação com exceção do Acre. A intenção da *SENASP* é lançar projetos para melhor planejar e padronizar as investigações de polícia judiciária, entre os quais a realização de cursos para profissionais indicados pelos delegados gerais de polícia das polícias civis dos Estados, a fim de pulverizarem em suas Instituições os conhecimentos adquiridos³⁷¹.

11.1.4 Missões da *FNSP*

Trabalhando em substituição à convocação das *FFAA* e em apoio às polícias estaduais, a *FNSP* materializa o pacto federativo através de uma colaboração solidária nas questões de segurança pública. Sua mobilização não possui um caráter intervencionista, cabendo às Secretarias de Segurança Pública a coordenação e o comando das ações, sempre em conjunto com as Forças de Segurança estaduais. A primeira missão ocorreu no Espírito Santo com o objetivo de restabelecer a ordem pública na região da grande Vitória. Em janeiro de dois mil e onze, a *FNSP*, o ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardoso, determinou sua mobilização para auxiliar no socorro às vítimas na região serrana do Rio de Janeiro. Uma nova missão ocorre na região de Marabá- PA, por solicitação do governo do Estado para a pacificação de conflitos agrários³⁷².

³⁷¹ Policiais Civis dos Estados de Santa Catarina e de Roraima participaram, durante o mês de junho de 2011, dos trabalhos de Polícia Judiciária a cargo da *FNSP*, no município de Marabá/PA. A operação resultou na prisão de cinquenta e sete trabalhadores rurais que invadiram a sede da Fazenda Barreira Branca, localizada nas proximidades do Km 45 da BR-155, zona rural de Marabá. Mais de cinquenta policiais, entre militares e civis, participaram da missão. Os fatos ocorreram no dia 24 de junho, quando os invasores, armados, renderam três trabalhadores da fazenda, promovendo agressões contra as vítimas e diversos atos de vandalismo contra o patrimônio. Indiciados como incursos nos crimes de esbulho possessório, cárcere privado, tortura, dano e posse ilegal de armas, suas ações criminosas cessaram somente quando da chegada da polícia.

³⁷² Trata-se da 20ª Missão da *FNSP*, a primeira a envolver trabalhos de investigação e de polícia judiciária.

11.2 Departamento de Polícia Federal

O Departamento de Polícia Federal (*DPF*), ou simplesmente, Polícia Federal (*PF*), é um dos órgãos policiais constitucionais brasileiros mantidos pela União. Embora sua atual estrutura não guarde qualquer semelhança com o modelo policial trazido por D. João VI ao estabelecer sua Corte na cidade do Rio de Janeiro, a este monarca relaciona-se historicamente a sua criação³⁷³. No período republicano, a corporação, denominada Polícia Civil do Distrito Federal³⁷⁴, foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública (*DFSP*), passando a subordinar-se ao ministro da Justiça e Negócios Interiores³⁷⁵. As atribuições para

³⁷³ Sua origem está na Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, criada por D. João VI, em 5 de abril de 1808, à semelhança da que existia em Portugal, desde 1760. Suas instruções deveriam ser observadas por todas as autoridades civis e criminais espalhadas pelas cidades e vilas das capitanias. O desembargador e ouvidor da Corte, Paulo Fernandes Viana foi seu primeiro intendente, permanecendo no cargo até fevereiro de 1821. Ao enfeixar amplas atribuições, à Intendência-Geral de Polícia cabia organizar a guarda real, velar por seus quartéis; fiscalizar as obras municipais, os teatros e as diversões públicas; matricular veículos e embarcações; expedir passaportes e registro de estrangeiros; deter escravos fugidos, perseguir e prender pessoas ou grupos que criticassem o governo ou a ele se opusessem.

³⁷⁴ Nesta época, a capital da república situava-se na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

³⁷⁵ Denominação oriunda do Decreto-Lei nº 6.378 de 28 de março de 1944, expedido pelo presidente Getúlio Dornelles Vargas. Por este decreto, o *DFSP* responsabilizava-se, no âmbito do Distrito Federal, pelos serviços de polícia e segurança pública; no âmbito do território nacional, pelos serviços de polícia marítima, aérea e segurança de fronteiras.

apurar infrações penais e sua autoria contra o Estado foram previstas por um novo decreto³⁷⁶, ampliando ainda mais a atuação do *DFSP*.

Durante os anos cinquenta, oportunidades de emprego na construção civil trouxeram ao Planalto Central grande número de brasileiros para ocupar um espaço no qual ainda não existia uma cidade e sim um imenso canteiro de obras. Os candangos, como eram chamados os recém-chegados, necessitavam de uma efetiva proteção contra toda sorte de atos de delinquência advindos da concentração populacional. Assim, coube à Companhia Urbanizadora Nova Capital do Brasil (*NOVACAP*) solicitar ao governo de Goiás legalizar a força policial organizada para tal mister, conhecida por Polícia de Brasília³⁷⁷. Por meio de uma lei sancionada pelo governo do Estado de Goiás³⁷⁸ criou-se o Departamento Regional de Polícia de Brasília (*DRPB*), ao qual subordinava-se a Guarda Civil Especial de Brasília (*GEB*).

Inaugurada a capital federal, todos os órgãos dos poderes da república foram transferidos para Brasília. O *DRPB* incorporou-se ao *DFSP*, instalando-se em um galpão de madeira cedido pela *NOVACAP*. Até então, o *DFSP* não possuía uma organização que lhe permitisse atuar em todo o território nacional, conforme o previsto pela Lei nº 9.353/43. Em mil novecentos e sessenta e quatro, o governo militar, ao centralizar o poder, procurou agigantar a tímida estrutura do *DFSP*, a fim de que pudesse fazer frente a novas e ainda mais ampliadas atribuições³⁷⁹. No final

³⁷⁶ Decreto- Lei n 9.353, de 13 de junho de 1943, expedido pelo presidente Eurico Gaspar Dutra. Por este decreto, ao *DFSP* foi atribuído o controle referente à entrada, permanência ou saída de estrangeiros do território nacional; investigar delitos praticados contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado, a ordem social e a organização do trabalho; aqueles definidos pelo código penal brasileiro contra a fé pública e a administração pública e quanto ao comércio clandestino ou facilitação do uso de entorpecentes.

³⁷⁷ A companhia urbanizadora, conhecida por *NOVACAP*, trouxe para si a responsabilidade pela administração da Polícia de Brasília através da *Divisão de Segurança Pública da NOVACAP*

³⁷⁸ Trata-se da Lei n 2.364, de 9 de dezembro de 1958 do governo do estado de Goiás, com jurisdição em toda área destinada ao Distrito Federal.

³⁷⁹ Trata-se da Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964, promulgada no governo do general Humberto Castello Branco. Nela, previa-se a nomeação de um Diretor-Geral, de livre escolha do presidente da república, com competências previamente estabelecidas, válidas para todo o território nacional tais como: fiscalização das fronteiras marítimas, aéreas, terrestres e orlas de praia; apuração em colaboração com as autoridades do Estado de crimes cujas ações transcendam os limites das unidades federadas e contra agentes federais no

do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, aprovou-se a lei disciplinadora do regime jurídico dos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal³⁸⁰ componentes dos quadros do Serviço de Polícia Federal e do Serviço Policial Metropolitano³⁸¹.

11.2.1 Polícia judiciária da União

Com a criação da Justiça Federal de primeira instância³⁸², a polícia judiciária federal passou a ser exercida pelas autoridades policiais do *DFSP* em conformidade com as disposições do código de processo penal e da Lei nº 4483/64³⁸³. Com a promulgação da Constituição de mil novecentos e sessenta e sete, pela primeira vez surgiu a denominação: *Polícia Federal*. Órgão policial organizado e mantido pela União, tinha por finalidade prover os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras, a repressão ao tráfico de entorpecentes e a apuração de infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social, em detrimento de bens, serviços e interesses da União, assim como de outras infrações cujas práticas tivessem repercussão interestadual, exigindo repressão uniforme, segundo se dispusesse em lei, e a censura de diversões públicas³⁸⁴. A Constituição de mil novecentos e sessenta e nove³⁸⁵ manteve a *PF*, e suas respectivas atribuições pelo Decreto nº 73.332/73, desta vez nominando-o

exercício de suas funções; proteção ao presidente da república e às representações estrangeiras em visita oficial ao país; censura de diversões públicas; planejamento integrado dos serviços de identificação datiloscópica civil e criminal; formação técnico-profissional aos integrantes das polícias dos Estados, Distrito Federal e Territórios; supervisão e colaboração ao policiamento em rodovias federais; investigações de crimes contra o interesse da União e contra as comunidades silvícolas; auxílio técnico-científico às unidades da federação.

³⁸⁰ Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, promulgada no governo de Humberto Castelo Branco.

³⁸¹ Tratavam-se dos policiais pertencentes ao *DFSP* e da *Polícia do Distrito Federal*, cuja formação técnico-profissional competia à Academia Nacional de Polícia (*ANP*).

³⁸² A Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966 criou a administração da Justiça Federal de primeira instância nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, **a cargo dos Juizes Federais e com a colaboração dos órgãos auxiliares em lei e pela forma nela estabelecida. (grifos nossos)**

³⁸³ Lei reorganizadora do *DFSP*.

³⁸⁴ Conforme o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, art.8º ,VII, *a;b;c;d*.

³⁸⁵ Aprovada pela Emenda Constitucional nº 1 de 17 de outubro de 1969.

Departamento de Polícia Federal (DPF) e ampliando seu rol de atribuições³⁸⁶. A tradição constitucional fez com que a *PF* figurasse na Constituição de mil novecentos e oitenta e oito enfeixando, além das já mencionadas atribuições, a de prevenir e reprimir os delitos de contrabando e descaminho³⁸⁷. Atualmente, o *DPF* está organizado administrativamente por um Regimento Interno, no qual estão previstas suas unidades centrais e descentralizadas denominadas superintendências regionais, com suas respectivas delegacias especializadas.

11.2.2 Repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes

Dentre as inúmeras operações efetuadas pela *PF* na repressão ao tráfico de entorpecentes, destacam-se aquelas dirigidas a evitar a entrada de drogas no território brasileiro por fronteiras estrangeiras nas quais atuam as *Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)*. As atividades não se limitam a acompanhar os atos praticados pelas *FARC* relacionados à produção de cocaína na Colômbia, como também ao tráfico de armas e munições. Por meio deste monitoramento, a *PF* procura ao menos minimizar seus efeitos no território brasileiro. A repressão ao tráfico internacional opera-se, também, no controle de entrada e saída de passageiros, principalmente nos portos e aeroportos, objetivando prender os traficantes de entorpecentes e, na medida do possível, identificar as redes internacionais que organizam as ações criminosas. Sensoriamentos remotos de monitoramento da região amazônica são realizados, levantando focos produtivos de drogas e pistas de pouso clandestinas para posterior destruição. Realizados com apoio das *FFAA* brasileiras, além de objetivarem a desarticulação das organizações criminosas transnacionais e resguardarem as faixas de fronteira de imigrações clandestinas, procuram evitar, também, eventuais confrontos com as populações indígenas brasileiras e a violação de suas áreas de reserva.

³⁸⁶ Por este decreto, editado em 19 de dezembro de 1973, o *DPF* passou a prevenir e reprimir crimes contra a segurança nacional; contra a organização do trabalho ou decorrentes de greves; crimes contra a vida, o patrimônio e a comunidade silvícola; crimes contra servidores federais no exercício de suas funções; infrações às normas de ingresso ou permanência de estrangeiros no país.

³⁸⁷ CP – Contrabando ou descaminho. Art. 334. Importar ou exportar mercadoria proibida ou iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída, ou pelo consumo de mercadoria:

Pena: reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

11.2.3 Controle de armas e campanha do desarmamento

O Sistema Nacional de Armas (*SINARM*), instituído pelo *MJ*, no âmbito da *PF* é responsável pelo controle de armas de fogo em poder da população³⁸⁸. Para isso, lançou a *Campanha do Desarmamento*, estimulando sua entrega nas delegacias da *PF* mediante indenizações que variam entre cem e trezentos reais. A promulgação do *Estatuto do Desarmamento* fez com que o controle para aquisição e porte de arma de fogo fosse inteiramente centralizado na *PF*, por meio do *SINARM*, não cabendo mais às polícias civis estaduais sua regulamentação. Desse modo, qualquer pessoa física ou servidor público cuja atividade justifique a aquisição e porte de arma de uso permitido deverá solicitar autorização ao delegado de polícia da *PF*³⁸⁹.

11.2.4 Registro nacional de estrangeiro e emissão de passaportes

O Registro Nacional de Estrangeiro (*RNE*) é um registro de identidade expedido pela *PF* aos estrangeiros com residência temporária ou permanente no Brasil. A Cédula de Identidade de Estrangeiro (*CIE*) comprova a regularidade da situação do estrangeiro no país, garantindo-lhe direitos e, ao mesmo tempo, impedindo sua deportação³⁹⁰. O *DPF* é órgão responsável também pela emissão dos passaportes³⁹¹ a brasileiros e estrangeiros legalmente registrados no país ou pela emissão de documento autorizador da entrada e permanência de cidadão

³⁸⁸ O Estatuto do Desarmamento, aprovado pela Lei nº 10.826/2003, proíbe que civis tenham o porte de arma, salvo alegação de motivo justificado que autorize a expedição do respectivo porte. Por este estatuto, somente integrantes dos órgãos policiais, integrantes das *FFAA*, agentes penitenciários, guardas portuários, agentes de inteligência, guardas municipais (em municípios com mais de cinquenta mil habitantes) e vigilantes de empresas de segurança privada, estes últimos grupos somente quando em serviço, poderão portar armas. Ao dificultar o acesso do cidadão ao porte de arma, estimulando sua entrega por meio de campanhas de desarmamento, o *MJ* pretende desarmar a população, diminuindo o número de mortes causadas por uso indevido de armas de fogo.

³⁸⁹ Os servidores públicos cujas funções justificam, em tese, a aquisição de armas particulares são: policiais federais, do Distrito Federal e dos Estados; magistrados e membros do Ministério Público; agentes penitenciários e guardas municipais; auditores da receita federal, fiscais do trabalho e analistas tributários.

³⁹⁰ A deportação será aplicada nas hipóteses de entrada ou estada irregular de estrangeiros no território nacional. Trata-se de uma providência imediata, executada pelo *DPF*, consistente na retirada do estrangeiro que desatender à notificação prévia de deixar o país.

³⁹¹ Documento emitido pelo *DPF* no qual constam os dados de identificação de seu titular, requisitado por todo país soberano com o qual o Brasil mantenha relações diplomáticas para que seu portador possa nele adentrar.

estrangeiro originário de país com o qual o Brasil não possua relações diplomáticas: o *laissez-passer*³⁹².

11.2.5 Autorização e fiscalização de empresas de segurança privada

Estabelecimentos financeiros responsáveis pela guarda de valores e movimentação de numerários são obrigados a manter um sistema operacional de segurança devidamente autorizado pelo *MJ*, cabendo o controle e fiscalização de seu funcionamento ao *DPF*. Este sistema de segurança orgânica ou de empresas de segurança privada³⁹³ estabelecido por lei³⁹⁴, prevê a figura de um profissional de segurança privada: o vigilante³⁹⁵. Armas de fogo poderão ser por eles utilizadas quando em serviço, sendo-lhes vedada a utilização de pistolas semi-automáticas³⁹⁶. Às empresas especializadas na prestação de serviços de segurança, vigilância e transporte de valores, constituídas sob a forma de empresas privadas, além da segurança patrimonial das instituições financeiras poderão oferecer serviços voltados à proteção de pessoas, a órgãos e empresas públicas e a estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços e, até mesmo, a residências. A difusão dos serviços de segurança privada devem aumentar, cada vez mais, a preocupação do *DPF* com sua fiscalização. Exemplo

³⁹² Documento de viagem concedido ao estrangeiro portador de documento de viagem não reconhecido pelo governo brasileiro ou que não seja válido para o Brasil, expedido por países com os quais não se mantém relação diplomática.

³⁹³ Denomina-se orgânica a estrutura de segurança cujos vigilantes pertençam aos quadros da própria empresa financeira e privada a empresa terceirizada que realiza os serviços de segurança para a empresa contratante.

³⁹⁴ Lei 7.102, de 20 de junho de 1983 que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

³⁹⁵ O vigilante deve possuir idade mínima de 21 anos, escolaridade primária, não possuir antecedentes criminais, estar apto física e psicologicamente e frequentar um curso de formação a cargo de centros de formação particulares autorizados, cuja fiscalização e grade de disciplinas são responsabilidade do *DPF*. O curso tem um total de cento e trinta e oito horas distribuído entre disciplinas técnicas e teóricas, nas quais estão incluídas algumas noções de direitos humanos. Infelizmente, a insipiente fiscalização e a falta de comprometimento com sua formação, a começar pelo próprio candidato, causam sérios prejuízos à segurança dos cidadãos, alguns deles vitimados fatalmente em agências bancárias.

³⁹⁶ Decreto nº 89.056/83 – art.22. Será permitido ao vigilante, quando em efetivo serviço, portar revólver calibre 32 ou 38 e utilizar cassetete de madeira ou de borracha.

Parágrafo único. Os vigilantes, quando empenhados em transporte de valores, poderão, também, portar espingarda de uso permitido, de calibre 12, 16 ou 20, de fabricação nacional.

disso é o fato de em alguns Estados da federação existirem mais vigilantes do que policiais militares³⁹⁷.

11.2.6 Prevenção e combate ao tráfico de seres humanos

Fenômeno de natureza transnacional, o tráfico de pessoas, por representar uma atividade de baixo risco e altíssimos lucros faz com que o crime organizado modifique sua atuação no tráfico de drogas e armas, passando a comercializar seres humanos, principalmente para fins de exploração sexual. As ações das quadrilhas, facilitadas pelas condições adversas nas quais vivem as pessoas submetidas à exploração, especializam-se no recrutamento, no transporte e na administração dos prostíbulos. A *PF*, ao cumprir sua missão constitucional de polícia marítima, aérea e de fronteiras, assume grande responsabilidade no combate a estes grupos, investigando as rotas utilizadas no tráfico de pessoas, especialmente com relação aos países da fronteira³⁹⁸. A República Federativa do Brasil, ao assumir seu compromisso com os princípios do direito internacional dos direitos humanos, incorporou ao ordenamento interno instrumentos internacionais de combate ao Crime Organizado Transnacional, alterando inclusive dispositivos

³⁹⁷ Segundo dados da Superintendência da Polícia Federal do Pará, no ano de 2008 foram expedidas 16.442 carteiras nacionais de vigilantes para profissionais paraenses. O número é superior ao efetivo da Polícia Militar do Estado, com 14.100 integrantes. O Pará é o Estado com maior número de vigilantes da Região Norte, perdendo apenas para os Estados nordestinos do Ceará e da Bahia em número de vigilantes. (informações da Delegacia de Controle e Segurança Privada da *SPF do Pará*)

Cerca de 76% das pessoas que fazem vigilância privada na Paraíba atuam de forma clandestina, segundo o presidente do sindicato dos vigilantes do Estado, Alfeu Alves Bezerra e dados da Polícia Federal. Dos 13.000 vigilantes que atuam no Estado, apenas três mil estão cadastrados na *PF* para exercer a função em bancos, carros-fortes, estabelecimentos comerciais e residências. A grande maioria, apesar de ter formação de vigilante, atua também nestes locais sem a autorização da *PF*. O crescimento da criminalidade e o consequente clima de insegurança faz com que a busca pelo serviço cresça, apesar da irregularidade, e o “exército” de vigilantes seja superior ao número de policiais civis e militares do Estado. Segundo dados da Secretaria Estadual de Segurança e da Defesa Social, a Paraíba conta com um contingente de quase 11.000 policiais, dos quais nove mil são militares. (Jornal Correio – 23 de maio de 2010)

³⁹⁸ Uma pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual apontou, no ano de 2005, cento e trinta e uma rotas internacionais e cento e dez domésticas. Rodovias, portos e aeroportos são utilizados para este fim, sendo parcialmente substituídas ou descartadas na medida em que são identificadas pelas autoridades. Cidades como Bacabal (PA), Belém (PA), Boa Vista (RR), Uberlândia (MG), Garanhuns (PE), Petrolina (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Foz do Iguaçu (PR) foram apenas alguns centros identificados como pontos de partida para as rotas. Tomando direção a “mercados” consumidores, um considerável número de pessoas são distribuídas por países da América do Sul, sobretudo Guiana Francesa e Suriname. Quando se trata do tráfico interno, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro são consideradas “receptoras”, constituindo-se também em pontos intermediários importantes para as rotas do tráfico internacional, uma vez que possuem os aeroportos de maior tráfego aéreo do país.

do código penal brasileiro³⁹⁹ para a tipificação das condutas criminosas. Para promover uma maior cooperação internacional no combate aos crimes transnacionais, a *PF* possui Escritórios de Ligação e Adidâncias em países nos quais o Brasil mantém relações diplomáticas, situados nas respectivas sedes das Embaixadas e Consulados brasileiros⁴⁰⁰.

11.2.7 Academia Nacional de Polícia

A Academia Nacional de Polícia (*ANP*)⁴⁰¹ é um órgão do *DPF* vinculado à Diretoria de Gestão Pessoal. Esta diretoria é responsável pelos concursos públicos de recrutamento e seleção de alunos para os cursos de formação profissional para ingresso na *PF*. A investidura nos cargos é permitida a brasileiros ou, excepcionalmente, a portugueses amparados pelo estatuto de igualdade e se dá por concurso público de provas e títulos⁴⁰², dividido em quatro fases: provas de

³⁹⁹ Ratificada pelo Brasil pelo Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Convenção de Palermo e seu Protocolo adicional para prevenir, suprimir e punir o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, provocaram reformas na legislação penal interna para combater com maior eficácia estas redes criminosas internacionais. Trata-se do dispositivo penal que prevê o tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual.

Vejamus:

CP – art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-lo no estrangeiro.

Pena – reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos.

§1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.

§2º A pena é aumentada da metade se:

I – a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;

II – a vítima, por enfermidade ou doença mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;

III – se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou

IV – se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

§3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também a multa.

⁴⁰⁰ Dentre vários países da América e Europa, a *PF* mantém uma Adidância em Paramaribo, capital do Suriname, antiga Guiana Holandesa e um Escritório de Ligação em Cayena, cidade da Guiana Francesa, departamento francês na América do Sul. Aqui estão citadas por apresentarem, estas regiões, sérios problemas com relação ao tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual.

⁴⁰¹ Situada em Brasília-DF, no Km 2 da rodovia DF 001, Estrada Parque do Contorno, setor habitacional Taquari, Lago Norte, Sobradinho.

⁴⁰² Embora não conste no edital dos concursos de provimento aos diversos cargos da *PF* matérias específicas sobre direitos humanos, nas provas de conhecimentos gerais exigem-se noções de direito constitucional, dentre as quais inúmeros princípios relacionados à dignidade da pessoa humana.

conhecimentos gerais e específicos, avaliações física e social, médico e psicológica, dos títulos e frequência com aproveitamento no curso de formação profissional, de caráter eliminatório, em período integral e com duração de seis meses. Realizado na *ANP*, possui um regime de semi-internato, exigindo-se do aluno, maior de dezoito anos e portador de diploma de curso superior devidamente reconhecido, dedicação exclusiva. O aluno policial terá direito à concessão de auxílio-financeiro equivalente à metade da remuneração da classe inicial do cargo pretendido, com direito a alojar-se nas dependências da *ANP*, podendo optar por hospedar-se, às suas expensas, fora da *ANP*.

O *DPF* comporta um quadro funcional composto por cargos policiais e administrativos. Com relação aos quadros policiais, o *DPF* prevê um cargo de direção e quatro auxiliares. Dos cargos de direção, ocupados por delegados de polícia federal, exige-se formação superior específica de bacharel em Direito. Autoridade policial responsável pela supervisão e planejamento administrativo da *PF*, o delegado de polícia federal ocupa-se, também, da coordenação das operações policiais e pela instauração e presidência dos inquéritos policiais, conforme o estabelecido pelo código de processo penal. O cargo auxiliar de escrivão de polícia federal, provido por profissionais portadores de diplomas de curso superior em qualquer área do conhecimento, possui a atribuição de cumprir os despachos e demais formalidades processuais, tais como a lavratura de termos, requisições periciais, de autos de prisão em flagrante, de mandados e demais expedientes necessários ao andamento dos inquéritos policiais para sua posterior remessa ao Poder Judiciário. Uma vez que as investigações policiais são realizadas também fora dos cartórios onde são realizados os procedimentos investigatórios, os delegados de polícia são auxiliados pelos agentes de polícia federal. Do mesmo modo que os escrivães, são portadores de diplomas de curso superior, cabendo a eles a execução das investigações apuratórias dos ilícitos penais, além de estarem à frente de operações policiais de prevenção e repressão criminais. O cargo auxiliar de papiloscopista policial federal, também de formação superior genérica, tem como principal atribuição, em face do *DPF* ser responsável pela expedição de documentos de identificação, a coleta, análise, classificação, arquivamento, pesquisa e a realização de perícias papiloscópicas, muitas vezes

necessárias à identificação do autor da infração penal. As demais perícias criminais – importantes provas técnicas que acompanham o conjunto das investigações e que demandam saberes específicos relativos às diversas áreas do conhecimento –, estão a cargo dos peritos criminais federais. Ao manifestarem-se por meio dos laudos periciais nos quais a observação, descrição e interpretação dos indícios exigem deles apuradas técnicas para um melhor desempenho das funções, a *PF* prevê dezessete áreas de formação, com concursos específicos a cada uma delas⁴⁰³. As áreas administrativas comportam vários cargos de nível intermediário e superior⁴⁰⁴ e destinam-se ao preenchimento do plano especial de cargos do *DPF*. São cargos de apoio da *PF*, não havendo previsão de qualquer curso de formação profissional na *ANP*, bastando para o seu desempenho que o candidato aprovado comprove a conclusão de curso específico na área escolhida, realizado em escolas reconhecidas pelo Ministério da Educação e Cultura.

⁴⁰³ São elas: contabilidade, engenharias elétrica, eletrônicas e de comunicações, análise de sistemas, agronomia, geologia, química, engenharia civil, engenharia florestal, engenharia cartográfica, medicina, odontologia, engenharia mecânica, física, engenharia de minas.

⁴⁰⁴ Estão previstos cargos para médicos, engenheiros, analistas de sistemas, jornalistas, técnicos em contabilidade, programadores e operadores de computador, desenhistas, enfermeiros e auxiliares de enfermagem, agentes administrativos, técnicos em assuntos educacionais, psicólogos, dentistas, médicos veterinários, nutricionistas dentre outros.

11.3 Polícia Rodoviária Federal

Órgão policial responsável pelo policiamento ostensivo das rodovias federais brasileiras, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) é uma Instituição uniformizada, hierarquizada e de caráter civil, nascida na *República Velha*, durante o governo do então presidente da república, Washington Luís Pereira de Sousa, grande propulsor do rodoviarismo brasileiro. Inspirado no lema lançado ainda quando disputava, em mil novecentos e vinte, a presidência do Estado Federado de São Paulo: *Governar é abrir estradas*⁴⁰⁵, oito anos mais tarde, a PRF foi por ele criada⁴⁰⁶ sob a denominação: *Polícia de Estradas*. Para cumprir-se a missão de fiscalizar o tráfego nas rodovias, foi preciso organizar um corpo de vigilância permanente, ficando a cargo de uma Comissão de Estradas de Rodagem (CER)

⁴⁰⁵ Sintetizado na frase: "*Governar é abrir estradas*", o lema nasceu de um discurso proferido por este político quando da disputa à presidência (governo) de São Paulo o qual tinha por prioridade a ocupação de todo o território paulista. A frase integral foi: "Governar é povoar, mas, não se povoa sem se abrir estradas, e de todas as espécies; governar é, pois, abrir estradas!"

Ao assumir a presidência do Estado de São Paulo, em 1920, Washington Luís logo começou a dar andamento aos planos de dotar São Paulo de uma rede de estradas aptas à circulação de veículos automotores. Ao criar a Inspetoria de Estradas de Rodagem, instituiu um Plano Rodoviário. Primeiro projeto brasileiro a cuidar exclusivamente das estradas de rodagem, uma nova cultura prevaleceu na política dos transportes, fazendo com que a malha ferroviária fosse substituída pela rodoviária. Findo seu mandato, São Paulo passou a ter 1.535 quilômetros de estradas construídas, fiscalizadas e conservadas permanentemente. A frota de veículos, composta por 5.596 automóveis e 22 caminhões em 1920, aumentou para 17.403 automóveis e 4.395 caminhões, em 1924.

⁴⁰⁶ Em 24 de julho de 1928, data comemorativa do *Dia da Polícia Rodoviária Federal*.

disciplinar os serviços de patrulhamento. Assim, no ano de mil novecentos e trinta e cinco surgiram os primeiros Inspetores de Tráfego, responsáveis pelo policiamento nas rodovias Rio-Petrópolis⁴⁰⁷, Rio- São Paulo⁴⁰⁸ e estrada União Indústria⁴⁰⁹. Comandados por Antônio Felix Pacheco, o *turquinho*, treze motociclistas distribuíam-se por estas estradas, circulando em suas motocicletas *Harley Davidson*, em apoio aos cerca de quatrocentos e cinquenta vigias da *CER*. Daí a tradição do motociclismo na *PRF*.

Durante o período de expansão das rodovias brasileiras, outros núcleos de policiamento de estradas difundiram-se pelo país⁴¹⁰, até que no ano de mil novecentos e quarenta e cinco, com a fundação do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem⁴¹¹, pela primeira vez a *Polícia de Estradas* recebeu a denominação: Polícia Rodoviária Federal ou mais tardiamente, *Patrulha Rodoviária Federal*, operacionalizada por seus *Patrulheiros*. Com a promulgação da Constituição de mil novecentos e oitenta e oito, a *PRF* passou a ser considerada uma das três polícias constitucionais da União, cabendo a este órgão policial federal exercer o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Sua estrutura organizacional submete-se ao *MJ* recebendo a denominação de Departamento de Polícia Rodoviária Federal – *DPRF*.

11.3.1 Atribuições de policiamento rodoviário ostensivo

Na malha viária federal composta por mais de sessenta e um mil quilômetros de estradas e rodovias, a *PRF* desenvolve atividades de policiamento preventivo e de fiscalização de veículos e condutores, em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro, prevenindo os abusos decorrentes do excesso de

⁴⁰⁷ Primeira rodovia brasileira pavimentada, foi inaugurada em 1928. Atualmente recebe o nome de seu fundador, o presidente Washington Luís.

⁴⁰⁸ Atual rodovia Presidente Dutra.

⁴⁰⁹ Inaugurada por D. Pedro II, em 23 de junho 1861, ligando Petrópolis-RJ a Juiz de Fora-MG, foi a primeira rodovia macadamizada (espécie de pavimento para pistas de rodagem composto por sobreposição de pedras) da América latina.

⁴¹⁰ Por exemplo, em 1943, para fiscalizar as estradas que estavam sendo construídas no Paraná, criou-se um Núcleo da Polícia de Estradas neste Estado.

⁴¹¹ Criado em 27 de dezembro de 1945, foi chefiado pelo engenheiro Edmundo Regis Bittencourt. Seu nome denomina, atualmente, a rodovia BR-116 que liga as cidades de São Paulo-SP e Curitiba-PR.

velocidade e de embriaguez, além de prestar atendimento emergencial às vítimas de acidentes de trânsito. Contando com um efetivo atual de quase treze mil membros entre agentes e inspetores, suas equipes estão baseadas em postos situados às margens da rodovia e em delegacias do *DPRF*⁴¹². Constitui-se como um dos órgãos policiais componentes do Sistema Nacional de Trânsito, atuando em conjunto com as polícias militares dos Estados e do Distrito Federal⁴¹³.

11.3.2 Repressão às atividades criminosas

Integrando o Sistema Nacional de Segurança Pública, a *PRF* atua na prevenção e repressão aos crimes de tráfico de entorpecentes⁴¹⁴ e de seres humanos para fins de exploração sexual, contrabando⁴¹⁵, descaminho, roubos e furtos de cargas e demais ações ilícitas praticadas nas rodovias e em seu entorno⁴¹⁶. Para combater com maior eficiência as ações criminosas, a *PRF* conta com unidades de policiamento especializadas. Sob a coordenação da Divisão de Combate ao Crime (*DCC*), o Núcleo de Operações Especiais (*NOE*) é composto por agentes e inspetores previamente treinados para operar em ações específicas⁴¹⁷, de acordo com as peculiaridades de cada região brasileira. Assim, nas regiões de fronteira enfatiza-se o combate ao contrabando, descaminho e tráfico de drogas. Nas regiões Norte e Nordeste, a repressão aos crimes ambientais e ao tráfico de seres humanos. Em vista de sua missão não mais se

⁴¹² A *PRF* está presente em todo o território nacional. Estruturada em 21 Superintendências Regionais, 5 Distritos Regionais, 150 Delegacias e 400 Postos de Fiscalização, a sede de sua Administração Central está localizadas em Brasília-DF.

⁴¹³ Conforme o estabelecido pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de trânsito Brasileiro - *CTB*.

⁴¹⁴ No dia 7 de julho de 2011, a *PRF* prendeu uma quadrilha composta por quatro mulheres na cidade de Ubatuba-PR, quando estas transportavam, no interior de um ônibus que circulava pela BR-369, a quantidade de 63 Kg de maconha. O ônibus fazia o itinerário Foz do Iguaçu-Maringá. A droga seria destinada ao consumo na cidade de São Paulo.

⁴¹⁵ No dia 16 de junho de 2011, uma carreta que transportava 500.000 maços de cigarros contrabandeados do Paraguai foi interceptada por uma patrulha da *PRF*, na BR-116, próximo à Ponte Ayrton Senna, que liga o Estado do Paraná ao de Mato Grosso.

⁴¹⁶ Em ação conjunta com agentes da *PF*, no último dia 5 de julho de 2011, agentes da *PRF* recuperaram dois veículos furtados em Foz do Iguaçu, e que seguiriam ao Paraguai pela Ponte Internacional da Amizade. Além desta ação, os policiais apreenderam um veículo adaptado para transportar mercadorias contrabandeadas.

⁴¹⁷ Operações de Controle de Distúrbios, Ações Táticas Anti-Bombas, Tiros de Precisão etc.

restringir aos ilícitos rodoviários federais, a *PRF* atua em conjunto com outros órgãos federais, a exemplo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (*IBAMA*), da Receita Federal e da Polícia Federal.

11.3.3 Serviços de socorro

A *PRF* mantém convênio com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (*SAMU*), disponibilizando viaturas e aeronaves⁴¹⁸ prontas para o socorro a vítimas de acidentes de trânsito. Policiais Rodoviários Federais treinados em socorros de urgência trabalham em conjunto com médicos e enfermeiros do *SAMU*. Convênios realizados com alguns Corpos de Bombeiros Militares possuem a mesma finalidade, oferecendo maior eficiência na prestação dos serviços de emergência médica.

11.3.4 Centros de Treinamento da *PRF*

O cargo de Agente da *PRF* pode ser ocupado por brasileiros ou portugueses amparados pelo estatuto de igualdade, com idade mínima de dezoito anos, portadores de curso de graduação de nível superior. A investidura se dá por concurso público de prova e títulos, composto por provas de conhecimentos técnicos, avaliação física, social e psicológica e aproveitamento ao Curso de Formação Profissional. As atividades do Agente da *PRF* são de natureza policial, envolvendo a fiscalização, o patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento a socorro às vítimas de acidentes rodoviários e demais atribuições relacionadas à área operacional do *DPRF*.

O Curso de Formação tem por objetivo desenvolver e complementar o conhecimento teórico-prático do candidato. De caráter eliminatório, o candidato, quando de seu ingresso, se sujeitará a um regime de semi-internato, devendo alojar-se nas dependências do Centro de Treinamento (*CT*). Durante este período, fará jus a uma bolsa equivalente à metade dos vencimentos iniciais da carreira, devendo restituir a quantia caso seja reprovado ou desligado do curso. A *PRF*

⁴¹⁸ A Divisão de Operações Aéreas (*DOA*), da *PRF* possui uma frota de onze helicópteros (06 Bell 407, 01 Bell 412, 04 Eurocopter EC-120), utilizados para a fiscalização e atendimento a vítimas de acidentes nas rodovias federais.. Alguns helicópteros estão adaptados para servirem como UTIs aéreas, com tripulação composta por socorristas da própria *PRF*. Um avião Piper Seneca III compõe a frota, sendo utilizado, principalmente, para identificar campos de plantio de maconha.

possui *CTs* espalhados por quatro regiões brasileiras, além de utilizar a própria *ANP*, responsável, também, pela formação dos Agentes da *PF*. Os *CTs* regionais da *PRF*, estão situados nas cidades de Aquidauana-MS, Fortaleza-CE, Porto Alegre-RS e Rio de Janeiro- RJ, e possuem capacidade total para o preparo de setecentos e cinquenta policiais rodoviários federais. Com cerca de três meses de duração, fazem parte da grade curricular preparatória: noções de direito constitucional; de direito administrativo; das legislações de trânsito, armas, e dos crimes ambientais; dos estatutos de proteção à criança, ao adolescente e ao idoso; de direitos humanos voltados aos princípios básicos para a utilização da força e das armas de fogo; de ações táticas, armamento e tiro e aulas de educação física. Um Curso de Formação Profissional foi concluído no último dia sete de julho de dois mil e onze, na *ANP*. Há um novo curso em andamento, iniciado em três de julho, também na *ANP*. Às sete horas se dá o início das atividades com instruções feitas aos alunos em ordem unida. As aulas, distribuídas por todo o dia, terminam somente às dezenove horas. Já nas primeiras semanas de aula são efetuadas instruções de direitos humanos aos futuros *PRFs*.

11.4 Polícia Ferroviária Federal

Criada pelo Decreto Imperial nº 641 de 26 de junho de 1852, assinado por D. Pedro II, foi inicialmente denominada *Polícia dos Caminhos de Ferro*⁴¹⁹. Tinha por missão guardar a malha ferroviária brasileira, garantindo a segurança dos trilhos e das riquezas transportadas pelos comboios férreos recém implantados no Brasil por Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá⁴²⁰. A *Polícia dos Caminhos de Ferro* transformou-se por força da Lei 8.028 de 12 de abril de 1990, criadora do Departamento de Polícia Ferroviária Federal, na *Polícia Ferroviária Federal*. Infelizmente, seu sucateamento acompanhou o próprio descaso de sucessivos governos com os transportes ferroviários da Nação. Entretanto, resiste heroicamente com um efetivo atual aproximado de setecentos e oitenta policiais,

⁴¹⁹ O sucateamento da *Polícia Ferroviária Federal* está retratado inclusive em versos da música popular brasileira, quando os compositores Fernando Brant e Milton Nascimento lembram, com nostalgia, o fim dos antigos *Caminhos de Ferro*.

Ponta de areia/ponto final/da Bahia a Minas/estrada natural/que ligava a Minas/ao porto, ao mar/Caminho de Ferro/mandaram arrancar/velho maquinista/com seu boné/lembra o povo alegre/que vinha cortejar/Maria-Fumaça/não canta mais/para moças, flores/janelas e quintais/na praça vazia/um grito, um ai/casas esquecidas/viúvas nos portais.

⁴²⁰ Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), conhecido por Barão ou Visconde de Mauá, foi um nobre do Segundo Reinado, empreendedor da indústria naval e das ferrovias brasileiras. No ano de 1852, recebeu uma concessão de D. Pedro II para implantar a primeira ferrovia do Brasil, ligando o Rio de Janeiro, entre Porto Estrela, na Baía da Guanabara e Raiz da Serra, na região de Petrópolis. A locomotiva *Baronesa* foi a primeira *Maria-Fumaça* a tracionar o primeiro comboio férreo brasileiro, percorrendo o trecho da Estrada de Ferro Mauá, inaugurada pelo Imperador D. Pedro II, em 30 de abril de 1854.

distribuídos pelas ferrovias de todo o país. Para preencher a lacuna deixada pela falta de efetivo policial ferroviário, com visíveis prejuízos às empresas ferroviárias e à Nação, os serviços de segurança, em muitas malhas, permanecem sob a responsabilidade de empresas de segurança terceirizadas, cujos vigilantes, por razões óbvias, não são considerados policiais nem tampouco possuem preparo para esta missão.

A *PFF* foi a primeira corporação especializada do Brasil. Hoje, após cento e cinquenta e nove anos de sua criação, pode-se dizer que possui o menor efetivo policial do mundo, responsável por uma malha rodoviária continental. O processo de desativação das ferrovias, iniciado com o rodoviarismo dos anos vinte, ganhou força durante o maciço processo de privatização das ferrovias brasileiras, a partir no ano de mil novecentos e noventa e seis. Apesar de manter-se formalmente como um órgão policial constitucionalizado, após a privatização das ferrovias, muitos policiais foram gradativamente transferidos para exercerem funções diversas nos ministérios do Transporte e das Cidades. Parte deles ainda está responsável pela fiscalização de cargas e por alguns comboios férreos urbanos de passageiros. A deliberada desarticulação da *PFF* causou uma dilapidação do patrimônio da *Rede Ferroviária Federal*, que vão da subtração criminosa de peças do parque ferroviário até a remoção de mais de quinhentos quilômetros de trilhos e dormentes, com prejuízos estimados em até doze bilhões de reais. O mais de dez mil quilômetros de ferrovias federais ainda não privatizados encontram-se em total abandono, à mercê da criminalidade, comprometendo seriamente a segurança ferroviária, com enormes riscos à vida dos que ainda as utilizam. O último concurso realizado para a renovação de seus quadros ocorreu em mil novecentos e noventa. Sua frota de viaturas, composta por trinte e três veículos, não se renova desde mil novecentos e oitenta e nove, não tendo sequer condições de uso por falta de manutenção. No decorrer de sua existência, várias foram as denominações dadas aos seus membros: *guarda civil ferroviário*, *investigador ferroviário*, *agente especial de segurança* e, finalmente, *agente de segurança*.

11.5 Polícia Militar do Estado de São Paulo

Em respeito à autonomia dos Estados federados, a Constituição da República Federativa do Brasil previu que o Sistema de Segurança Pública fosse composto por órgãos policiais estaduais. As polícias militares dos Estados representam uma destas Instituições policiais, a quem cabe a missão constitucional do policiamento ostensivo e da preservação da ordem pública. O Brasil é uma federação constituída por vinte e seis Estados e um Distrito Federal. Cada um deles, incluindo o *DF*, possui competência para criar, organizar e manter sua Polícia Militar⁴²¹. A Polícia Militar do Estado de São Paulo (*PMESP*) foi escolhida para este estudo por pertencer a um importante Estado, tanto em termos de desenvolvimento como em termos de concentração populacional. Este último motivo faz com que a *PMESP* possua um efetivo considerável, ainda insipiente, de aproximadamente oitenta e seis mil policiais, entre soldados, praças e oficiais *PMs*. Centralizada sob um Comando Geral, a *PMESP* distribui-se por todo o território paulista em nove Comandos de Policiamento do Interior ; um Comando da Capital; um Comando Metropolitano; um Comando de Policiamento Ambiental; um Comando de Corpo de Bombeiros; um Comando de Policiamento Rodoviário; um Comando de Policiamento de Choque; Diretorias Especializadas e um Grupamento Aéreo.

⁴²¹ Está regra não é válida para os órgãos policiais do *DF*, uma vez que cabe à União e não ao governo Distrital mantê-los.

11.5.1 A Força Pública do Estado de São Paulo

O antecedente histórico da *PMESP* está na formação do primeiro corpo policial, embrião daquela que seria denominada *Força Pública do Estado*, estruturada em um pequeno exército. O hiato entre o primeiro e segundo reinados possibilitou à regência criar uma lei possibilitando às províncias criarem um *Corpo Municipal Permanente* para cuidar da ordem e da segurança internas. Em quinze de dezembro de mil oitocentos e trinta e um, o presidente da província de São Paulo, brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar propôs ao Conselho da província autorização para formar uma milícia com um efetivo de cem homens, distribuídos em duas companhias de infantaria e uma de cavalaria, esta composta de trinta soldados comandados por um tenente⁴²². Conhecido por *Corpo de Permanentes*, São Paulo também contou com outros grupos improvisados conhecidos por *Quadrilheiros* e a *Legião Paulista* para a manutenção da ordem e da defesa contra invasores. Nesta época, a província de São Paulo contava com quinhentos mil habitantes, dos quais vinte mil residiam na capital.

Entre mil oitocentos e cinquenta e o fim do período monárquico, corporações policiais-militares surgiram e desapareceram na província de São Paulo. Em vinte e dois de junho deste ano foi criada uma *Companhia de Pedestres*, composta por vinte e cinco homens para auxiliar no policiamento, prender escravos fugidos, apagar incêndios e efetuar diligências, dissolvida por falta de recursos financeiros. O *Corpo Municipal Permanente* foi reorganizado em mil oitocentos e sessenta e quatro, mantendo um efetivo de quatrocentos homens, dos quais duzentos e sessenta e cinco deles foram convocados para integrar o contingente brasileiro na campanha do Paraguai. Finda a guerra e retomadas as ações rotineiras de policiamento, o *Corpo de Permanentes*, fixado em quatrocentos e

⁴²² O momento histórico da criação do Corpo Municipal Permanente inspirou o poeta Guilherme de Almeida para a composição da primeira estrofe da *Canção da Polícia Militar*, musicada pelo major PM Alcides Jácomo Deggobi, executada pela primeira vez, em 15 de dezembro de 1964, no pátio interno da *Academia de Polícia Militar do Barro Branco*:

Sentido! Frente, ordinário marcha!
Feijó conclama, Tobias manda
E na distância, desfila a marcha
Nova cruzada, nova demanda
Um só por todos, todos por um
Dos cento e trinta de trinta e um!

vinte e nove homens, foi complementado pela criação de uma *Guarda Local* nas cidades do interior paulista. Pelo fato das municipalidades não disporem de meios para treinar manter estas guardas, estas sempre se caracterizaram como corpos de segurança de reduzida eficiência.

Com a proclamação da República, as províncias tornaram-se Estados federados. Lideranças locais contaram com uma maior liberdade de ação, haja vista muitas atribuições outrora atinentes ao governo central passarem a ser exercidas pelos presidentes dos Estados. Embora as províncias já fossem responsáveis pela manutenção da ordem pública, governantes paulistas da *República Velha* empenharam-se, desde logo, em criar uma força militar própria, a fim de garantir, além da ordem e da segurança internas, a autonomia política conquistada pelo Estado com a adoção da organização federativa no Brasil⁴²³. Em mil oitocentos e noventa, o presidente (governador) de São Paulo, Prudente José de Moraes e Barros, percebendo que o crescimento populacional necessitava de um aumento da força policial para a manutenção da ordem e tranquilidade públicas, fixou-a em um efetivo total de dois mil duzentos e sessenta e sete homens, grande parte deles compondo o *Corpo Policial Permanente*, uma *Companhia de Urbanos* e uma *Secção de Bombeiros*⁴²⁴.

Em mil novecentos e quatro, eleito presidente do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá Piratininga, ao manifestar o desejo de reorganizar a força policial militar, deu início às negociações entre o governo francês e o paulista. Filho de paulista e francesa, com formação educacional europeia, fez com que a escolha para o treinamento da Força Policial paulista recaísse sobre um brilhante oficial de artilharia do Exército da França, o comandante Paul Balagny⁴²⁵. A *Missão*

⁴²³ O Decreto nº 1, de 18 de novembro de 1889, pelo qual o Estado de São Paulo, através de um governo provisório, aderiu à República, dispunha no artigo 3º: “O governo provisório proclamado pelo Estado de São Paulo adotar, com urgência, todas as providências necessárias para a manutenção da ordem e da segurança pública, defesa e garantia da liberdade, dos direitos e dos interesses legítimos dos cidadãos, quer nacionais, quer estrangeiros”.

⁴²⁴ Respectivamente, com 1842/361/64 homens.

⁴²⁵ Destacando-se em operações militares francesas na Indochina, possuía larga experiência haurida em viagens pelo mundo, passando pela China, Tunísia, Japão e América do Norte. Com formação na Escola Superior de Guerra, em Paris, poliglota e com fartos conhecimentos de história militar, foi escolhido como pessoa ideal à modernização da milícia paulista.

Francesa, composta pelo comandante, um tenente e um sargento, chegou a São Paulo no dia vinte e um de março de mil novecentos e seis, dando início ao trabalho de organização e treinamento da Força Policial. Contratada inicialmente para um período de dois anos, permaneceu em São Paulo até quatro de agosto de mil novecentos e quatorze, regressando à Europa por conta da guerra entre França e Alemanha. Após estes treinamentos, a Força Policial de São Paulo já contava com um alto padrão de organização e disciplina, constituindo-se em um poderoso instrumento de defesa do Estado.

11.5.2 Fim da Força Pública e nascimento da Polícia Militar

Um decreto-lei⁴²⁶ expedido pelo governo do presidente da república, marechal Arthur da Costa e Silva colocou todas as Polícias Militares sob o controle e a coordenação do Ministério do Exército. Por ele, ficou estabelecido que seu comando caberia a um oficial superior do serviço ativo do Exército e, excepcionalmente, a um oficial da própria corporação estadual. Este mesmo decreto, ao considerá-las como responsáveis pela ordem e segurança dos Estados, subordinava-as aos Secretários da Segurança Pública. Entretanto, para que o comando não recaísse sobre uma autoridade civil, as Secretarias de Segurança dos Estados estiveram, neste tempo, sob o comando de oficiais do Exército, detentores das patentes de coronel, grau máximo do oficialato das Polícias Militares. Os efeitos mais importantes deste decreto foi o de manter as polícias militares estaduais sob o controle do governo militar. Complementando as disposições federais, o governador do Estado de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré, expediu um decreto-lei estadual⁴²⁷ declarando extinta a Força Pública e criando, no mesmo ato, a *PMESP*. Deixando claro não se tratar apenas de uma mudança organizacional da corporação, o artigo 2º do decreto-lei declarou expressamente que ela se extinguia, assim dispondo: “ *Os atuais componentes da Força Pública, que ora se extingue, ficam integrados na Polícia Militar do Estado de São Paulo, nos mesmos postos e graduações de que são titulares*”. Outras

⁴²⁶ Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969.

⁴²⁷ Decreto-lei nº 217, de 8 de abril de 1970.

corporações uniformizadas: *Guarda Civil*, *Polícia Marítima* e a *Polícia Rodoviária* também se fundiram à nova organização policial, com as devidas adequações hierárquicas, ainda que sob protesto dos membros da antiga *Força Pública*.

11.5.3 Polícia Militar constitucional

Como um dos órgãos policiais estaduais permanentes previstos na *CF*, a *PMESP* integra a estrutura da Segurança Pública do Estado de São Paulo, conforme o previsto na Constituição do Estado de São Paulo.⁴²⁸ Subordinada ao governador do Estado de São Paulo, está diretamente vinculada à Secretaria da Segurança Pública, comandada por uma autoridade civil. Atualmente, por força da própria Constituição Estadual, o integrante do cargo de Comandante Geral da *PMESP*, de livre nomeação do governador, é escolhido entre oficiais da ativa, ocupantes do último posto do Quadro de Oficiais Policiais Militares, o mesmo ocorrendo em relação ao oficial chefe da Casa Militar⁴²⁹. Com atribuições destinadas ao policiamento ostensivo e à preservação da ordem pública, a Constituição do Estado reserva à lei disciplinar o exercício de algumas funções específicas⁴³⁰. Apesar de ser uma polícia organizada e mantida pelo Estado, a *PMESP* e seu Corpo de Bombeiros permanecem como forças auxiliares e de reserva do Exército.

⁴²⁸ Constituição do Estado de São Paulo:

...

Artigo 139 – A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio.

§ 1º O Estado manterá a Segurança Pública por meio de sua Polícia, subordinada ao Governador do Estado.

§ 2º A Polícia do Estado será integrada pela Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros

§ 3º A Polícia Militar, integrada pelo Corpo de Bombeiros é força auxiliar, reserva do Exército.

⁴²⁹ CE – Artigo 141 e parágrafos.

⁴³⁰ A Lei nº 207, de 5 de janeiro de 1979, conhecida por *Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo*, prevê os órgãos policiais do Estado e quais suas respectivas atribuições. Embora faça menção expressa à *PMESP* como Instituição fardada responsável pela coordenação e execução do policiamento preventivo e a extinção de incêndios, seus dispositivos relativos ao processo administrativo disciplinar não se aplicam aos servidores policiais militares, sujeitos que estão à Lei nº 893/01, instituidora do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (*RDPM*) do Estado de São Paulo. Embora não exista uma Lei complementar que preveja especificamente outras atribuições da *PMESP*, muitas resoluções da Secretaria de Segurança Pública vêm a ampliar este rol, a exemplo da resolução que autoriza a *PMESP* registrar ocorrências policiais sobre determinados delitos.

11.5.4 Atividades de policiamento comunitário

Com o objetivo de dar efetivo cumprimento à sua missão constitucional, as ações da *PMESP* fundamentam-se no policiamento comunitário, no respeito aos direitos humanos e na melhoria na qualidade do atendimento ao cidadão. Inspirado no Sistema Koban⁴³¹, Bases Comunitárias de Segurança (*BCS*) foram implantadas em todo o Estado, respeitadas as realidades de cada local. Para a otimização dos trabalhos, a *PMESP* criou a *Divisão de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos* para estudar a adaptação do modelo japonês às realidades sociais e aos níveis de violência, a fim de que não houvesse um comprometimento à segurança dos cidadãos. Aproveitando experiências embrionárias anteriores, a exemplo dos *Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs)*, a gestão participativa da comunidade nas questões de segurança pública contribuíram para a ampliação das *BCS*. Atualmente, além das cinquenta e quatro *BCSs* espalhadas pela capital e interior paulistas, a *PMESP* multiplica a filosofia de polícia comunitária, divulgando ideias a policiais de outras unidades da federação e da América Latina⁴³², através do Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária (*CIMPC*).

11.5.5 Programa Educativo sobre Resistência às Drogas

O *PROERD*, implantado inicialmente na cidade de Los Angeles, nos EUA, foi implantado no Brasil pela *PMESP*. Trata-se de um programa educativo dirigido a crianças para conscientizá-las sobre os malefícios das drogas e suas violentas e desagregadoras consequências. O programa é aplicado durante as férias escolares, no qual os policiais promovem a acolhida para posterior orientação aos frequentadores do curso. As dez lições semanais envolvem assuntos relativos a auto estima, à reação ao estímulo ao uso das drogas e a solução de conflitos sem o emprego da violência. Ciente da importância da participação da família para o sucesso do programa, a *PMESP* realiza uma cerimônia de formatura na qual estão

⁴³¹ A Agência de Cooperação Internacional do Japão (*JICA*) auxilia a *PMESP* na implantação e adaptação do Sistema Koban, desenvolvido pela Polícia Nacional do Japão. Por este sistema, as instalações fixas (*Koban* e *Chuzasho*) se constituem como bases de policiamento comunitário. Os policiais designados para ocupá-las em caráter permanente, passam a fazer parte integrante das comunidades nas quais trabalham, permitindo que consolidem laços com os membros das comunidades, fazendo-os sentirem-se igualmente responsáveis pela segurança do espaço em que vivem.

⁴³² Oficiais das polícias da Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Honduras já participaram deste intercâmbio.

presentes professores e pais de alunos. O *PROERD* teve início no ano de mil novecentos e oitenta e três, tendo formado até hoje, mais de seis milhões de crianças.

11.5.6 Corpo de Bombeiros da *PMESP*

Criado no fim do segundo reinado⁴³³, com um efetivo inicial de vinte praças, no início da república já contava com duzentos e quarenta homens. Dotado de veículos movidos a tração animal, em mil novecentos e dez adquiriu os primeiros veículos automotores de fabricação inglesa, três deles próprios ao combate a incêndios. Por meio de acordos com os municípios, o *CB* expandiu-se, contando, em mil novecentos e quarenta e três com um efetivo de mil duzentos e doze homens. A primeira escola de bombeiros⁴³⁴, localizada na praça Clóvis Beviláqua inaugurou a formação especial de seus oficiais. As verdadeiras “provas de fogo” pelas quais passaram os bombeiros militares paulistas foram os dois grandes incêndios ocorridos na cidade de São Paulo, na primeira metade dos anos setenta⁴³⁵. Estas tragédias, embora lembradas com muita tristeza, sem dúvida alguma chamaram a atenção das autoridades no sentido de prover um melhor

⁴³³ Em 10 de março de 1880, o governo da província de São Paulo criou uma Secção de Bombeiros destinada ao combate e extinção de incêndios, anexa à Companhia de Urbanos, prevendo um orçamento próprio para aquisição dos primeiros equipamentos (duas bombas com capacidade para lançar água nos telhados de sobrados, além de pipas e mangueiras).

⁴³⁴ Criada no ano de 1964, a Companhia Escola formou os primeiros oficiais especializados no combate a incêndios.

⁴³⁵ No dia 24 de fevereiro de 1972, o edifício Andraus, situado na avenida São João, na capital paulista, deixou um saldo de dezesseis mortos. Quase dois anos após, no dia 1 de fevereiro de 1974, foi a vez do edifício Joelma, situado na avenida Nove de Julho, vitimando fatalmente cento e oitenta e oito pessoas.

aparelhamento e profissionalização destes soldados do fogo. Atualmente, o *CBPMESP* é a maior e mais bem equipada corporação do Brasil.

Embora a *CF* possibilite a criação de um Corpo de Bombeiros com comando independente da Polícia Militar, o *CBPMESP* subordina-se ao Comandante Geral da Polícia Militar. Suas ações, exercidas principalmente no combate a incêndios, buscas e salvamentos, serviços médicos de urgência e no âmbito da defesa civil, o caracterizam como uma polícia especializada, destacando-se como mais uma polícia constitucional mantendo, em alguns Estados da federação, um comando próprio⁴³⁶. Entretanto, a Constituição do Estado de São Paulo, objetivando deixá-lo sob um comando militar único, fez com que sua estrutura permanecesse integrada ao Comando Geral da *PMESP*⁴³⁷. A corporação, mantida pelo governo do Estado, distribui-se pelos mais de seiscentos e quarenta e cinco municípios paulistas. Alguns deles, a exemplo da cidade de Santos, no litoral paulista, oferecem ao munícipe a possibilidade de contribuir voluntariamente para auxiliar na manutenção do serviço de bombeiros e defesa civil, por meio da taxa de sinistro⁴³⁸.

11.5.7 Sistema de Ensino da *PMESP*

Instituído por uma lei complementar e em conformidade aos princípios estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (*LDB*), o Sistema de Ensino da *PMESP*⁴³⁹, embasado na filosofia de polícia comunitária, destina-se ao preparo, em diferentes níveis, dos integrantes dos Quadros deste órgão policial. Composto por escolas destinadas à educação profissional, de graduação e pós-graduação, enfatiza o ensino dos direitos humanos de uma forma interdisciplinar e

⁴³⁶ Por exemplo, o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (*CBMERJ*), cuja paralisação operada no último dia 2 de junho de 2011, no qual soldados grevistas tomaram o Quartel Central, posteriormente retomado por policiais militares do Batalhão de Operações Especiais (*BOPE*) da *PMERJ*.

⁴³⁷ Constituição do Estado de São Paulo – art.139, **§2º A Polícia Militar, integrada pelo Corpo de Bombeiros, é força auxiliar e reserva do Exército (grifos nossos)**

⁴³⁸ Embora o Corpo de Bombeiros seja composto por profissionais investidos em cargo policial, o mesmo não ocorre com as equipes da Defesa Civil, coordenadas pela corporação. Assim, a própria Constituição do Estado de São Paulo, ao prever a criação de Corpos de Bombeiros Voluntários nos Municípios, estimula e legitima o pagamento da taxa de sinistro.

⁴³⁹ Lei complementar 1.038, de 11 de janeiro de 2008, *Institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências.*

transversal⁴⁴⁰ para a solução dos problemas pertinentes às atividades jurídicas de preservação da ordem pública e de polícia ostensiva. Os cursos oferecidos possuem equivalência àqueles previstos pela *LDB*, dos sequencias aos de pós-graduação, habilitando os *PMs* a desenvolverem suas funções de acordo com o grau de complexidade exigido. O corpo docente é integrado por um quadro previamente selecionado de professores civis⁴⁴¹ e militares. Em caráter excepcional, poderão ser convidados para proferir palestras, conferências ou seminários, profissionais que mantenham ou não vínculo com a Administração Pública, sem necessidade de se submeterem a um processo seletivo.

11.5.7.1 Centro de Formação de Soldados “Coronel Eduardo Assumpção”

Localizado na Chácara Paraíso, bairro de Pirituba, na zona Oeste da capital Paulista, no *CFSd “Cel Assumpção”* destina-se qualificar tecnicamente soldados e bombeiros *PMs* por meio de um curso sequencial de formação específica para o desempenho de funções próprias de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública. O curso, com duração de doze meses, prepara os alunos-policiais previamente aprovados em concurso de provas e títulos ao cargo de soldado *PM de 2ª classe*, aberto a brasileiros de ambos os sexos, maiores de dezoito e menores de trinta anos. Como pré-requisito de escolaridade, exige-se diploma de ensino médio ou equivalente. Uma vez concluído o curso de formação, recebem o título de *Técnico Superior em Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública*, iniciando o estágio administrativo operacional em unidades especializadas, com um ano de duração, até serem promovidos a *Soldados PMs de 1ª Classe*. À direção da Escola compete fiscalizar as outras vinte e três

⁴⁴⁰ Esta proposta pedagógica permite articular o ensino dos Direitos Humanos de modo a inseri-lo em diversas disciplinas de formação oferecidas aos policiais dos mais variados níveis. Técnicas de abordagem, de uso progressivo da força e uso de armamentos menos letais e letais são desenvolvidas conforme o preconizado nos códigos internacionais de conduta dos aplicadores da lei, demonstrando aos alunos que a eficiência dos resultados pretendidos somente será possível com o respeito às normas de proteção aos direitos fundamentais da pessoa humana.

⁴⁴¹ O corpo docente civil da *PMESP* é formado por servidores públicos da Administração Direta e Indireta, do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado de São Paulo cujo credenciamento é precedido por um processo seletivo composto por meio de uma pontuação mínima de títulos, seguida de uma prova didática e de conhecimentos específicos sobre a matéria que se pretenda lecionar.

unidades formadoras responsáveis pela formação de soldados, distribuídas pelos *Comandos de Policiamento do Interior do Estado*.

11.5.7.2 Escola Superior de Sargentos

Antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças , a *ESSgt*⁴⁴² oferece cursos sequenciais de complementação destinados a qualificar *Cabos PMs* às funções de *3º Sargento PM* para exercerem, nos limites de suas atribuições, a liderança e a gestão do policiamento ostensivo e de preservação da ordem pública, bombeiros e defesa civil. A conclusão deste curso complementar titula o aluno-policial *Tecnólogo de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública I*. O mesmo diga-se quanto à formação do *2º Sargento PM* ao exercício das funções de *1º Sargento PM e Subtenente PM*. Com duração de nove meses, o curso confere aos formandos o título de *Tecnólogo de Polícia Ostensiva e Preservação da Ordem Pública II*. A *ESSgt* não possui unidades fora da capital paulista, centralizando toda a formação dos futuros sargentos para o comando de frações de tropas da *PMESP* e *CBPMESP* espalhadas pelo Estado de São Paulo.

11.5.7.3 Academia de Polícia Militar do Barro Branco

Academia responsável pela formação dos quadros de oficiais da *PMESP*, a *APMBB*⁴⁴³ teve como embrião o *Curso Literário e Científico*, implantado em mil novecentos e dez pela *Missão Militar Francesa*, objetivando formar os futuros comandantes da *Força Pública*. Atualmente, a *APMBB* está responsável pela realização de dois cursos: um superior e outro de graduação. O primeiro deles, denominado *Curso Superior de Tecnólogo de Administração Policial-Militar*, habilita profissionalmente as *Praças* para ingressarem no *Quadro Auxiliar de Oficiais de Polícia Militar (QAOPM)*. O segundo, denominado *Bacharelado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública*, destina-se à formação inicial do posto de Oficial, atribuindo ao concluinte o grau de *Bacharel em Ciências Policiais de*

⁴⁴² Preocupada com a Gestão de Qualidade, a *ESSgt* recebeu várias certificações, dentre as quais o reconhecimento *ISO9001* , *ISO 14000- Meio Ambiente*, *Selo Verde*, *Prêmio Bamas*, *Prêmio Paulista de Qualidade- Bronze*, dentre outros.

⁴⁴³ Pelo Decreto nº 11.241, de 9 de março de 1978, oito anos após a unificação da Força Pública e da Guarda Civil, a Academia de Polícia Militar recebeu a denominação *Academia de Polícia Militar do Barro Branco*.

*Segurança e Ordem Pública*⁴⁴⁴. Com duração de quatro anos, em regime de semi-internato, exige-se como pré-requisito aos candidatos à disputa pelas vagas, a conclusão do ensino médio ou equivalente. O ingresso se dá por concurso público de provas e títulos⁴⁴⁵, e está aberto a brasileiros com idade máxima de vinte e seis anos, exceto para os que já integrarem os quadros da *PMESP*. Ao concluírem o curso, recebem a patente militar de *Aspirantes*, permitindo-lhes o acesso na carreira militar, do posto de 2º *Tenente* ao último posto de *Coronel da PMESP*⁴⁴⁶.

11.5.7.4 Escola Superior de Bombeiros “Coronel Paulo Marques Pereira”

A *ESB “Cel Paulo Marques”*, situada no município de Franco da Rocha, é responsável pelos cursos superiores de especialização dirigidos aos oficiais, praças e soldados da *PMESP* nas áreas de salvamento, combate a incêndios, coordenação e execução de atividades de defesa civil realizadas pelo *CBPMESP*. A *ESB* possui atribuições para formar, aperfeiçoar e habilitar bombeiros civis e membros das brigadas de combate a incêndios de organizações públicas e privadas. Por não possuir um comando próprio, todo o quadro de oficiais do *CBPMESP* é oriundo da *APMBB*.

11.5.7.5 Escola de Educação Física da *PMESP*

A Escola de Educação Física (*EEF*) da *PMESP* é um curso de graduação destinado a qualificar o *PM* ao exercício das funções atinentes ao preparo físico, à saúde e ao treinamento de técnicas policiais, aos estudos e pesquisas científicas. Concluído o curso, o aluno recebe o título de *Instrutor de Educação Física*. Inaugurada sob a denominação *Escola de Educação Physica Força Pública*, a *EEF* tem sede no bairro do Canindé, na capital paulista. Buscando a integração com a

⁴⁴⁴ O curso conta com uma grade curricular de mais de 6.400 h/a, distribuídas entre disciplinas de cunho jurídico (direito constitucional, direitos humanos, direito processual penal comum e militar, direito penal comum e militar, direito civil), psicologia, sociologia, informática, direito humanitário, polícia comunitária, disciplinas técnico-profissionais específicas ao exercício das atividades policiais dentre outras.

⁴⁴⁵ Parte das fases (provas escritas I e II) do concurso está a cargo da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista – *VUNESP*.

⁴⁴⁶ Objetivando formar os futuros gestores da *PMESP*, a *APMBB* foi contemplada com vários prêmios de qualidade (*ISO9000; 14000 – Meio Ambiente; Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão; Selo Verde e Ambiente Livre do Tabaco*).

comunidade, embasada na filosofia de polícia comunitária, a *EEF* promove competições para estimular a prática de atividades físicas pela população⁴⁴⁷.

11.5.7.6 Centro de Altos Estudos de Segurança “Coronel Nelson Freire Terra”

O CAES “Cel PM Terra” é o órgão de ensino da *PMESP* destinado à formação do quadro de oficiais intermediários e superiores da *PMESP*. O Centro oferece cursos de pós-graduação *lato senso*, habilitando os *PMs* em funções profissionais que exijam um exercício profissional especializado, além dos programas de mestrado e doutorado profissionais, permitindo uma melhor formação científica e técnico-profissional nas áreas de polícia ostensiva e de preservação da ordem, bombeiros e defesa civil. Os cursos de pós-graduação *stricto senso* que compõem os altos estudos de segurança do CAES são os seguintes: a) *Mestrado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública* do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), aberto a capitães *PMs*⁴⁴⁸ com um tempo mínimo de três anos no posto. O ingresso se dá por processo seletivo interno, conferindo aos capitães, após apresentação e aprovação de uma dissertação com tema voltado às questões da segurança pública, perante uma banca de professores doutores, o título de *Mestre em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública*; b) *Doutorado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública* do Curso Superior de Polícia (CSP)⁴⁴⁹, cuja admissão se dá também por meio de processo seletivo interno, destina-se a maiores e tenente-coronéis⁴⁵⁰, exigindo-se dos primeiros um tempo mínimo de seis meses no posto e a conclusão do *Mestrado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública* para ambos os postos. A conclusão com aproveitamento se dá após aprovação

⁴⁴⁷ Nas comemorações do Centenário da Escola, no dia 8 de março de 2010, a *EEF* promoveu, em conjunto com a Federação Paulista de Atletismo, a prova de *pedestrianismo de rua Sargento Gonzaguinha*, em São Vicente-SP.

⁴⁴⁸ Quadro de Oficiais da Polícia Militar (*QOPM*); Quadro de Oficiais da Polícia Feminina (*QOPF*); Quadro de Oficiais de Saúde (*QOS*) e Quadro Auxiliar de Oficiais de Polícia Militar (*QAOPM*).

⁴⁴⁹ Assim como os demais cursos componentes do Sistema de Ensino da *PMESP*, os cursos de formação superior de oficiais possuem disciplinas voltadas à reflexão de assuntos relativos à diversidade. “Direitos Humanos, Ações Afirmativas e Igualdade Racial” no último CSP- 2010 foi uma delas.

⁴⁵⁰ Integrantes do *QAOPM* não participam do curso em vista de não poderem, por força do regulamento da *PMESP*, atingir os últimos postos da carreira.

perante uma banca de professores doutores, de uma tese versando sobre algum tema relativo à segurança pública, conferindo aos maiores e tenentes-coronéis, o título de *Doutor em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública*.

11.6 Polícia Civil do Estado de São Paulo

A Polícia Civil do Estado de São Paulo (*PCESP*) ou simplesmente, Polícia Civil (*PC*) compõe, junto com a *PMESP*, a Polícia do Estado de São Paulo. Este órgão policial, previsto na *CF* como detentor das funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais, exceto as de natureza militar, é dirigido por delegados de polícia de carreira⁴⁵¹, cabendo a estes servidores públicos administrá-la, discipliná-la e coordená-la. Embora a *CF* não tenha explicitado o grau de bacharel em Direito aos delegados de polícia, exigência afeta a todas as policiais civis estaduais e à Polícia Federal, a Constituição do Estado de São Paulo, ao prevê-la como órgão policial permanente mantido pelo governo do Estado assim dispôs:

⁴⁵¹ A Polícia de Carreira tem sua origem na *República Velha*. Lideranças civis, apoiadas pelo pacto federativo, exerciam seus poderes de mando em todo o território paulista, distribuindo apoio político aos prefeitos dos municípios, desde que a elas não se opusessem. Este apoio se dava por meio das forças policiais que atuavam junto aos poderes locais. O federalismo de 1891, ao deixar as funções policiais a cargo dos Estados, estabeleceu como princípio a livre nomeação dos chefes de polícia, delegados e subdelegados aos quais incumbia o exercício das funções judiciárias. O *mandonismo* marcou profundamente as primeiras organizações policiais da República, subsistindo mesmo após 1930. Operava-se pela escolha de um modelo de polícia partidária, utilizada desde os tempos do Império como instrumento habitual de ação política: a diferença é que passou a servir às situações estaduais, quando antes obedecia aos desígnios do governo central. A necessária profissionalização da polícia não comprometeria seu controle. Ao contrário, sua estruturação permitiria, de um modo mais eficaz, submeter ao oportuno crivo político as atividades exercidas pelos delegados de polícia. Foi com este intuito que o presidente do Estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá Piratininga, enviou, em 7 de abril de 1905, uma mensagem ao Congresso Legislativo dispondo o seguinte: “para melhorar o funcionamento das instituições policiais, urge estabelecer a polícia de carreira, incumbindo o serviço a pessoal escolhido, de aptidões especiais, mediante um regular sistema de promoções, que permita obter, nos cargos superiores, o concurso de auxiliares experientes, conhecedores, pela prática, de todas as particularidades do importante ramo da administração pública, destinado a manter a segurança individual e a propriedade. Não custa, sem grandes despesas, ensaiar a ideia nos municípios, nas sedes de comarca, onde mais cuidados requerem a proteção dos direitos do cidadão.” Esta mensagem foi o embrião da Lei nº 979, de 23 de dezembro de 1905 que reestruturou o sistema policial, criando seis classes de delegados de polícia, distribuídos pela capital e entre alguns municípios do interior do Estado de São Paulo.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO III

Da Segurança Pública

Seção II

Da Polícia Civil

Artigo 140 – **À Polícia Civil, órgão permanente, dirigida por delegados de polícia, bacharéis em Direito**⁴⁵², incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares. **(grifos nossos)**

A primeira remissão à denominação atual “*Polícia Civil*” remonta a uma lei estadual⁴⁵³ conhecida como primeira *Lei Orgânica da Polícia*. Em seu bojo estavam previstos três órgãos policiais, subordinados hierárquica, administrativa e funcionalmente ao Secretário de Segurança Pública. Os *Delegados de Polícia* e *demais carreiras policiais civis* foram considerados, ao lado da *Força Pública* e da *Guarda Civil*, um dos órgãos policiais do Estado de São Paulo. Para que pudessem desempenhar a contento a polícia judiciária, com a finalidade de apurar as infrações penais e sua autoria, bem como presidir os atos processuais a elas atribuídos por lei, os delegados de polícia poderiam dispor dos serviços técnico-científicos da **polícia civil** e dos servidores das carreiras policiais a eles subordinados. Esta lei previu, como órgão auxiliar incumbido de acompanhar e

⁴⁵² A influência jurídica na vida brasileira tem raízes em Portugal. No período colonial, os advogados eram autorizados a exercer a profissão, após oito anos de estudos na *Universidade de Coimbra*. De volta ao Brasil, essa geração desempenhou papel importante e já se disse que a *Conjuração Mineira* foi uma revolução de bacharéis. Além de constituir os quadros administrativos do Império, responsável pela independência, elaborou a *Constituição de 1824*, e instituiu *Poder Moderador* como chave da organização política do Império. Neste período, a atividade dos grandes advogados era entremeada pelo exercício de cargos administrativos e políticos, voltando à profissão quando derrotados nas eleições ou dispensados das funções, compondo o que foi chamado de “bancas de entressafra”. Segundo Joaquim Nabuco, “as faculdades de Direito eram ante-salas da Câmara, porque forneciam quadros para a organização política do país. Estabeleceu-se, assim, um *cursus honorum*: o jovem bacharel recém-formado, era nomeado juiz de direito, promotor público, delegado de polícia e cargos assemelhados; e em seguida passava a deputado das assembleias provinciais e à Assembleia Geral, mais tarde presidente da província, chegando, em alguns casos, ao *Conselho do Senado Vitalício* e ao *Conselho de Estado*. O bacharel, mal saído da escola de Direito, chefiava a província da qual não era natural e com a qual não tinha vinculação e, em muitos casos, ocupava funções em várias províncias, em sistema de rodízio, até ser chamado para uma ocupação na Corte. E o papel das duas escolas, em Olinda e São Paulo (Lei de 11 de agosto de 1827), foi também fator favorável dessa unidade, uma vez que era comum o jovem iniciar os estudos numa escola e depois se transferir para outra. (Venâncio Filho 2004:84 e 85).

⁴⁵³ Lei nº 10.123, de 27 de maio de 1968, promulgada pelo governador do Estado de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, tendo como Secretário de Segurança Pública o jurista Hely Lopes Meireles.

fiscalizar a regularidade dos serviços da *SSP* uma *Corregedoria Geral de Polícia* composta por um representante de cada órgão policial. Uma vez extintas a *Guarda Civil* e a *Força Pública*, e criada a *PMESP*, este órgão colegiado deixou de existir. Atualmente, tanto a *PCESP* como a *PMESP* possuem suas próprias corregedorias, a primeira subordinada diretamente ao Secretário da Segurança Pública⁴⁵⁴.

Uma nova *Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo*, promulgada dez anos após⁴⁵⁵, reestruturou a execução do serviço policial do Estado, por intermédio de seus dois órgãos policiais⁴⁵⁶. Desse modo, passaram a integrar o organograma da *Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública*, subordinados ao Secretário da Segurança Pública, a *Polícia Civil* e a *Polícia Militar*. À *PC* coube a atribuição básica do exercício da polícia judiciária, administrativa e preventiva especializada⁴⁵⁷. À *PM* coube o planejamento, a coordenação e a execução do policiamento ostensivo, fardado e a prevenção e extinção de incêndios. Esta lei complementar além de prever os direitos e deveres dos policiais civis, de como se dá investidura nos cargos iniciais das diversas carreiras, também regula os procedimentos apuratórios das transgressões disciplinares. Por este motivo, é também conhecida *Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de São Paulo*. Recepcionada pelo novo ordenamento constitucional, disciplina a atuação da *PC* paulista no Sistema de Segurança Pública nacional. É o que observamos quando se refere às polícias civis dos Estados:

⁴⁵⁴ Decreto nº 54.710, de 25 de agosto de 2009, transferiu para o Gabinete do Secretário da Segurança Pública, a Corregedoria Geral da Polícia Civil, doravante denominada somente Corregedoria.

⁴⁵⁵ Lei complementar nº 207, de 5 de janeiro de 1979 que instituiu a atual *Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo*.

⁴⁵⁶ O Decreto estadual nº 217/70, ao extinguir a *Força Pública*, a *Guarda Civil* e a *Polícia Marítima*, absorveu estes órgãos policiais sob a denominação *Polícia Militar do Estado de São Paulo*.

⁴⁵⁷ Apesar do policiamento ostensivo e preventivo ser atualmente atribuição básica da *PMESP*, sendo a ela incorporado o serviço de Rádio Patrulhamento – *RP*, outrora sob o comando da *PCESP*, a tradição das rondas especializadas da Polícia Civil paulista permaneceu. Assim, as boas atuações das equipes autônomas das extintas *Rone – Rondas Ostensivas Noturnas Especiais*; *Rupa – Rondas Unificadas da Primeira Auxiliar* e *Rudi – Rondas Unificadas do Departamento Estadual de Investigações Criminais*, esta última substituída em meados dos anos setenta pelo *Garra – Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos*, atualmente vinculado ao *DEIC – Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado*, foram fundamentais para que as atividades de policiamento preventivo especializado ficassem a cargo da *PC*, sem prejuízo do bom desempenho do policiamento preventivo por parte da *PM*.

CF – art.144. §4º às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira , incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares.

A *PCESP*, sob autoridade suprema do Governo do Estado de São Paulo tem na figura do Delegado Geral da Polícia Civil⁴⁵⁸, o responsável por sua direção máxima. A *PCESP* atua nos limites territoriais de São Paulo, e está estruturada em departamentos de polícia judiciária especializada e territorial⁴⁵⁹. Possui centenas de delegacias de polícia subordinadas às divisões policiais dos departamentos e às delegacias seccionais de polícia, todas elas ocupadas por delegados de polícia de carreira, encarregando-se das atividades de execução dos serviços policiais em todo o Estado.

11.6.1 Atividades de polícia judiciária

As investigações policiais judiciárias, submetidas aos princípios garantistas previstos na *CF*, são norteadas por legislações esparsas e codificadas, a exemplo do Código de Processo Penal. Nele, há a previsão de um procedimento destinado à apuração das infrações penais. Instrumento que antecede e prepara eventual propositura de uma ação penal pelo *Ministério Público*, o *inquérito policial* destina-se à coleta de provas subjetivas e periciais, não necessariamente incriminadoras. Sua natureza apuratória não pode estar a serviço da formulação de provas que fortaleçam exclusivamente os argumentos do órgão de acusação e sim a todos os atores que atuam no processo penal⁴⁶⁰, cujos interesses maiores residem no

⁴⁵⁸ Constituição do Estado de São Paulo – art. 140, §1º O Delegado Geral da Polícia Civil, integrante da última classe da carreira, será nomeado pelo Governador do Estado e deverá fazer declaração pública de bens no ato da posse e da sua exoneração.

⁴⁵⁹ Academia de Polícia – *ACADEPOL*; Departamento de Polícia Judiciária da Capital – *DECAP*; Departamento de Polícia Judiciária da Macro São Paulo; Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado – *DEIC*; Departamento de Investigações sobre Narcóticos – *DENARC*; Departamento de Inteligência – *DIPOL*; Departamento de Identificação e Registros Diversos – *DIRD*; Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa – *DHPP*; Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania – *DPPC*; Departamento de administração e Planejamento – *DAP* e nove Departamentos de Polícia Judiciária de São Paulo Interior – *DEINTERS*.

⁴⁶⁰ Desse modo, ainda que o conjunto probatório edificado no bojo do inquérito policial sirva para a formação do juízo de probabilidade do promotor de justiça para melhor sustentar os argumentos acusatórios iniciais contidos na denúncia, este caderno de investigações, ao acompanhar todo o andamento processual, muitas vezes é utilizado para fortalecer, também, os argumentos dos defensores e dos advogados e, principalmente, o convencimento do juiz.

conhecimento da verdade e não na certeza da condenação. Destinado também a evitar a exposição da justiça criminal aos azares do *detetivismo*, o inquérito policial assegura, ao menos em tese, a distribuição de uma justiça menos aleatória, mais prudente e serena.

Realizadas sob a coordenação das autoridades policiais das respectivas circunscrições territoriais e delegacias especializadas, a não exclusão das competências de outras autoridades administrativas às quais sejam cometidas as mesmas funções reforça o argumento constitucional que confere ao delegado de polícia, na grande maioria das vezes, a presidência das atividades policiais investigativas na busca da autoria e da materialidade delitivas, conferindo ao seu *poder-dever* administrativo uma enorme carga de responsabilidades⁴⁶¹. O inquérito policial constitui a unidade formal de todo o procedimento apuratório, esgotando-se a participação da autoridade policial e dos servidores a ela subordinados com a remessa ao Poder Judiciário de todo o conjunto probatório que demonstre a existência ou não da materialidade delitiva e a indicação de eventuais suspeitos, quando for o caso. Por não enfeixar a mesma rigidez exigida nos ritos processuais penais, sem que esta flexibilidade amesquinhe a importância deste procedimento investigatório⁴⁶², sua marcha não exclui a necessária concatenação lógica, inerente a qualquer processo de investigação científica. Além do que, pelo fato da apuração criminal envolver dramas pessoais não somente das vítimas e dos suspeitos, como também dos vários atores imprescindíveis e interessados no esclarecimento da verdade, cabe ao delegado de polícia assegurar o seu sigilo, a fim de garantir a defesa da intimidade de cada um deles, além do próprio interesse social⁴⁶³.

⁴⁶¹ CPP. Art.4º. A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria. Parágrafo único. A competência definida neste artigo não excluirá a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função.

⁴⁶² O desconhecimento ou até mesmo o preconceito com que são tratados os membros dos órgãos policiais como um todo, muitas vezes revela-se nos escritos de alguns doutrinadores do direito processual penal, quando se referem ao inquérito policial como *mero procedimento administrativo*.

⁴⁶³ CF - art.5º LX – a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

11.6.2 Policiamento preventivo especializado

Com a criação do Departamento de Polícia Judiciária da Capital, o *DECAP*, foi implantada, em substituição às Rondas Noturnas Especiais (*Rone*) e para a melhoria do policiamento preventivo especializado no atendimento às ocorrências requisitadas pelas autoridades policiais com atuação na capital, o *Grupo de Operações Especiais (GOE)*⁴⁶⁴. Pouco antes do *GOE*, na *PC* havia o *Grupo Especial de Resgate (GER)*, criado por força de uma Resolução da SSP⁴⁶⁵, vinculado à estrutura do *DEIC*, com o objetivo de atender ocorrências com reféns, cuja existência perdurou por menos de um ano. A *PCESP* conta, ainda, com um *Serviço Aerotático (SAT)*, vinculado ao *DEIC*. Apesar de pertencer à estrutura de um departamento da *PC*, o *SAT* presta auxílio a todos os demais departamentos. Desde o ano de mil novecentos e oitenta e quatro, na gestão do governo de André Franco Montoro, o *SAT* iniciou suas operações com um helicóptero Esquilo modelo *HB -350 B*. Além das atribuições policiais básicas, tais como a realização de cercos, prisões e resgate de pessoas sequestradas em cativeiros e matas, muitas missões humanitárias de salvamento, transporte de feridos e de órgãos para transplante são efetuadas pelos *Pelicanos*⁴⁶⁶.

11.6.3 Atuações na pacificação de conflitos interindividuais

Procurando satisfazer integralmente a prestação de serviços públicos atinentes à segurança pública, a *PCESP*, ao atuar como órgão constitucional encarregado também pela pacificação dos conflitos⁴⁶⁷, promove a defesa dos

⁴⁶⁴ Criado pela Portaria DECAP nº 11/98, o grupo teve por objetivo inicial prestar apoio em situações de fuga e rebelião ocorridas nas cadeias pública e carceragens das delegacias de polícia que à época custodiavam presos da justiça. Com a remoção dos presos dos distritos policiais para os Centros de Detenção Provisória, o *GOE* passou auxiliar nas atividades de investigação da polícia civil e a dar cumprimento a mandados de prisão expedidos pela justiça criminal.

⁴⁶⁵ Resolução SSP- 52, de 17 de julho de 1989, revogada menos de um ano após, pela Resolução SSP-22, de 11 de abril de 1990.

⁴⁶⁶ Denominação dada a este grupamento aéreo, utilizado também como código de chamada junto ao Cepol – Centro de Comunicações da Polícia Civil. Atualmente dotado de cinco aeronaves de asas giratórias, modelo Esquilo, conta com mais de doze mil horas de voo e com quase nove mil missões realizadas.

⁴⁶⁷ Em vista do caráter expansivo de interpretação favorável das normas constitucionais aos princípios em defesa dos direitos humanos, a República Federativa do Brasil obriga-se também a solucionar pacificamente

direitos humanos, incentivando a composição dos pequenos conflitos ocorridos entre os cidadãos da comunidade. Uma previsão constitucional⁴⁶⁸ possibilitou a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais para a promoção da celeridade dos processos de conciliação, julgamento e a execução das causas de menor complexidade e menor potencial ofensivo⁴⁶⁹, atribuindo ao delegado de polícia a competência para lavrar o termo circunstanciado⁴⁷⁰. Os casos passíveis de conciliação são encaminhados aos Juizados Especiais Criminais para a ratificação dos conflitos já pacificados entre as partes. Para isso, a *PCESP* implantou os *Núcleos Especiais Criminais – NECRIMs*, presididos por delegados de polícia, para se tentar a composição dos envolvidos em casos de infrações menores, a exemplo de ameaças, lesões corporais leves e lesões culposas decorrentes de acidentes de trânsito, danos patrimoniais e demais delitos cujo prosseguimento dependa da livre manifestação de vontade do ofendido. Realizada a audiência de conciliação, sempre na presença de advogado, é lavrado um termo de composição preliminar, no qual fica consignada a promessa de ressarcimento patrimonial ou a reparação do dano, sempre acompanhado de um termo de renúncia ao exercício do direito de representação criminal ou de queixa, remetido ao Poder Judiciário para que, após manifestação favorável do Ministério Público, o juiz decida por sua homologação.

os conflitos interindividuais ocorridos entre os nacionais. Por este motivo, o disposto na *CF* aplica-se tanto às relações internas como às relações internacionais:

CF – art.4º. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: ... II – prevalência dos direitos humanos; VII – solução pacífica dos conflitos.

⁴⁶⁸ *CF* – art.98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios e os Estados criarão: I – juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.

⁴⁶⁹ Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, com as alterações decorrentes da Lei 11.313/06, considerando como infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções e os crimes aos quais a lei atribua pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

⁴⁷⁰ O *Termo Circunstanciado* é um instrumento utilizado pela autoridade policial com o objetivo de apurar e formalizar as provas de infrações penais de menor potencial ofensivo. Por força do artigo 69 da Lei 9.099/95, cabe somente ao delegado de polícia lavrá-lo, conforme a Resolução SSP/SP nº 233, de 9 de setembro de 2009, que regulamentou a elaboração deste procedimento de polícia judiciária.

A experiência e o sucesso dos *NECRIMs* instalados nas sedes das Delegacias Seccionais de Polícia do interior do Estado⁴⁷¹ se deve a intensas gestões dos delegados de polícia seccionais junto aos representantes do Ministério Público e do Poder Judiciário das Comarcas das respectivas circunscrições policiais. Deste entendimento dependem as atuações dos delegados de polícia como conciliadores, acentuando a participação comunitária da *PC*, ao diminuir sensivelmente os feitos pendentes de julgamento nos cartórios dos Juizados Especiais Criminais, tornando mais céleres a resolução dos conflitos criminais de menor potencial ofensivo. Com isso, ressalta-se o papel constitucional da autoridade policial na composição dos conflitos interindividuais conforme o preconizado pela própria lei⁴⁷², fazendo-a acompanhar os deslindes dos litígios de natureza criminal, atuação esta imprescindível ao processo de pacificação social.

⁴⁷¹ Os *Necrim*s encontram-se em fase de implementação e expansão principalmente no interior do Estado de São Paulo, a exemplo das Delegacias Seccionais de Assis, Barrretos, Bauru, Jaú Lins, Marília, Ourinhos e Tupã. Na região do *Deinter* – 3, o município de Franca é uma das primeiras cidades a comportar um Núcleo de Conciliação Criminal, sob a presidência do delegado de polícia dr. Clóves Rodrigues da Costa.

⁴⁷² Lei 9.99/95 – Art. 73. A conciliação será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.

Parágrafo único. Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, na forma da lei local, preferentemente entre bacharéis em Direito, excluídos os que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.

11.6.4 Superintendência da Polícia Técnico-Científica

Embora a Constituição da República não faça remissão a um órgão policial pericial específico com atribuições de polícia judiciária, nem tampouco a Constituição do Estado de São Paulo a considere destacada da *PCESP*, a criação da Superintendência da Polícia Técnico-Científica (*SPTC*) em São Paulo⁴⁷³ objetivou a melhoria da qualidade na prestação dos serviços policiais técnico-periciais auxiliares das atividades de polícia judiciária e do sistema judiciário. Responsável pelas perícias criminalísticas e médico-legais requisitadas pelas autoridades policiais e judiciárias do Estado⁴⁷⁴, a *SPTC* está estruturada em um Gabinete Superior e por dois grandes institutos responsáveis pelos exames periciais no Estado: o Instituto de Criminalística e o Instituto Médico-Legal, divididos em núcleos técnicos especializados destinados à execução e formalização dos laudos periciais e ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento das ciências criminalísticas e médico-forenses. A *SPTC* possui autonomia administrativa e orçamentária. Seus servidores, conhecidos atualmente por policiais técnico-científicos, integram as carreiras policiais civis. Subordinada diretamente à Secretaria da Segurança Pública, tem como missão “*ser um dos sustentáculos da*

⁴⁷³ Constituição do Estado de São Paulo – Art.140, §5º Lei específica definirá a organização, funcionamento e atribuições da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, que será dirigida, alternadamente, por perito criminal e médico legista, sendo integrada pelos seguintes órgãos: 1 – Instituto de Criminalística e 2 – Instituto Médico-Legal.

⁴⁷⁴ Lei Complementar n.º 756, de 27 de junho de 1994 que organiza a *SPTC* como órgão técnico-científico auxiliar da atividade de polícia judiciária e do sistema judiciário, responsável pelas perícias criminalísticas e médico-legais no Estado de São Paulo, regulamentada pelo decreto estadual nº 42.847, de 9 de fevereiro de 1998.

manutenção do Estado Democrático de Direito, garantindo a todo o cidadão, dentro do devido processo legal, o exercício de suas garantias constitucionais por meio de provas respaldadas na ciência e obtidas com a aplicação de alta tecnologia.”

11.6.4.1 Instituto de Criminalística

O Instituto de Criminalística (IC), iniciou sua história no ano de mil novecentos e vinte e cinco, durante o governo de Carlos de Campos⁴⁷⁵. Vinculada ao Gabinete Geral de Investigações, a Delegacia de Técnica Policial era chefiada pelo bacharel Carlos Americo de Sampaio Viana, tendo como responsável pelo *laboratorio de policia technica* o dr. Moysés Marx, a quem cabia realizar os exames periciais. Com a complexidade crescente das ciências da investigação fundaram-se, em mil novecentos e vinte e seis, vinculados à Delegacia Técnica Policial, posteriormente denominada Laboratório de Polícia Técnica, o Serviço de Identificação e a Escola de Polícia⁴⁷⁶. Um decreto de mil novecentos e trinta e quatro⁴⁷⁷ estabeleceu definitivamente uma Escola de Polícia junto ao Laboratório de Polícia Técnica e ao Serviço Médico-Legal, sob a denominação de Instituto de Criminalística e Medicina Legal, orientado por um Conselho Técnico-Policial subordinado à chefia de Polícia.

O Instituto de Criminologia⁴⁷⁸, ao reorganizar o ensino técnico-policial, fundou dois cursos superiores destinados à formação superior dos funcionários da

⁴⁷⁵ Natural de Campinas-SP, era filho de Bernadino de Campos, ex-presidente do Estado de São Paulo. bacharel em Direito pelo Largo de São Francisco, em 1887, governou São Paulo entre maio de 1924 e abril de 1927, falecendo antes de cumprir totalmente seu mandato. O marco histórico ocorrido durante seu governo foi a Revolução dos Tenentes de 1924, cuja eclosão obrigou-o a refugiar-se no município de Guaiaúna, reduto das forças leais ao seu governo. Criador da Guarda Civil, fortaleceu a Força Pública paulista, dotando-a, inclusive, de uma esquadrilha de aeroplanos.

⁴⁷⁶ Lei nº 2.172-B, de 28 de dezembro de 1926. Art. 5º *O Serviço de Identificação e a Escola de Polícia, que constituem dependência da atual Delegacia de Técnica Pericial, passarão a funcionar sob a imediata superintendência do chefe do Gabinete de Investigações, podendo o chefe de Polícia, quando conveniente, designar um dos delegados auxiliares, em comissão, para dirigir aquela Escola.*

⁴⁷⁷ Decreto estadual nº 6.334 de 6 de março de 1934.

⁴⁷⁸ Denominação dada pelo Decreto estadual nº 8.930, de 20 de janeiro de 1938 que consolidou e reformou as disposições relativas ao ensino técnico-policial em São Paulo, unificando e ampliando os diversos cursos da antiga Escola de Polícia. Este Instituto voltaria a receber a denominação: *Escola de Polícia*, pelo Decreto nº 12.497, de 7 de janeiro de 1942.

polícia: o curso de Criminologia, destinado a especializar os bacharéis em Direito para o exercício do cargo de delegado de polícia e o curso de Criminalística, destinado à formação dos peritos e funcionários das repartições técnicas da Secretaria da Segurança Pública. O curso de Criminalística⁴⁷⁹, com duração de três anos, preparava os futuros peritos criminais da polícia de São Paulo. Disciplinas de balística, documentoscopia, delitos contra a propriedade, documentologia, física aplicada, química analítica e forense, medicina legal, fotografia judiciária, organização policial, redação de laudos, antropologia criminal e criminologia, psicologia judiciária, direito constitucional, processual e penal faziam parte da grade curricular. Entretanto, o primeiro concurso público para peritos criminais ocorreu somente no ano de mil novecentos e setenta e dois. Quarenta e um peritos criminais compuseram a primeira turma, integrando o quadro de pessoal do Instituto de Polícia Técnica de São Paulo.

Com o advento da *SPTC*, em mil novecentos e noventa e quatro, os peritos criminais passaram a integrar o *IC*, dirigindo-o administrativamente e atendendo às requisições periciais dirigidas aos seus diversos núcleos, envolvendo acidentes de trânsito, aéreo, marítimo e ferroviário; perícias contábeis e documentoscópicas; levantamento de locais de crimes contra a pessoa, perícias de armas de fogo, balística e instrumentos de crime; perícias de poluição ambiental, explosões e desabamentos; perícias espectrométricas de voz; perícias complexas em *softwares* etc. Atualmente, o *IC* conta com um quadro ainda insipiente de não mais de mil peritos criminais, formados nas mais diversas áreas das ciências⁴⁸⁰. Tendo como quadro de apoio as carreiras de fotógrafo técnico-pericial, desenhista técnico-pericial, técnicos de laboratório e oficiais administrativos, os peritos do *IC* de São Paulo produziram, em conjunto com os legistas do Instituto Médico- Legal (*IML*), somente no último ano de dois mil e dez, mais de um milhão e duzentos mil laudos periciais, contando com mais de três milhões de peças examinadas.

⁴⁷⁹ Instituído junto com o curso de Criminologia, pelo Decreto nº 19.089, de 11 de janeiro de 1950, o curso de Criminalística da Escola de Polícia de São Paulo foi o primeiro do Brasil a formar estes profissionais.

⁴⁸⁰ Por possuir o *IC* diversos núcleos periciais especializados, o corpo pericial de São Paulo está composto por engenheiros de várias especialidades, dentistas, médicos veterinários, químicos, físicos, biólogos, contadores, analistas de sistemas etc. Entretanto, a formação específica em determinada área do conhecimento não impede que realizem perícias criminais de diferentes naturezas, uma vez que se habilitam para este mister, em um curso específico de formação técnico-pericial, com duração de dez meses, na Academia de Polícia.

11.6.4.2 Instituto Médico-Legal

Órgão técnico mais antigo da Polícia de São Paulo, o Serviço Médico Policial da Capital⁴⁸¹ foi criado no final do Segundo Reinado. Em mil oitocentos e noventa e dois, estando à frente do primeiro mandato como presidente do Estado de São Paulo, Bernadino de Campos⁴⁸², promulgou-se um decreto⁴⁸³ atendendo às conveniências da Repartição Geral de Polícia, ampliando aos médicos responsáveis pelas perícias médico-legais, a realização de serviços clínicos em presos adoecidos na cadeia pública. Para a realização das tarefas, a Secção Médica da Polícia contava com apenas quatro médicos⁴⁸⁴. A partir de mil novecentos e trinta e três, o interventor federal Armando de Salles Oliveira⁴⁸⁵ reorganizou o Gabinete Médico-Legal, regulamentando-o⁴⁸⁶. Ao denominar-se Serviço Médico-Legal, a ele foram anexados o Gabinete Médico-Legal e os postos Médico-Legais regionais do interior. Seu diretor era designado pelo chefe de Polícia, escolhido entre os médicos legistas que o compunham. As perícias tanatológicas, realizadas inicialmente em diversos simulacros de necrotérios espalhados pela capital, foram centralizadas no cemitério do Araçá, no bairro de Pinheiros, enquanto que as perícias em indivíduos vivos continuaram a ser

⁴⁸¹ Criado pela Lei nº 18, de 7 de abril de 1886, durante o governo do conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, presidente da província de São Paulo durante o Segundo Reinado. Em vinte de abril de 1886, o *Regulamento para Serviço Médico da Capital* previu dois médicos para a realização dos serviços: os doutores Inácio Xavier de Campos e Nicolau da Gama Cerqueira.

⁴⁸² Bernadino José de Campos Júnior, mineiro de Pouso Alegre, nascido em 6 de setembro de 1841, foi presidente (governador) do Estado de São Paulo por duas vezes. Advogado formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em 1892 assumiu seu primeiro mandato presidencial no Estado. Durante este mandato, organizou o Serviço Médico Policial da Capital. No segundo mandato, entre 1902 e 1903, desenvolveu um plano de saneamento no porto de Santos para debelar um surto de febre amarela. Faleceu em São Paulo, no dia 18 de janeiro de 1915.

⁴⁸³ Decreto estadual nº 121.

⁴⁸⁴ Em 1896, com o Decreto nº 395, elevou-se para quatro o número de médicos da Secção Médica de Polícia. O Decreto nº 1.414, de 1906 e o Decreto nº 1.892, de 1910, ao ampliar a ação dos médicos, estipulando com maiores detalhes suas atribuições passou a denominar o Serviço Médico Policial da Capital de Gabinete Médico-Legal.

⁴⁸⁵ Paulista da capital, nascido em 24 de dezembro de 1887, graduou-se em engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo. Foi interventor federal em São Paulo, entre 21 de agosto de 1933 e 11 de abril de 1935. Faleceu em São Paulo, em 17 de maio de 1945.

⁴⁸⁶ O decreto nº 6.118 de 17 de outubro de 1933 mudou a denominação do Gabinete Médico-Leal para Serviço Médico-Legal, regulamentado pelo Decreto nº 6.244, de 8 de dezembro de 1933.

realizadas na rua do Carmo, no bairro do Glicério. A partir dos anos cinquenta, durante o governo de Jânio Quadros⁴⁸⁷, os serviços médico-legais foram transferidos para a rua Teodoro Sampaio, anexo ao complexo do Hospital das Clínicas. Nesta época, o Serviço Médico-legal do Estado passou a chamar-se Instituto Médico-Legal (*IML*) do Estado de São Paulo. Em mil novecentos e oitenta e seis, os cargos de médico-legista passaram a fazer parte da *PCESP*. Com a criação da *SPTC*, o *IML* desvinculou-se da *PC*, não havendo mais subordinação à *DGP*.

O *IML* de São Paulo está estruturado em núcleos periciais especializados em clínica médica, tanatologia forense, radiologia, odontologia legal, além dos Núcleos de Periciais Médico-Legais espalhados pela capital, grande São Paulo e interior. Centros de exames, análises e pesquisas em anatomia patológica, toxicologia forense e antropologia forense prestam apoio aos núcleos periciais de todo o Estado de São Paulo. Os médicos legistas são auxiliados pelos atendentes de necrotério, auxiliares de necrópsia e fotógrafos técnico-periciais integrantes das carreiras policiais técnico-científicas, além dos oficiais administrativos e dos técnicos de laboratório. A grande maioria dos exames periciais do *IML* são realizados em indivíduos vivos, tendo por objetivo a constatação de lesões corporais, violências sexuais, sanidade física, verificação da idade e constatação de embriaguez, exame de materiais biológicos etc. A perícia tanatológica, por sua vez, tem por finalidade definir a causa médica da morte, os agentes físicos ou químicos, os instrumentos ou meios que a produziu. Assim, ao oferecer o necessário substrato científico para caracterizar legalmente a morte, procura estabelecer se foi ou não provocada por agente externo (morte violenta), apontando também as qualificadoras legais no caso de mortes de etiologia homicida, auxiliando a justiça na causa jurídica da morte. Apesar de possuir o maior número de médicos legistas do Brasil, o *IML* paulista conta com um insipiente quadro de pouco mais de quinhentos médicos para atender às demandas do Estado.

⁴⁸⁷ Jânio da Silva Quadros, natural de Campo Grande, Mato Grosso, nascido em 25 de janeiro de 1917, advogado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, foi prefeito de São Paulo, governador do mesmo Estado e vigésimo segundo presidente do Brasil, tendo renunciado ao mandato menos de um ano após tomar posse. Durante seu mandato junto ao governo de São Paulo, organizou o *IML*.

11.6.5 Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra”

A Academia de Polícia de São Paulo (ACADEPOL)⁴⁸⁸, sucessora da antiga *Escola de Polícia*⁴⁸⁹, foi inaugurada em onze de maio de mil novecentos e setenta. Dotada de dezenas de salas e laboratórios específicos para o ensino de disciplinas técnico policiais, possui também um importante museu histórico, com representações espaciais de locais de crime, repartições policiais, armas e munições, apetrechos utilizados em ações criminosas e acervo fotográfico. Está situada na praça Reinaldo Porchat, portão principal do campus da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira da Universidade de São Paulo. Sua estrutura departamental é composta por uma secretaria de concursos públicos e por duas secretarias responsáveis pela formação e aperfeiçoamento das carreiras policiais civis e técnico-científicas⁴⁹⁰. Seu corpo docente, provido por meio de processo seletivo de provas e títulos⁴⁹¹, está distribuído por seis unidades docentes de ensino policial especializado⁴⁹², encabeçadas por um órgão docente superior

⁴⁸⁸ O Decreto nº 52.139, de 24 de julho de 1969 instituiu a denominação Academia de Polícia no lugar de Escola de Polícia.

⁴⁸⁹ Desde 1939, a Escola de Polícia constituía-se como um instituto complementar da Universidade de São Paulo, motivo pelo qual a construção do portentoso prédio ficou a cargo do Fundo para a Construção da Cidade Universitária.

⁴⁹⁰ Com um total de quatorze carreiras, em face da complexidade dos trabalhos investigativos e de polícia judiciária, a ACADEPOL incumbe-se de formar os quadros da PCESP e da SPTC. São eles: Delegado de Polícia, Escrivão de Polícia, Investigador de Polícia, Agente Policial, Agente de Telecomunicações Policial, Carcereiro Policial, Papiloscopista Policial, Auxiliar de Papiloscopista Policial, Perito Criminal, Fotógrafo Técnico-Pericial, Desenhista Técnico-Pericial, Médico Legista, Auxiliar de Necropsia e Atendente de Necrotério. Apesar de conterem uma expressiva carga horária, principalmente em relação aos cursos de formação técnico-profissional, os cursos da ACADEPOL ainda não são reconhecidos por lhes faltar uma regulamentação que esteja de acordo com o exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o que não ocorre com dois cursos superiores nela ministrados: o Curso Superior de Polícia (CSP) e o curso de pós-graduação *lato sensu* de especialização em *Polícia Judiciária Segurança Pública e Sistema de Justiça Criminal*.

⁴⁹¹ A investidura no cargo de professor da Academia de Polícia Dr. Coriolano Nogueira Cobra é feita por seleção pública de provas e títulos, podendo concorrer ao certame qualquer servidor pertencente aos quadros da Administração direta do Estado de São Paulo. Também é requisito à seleção possuir o candidato formação superior em uma das seguintes áreas: engenharia, química, física, medicina, medicina veterinária, biologia, direito, psicologia, ciências sociais, história, filosofia ou serviço social. A seleção é dividida em quatro fases: a) pesquisa de bons antecedentes; b) efetiva entrega da dissertação com tema previamente estabelecido no edital; c) aula expositiva de no máximo quarenta minutos, versando sobre ponto sorteado vinte e quatro horas antes, acompanhada da inquirição do candidato; d) avaliação de títulos. Uma vez homologada a seleção, é expedido certificado de professor observados os números de vagas e ordem de classificação, investindo-se nos quadros docentes permanentes da Academia de Polícia.

denominado Congregação⁴⁹³. Outro campus, situado na cidade de Mogi das Cruzes⁴⁹⁴, comporta aproximadamente duzentos e cinquenta alunos-policiais e cinquenta professores em regime de internato, ampliando as capacidades de atendimento das demandas do ensino técnico-policial. Com o objetivo de descentralizar os cursos complementares, facilitando a participação dos policiais em exercício nas unidades policiais do interior do Estado, a *ACADEPOL* conta com nove Núcleos de Ensino Policial, supervisionados pelos nove Departamentos de Polícia Judiciária do Interior – *DEINTERs*. Seu corpo docente está composto por professores com atividades profissionais nas diversas circunscrições policiais destes departamentos.

11.6.5.1 Centro de Direitos Humanos e Segurança Pública

O Centro de Direitos Humanos e Segurança Pública “*Celso Vilhena Vieira*” (*CDHSP*), situado na *ACADEPOL*⁴⁹⁵, mantém contatos e realiza convênios com segmentos da administração pública e da sociedade civil ligados à defesa dos direitos humanos. Esta proposta tem por objetivo ouvir as demandas da sociedade para adequar os conteúdos das disciplinas ministradas em mais de uma centena de cursos realizados na *ACADEPOL* e nos Núcleos de Ensino Policial do Interior. O *CDHSP* propõe educar e conscientizar os alunos-policiais, desmistificando a máxima segundo a qual os direitos humanos são um obstáculo ao trabalho policial. Para isso, realiza seminários, promove encontros e debates sempre ligados às

⁴⁹² Administração Policial, Criminalística, Criminologia, Medicina Legal, Polícia Administrativa e Polícia Judiciária.

⁴⁹³ Sob a presidência do delegado de polícia diretor da *ACADEPOL*, tem como membros os delegados de polícia divisionários das secretarias de concursos públicos, cursos de formação, complementares e titulares das unidades docentes.

⁴⁹⁴ Inaugurado em 6 de agosto de 2009, em uma área de 304.358,47 m², no parque das Varinhas, o campus II da *ACADEPOL* ampliou a capacidade de formação e especialização dos policiais civis de São Paulo. Esta unidade, dotada de alojamentos, refeitórios e oito laboratórios para estudo de locais de crime, condicionamento físico e pessoal, gerenciamento de crises, direção defensiva, tiro de precisão para legítima defesa própria e de terceiros; conduta policial, redução de letalidade e antropologia forense, serve de apoio à formação dos mais de quarenta mil policiais civis e técnico-científicos. O fato de localizar-se em uma ampla área descampada permite o treinamento com armamentos pesados, prática inviável no campus I da Cidade Universitária.

⁴⁹⁵ Inaugurado no dia 10 de dezembro de 1997, foi formalizado por meio da Portaria nº15, em 13 de janeiro de 2005.

atividades de segurança pública, ouvindo também as demandas policiais pela melhoria da jornada e das condições de trabalho dos policiais. Sua missão é a de *“conscientizar o policial de sua condição de guardião e destinatário dos direitos humanos, valendo-se do inquérito policial como instrumento de valorização da cidadania”*.

11.6.5.2 Centro de Estudos Superiores da Polícia Civil

O *Centro de Estudos Superiores da Polícia Civil do Estado de São Paulo*, “Professor Maurício Henrique Guimarães Pereira (CESPC)⁴⁹⁶, está vinculado à Diretoria da ACADEPOL. O Centro tem por incumbência o planejamento e a execução de cursos de pós-graduação *lato senso* em *Polícia Judiciária e Sistemas de Justiça Criminal*, desenvolvendo atividades de pesquisa e difusão de conhecimentos multidisciplinares de temas relativos à Polícia Judiciária, Segurança Pública e Justiça Criminal, objetivando a melhoria destes serviços à comunidade. Os cursos ministrados são gratuitos, tendo como destinatários policiais civis, policiais militares, bombeiros militares, magistrados e promotores de justiça, defensores públicos e procuradores do Estado, guardas municipais, membros da Secretaria de Administração Penitenciária, servidores do sistema de justiça criminal do Estado de São Paulo e membros de forças policiais e do sistema de justiça criminal de outros entes da federação⁴⁹⁷. Disciplinas de direito constitucional, direitos humanos, direito penal e processual penal, tecnologia da informação em segurança pública, sistema de segurança pública e de justiça criminal, gestão do conhecimento e metodologia científica são ministradas pelos docentes concursados da ACADEPOL, portadores dos títulos de mestre ou doutor, sendo possível, também, a participação de professores convidados detentores do mesmo grau acadêmico. O CESPC recebeu o selo Rede Nacional de Altos

⁴⁹⁶ Criado pela Portaria Acadepol nº 43, de 7 de abril de 2010, em decorrência do Parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 077, de 12 de março de 2010 que credencia e autoriza a realização de cursos de pós-graduação em nível de especialização em *Polícia Judiciária e Sistemas de Justiça Criminal*.

⁴⁹⁷ O curso, com duração de 480 h/a presenciais, permite ao pós-graduando analisar, refletir e intervir, de acordo e nos limites de suas atividades profissionais no sistema de segurança pública e de justiça criminal, habitando-o ao magistério policial e/ou jurídico. As aulas distribuem-se pelo período de três semestres letivos, submetendo-se o candidato a um processo seletivo de admissão.

Estudos em Segurança (*RENAESP*)⁴⁹⁸, credenciando-o como uma Instituição de Ensino Superior autorizada pelo *MJ* a oferecer cursos específicos dirigidos aos profissionais de segurança pública.

11.6.5.3 Curso Superior de Polícia

O Curso Superior de Polícia (*CSP*)⁴⁹⁹ foi estabelecido como requisito obrigatório a todos os delegados de polícia de primeira classe pretendentes à promoção ao último grau da carreira, qual seja, o de delegado de polícia de classe especial. A organização deste curso cabe ao *CESPC*, devendo os candidatos concorrerem às vagas mediante um processo seletivo interno de provas e títulos⁵⁰⁰. O *CSP* está aberto aos delegados de polícia de outras unidades da federação que preencham os requisitos que os habilitem à frequência. O curso, composto por disciplinas distribuídas em quatrocentas e oitenta horas/aula, realizadas nas dependências do *CESPC* e posterior entrega de monografia de conclusão de curso, defendida perante uma banca composta por três professores mestres ou doutores, confere ao aluno-delegado o título de *Especialista em Polícia Judiciária, Segurança Pública e Justiça Criminal*⁵⁰¹.

11.6.5.4 Curso Superior de Polícia Integrado

Cumprindo com o propósito previsto na Constituição do Estado de São Paulo de integrar a polícia paulista⁵⁰², a Secretaria de Segurança Pública, por meio

⁴⁹⁸ A *Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP)* é um projeto de educação voltado a profissionais de segurança pública e demais interessados nesta área do conhecimento. Conferido pela *SENASP*, o selo *RENAESP* credencia as Instituições de Ensino Superior (*IES*) que promovem cursos de pós-graduação *lato senso* sobre diversos temas relacionados à segurança pública.

⁴⁹⁹ Instituído pela Lei Complementar Estadual nº 771, de 16 de dezembro de 1994.

⁵⁰⁰ Atualmente está em andamento o *CSP- 2011*, composto por vinte delegados de polícia de 1ª classe.

⁵⁰¹ Os últimos postos das carreiras de delegado de polícia e de oficial da Polícia Militar, respectivamente, delegado de polícia de classe especial e coronel *PM* são conferidos por ato do governador do Estado de São Paulo, somente nos casos de promoções por merecimento, excluída a promoção por antiguidade, obrigatória para todos os outros graus e postos anteriores destas carreiras policiais.

⁵⁰² Constituição do Estado de São Paulo. Art.139. §2º **A polícia do Estado será integrada pela Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros (grifos nossos).**

de uma Resolução⁵⁰³, disciplinou a realização do Curso Superior de Polícia Integrado (*CSPI*). Fundamental à consecussão dos objetivos e esforços conjuntos envolvendo as Polícias Militar e Civil, o *CSPI*, destinado conjuntamente a oficiais superiores e a delegados de polícia de 1ª classe, tem por objetivo estreitar as relações entre os futuros dirigentes de ambas Instituições policiais. O curso permite a troca de experiências administrativas e operacionais entre os comandos, oferecendo maior eficiência aos serviços policiais prestados à população paulista. Coordenado pelas direções do *CAES* e do *CESPC* da *ACADEPOL*, ficam elas incumbidas de receber pelo período letivo de um mês, inserido na grade curricular do *CSPI*, os oficiais superiores e os delegados de polícia de 1ª classe. Cumpre-lhes, também, organizar uma Jornada Internacional de Polícia Comparada com a participação dos membros de ambas as corporações. O curso é aberto também a bombeiros militares, policiais militares, médicos legistas e peritos criminais da *SPTC*, e a integrantes de organizações policiais de Nações amigas e de outras unidades da federação.

⁵⁰³ Resolução SSP nº 36, de 22 de março de 2010.

11.7 Guarda Civil Metropolitana

Apesar da *CF* não prever aos Municípios competências para a criação de órgãos policiais municipais, facultou-lhes constituir, por meio de lei, guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações. A corporação escolhida para este estudo foi a *Guarda Civil Metropolitana da Cidade de São Paulo (GCM)*, responsável pela segurança urbana da maior cidade da América Latina. Esta importante *FS* foi instituída durante o governo municipal do prefeito Jânio da Silva Quadros⁵⁰⁴. Inspirada nos modelos da extinta *Guarda Civil da Capital*, órgão policial mantido pelo governo do Estado⁵⁰⁵, permanece como uma corporação de caráter civil, uniformizada e hierarquizada. Seu Comando Geral, atualmente chefiado por integrante detentor do posto de Inspetor Superintendente, subordina-se diretamente à autoridade do Secretário de Segurança Urbana, cargo de livre nomeação do Prefeito do Município de São

⁵⁰⁴ Lei Municipal nº 10.115, de 15 de setembro de 1986.

⁵⁰⁵ Objetivando coibir a criminalidade na capital paulista, o presidente (governador) do Estado de São Paulo, Carlos de Campos, promulgou a Lei nº 2.141, de 22 de outubro de 1926, criadora da *Guarda Civil da Capital*. Encarregada do policiamento da cidade de São Paulo e de importantes cidades do interior, era comandada por delegados de polícia, tendo por principais atribuições o policiamento de rua e a fiscalização do trânsito e de veículos. A ela competia, também, efetuar o policiamento de casas de diversões públicas e escolas, além de prestar apoio aos fiscais de rendas da Secretaria da Fazenda estadual. Após quarenta e dois anos de excelentes serviços prestados à população de São Paulo, foi extinta por força do Decreto-Lei nº 1.075 de 30 de setembro de 1969, promulgado pelo então presidente da república general Emílio Garrastazu Médici. Grande parte de seus quadros foram incorporados, junto com os quadros da Força Pública e da Polícia Marítima, à recém criada Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Paulo. A positiva repercussão de sua atuação na cidade de São Paulo, nos dois anos anteriores à promulgação da *CF*, possibilitou aos Municípios da Nação garantirem, em vista deste dispositivo constitucional⁵⁰⁶, a gestão de seus próprios corpos de segurança, com a finalidade de preservar o patrimônio público municipal. Por este motivo, integram, junto com os demais órgãos policiais federais e estaduais, o Sistema de Segurança Pública constitucional.

11.7.1 Atividades voltadas à Segurança Urbana

A *GCM* é um órgão de execução das políticas municipais de segurança urbana, atuando nos limites estabelecidos pelas leis municipais e pela *CF*. Estruturada em cinco Comandos Operacionais⁵⁰⁷, subdivididos em Inspetorias Regionais espalhadas por todo o limite territorial do município de São Paulo, tem por objetivo a proteção e a vigilância dos bens municipais, colaborando com as atividades de segurança pública, por meio de patrulhamento preventivo e comunitário, com diretrizes traçadas pela Secretaria de Segurança Urbana e pelo Gabinete de Gestão Integrada de Segurança da Cidade de São Paulo⁵⁰⁸. A complexidade dos problemas relativos à segurança urbana na metrópole obrigam aos integrantes da corporação prepararem-se para atuar em setores específicos, amenizando os impactos causados ao bem comum. Para isso, elabora programas especiais de proteção e atendimento aos munícipes paulistanos.

11.7.2 Programas prioritários de Segurança Urbana

O Município de São Paulo, responsável pela implantação e execução das políticas educacionais do ensino infantil e fundamental⁵⁰⁹ mantém escolas,

⁵⁰⁶ *CF* – Art. 144.º §8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

⁵⁰⁷ Comandos Operacionais Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro.

⁵⁰⁸ O Gabinete de Gestão Integrada (*GGI*) é um órgão gestor que atua em colaboração e sob a coordenação da Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Composto pelos órgãos federais (*PF*, *PRF*, *Abin*), estaduais (*PC*, *PM*), corpo de bombeiros e defesa civil, conta também com a participação das *Secretarias de Segurança Pública e de Justiça* e *Secretarias Municipais de Governo*. Organizações não governamentais têm assento no *GGI*, a exemplo dos Institutos *Sou da Paz*, *São Paulo contra a Violência* e o *Fórum de Combate à Pirataria*. As ações integradas destes órgãos têm por objetivo prevenir e controlar as ações violentas ocorridas na metrópole paulista, articuladas com o *PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania*, do Ministério da Justiça.

bibliotecas e Centros Educacionais Unificados, cuja segurança do patrimônio e dos munícipes utilitários dos serviços cabe prioritariamente à *GCM*. Desse modo, o **programa de proteção escolar** tem por fim propiciar um ambiente escolar seguro, fundamental para a construção do conhecimento e da cidadania. Estudos feitos pelas Inspetorias e Direções Regionais de Ensino propõem a racionalização do policiamento rondante e fixos, garantindo a proteção pessoal dos pais, professores e alunos. Com relação à defesa do meio ambiente⁵¹⁰ a *GCM* organizou sua **guarda ambiental**, intensificando os trabalhos de fiscalização das Áreas de Proteção Ambiental (APA) sob responsabilidade do Município, aumentando o combate às ocupações irregulares e aos danos ambientais, inibindo despejos irregulares de entulhos e produtos químicos em rios e mananciais das APAs, fiscalizando também a segurança junto a parques municipais urbanos. A **proteção ao patrimônio público**⁵¹¹ tem por escopo o monitoramento rondante de fiscalização ao patrimônio público municipal, a fim de erradicar atos de vandalismo praticados por criminosos atos de conspurcação⁵¹² aos bens municipais. As inúmeras atividades desempenhadas pelos servidores públicos municipais, principalmente as desenvolvidas nas vias públicas do município, necessitam muitas vezes do aparato da Força de Segurança municipal para garantir a integridade física dos agentes municipais⁵¹³ e para o acatamento das deliberações oriundas da Administração municipal. Para isso, a *GCM* organizou o serviço de **proteção aos agentes públicos**, garantindo-lhes a segurança e a execução das atividades

⁵⁰⁹ Lei Orgânica do Município de São Paulo – Art.200. A educação ministrada com base nos princípios estabelecidos na Constituição da República, na Constituição estadual e nesta Lei Orgânica, e inspirada nos sentimentos de igualdade, liberdade e solidariedade, será responsabilidade do Município de São Paulo que a organizará como sistema destinado à universalização do ensino fundamental e da educação infantil.

⁵¹⁰ Lei Orgânica do Município de São Paulo – art. 180. O Município, em cooperação com o Estado e a União, promoverá a preservação, conservação, defesa, recuperação e melhoria do meio ambiente.

⁵¹¹ Lei Orgânica do Município de São Paulo – art. 110. Constituem bens municipais todas as coisas móveis e imóveis, semoventes, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município. §2º - os bens municipais destinam-se ao uso público, assegurando o respeito aos princípios e normas de proteção ao meio ambiente, ao patrimônio histórico, cultural e arquitetônico, garantindo-se sempre o interesse social.

⁵¹² A *GCM*, buscando a cooperação dos munícipes, criou a linha direta 153 destinada a receber denúncias sobre atos de vandalismo ocorridos na cidade de São Paulo.

⁵¹³ Lei Orgânica do Município de São Paulo – art. 89. É função do Município prestar um serviço público eficiente e eficaz, com servidores justamente remunerados e profissionalmente valorizados.

fiscalizatórias da municipalidade. Para dar execução às políticas de assistência social do Município⁵¹⁴ a GCM mantém o serviço de **apoio e proteção a pessoas em situação de risco**, auxiliando no encaminhamento destas pessoas à Central de Atendimento Permanente de Emergência, ligada à rede de Proteção Social, composta pelas secretarias de saúde, assistência e desenvolvimento social, segurança urbana, participação e parceria e Consegs. Estes GCMs estão preparados para lidar com pessoas em situação de vulnerabilidade, a fim de compreenderem as adversidades e os problemas pessoais e psiquiátricos que acometem esta população de rua. Por fim, um dos grandes problemas enfrentados nas grandes cidades, em especial na cidade de São Paulo é a economia informal e irregular exercida pelos ambulantes. Estando sob a responsabilidade da GCM reprimir os ambulantes clandestinos nas vias e logradouros públicos, uma força de **proteção, controle do espaço público e fiscalização do comércio ambulante** procura reduzir e desocupar bens públicos de uso comum das atividades ambulantes ilegais, muitas delas controladas por *máfias* que privatizam o espaço público por meio de “locações” dos espaços públicos.

11.7.3 Centro de Formação em Segurança Urbana

O Centro de Formação em Segurança Urbana (CFSU)⁵¹⁵ é o órgão gerenciador responsável pela política de ensino da Secretaria Municipal de Segurança Urbana⁵¹⁶. Seu objetivo é formular e executar a formação dos futuros integrantes dos quadros da GCM⁵¹⁷ e qualificar Guardas e Inspetores nos diversos cursos de treinamento e capacitação⁵¹⁸. O CFSU conta com vinte e cinco

⁵¹⁴ Lei Orgânica do Município de São Paulo – art. 221. A assistência social, política de seguridade social, que afiança proteção social como direito de cidadania de acordo com os artigos 203 e 204 da Constituição Federal, regulamentadas pela Lei federal nº 8.742/93, deve ser garantida pelo Município.

⁵¹⁵ Situado no bairro do Belenzinho, zona Norte da capital, na av. Ariston de Azevedo nº 64.

⁵¹⁶ Considerado inicialmente como um Departamento de Ensino, por meio do decreto municipal nº 22.047 de 21 de março de 1986. Posteriormente, a Lei municipal nº 13.396, de 26 de junho de 2002, transformou-o no CFSU.

⁵¹⁷ Para ingressar nos quadros da GCM é preciso possuir bons antecedentes, idade mínima de 21 anos, ter concluído o ensino médio ou curso equivalente. A investidura se dá por concurso público de provas e títulos e posterior aproveitamento no curso de formação para GCMs, realizado no CFSU.

⁵¹⁸ Dentre os diversos cursos de qualificação encontram-se: capacitação para GCM de 3ª Classe; Classe Distinta; Inspetores e Escola de Comando. Cursos específicos em *leitura e interpretação de linguagem de*

anos de existência, tendo formado Guardas Civis de vários municípios brasileiros⁵¹⁹, tornando-se referência no ensino embasado na matriz curricular para as guardas municipais do Brasil⁵²⁰. O *CFSU*, ao dinamizar o ensino de acordo com as demandas exigidas dos *GCMs* paulistanos, oferece-lhes condições para cumprirem sua missão constitucional, com ações integradas junto aos demais órgãos policiais federais e estaduais do Sistema de Segurança Pública, tornando mais eficaz a segurança urbana dos paulistanos.

O *CFSU* possui uma Escola de Comando para Inspetores e comissionados ocupantes de cargos de chefia e direção da *GCM*. O *Curso de Aperfeiçoamento e Qualificação Escola de Comando* proporciona conhecimento técnico-profissional aos Comandantes da corporação, habilitando-os para a gestão dos serviços de segurança urbana prestados aos cidadãos paulistanos. Composto por dois módulos, cada um com uma carga de trezentas horas aula, distribuídas entre disciplinas de planejamento estratégico, deontologia, direito administrativo, direito administrativo disciplinar, direito constitucional, direitos humanos, políticas públicas em segurança urbana, chefia e liderança, tecnologia da informação etc. destina-se à formação dos futuros quadros gestores da *GCM*, da mesma forma que os *CSPs* a cargo do *CAES* e do *CESPC*.

libras, noções básicas de inglês e espanhol para atendimento a turistas estrangeiros e de credenciamento para a condução de veículos oficiais são oferecidos pelo *CFSU*, todos eles contendo em suas grades curriculares, noções de ética, direitos humanos, atendimento a portadores de necessidades especiais, idosos, crianças e adolescentes e pessoas em situação de risco e vulnerabilidade.

⁵¹⁹ Mais de 8.500 *GCMs* oriundos de diversas guardas municipais frequentaram os cursos do *CFSU*.

⁵²⁰ A Matriz Curricular Nacional para a Formação das Guardas Municipais objetiva enfatizar a atuação das Guardas Municipais na prevenção da violência e da criminalidade, destacando o papel dos Municípios no *SUSP*, em respeito às diversidades regionais e peculiaridades de cada Município.

12 Considerações sobre o segundo capítulo

De modo muito menos traumático, o processo de redemocratização brasileiro dera-se lenta e progressivamente, permitindo aos militares controlarem suas rédeas, apesar dos movimentos sociais de massa terem acelerado o galopar da história. Ironicamente, coube a um general de cavalaria conduzir os últimos momentos do regime militar com a promessa, desde o início de seu mandato, de fazer do país uma verdadeira democracia. O processo de abertura política caminhava à marcha de trote, desde o penúltimo governo militar. A revogação do AI- 5 foi um dos episódios marcantes a oferecer claras demonstrações de que a distensão política operava-se como um corpo elástico que, ao sofrer uma força esgarçante, não possuiria mais propriedades físicas que o fizessem reverter à sua forma inicial. Seu esgarçamento, entretanto, necessitava ser controlado, sob pena do drástico rompimento do tecido social brasileiro. A história recente, acompanhada dos exemplos de sedições armadas ensandecidas, amealhadoras de espíritos joviais ingênuos e imediatistas, constituíam-se experiências de sangue que não poderiam ser jamais esquecidas. Alimentados dos mesmos ressentimentos e vendetas, os integrantes dos grupos radicais de esquerda partiriam com uma sanha maior do que aquela que os impulsionou contra as forças de segurança do Estado, agigantados que estariam caso ocupassem o poder logo após serem anistiados. Com efeito, ainda que, hipoteticamente, tivessem o mando político, certamente não teriam o controle sobre os comandos das Forças Armadas e da Forças Policiais. A prudência histórica dos militares de não entregarem imediatamente a plenitude das liberdades políticas à sociedade contribuiu para evitar-se, no Brasil, as mesmas quarteladas argentinas. Haverá sempre os que discordem de tais afirmações. No entanto, as batalhas jurídicas travadas nos dias de hoje, objetivando uma revisão parcial e tendenciosa da lei da anistia e a construção de *meias verdades históricas*, são fatos que falam por si mesmos. Contrariamente do que nos queiram fazer acreditar, a estratégia adotada pelo regime militar de entregar gradativamente o poder aos civis, não se resume somente à ganância dos setores conservadores manterem para si o poder. Basta observarmos, atualmente, a aficcionada sede dos setores progressistas de nele permanecer, para constataremos que este comportamento não seria diferente por parte dos que outrora o detinham. Entretanto, o objetivo maior foi o da pacificação

social, ainda que fossem os protagonistas do antigo regime seus principais beneficiados. Homens de Estado que eram, tinham ciência de que consequências nefastas surgiriam de imaturos e caprichosos revanchismos, provocando reações imprevisíveis por parte dos setores mais radicais das Forças Armadas, sendo o caso do *Puma do Rio Centro*, um catastrófico porém diminuto episódio a mostrar o que poderia acontecer caso o processo histórico saltasse imprescindíveis etapas. O poder foi, de fato, devolvido aos civis. Não como pretendiam aqueles que, nos dias de hoje, nos dão provas claras dos seus verdadeiros objetivos: assaltar a coisa pública, sempre sob a justificativa de que fazem o melhor para o país e para os direitos humanos. Aliás, a mesma tônica do discurso operado por muitos anos pela linha dura militar. A eleição indireta, embora não fosse o modelo idealizado por uma verdadeira democracia, foi o que de melhor pôde à época ser apresentado e, principalmente, acolhido por responsáveis representantes das diversas correntes oposicionistas. A marcha do trote ganhou velocidade ao se soltar lentamente as rédeas, permitindo um tímido galope, agora sobre um terreno prudentemente aplainado por uma Assembleia Nacional Constituinte. Nela, conservadores e progressistas, cada um à sua maneira, contribuíram para o nascimento de uma nova ordem constitucional. Ao restabelecerem a democracia no Brasil, permitiram que as primeiras eleições diretas ocorressem em um clima de paz e tranquilidade. Deixando de lado as tensões ideológicas, em seu lugar estabeleceu-se a liberdade de expressão e de escolha. Forças Armadas e Forças Policiais, apesar de poucos tomarem conhecimento disso, uma vez que o interesse maior focava-se no ansioso exercício do direito ao voto, encontraram espaço na democracia, com previsões e participações muito bem definidas na nova ordem constitucional. O amadurecimento destas Instituições ao longo destes vinte e dois anos de país constitucional torna-se cada vez mais visível e perceptível. Infelizmente, a divulgação dos erros perante a opinião pública, causa uma deliberada cegueira para as milhares ações policiais anônimas promotoras dos direitos humanos na sociedade. Nada disso nos importa pois, ao compartilharmos dos mesmos compromissos, caminhamos pela mesma trilha de esperança que nos faz orgulhosos por pertencermos a tão importantes Instituições, apesar de sofrermos impiedosos julgamentos, sempre fincados nos arenosos solos do preconceito.

13 Conclusão final

Ao finalizarmos este estudo sobre as Forças de Segurança do Brasil e da Argentina, procuramos mostrar não somente suas adaptações aos regimes constitucionais democráticos restabelecidos. Pretendemos, também, comparar a atuação de cada uma das forças policiais, estudando, principalmente, seus aspectos mais peculiares. Várias diferenças foram observadas, desde a não constitucionalização das polícias argentinas e a constitucionalização das polícias brasileiras, até o leque de suas respectivas atribuições. Por exemplo, a tão criticada proposta de ciclo completo preventivo e investigativo das polícias brasileiras é tranquilamente exercida pelas polícias argentinas. Observamos, porém, uma diferença crucial entre as policiais estaduais brasileiras e as polícias provinciais argentinas : a de se constituírem, estas últimas, em um único corpo civil uniformizado e hierarquizado, diversamente do que ocorre nos Estados federados brasileiros, nos quais as polícias ostensivas e de preservação da ordem pública, com uma estrutura militarizada, diferem das polícias de investigações, com uma estrutura civil. Pensamos, assim, que ciclos completos de polícia poderiam ser adotados no Brasil, desde que houvesse uma única corporação policial nos Estados. Entretanto, a proposta de unificação das corporações estaduais, discussão há muito superada e descartada, mostrou-se inviável, surgindo em seu lugar a integração de ambas as polícias, reafirmada, inclusive, na própria Constituição paulista. No que diz respeito às polícias federais argentinas, percebemos que suas atuações na prevenção criminal e nos procedimentos investigativos e científicos estão a cargo de cada uma das corporações, dentro de suas especificidades e nos limites de suas atribuições legais, além de, em casos de guerra externa, servirem como forças de defesa da soberania do Estado. No caso brasileiro, esta tarefa incumbe aos efetivos das polícia militares estaduais, uma vez que são constitucionalmente forças auxiliares e reserva do Exército a proverem a proteção e defesa dos limites territoriais do Brasil, nos casos de agressão por parte de alguma força estrangeira. Quanto às polícias federais brasileiras, em vista das missões constitucionais a elas cometidas, caberá à Polícia Federal grande parte das atribuições, exceção feita às atividades de policiamento rodoviário federal. O

exercício exclusivo das investigações federais e de importantes ações preventivas, a exemplo da fiscalização terrestre, aérea e de fronteira conferem grandes responsabilidades a este órgão policial cujo efetivo, infelizmente, ainda é insuficiente para cobrir as dimensões continentais do país. Por último, não podemos deixar de observar a importante participação das forças de segurança municipais no concerto da segurança pública brasileira. Ainda que não sejam consideradas, à luz da Constituição Federal, órgãos policiais, os Municípios, ao chamarem para si, cada vez mais, responsabilidades para a solução dos problemas da segurança urbana nos grandes centros, buscam fortalecer suas guardas municipais para prestarem apoio a diversas secretarias municipais responsáveis pela gestão integrada de segurança urbana.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. **Código Penal de la República Argentina**. Compilado por Ricsrdo Parada y José Errecaborde. 3.ed. Buenos Aires: Errepar, 2004.

ARGENTINA. **Código Procesal Penal de la Nación**: con legislación complementaria. 7 ed. Buenos Aires: La Ley, 2008.

ARGENTINA. **Gendarmeria Nacional Argentina**. Disponível em : <<http://www.gendarmeria.gov.ar>>. Acesso em: 02 dez. 2010.

ARGENTINA. **Ministerio de Justicia y Derechos Humanos**. Disponível em : <<http://www.jus.gov.ar>> Acesso em : 02 mai. 2010.

ARGENTINA. Ministerio del Interior. Policia de Seguridad Aeroportuaria (PSA). **Estrategia para el fortalecimiento de la Seguridad Aeroportuaria**. [Buenos Aires], 2006. 187 p.

ARGENTINA. Policia Federal Argentina. Departamento Escuela Superior de Policia. **Programa de la materia “Derechos Humanos y Garantias Constitucionales”**. 2006.

ARGENTINA. **Policía de Seguridad Aeroportuaria**. Disponível em: <<http://www.psa.gov.ar>> . Acesso em 05 mai. 2010.

ARGENTINA. **Policía Federal Argentina**. Disponível em: <<http://www.pfa.gov.ar>>. Acesso em: 10 out. 2010.

ARGENTINA. Policia Federal Argentina. Instituto Universitario de la Policía Federal Argentina. **Egida**, Buenos Aires, Argentina: ano 1, n. 1, mayo de 2007.

ARGENTINA. Policia Federal Argentina. Instituto Universitario de la Policía Federal Argentina. **Egida**, Buenos Aires, Argentina: ano 1, n. 2, sptiembre de 2007.

ARGENTINA. Policia Federal Argentina. Instituto Universitario de la Policía Federal Argentina. **Egida**, Buenos Aires, Argentina: ano 1, n. 3, diciembre de 2007.

ARGENTINA. Policia Federal Argentina. **Polícia y Criminalística**. Buenos Aires, Argentina: n. 9, Agosto 2001.

ARGENTINA. Policia Federal Argentina. **Polícia y Criminalística**. Buenos Aires, Argentina: n. 12, vol. 348, 2003.

ARGENTINA. Policia Federal Argentina. **Polícia y Criminalística**. Buenos Aires, Argentina: n. 13, vol. 351, 2003.

ARGENTINA. Policía Federal Argentina. **Policia y Criminalística**. Buenos Aires, Argentina: n. 15, vol. 361, 2005.

ARGENTINA. Policía Federal Argentina. **Policia y Criminalística**. Buenos Aires, Argentina: n. 16, vol. 362, 2005.

ARGENTINA. Policía Federal Argentina. **Policia y Criminalística**. Buenos Aires, Argentina: n. 18, vol. 369, 2007.

ARGENTINA. Policía Federal Argentina. **Policia y Criminalística**. Buenos Aires, Argentina: n. 19, vol. 372, 2007.

ARGENTINA. Policía Federal Argentina. **Policia y Criminalística**. Buenos Aires, Argentina: n. 20, vol. 373, 2008.

ARGENTINA. **Prefectura Naval Argentina**. Disponible em: <<http://www.prefecturanaval.gov.ar>>. Acesso em: 08.set.2010.

ARGENTINA (Provincia de Buenos Aires) **Policía de la Provincia de Buenos Aires**. Disponible em: <<http://www.mjys.gba.gov.ar>> . Acesso em: 08 jan.2011.

ARGENTINA. Secretaria de Seguridad Interior de la Presidencia de la Nación. Policía Federal Argentina. **Ley Orgánica**: Decreto-Ley n. 333/58 B.O. del 30/1/1958. **Reglamentación de la Ley Orgánica de la Policía Federal**: Decreto-Ley n. 6.580/58 B.O. del 31/7/1958. **Ley para el personal de la Policía Federal Argentina**: Ley n. 21.965 B.O. del 2/4/1979 O.D.I. n. 74 del 4/4/1979. **Reglamentación de la ley para el personal de la Policía Federal Argentina**: Decreto n. 1.866/83 B.O. del 11/8/1983 S.O.D.I. del 29/8/1983. **Estatuto del Personal Civil de la Policía Federal**: Decreto-Ley n. 6.581/58 B.O. del 23/5/1958. Vol. 339. Buenos Aires: Editorial Policial, 2002. 200 p.

ARGENTINA. **Servicio Penitenciario Federal**. Disponible em: <<http://www.spf.gov.ar>> Acesso em 3 jan. 2011.

ARGENTINA. Universidade de Buenos Aires. Faculdade de Filosofia y Letras. **Derechos humanos, tribunales y policías en Argentina y Brasil**: Estudios de antropología jurídica. Compilado por Sofía Tiscornia y Maria Victoria Pita. Buenos Aires: Editorial Antropofagia, 2005. 240 p.

ASOCIACIÓN VÍCTIMAS DEL TERROTISMO DE ARGENTINA. **Terrorismo en la Argentina**: Crímenes de Derecho Internacional Silenciados y Sin Reparación. [200-]. 62 p. <victimas_del_terrorismo@yahoo.com.ar>. Acesso em: 11 nov. 2008.

AUNAR. ASOCIACIÓN UNIDAD ARGENTINA. **Subversion**: La historia olvidada. 1.ed. Buenos Aires: Impresiones Avellaneda S.A.. 1998. 201 p.

BUENOS AIRES (prov.). **Código procesal penal de la provincia de Buenos Aires**. 7.ed. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 2008.

BUENOS AIRES (prov.). **Constitución de la Provincia de Buenos Aires**. Suplementos Universitarios La Ley. 1.ed. Buenos Aires: La Ley S.A., 2005.

BURGOS, M. A.; LEDESMA, D. A. **Diligencias para la actuación policial**. 1.ed. Buenos Aires: Universidad, 2008. 208 p.

CALANDRA, O. J. **Obediencia debida ¿Nuevo mito o antigua realidad?** Buenos Aires, 2005. 11 p.

CAMPOS, G. J. B. **Teoría general de los derechos humanos**. Buenos Aires: Editorial Astrea, 1991. 445 p.

CENTRO DE ESTUDIOS HISTÓRICOS VERDAD Y EQUIDAD PARA SER NACIÓN. **Guerra en la Argentina**: Acción y práctica del terrorismo para la toma del poder. 1.ed. Buenos Aires, 2005. 39 p.

CENTRO DE ESTUDOS LEGALES Y SOCIALES (CELS). **Colapso Del sistema carcelario**. 1 ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005. 232 p.

CENTRO DE ESTUDOS LEGALES Y SOCIALES (CELS). **Derechos humanos en Argentina**: informe 2008. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008. 432 p.

CINTRA, A. C. A.; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. **Teoria Geral do Processo**. 8 ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991. 320p.

CHILE. **Constitucion Política de La Republica de Chile**, 1980. Edición 2005. Santiago, Chile: Editorial textos jurídicos Genova, 2005.

COGGIOLA, O. **Alemanha 1918-1924**: hiperinflação e revolução. São Paulo: LCTE, 2010. 109 p.

COGGIOLA, O. **Rojo amanecer**: la lucha de classes em América Latina hoy. Buenos Aires: RyR, 2007. 480 p.

DINGES, J. **Os Anos do Condor**: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. tradução Rosaura Eichenberg. 1.ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2005.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. tradução de Galeno de Freitas. 40. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2001. 309 p.

GERMÁN, J. Bidart Campos. **Teoria general de los derechos humanos**. 1ª edición argentina. Buenos Aires, Editorial Astrea, 1991.

GHERSI, C. A.; WEINGARTEN, C.; GHERSI, S. R. **La prueba pericial**: observaciones, explicaciones, impugnaciones, nulidades, responsabilidad Del perito, modelos. 1 ed. Buenos Aires: Gowa Ediciones Profesionales, 2006. 128 p.

GORINI, U. **La rebelión de las Madres**: Historia de las Madres de Plaza de Mayo. Tomo I (1976-1983). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006. 696 p.

GULLERMO, J. S. **Legislación Policial de la Provincia de Buenos Aires:**comentado por José Salvador Guillermo. 16.ed. Buenos Aires: Universidad, 2007.

INSTITUTO ESPACIO PARA LA MEMORIA. **Centros Clandestinos de La Ciudad de Buenos Aires.** Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria, 2007. 80 p.

RHODES, R. **Mestres da morte:** A invenção do holocausto pela SS nazista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. 352 p.

ROMERO, L. A. **História contemporânea da Argentina. Tradução Edmundo Barreiros.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. 309 p.

SAGÜÉS, N. P. (introducción y comentario) **Constitución de la Nación Argentina:** Texto oficial de 1853 con las reformas de 1860, 1866, 1898, 1957 y 1994 ordenado por ley 24.430. Estudio comparativo con el articulado anterior. Tratados internacionales con jerarquía constitucional. 9 ed. actualizada y ampliada. Buenos Aires: Editorial Astrea, 1999. 328 p.

SÃO PAULO (estado). Universidade de São Paulo. Núcleo de Estudos da Violência (NEV). **Mortes por violência policial en Argentina.** São Paulo: Coedição NEV/CELS, Dossiê NEV n. 4, 1991. 82 p.

SCHUJMAN, G.; CLÉRICO, L.; CARNOVALE, V. **Derechos humanos y ciudadanía.** 1 ed. 3 reimp. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 2007. 206 p.

SOLARI, A. A. A. **Denuncia de AVTA ante la COM-DH (ONU).** [Buenos Aires], 2006. 34 p.

TAU ANZOÁTEGUI, V.; MARTIRÉ, E. **Manual de Historia de las Instituciones Argentinas.** 7.ed. Buenos Aires: Librería Histórica, 2005. 868 p.

VILLALOBOS R., S. **Chile y su historia.** 1.ed. Santiago, Chile: Editorial Universitaria, 1992. 454 p.

Entrevistas realizadas na República Argentina em maio 2008:

Alberto Guilis – Coodinador/principal – Maestría de Derechos Humanos de la Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo;

Carlos Bunge – oficial de la Cancilleria - Consulado General de la República Argentina;

Carlos Daniel Russo- Comisario General – Vicerrector – Instituto Universitario de la Policia Federal Argentina;

Claudio G. Schiavoni – Principal de la 17ª Comisaria- Policía Federal Argentina;

Diego J. Slupski – Secretario do Juzgado Nacional en lo Criminal e Correccional nº 12;

Diego Alejo Iglesias – Secretario Federal del Poder Judicial de La Nación;

Hector Manuel Sanchez – Asesor de la Diputada La Ruffa – Comisión de Seguridad – Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires;

Liliana Beatriz Velázquez- Comisario Jefe División Cursos – Departamento Escuela Superior de Policia – Policia Federal Argentina;

Luciana Pol – Programa violência institucional y seguridad ciudadana- Centro de Estudios Legales y Sociales;

Martin Bras- Subsecretario de promoción de Derechos Humanos- Secretaria de Derechos Humanos- Ministerio de Justicia, Seguridad y Derechos Humanos;

Norberto A. Sanchez – Decano Facultad de Ciencias de la Criminalística – Instituto Universitario de la Policía Federal Argentina;

Roberto César Rosset – Comisario General – Director Policía y Criminalística – Policía Federal Argentina

Sergio Gabriel Torres – Juez Federal del Poder Judicial de La Nación;

Sofía Tiscornia – Antropóloga - Centro de Estudios Legales y Sociales;

REFERÊNCIAS

AMPARO. Associação Amparo de Mães e Familiares das Vítimas de Violência. Série: Construindo a Cidadania. **Abordagem Policial**. São Paulo: Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS), [20--]. 24 P.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue**: a luta clandestina contra a ditadura militar – Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito. 11.ed. rev. e ampl.. São Paulo: Casa Amarela, 2000. 336 p.

BICUDO, H. P. **Direitos Humanos e sua Proteção**. 1.ed. São Paulo: Editora FTD, 1997. 152 p.

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. 17.ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2005. 808 p.

BONAVIDES, P.; Paes de Andrade. **História Constitucional do Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991. 881p.

BRASIL. **Código de Processo Penal. Constituição Federal e Legislação Complementar**. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. **Constituição Federal. Código Penal. Código de Processo Penal**. Organizador: Luiz Flavio Gomes; obra coletiva de autoria da Editora Revista dos Tribunais com a coordenação de Giselle de Melo Braga Tapai. 6.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

BRASIL. Constituição (1969). **Constituição da República Federativa do Brasil** de 17 de outubro de 1969. São Paulo: Saraiva, 1969.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Manuais de legislação Atlas, organização: Alexandre de Moraes. 22.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal, Código Penal Militar, Código de Processo Penal Militar, Estatuto dos Militares**. Organizador: Álvaro Lazzarini. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de pessoas em Situação de Vulnerabilidade**. Cartilha SENASP/MJ. Brasília, 2010. 126p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Departamento de Polícia Federal**. Disponível em : < <http://www.dpf.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Departamento de Polícia Rodoviária Federal**. Disponível em: <<http://www.dprf.gov.br/>>. Acesso em: 11 mar. 2011

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasília, 2001. 54 p.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. **Base da Legislação Federal do Brasil**. 2006-2007. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=%2Flegisla%2Flegislacao.nsf%2FViw_Identificacao%2Flei%25208.171-1991%3FOpenDocument%26AutoFramed>. Acesso em: 07 nov. 2009.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. **Base da Legislação Federal do Brasil**. 2009. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=%2Flegisla%2Flegislacao.nsf%2FViw_Identificacao%2Flei%25208.171-1991%3FOpenDocument%26AutoFramed>. Acesso em: 07 nov. 2009.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. **Código civil. Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 23 nov. 2010.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. **Código de processo penal. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 23 nov. 2010.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. **Código de processo penal. Lei nº 11.719, de 20 de junho de 2008**. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11719.htm>. Acesso em: 23 nov. 2010.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. **Código penal. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>. Acesso em: 23 nov. 2010.

BRASIL. Presidência da República Federativa do Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 23 nov. 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **Segundo Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil**.

Coordenação de pesquisa e redação: Paulo de Mesquita Neto e Beatriz S. Azevedo Affonso. São Paulo: Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, 2002. 320 p.

BRASIL. Secretaria Internacional do Trabalho Brasil. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Tráfico de pessoas para fins de exploração sexual**. Coordenadora: Claudia Sérvulo da Cunha Dias. Brasília: OIT, 2005. 80 p.

BUENO, E. **Brasil: uma história**. 2.ed. rev. São Paulo, Ática, 2003. 448 p.

CANÇADO TRINDADE, A. A. **A Proteção Internacional dos Direitos Humanos: Fundamentos Jurídicos e Instrumentos Básicos**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1991. 440p.

CAPEZ, F. **Curso de Processo Penal**. 12.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005. 701p.

CERQUEIRA, C. M. N.; DORNELLES, J. R. W. (Org.) **A Polícia e os Direitos Humanos**. In. Coleção Polícia Amanhã. Textos fundamentais de Polícia; 1. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora S.A., 1998. 150 p.

CICV. COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. **Direitos Humanos: uma perspectiva interdisciplinar e transversal**. Referencial Prático para Docentes do Ensino Policial. 2.ed. rev. Brasília, DF: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2005. 96 p.

COSTA, M. F. G. C. **A Polícia Civil Paulista: sua evolução histórica nos períodos colonial, imperial e republicano**. 2007. 63p. Dissertação (Concurso para Professor de História da Polícia) - Academia de Polícia "Dr. Coriolano Nogueira Cobra", Polícia Civil do Estado de São Paulo.

CREMESP. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual técnico-operacional para o Médico-Legistas do Estado de São Paulo**. São Paulo: CREMESP, 2008. 163 p.

DALLARI, D. A. **Constituição e Constituinte**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1984. 91p.

DALLARI, D. A. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998. 80 p.

DALLARI, D. A. **O Pequeno Exército Paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1977. 97p.

DORNELLES, J. R. W. (organizador). **O que são Direitos Humanos**. 1.ed. Rio de Janeiro: Coleção Primeiros Passos. Brasiliense, 1989. 70p.

FAUSTO, B. **A REVOLUÇÃO DE 1930: Historiografia e História**. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 122 p.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 8.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000. 664 p.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FILHO, J.C. e E.O.F. **Asas e Glórias de São Paulo**. São Paulo, 1977. 348p.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. tradução de Galeno de Freitas. 40. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2001. 309 p.

GASPARI, E. **A Ditadura Escancarada**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 511 p.

GIMENES, E. V. **Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de São Paulo**. 1ed. Campinas-SP, Millenium Editora, 2011. 412p.

GREENE, J. R. (org.). **Administração do Trabalho Policial**, tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. 1.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982. 160 p.

GRINOVER, A. P.; FERNANDES, A. S.; MAGALHÃES FILHO, A. **As nulidades no processo penal**. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 1995. 266 p.

IC. INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA. CEAP. Centro de Exames, Análises e Pesquisas. **Manual de procedimentos básicos de laboratório**. São Paulo: Instituto de Criminalística, [2009]. Apostila.

JOSÉ, E.; MIRANDA, O. **Lamarca: o capitão da guerrilha**. 15.ed. rev. e ampl. São Paulo: Global, 2000. 208 p.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 444 p.

LIMA, A. A. **Os Direitos do Homem e o Homem sem Direitos**. 2.ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 1999. 220p.

MARLET, E. F. **Elaboração de laudos periciais médico-veterinários: uma análise retrospectiva e prospectiva**. 2010. 202f. Tese (Doutorado em ciências) – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MELO, E. O. **Clarinadas da Tabatinguera**. São Paulo: COOPMIL, [s.d.]. 351 p.

MINUANO. **Todos os Presidentes do Brasil: dossiê histórico**. São Paulo: Minuano, 2011. 98 p.

MOREL, E. **A Revolta da Chibata**. 4.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. 319 p.

NOGUEIRA, P. L. **Comentários à Lei de Execução Penal**: Lei n. 7.210, de 11-7-1984. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1994. 348 p.

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Boas Práticas no Estado de São Paulo. [200-]. **Superintendência da Polícia Técnico-Científica**. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/dados/estrutura%20policial/cientifica>>. Acesso em: 18 dez. 2008.

PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Editora Max Limonad Ltda., 1996. 488 p.

POLÍCIA CIENTÍFICA. Superintendência da Polícia Técnico-Científica. **13 anos**. São Paulo: [s.n.], 2011. 15 p.

QUEIROZ, C. A. M. **A Polícia não morre**: a história dos delegados de polícia paulistas mortos no cumprimento do dever nos primeiros 100 anos da Polícia Civil de Carreira. São Paulo: Ed. do Autor, 2007. 351 p.

QUEIROZ, C. A. M. **História Geral da Polícia Civil do Estado de São Paulo**. São Paulo: Ed. do Autor, 2011. 495p.

RODRIGUES, J. H. **Independência. Revolução e contra-revolução. As Forças Armadas**. 1.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002. 336 p.

ROVEGNO, A. **O inquérito policial e os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa**. Campinas: Bookseller, 2005. 382 p.

SÃO PAULO (estado). **Constituição do Estado de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A IMESP, 1989.

SÃO PAULO (estado). Policial Civil do Estado de São Paulo. **Manual de polícia judiciária**: doutrina, modelos, legislação. Coordenador Carlos Alberto Marqui de Queiroz. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Polícia Civil do Estado de São Paulo, Delegacia Geral de Polícia, 2007a. 675 p.

SÃO PAULO (estado). Policial Civil do Estado de São Paulo. **Manual operacional do policial civil**: doutrina, legislação, modelos. Coordenação Carlos Alberto Marqui de Queiroz. 4. ed. São Paulo: Polícia Civil do Estado de São Paulo, Delegacia Geral de Polícia, 2007b. 663 p.

SÃO PAULO (estado). Policial Militar do Estado de São Paulo. Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos. **Manual Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para Forças Policiais e de Segurança**: Manual para instrutores. Autor: Cees de Rover. 3. ed. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2010a. 482 p.

SÃO PAULO (estado). Policial Militar do Estado de São Paulo. Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos. **Polícia Comunitária: Polícia e comunidade em parceria por uma sociedade mais segura.** São Paulo: DPCDH (folheto publicitário).

SÃO PAULO (estado). Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. **Declaração Universal dos Direitos Humanos:** comentada para o Cidadão. Coordenação do projeto Isaias José de Santana e Ricardo Augusto Yamasaki. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, 2008. 168 p.

SÃO PAULO (estado). Secretaria da Segurança Pública. Polícia Civil. Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra”. **Instrumentos Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos.** Organização dos textos: Prof. José Oswaldo Pereira Vieira e Prof. Oscar Vilhena Vieira. São Paulo: Academia da Polícia Civil do Estado de São Paulo, 1998. 181 p.

SÃO PAULO (estado). Superintendência da Polícia Técnico Científica. I **Histórico do Instituto de Criminalística de São Paulo: “Perito Criminal Dr. Octávio Eduardo de Brito Alvarenga”.** [200-]. Disponível em: <<http://www.polcientifica.sp.gov.br/sptc/instCrim.aspx>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

SÃO PAULO (estado). Secretária da Segurança Pública. **Estatísticas trimestrais.** 2010. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/trimestrais.aspx>>. Acesso em: 02 dez. 2010.

SÃO PAULO (estado). Secretária da Segurança Pública. **Estatísticas trimestrais.** 2009b. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/plantrim/2009-03.htm>>. Acesso em: 02 dez. 2010.

SÃO PAULO (estado). Secretária da Segurança Pública. **Infocrim - Sistema de Informações e Mapeamento criminal das polícias - é estendido para 39 municípios.** 2002. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=17851>>. Acesso em: 11 dez. 2010.

SÃO PAULO (estado). Secretária da Segurança Pública. CAP. **Nota explicativa.** 2009c. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/plantrim/2009-03.htm>>. Acesso em: 02 dez. 2010b.

SÃO PAULO (município). Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria de Segurança Urbana. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca_urbana/guarda_civil/>. Acesso em: 08 jun2011.

SÃO PAULO (município). Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Segurança Urbana. **Regulamento Disciplinar da Guarda Civil Metropolitana.** Lei nº 13.530/2003. Imprensa Oficial, 2003. 104p.

SÃO PAULO (município). Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Guarda Civil Metropolitana. Centro de Formação em Segurança Urbana e Cidadania. **Manual do Curso de Formação em Segurança Urbana e Cidadania**. São Paulo, 2003. 64p.

SÃO PAULO (município) Lei Orgânica do Município de São Paulo. Disponível em: <http://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/lomun/lom_t1.htm> . Acesso em: 08 jun. 2011.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 12.ed. rev. e ampl. de acordo com a nova Constituição. São Paulo: Malheiros, 2000. 810 p.

SOUZA, I. I. **Inventário Deops**: módulo IV, espanhóis: República Espanhola: um modelo a ser evitado. Organizadora: Maria Luiza Tucci Carneiro. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001. 188 p.

SOUZA, P. **Autópsia do Medo**: Vida e Morte do Delegado Sérgio Paranhos Fleury. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2000. 650 p.

TOCHETTO, D. Criminalística. In: TOCHETTO, D. (Coord.). **Tratado de perícias criminalísticas**. 1. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

USP. Universidade de São Paulo. Pró-Reitoria de cultura Extensão Universitária. Núcleo de Estudos da Violência. **3º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil**: 2002-2005. Coordenação de Pesquisa: Paulo de Mesquita Neto e Renato Alves. São Paulo: Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, [2006?]. 584 p.

USTRA, C. A. B. **Rompendo o silêncio**: OBAN DOI/CODI 29 Set 70 - 23 Jan 74. Brasília, DF: Editeria Editorial, 1987. 348 p.